

MOARA

REVISTA MOARA

© 2010 Todos os direitos reservados para Pós-Graduação em Letras da UFPA.

Editor

Marília de Nazaré Ferreira-Silva

Normalização

Rejane Pimentel Coêlho Santos

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa

Jorge Domingues Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do ILC, UFPA)

MOARA. Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA.
Belém: ILC/UFPA.

n. 1-33 1993-2010

n. 34 2010

Semestral 321p.; 21cm.

ISSN 0104-0944

1. Literatura-Periódicos. 2. Linguística-Periódicos. I. Universidade Federal do Pará. Instituto de Letras e Comunicação.

CDD 805
CDU 8(05)

CURSO DE MESTRADO EM LETRAS DA UFPA
Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto
Laboratório de Ciências da Linguagem
Rua Augusto Corrêa, 1, Guamá
CEP 66075-900 - Belém - Pará
Tel./Fax (91) 3201-7499
<http://www.ufpa.br/mletras>
mletras@ufpa.br

2011
Impresso no Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

MOARA

Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da UFPA

ISSN 0104-0944

Rev. MOARA	Belém	n. 34	p. 1-321	jul./dez., 2010.
------------	-------	-------	----------	------------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor

Horácio Schneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO

Diretor

Otaclio Amaral Filho

Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Letras

Sílvio Augusto de Oliveira Holanda

Comissão Editorial

Fátima Cristina da Costa Pessoa, Germana Maria Araújo Sales, Rejane Pimentel
Coelho Santos, Marília Ferreira, Marli Tereza Furtado (Pres.), Valéria Augusti

Conselho Editorial

Abdelhak Razky (UFPA) Arnaldo Franco Junior (UNESP São José do Rio Preto) Audemaro Taranto Goulart (PUC-MG) Carmen Rodrigues (UFPA) Célia Macedo (UFPA) Christiane Cunha de Oliveira (Museu Antropológico da UFG) Christophe Golder (UFPA) Denise Bértoli Braga (UNICAMP) Eunice Santos (UFPA) Fátima Pessoa (UFPA) Fernanda Coutinho (UFCE) Francisco Quaresmade Figueiredo (UFG) Germana Sales (UFPA) Gessiane Picanço Lobato (UFPA) Heloisa Collins (PUC-SP) Ingedore Vilaça Koch (UNICAMP) Joel Cardoso (UFPA) José Carlos Chaves da Cunha (UFPA) José Guilherme Fernandes (UFPA) José Niraldo de Farias (UFAL) Liduína Fernandes (UECE) Lília Chaves (UFPA) Luis Antonio Marcuschi (UFPE) Luis Heleno Montoril del Castillo (UFPA) Mailce Fortkamp (UFSC) Márcia Cabral da Silva (UERJ) Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN) Maria Arisnete Câmara de Moraes (UFRN) Maria do Perpétuo Socorro Galvão Simões (UFPA) Maria Elias Soares (UFC) Maria Eulália Sobral Toscano (UFPA) Maria Helena Abrahão (UNESP S. José do R. Preto) Marília Ferreira (UFPA) Marli Tereza Furtado (UFPA) Milene Ribeiro Martins (UFPR) Mônica Veloso Borges (UFG) Mirian Hisae Yaegashi Zappone (Universidade Estadual de Maringá) Myriam Crestian Cunha (UFPA) Nelson Barros da Costa (UFC) Patrick Dahlet (Universidade das Antilhas) Paul Rivenc (Universidade Toulouse le Mirail) Regina Célia Fernandes Cruz (UFPA) Reinildes Dias (UFMG) Rosinda Castro de Guerra Ramos (PUC-SP) Sandoval Nonato Gomes Santos (USP) Sidney Facundes (UFPA) Sílvio Holanda (UFPA) Simone Cristina Mendonça (UFTA) Socorro Pacifico Barbosa (UFPB) Terezinha Maria Sprenger (PUC-SP) Valéria Augusti (UFPA) Vanderci de Andrade Aguilera (Universidade Estadual de Londrina) Vera Menezes (UFMG) Walkyria Magno e Silva (UFPA) Wander Emediato (UFMG)

MOARA

Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA

n.º 34, julho-dezembro 2010.

ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Sumário

- 7 **Apresentação**
- 11 **Populações tradicionais: sobre a formulação e circulação de conceitos no discurso ambiental**
Telma Domingues da SILVA (UNIVAS/UNICAMP)
- 41 **A política da/na língua no discurso do patrimônio**
Larissa Montagner CERVO (UFSM/RS)
Amanda Eloina SCHERER (UFSM/RS)
- 61 **Um estudo dos movimentos dialógicos do gênero discursivo crônica**
Lilian Cristina Buzato RITTER (UEM/UUEL)
Alba Maria PERFEITO (UEL)
- 85 **“Pérolas” de redações: o efeito-contrário do ridículo, a delocutividade do riso e a resignificação do vestibular**
Julio Cesar MACHADO (UFSCAR)
Soeli Schreiber da SILVA (UFSCAR)
- 111 **Estudo da anáfora pronominal em textos produzidos por alunos de 9º Ano**
Cristiane Maria Praxedes de Souza NÓBREGA (IFRN)
Maria das Graças Soares RODRIGUES (UFRN)
- 137 **Efeitos da marcação na gramaticalização do passado imperfectivo no português: a extensão da situação**
Raquel Meister Ko. FREITAG (UFS)
- 155 **Estudo das formas verbais do modo indicativo: um recorte sincrônico do passado**
Gisela Sequini FAVARO (UNESP/Araraquara)
Gladis MASSINI-CAGLIARI (UNESP/Araraquara)

APRESENTAÇÃO

- 173 **Ativação de inferências na leitura de piadas**
Nair Rodrigues RESENDE (UFSC)
Ana Cláudia de SOUZA (UFSC)
- 193 **Lexical representation and processing in EFL speech production: a look at proficiency issues**
Gicele Vergine Vieira PREBIANCA
(Faculdade de Tecnologia Senac Blumenau)
- 235 **Waimiri Atroari verbal morphology**
Ana Carla BRUNO (INPA)
- 263 **Variação geo-sociolinguística da nasal palatal no falar paraense**
Eliane Pereira Machado SOARES (UFPA)
- 283 **“Nunca vi ninguém morrer de estudar”: uma análise das dimensões semântica e de uso da construção X morrer de Y**
Thais Fernandes SAMPAIO (UFJF)
Neusa Salim MIRANDA (UFJF)
- 309 **Construções nominais classificatórias em Parkatêjê?**
Marília de Nazaré FERREIRA-SILVA (UFPA)

O número 34 da Revista MOARA reúne treze trabalhos em linguística, os quais são de diferentes orientações e de diferentes campos. A diversidade de temas e de abordagens dos assuntos tratados torna a publicação rica e atraente, uma vez que pretende alcançar uma gama também eclética de pesquisadores de diferentes áreas dos estudos linguísticos. Apesar dessa diversidade, buscamos apresentá-los de forma a contemplar as tendências atuais dos estudos em nossa área.

Telma Domingues da Silva discute, em seu artigo “Populações tradicionais: sobre a formulação e circulação de conceitos no discurso ambiental”, de que forma tem circulado no Brasil “conceitos” relacionados a esse tipo de discurso. Ela faz uso do termo “população tradicional”, ou “comunidade tradicional” na perspectiva da Análise de Discurso, considerando o contexto histórico de desenvolvimento de uma política ambiental no país e as relações discursivas entre a reflexão acadêmica, a legislação e a divulgação científica, âmbitos em que os mesmos termos podem estar presentes com diferentes sentidos.

Larissa Montagner Cervo e Amanda Eloina Scherer propõem, em seu artigo “A política da/na língua no discurso do patrimônio”, a reflexão sobre o modo político como a língua funciona discursivizada enquanto patrimônio. Esse funcionamento é observado tanto na textualização do patrimônio imaterial quanto no que a autora trata como musealização. Em seu trabalho, a língua é observada como um objeto que se presta a problematizar a constituição de vínculos e lugares sociais que se agregam com a identidade do sujeito, em termos de história e memória e, em particular, de cidadania. Os documentos Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Paris, 2003) e o Museu da Língua Portuguesa (São Paulo/SP) foram seus objetos de análise.

Lilian Cristina Buzato Ritter e Alba Maria Perfeito, em seu trabalho “Um estudo dos movimentos dialógicos do gênero discursivo crônica”, apresentam os resultados parciais do projeto de pesquisa “Análise linguística: contextualização às práticas de leitura e de produção textual” (UEL), cujos dados são análises do gênero discursivo crônica, produzidas em contexto de formação continuada com professores do Ensino Médio.

Júlio Cesar Machado e Soeli Schreiber da Silva, a partir da Semântica do Acontecimento, em seu texto “Pérolas de redações: o efeito-contrário do ridículo, a delocutividade do riso e a ressignificação do vestibular”, abordam o fenômeno conhecido como “pérolas” de redações, entendido como a diferença destoante de um acontecimento no espaço enunciativo da coerência, dado pela discrepância de um modo de dizer não-culto, e as especificidades da temporalidade das cenas das pérolas que apontam o efeito instaurado, conclamando a noção de argumentação.

Cristiane Maria Praxedes de Souza Nóbrega e Maria das Graças Soares Rodrigues, em seu artigo intitulado “Estudo da anáfora pronominal em textos produzidos por alunos de 9º ano”, focalizam o funcionamento coesivo da anáfora pronominal na construção da trama textual, em termos de continuidade e de progressão temática. Em seu estudo, as autoras fazem uso de procedimentos etnográficos para a construção do *corpus* investigativo e referencial teórico orientado a partir dos estudos sobre anáfora pronominal, realizados por Milner (2003), Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi (2000; 2005 e 2008), Koch (2002), Antunes (2005) e Adam (2008).

Raquel Meister Ko Freitag, em seu artigo “Efeitos da marcação na gramaticalização do passado imperfectivo no português: a extensão da situação”, a partir de uma perspectiva funcionalista, analisa a correlação entre as formas de pretérito imperfecto do indicativo, da perífrase *estarIMP* (imperfecto) + *Vndo* (PPROG) (verbo no gerúndio) e da codificação linguística da extensão temporal das situações sob o escopo da função de passado imperfecto, no português.

Gisela Sequini Favaro e Gladis Massini-Cagliari, em seu trabalho intitulado “Estudo das formas verbais do modo indicativo: um recorte sincrônico do passado”, apresentam o estudo de processos morfofonológicos das formas verbais em Português Arcaico (PA). O corpus utilizado foi constituído das Cantigas de Santa Maria (CSM), que representam o mais elaborado monumento da literatura e ocupam um lugar privilegiado na Literatura Galego-Portuguesa medieval.

Nair Rodrigues Resende e Ana Claudia de Souza, em seu artigo intitulado “Ativação de inferências na leitura de piadas”, analisam e discutem a ativação de inferências necessárias à compreensão de textos escritos do gênero piada, no âmbito dos estudos em leitura.

Gicele Vergine Vieira Prebianca apresenta um estudo conduzido a fim de investigar a influência do nível de proficiência no processamento e na representação lexical na produção oral de aprendizes brasileiros de Inglês como língua estrangeira (L2).

Ana Carla Bruno discorre sobre a morfologia verbal em Waimiri Atroari, apresentando uma análise descritiva, por meio da qual afirma que o verbo é de todas as classes lexicais a mais rica em possibilidades morfológicas. Essa classe de palavras pode ocorrer com uma ampla gama de diferentes marcas gramaticais indicadoras de pessoa, tempo, aspecto, modo, negação, causativização e clíticos, como, por exemplo, o clítico interrogativo.

Eliane Pereira Machado Soares, em seu estudo Variação Geo-Sociolinguística da Nasal Palatal no Falar Paraense, apresenta uma pesquisa sobre as variantes das consoantes palatais, lateral e nasal, em seis cidades do Estado do Pará: Altamira, Belém, Bragança, Marabá, Soure, Santarém, cada uma delas localizada em uma mesorregião do estado. O corpus foi constituído de fala espontânea, obtida em forma de narrativa de experiência pessoal junto a 24 informantes nascidos nessas cidades, totalizando 144 informantes, selecionados de acordo com os pressupostos teóricos da Sociolinguística Quantitativa.

Nair Rodrigues Resende e Ana Cláudia de Souza, em seu artigo Ativação de inferências na leitura de piadas, analisam e discutem a ativação de inferências necessárias à compreensão de textos escritos do gênero piada. As autoras perceberam que o que efetivamente demonstrou estar envolvido nos processos de compreensão em leitura das piadas coincide com a sobreposição de *script*, espaço onde o humor parece se construir.

Por fim, em meu texto, “Há classificadores em parkatêjê?”, apresento as características da formação de alguns nomes nessa língua indígena, descrevendo um conjunto deles, que ocorrem em compostos. Esses nomes imprimem nos compostos dos quais passam a fazer parte um significado específico relacionado a aspectos como forma, tamanho e espessura. Embora funcionem à maneira de classificadores, argumento que esses nomes não apresentam a mesma extensão que aqueles.

Ante o exposto, desejo que o presente número da Revista MOARA e os textos que o constituem estimulem nossos leitores em sua busca por novos conhecimentos na área de estudos da linguagem.

Marília de Nazaré Ferreira-Silva

POPULAÇÕES TRADICIONAIS: SOBRE A FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CONCEITOS NO DISCURSO AMBIENTAL

Telma Domingues da SILVA

(Universidade do Vale do Sapucaí e Laboratório de Estudos Urbanos/ Universidade de Estadual de Campinas)

RESUMO: Este trabalho discute a produção e circulação de “conceitos” relacionados ao discurso ambiental no Brasil (ORLANDI, 2001, sobre a formulação e circulação de sentidos). O termo “população tradicional”, ou “comunidade tradicional”, é compreendido aqui na perspectiva da Análise de Discurso, considerando-se o contexto histórico de desenvolvimento de uma política ambiental no país e as relações discursivas entre a reflexão acadêmica, a legislação e a divulgação científica, âmbitos em que os mesmos termos podem estar presentes com diferentes sentidos. Note-se que os sentidos produzidos para “população tradicional” na reflexão acadêmica, na legislação e na divulgação científica, embora não sejam os mesmos, ecoam entre si. Isso faz parte do funcionamento dos processos discursivos de modo geral. Os sentidos do termo “população tradicional” na divulgação científica analisada no presente trabalho (a partir das cartilhas do Projeto ProVárzea) se produzem nessa intertextualidade e na relação com outros termos, associados discursivamente, como “conhecimento científico” e “conhecimento tradicional”.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de discurso; discurso ambiental; educação ambiental; política ambiental.

RÉSUMÉ: Ce travail fait une discussion sur la production et la circulation de «concepts» rapportés au discours environnemental au Brésil (Orlandi, 2001, par rapport à la formulation et la circulation de sens). Le terme «population traditionnelle», ou «communauté traditionnelle», est comprise ici dans la perspective de l'Analyse de Discours, en considérant le contexte historique de développement d'une politique environnementale dans le pays et les relations discursives entre la réflexion académique, la législation et la divulgation scientifique – contextes où les mêmes termes peuvent

être présents avec différents sens. Il faut remarquer que les sens produits pour l'expression «population traditionnelle» dans la réflexion académique, dans la législation et dans la divulgation scientifique ne soient pas les mêmes, mais “résonnent” entre eux. Cela fait partie du fonctionnement des processus discursifs en général. Les sens du terme «population traditionnelle» dans la divulgation scientifique analysée ici (à partir des manuels du Project ProVárzea) se produisent dans cette intertextualité et dans les rapports avec autres termes, associés discursivement, comme «connaissance scientifique» et «connaissance traditionnelle».

MOTS-CLÉS: Analyse de discours; discours environnemental; éducation environnementale; politique environnementale.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido a partir da realização de um Fórum na Universidade Estadual de Campinas em 2007, que teve oportunidade de organizar como pesquisadora no Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb/ NUDECRI.¹ O Fórum colocou em discussão as demandas políticas da nossa sociedade atual, globalizada, que são respondidas pelo Estado no âmbito de uma política ambiental. Mais especificamente, o evento teve por foco as chamadas “populações tradicionais” e a distinção entre “conhecimento científico” e “conhecimento tradicional”.

As palestras realizadas durante o Fórum mostraram a complexidade da questão dos recursos naturais nesse momento

¹ O Fórum “Natureza e tecnologias: gestão e divulgação de conhecimentos”, foi realizado na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Auditório da Biblioteca Central, em 9 de agosto de 2007, e contou com a participação de docentes e pesquisadores de diversas áreas – Eni Orlandi (Labeurb/ Unicamp), Antonio Carlos Diegues (Nupaub/USP), Mauro Almeida (IFCH/Unicamp), Regina Pólo Muller (IA/Unicamp), Alpina Begossi (Programa Capacitação de Pescadores Artesanais para o Manejo/ PREAC/ Unicamp), Marta Marandino (FE/USP), etc. – bem como com representantes políticos – Teresa Moreira (MMA), Dauro Marcos do Prado (representante das comunidades caiçaras na Comissão de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais).

histórico, em que a crise ambiental coloca em cheque a sociedade urbana moderna. Tal complexidade, em suas diversas facetas, demanda reflexões por parte da Universidade nas ciências naturais e nas ciências humanas e sociais. De que modo a Universidade participa ou deveria participar dessa discussão e da proposição das políticas públicas? Como é a relação da Universidade brasileira com o conhecimento científico produzido nos países desenvolvidos? Como são significadas as diferenças entre o conhecimento científico e esse “outro conhecimento”, não-científico, o conhecimento tradicional ou “conhecimento local”? Qual o jogo de forças que impõe essa diferenciação, e em que é que ela implica?

O presente trabalho retoma inicialmente algumas das questões que moveram a estruturação do evento e em seguida apresenta uma análise discursiva de textos de divulgação científica, em que se procura compreender os sentidos produzidos para *conhecimento científico* e *conhecimento tradicional* nesses textos.²

2 POPULAÇÃO, CONHECIMENTO CIENTÍFICO E LEI AMBIENTAL

Os conceitos são instrumentos de reflexão, no contexto acadêmico, e da lei, de seu estabelecimento e aplicação, no contexto jurídico e no âmbito do funcionamento da sociedade. De uma perspectiva da linguagem, podemos dizer que os conceitos são termos os quais se investe discursivamente no sentido de uma “definição”, para um funcionamento científico da/na linguagem.

Como analista de discurso, chamou-me a atenção o termo “comunidades tradicionais” ou “populações tradicionais”, que aparece na reflexão acadêmica e também nas políticas públicas – ou seja, ocorre em diferentes contextos discursivos, tanto em textos

² Uma primeira versão dessa análise foi apresentada no Fórum citado, com o título: “População e meio ambiente: o sentido de “manejo” nas cartilhas do Ibama (ProVárzea)”.

da legislação quanto em textos de divulgação científica, como os que serão aqui analisados no decorrer desse artigo, a saber, manuais de educação ambiental produzidos por órgãos públicos (Projeto ProVárzea) e voltados justamente para um sujeito historicamente significado, identificado enquanto “população tradicional”.

O termo está incorporado à política ambiental, mesmo que a sua explicitação direta tenda a ser evitada na lei pela complexidade – política – de uma “definição”. “Por que os sem-terra não estão contemplados na lista das comunidades tradicionais, reconhecidas pelo governo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007?”, foi uma pergunta feita por um dos presentes no Fórum, dirigindo-se à palestrante que expôs as diretrizes da política do governo brasileiro concernente às populações tradicionais.

Na Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, o termo população tradicional foi vetado. A sua definição como “grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável” foi julgada muito abrangente: “caberia toda a população do Brasil”. O reconhecimento das comunidades tradicionais pelo governo brasileiro se deu através do Decreto nº 6.040 (publicado no *Diário Oficial da União* de 7/02/2007), que amplia nesse sentido benefícios que, na constituição de 1988, eram projetados apenas para populações indígenas e quilombolas.

Observe-se que esse reconhecimento se produz como necessidade de uma legislação a par com uma discussão internacional, globalizada, sobre a exploração da biodiversidade, em função do conhecimento dito tradicional, ou seja, esse conhecimento que se constituiria, na perspectiva da nossa sociedade, em um “patrimônio” de outra(s) sociedade(s), nas populações tradicionais. Isto resulta do fato de que ele deve ser inserido nessas relações governamentais e econômicas nacionais, embora esse conhecimento não tenha significado ou lugar em uma “ciência tradicional”.

Pareceu-me importante colocar em discussão de uma maneira mais ampla esse termo, que distingue uma população pela sua qualificação como “tradicional”, considerando que essa conceituação pretende responder a demandas reais na nossa sociedade. Então, a proposta desse fórum que realizei na Unicamp foi conhecer melhor por um lado esse trabalho político-administrativo mesmo, seus resultados e seus problemas, e por outro lado o que pesquisadores e professores podem dizer a respeito, a partir de seus campos específicos de trabalho. A apresentação dos trabalhos que se realizou durante o evento foi muito produtiva nesse sentido, não se tendo a pretensão de que seja dada uma resposta imediata a questões tão atuais. A participação de professores de diferentes áreas e representantes de governo e de comunidades possibilitou uma visibilidade ampla desse campo e um debate proveitoso para esses diferentes sujeitos, concernidos em uma mesma discussão, favorecendo uma compreensão das diferentes posições.

A realização do Fórum foi também uma oportunidade de refletir sobre o papel e a participação da Universidade na proposição, no estabelecimento e na avaliação de políticas que envolvam a população, no caso, essa população especificamente qualificada como “tradicional” e distinguida, no próprio texto da lei, do conjunto da sociedade civil.³ A abordagem da questão das comunidades tradicionais pelo viés da relação entre “conhecimento científico” e “conhecimento tradicional” entra em evidência, por conta do investimento no que se propõe como uma política de proteção do conhecimento tradicional, movimento em que se destaca a criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), com o envolvimento de intelectuais e conseqüências para a discussão acadêmica – que fica até certo ponto “pautada” pelas discussões e determinações políticas.

³ Trata-se da Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que cria o chamado Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC. Realizo uma análise discursiva dessa lei, em um artigo intitulado “A natureza como ‘patrimônio público’: discutindo a instituição das áreas protegidas no Brasil”, publicado na revista *Idéias* n. 14, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, 2007.

Primeiramente, a noção de comunidades tradicionais ou populações tradicionais aparece junto com a questão da preservação ambiental, mais exatamente no contexto da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), acordo assinado por diversos países no Brasil durante a UNCED em 1992 (Eco-92), posteriormente ratificado. Nesse contexto histórico-discursivo, opõe-se a ciência e a tecnologia como um patrimônio dos países desenvolvidos e as florestas tropicais como patrimônio dos países pobres – ou seja, estes seriam desprovidos de C&T para uma exploração não-degradante de suas florestas.

O acordo político representado pela assinatura da CDB pressupõe a possibilidade de uma equivalência nesse campo das relações econômicas – é bom lembrar, equivalência a ser produzida em um nível governamental e internacional. Isto é, a negociação sobre a exploração dos recursos naturais, no contexto em que as perspectivas econômicas são ampliadas pelas potencialidades da biotecnologia, opõe nações, sendo que as indústrias, destacando-se os grandes laboratórios farmacêuticos, ficam naquele momento associadas aos países ricos, como países detentores da C&T. Assim, nesse contexto histórico, diante das potencialidades da engenharia genética, os recursos naturais passam a ser significados como “patrimônios da humanidade”, em um funcionamento discursivo que destitui eticamente os países que detêm esses recursos de uma legitimidade na sua exploração, na medida em que a exploração dos recursos não deveria mais causar impacto ambiental.

E é aí que se mostrou a importância do reconhecimento de uma *outra relação para com esses recursos naturais*, que se constitui através das populações que estão em contato com os ambientes ricos em biodiversidade. Na contraposição em relação à afirmação da biodiversidade, como recurso genético, enquanto “patrimônio da humanidade”, constitui-se a afirmação das “comunidades tradicionais” como detentoras também de um conhecimento sobre as plantas e seus efeitos, conhecimento muitas vezes utilizado pelos próprios cientistas, por exemplo, para o mapeamento do potencial

farmacológico nas espécies. Se a exploração dos recursos genéticos pela biotecnologia não causa impacto ambiental, as comunidades tradicionais, com seu modo de vida, também não. Nessa equivalência, porém, continua de fora a ciência e tecnologia produzidas no país.

Reconhece-se hoje o papel ativo das comunidades tradicionais na produção da biodiversidade e manutenção das espécies de importância para a sua sobrevivência, dos alimentos à fabricação artesanal de utensílios. Conforme relatou o representante das comunidades caiçaras, em sua palestra no Fórum, é justamente para a população que vive inserida nesse contexto, isto é, que tem de tirar seu sustento da natureza, que mais interessa manter a viabilidade dos recursos naturais. Tais populações mantêm uma ligação de dependência com o ambiente natural e um modo de vida em que os recursos naturais são utilizados de forma comunitária, sem apropriação privada. A pressão sobre esses recursos se dá pelas grandes cidades em suas demandas por produtos advindos da exploração da natureza, como o pescado, o palmito, o xaxim etc.

A lei ambiental se converte inicialmente na idéia do “parque” ou “reserva”, isto é, de que as regiões naturais devem ser preservadas da “intervenção humana” – não importa, nessa perspectiva, perguntar sobre esse “homem” e sua forma de se relacionar com a natureza, com os recursos naturais. Mais recentemente, ocorreram no contexto da legislação ambiental eventos políticos importantes para o país, como por exemplo a própria Lei nº. 9.985 e o decreto do governo federal que reconhece as *comunidades tradicionais*, documentos já citados. Bem, em uma consulta rápida no conjunto de textos da legislação federal nesse âmbito específico de regulamentação, que envolve a questão das patentes, a regulamentação da exploração da biodiversidade etc., observa-se o grande número de decretos e medidas provisórias entre 2001 e 2003 e entre 2003 e 2004 uma série de resoluções e deliberações.

A lei das patentes é de 1996. Fora essa lei, as questões sobre o acesso e a proteção à biodiversidade vão ser regulamentadas através desses outros documentos e a proliferação deles é bastante

significativa de uma complexidade política hoje nesse campo. Apresenta-se, nesse conjunto de textos, o termo “conhecimento tradicional associado”. Com essa segunda qualificação, “associado”, localiza-se um determinado grupo, uma determinada população, na relação com determinado recurso ambiental/ genético. E os termos comunidade tradicional ou população tradicional não aparecem nesse momento, mas sim “comunidades indígenas” e “comunidades locais”, marcando este último também essa forma de localização de determinados grupos.

Do ponto de vista do funcionamento do discurso, o termo “populações tradicionais” identifica o que a gente chama de uma *posição sujeito* (PÊCHEUX, 1988) justamente pela sua distância em relação ao conhecimento científico, conforme explico a seguir.

De um lado, a sociedade democrática capitalista, a sociedade urbano-industrial chamada moderna,⁴ de outro lado, a população que essa sociedade excluiu, ou que transborda de seus limites [...]. E, desse modo, dizer “conhecimento tradicional” significaria reconhecer a possibilidade de um outro conhecimento, mas ao mesmo tempo marcar uma diferença desse conhecimento em relação ao conhecimento científico, como um conhecimento que seria de outra ordem e, portanto, também com outro valor na nossa sociedade.

Assim, pode-se discutir sobre os efeitos políticos, sociais de uma consideração das populações tradicionais no âmbito do direito, na medida em que reconhecer o conhecimento de certas populações enquanto “tradicional” significa ainda reafirmar a distância dessas populações para com a nossa sociedade, ainda identificada como uma sociedade urbana/urbanizada, associada ao discurso técnico-científico ou a uma “cultura científica”.

⁴ É a sociedade moderna, urbano industrial, e sua relação com a ciência tradicional e mecanicista, que é criticada em uma perspectiva ambientalista. Hoje, fala-se de um momento em que, dados os processos de globalização, a comunicação através da rede de computadores e uma nova política desenvolvimentista (sustentável), estaríamos em um outro momento, período histórico que tem recebido diversas nomeações, como sociedade pós-moderna, sociedade da informação etc.

Como esse “outro conhecimento”, ao ser reconhecido pelo Estado, através de sua legislação, vai significar nas trocas mercantis da nossa sociedade científica e urbana? Esse reconhecimento permite, ou deveria permitir que essa população, freqüentemente marginalizada pelas relações econômicas e pelo próprio Estado, participe da lucratividade que o mercado farmacêutico produz? Produzir essa equivalência é realmente necessário e estratégico, enfim, para a construção de uma sociedade mais justa? Como ficam a exploração comunitária dos recursos naturais e a não-propriedade da terra, que são características dessa população? O aparelho jurídico deve se mexer para alcançar essa outra organização social e fazê-la caber em seus limites?

A população tradicional, enquanto classe genérica de indivíduos, são então as populações não-urbanizadas, porém não mais a população rural, identificada à produção agropecuária. Portanto, compreendemos aí, digamos, um terceiro espaço político-administrativo: não é o *espaço urbano*, nem o *espaço rural*, que se constituem por uma relação de contra-identificação em tal âmbito de significação (dos discursos político-administrativos), mas aquilo que começa a aparecer como questão para a sociedade de direito, científica e urbana, quando se institui a preservação do meio ambiente como uma demanda, inscrevendo-se como pauta e programa generalizados e obrigatórios.

A nomeação “população tradicional”, a partir da difusão da chamada política ambiental, ocorre nesse momento histórico da globalização, quando o Estado se movimentou no Brasil no sentido de uma “inclusão” dessas populações...⁵ Um elemento importante

⁵ Primeiramente, gostaria de fazer uma crítica em relação ao sentido de “inclusão” presente nas políticas públicas, pois implicaria em um Estado que não tem, nesse sentido, por princípio, o reconhecimento do sujeito parte da população como cidadão, já que a cidadania deve então ser ou conquistada ou exercida (exercitada?) para que seja legitimamente alcançada. Em relação às políticas nesse âmbito das populações tradicionais no Brasil, podemos citar a formação de monitores ambientais e a proteção do conhecimento tradicional, através do CGen (Conselho de gestão do Patrimônio genético).

a ser considerado é que a política ambiental, que faz surgir no país a “população tradicional” como essa classe global de indivíduos, é uma política que não é direcionada diretamente à população, mas ao meio ambiente, aos recursos naturais. A população (toda e qualquer) será nesse contexto não só sujeita à lei, mas mesmo um “empecilho” à sua aplicação, se representar ameaça à “preservação do meio ambiente” enquanto patrimônio público.

Da parte da Universidade, pois, cabe desenvolver uma reflexão crítica sobre essas questões, sobretudo a partir das disciplinas das Ciências Humanas, e eu creio que isso de fato tem sido feito.

3 SUJEITOS E CONHECIMENTOS: DA LEI À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Tenho trabalhado com os *processos discursivos* (Pêcheux, 1988) que envolvem a produção do discurso ecológico, em diferentes contextos, ou regiões discursivo-ideológicas, por exemplo, na Educação (Educação ambiental), no Jurídico (Legislação ambiental) e no Mercado (processos de certificação, produtos orgânicos, mercado verde [...]). Nestes, o discurso ecológico apóia-se na ou justifica-se pela noção de “desenvolvimento sustentável”, noção construída no contexto das relações transnacionais, da chamada globalização.

As análises mostram de que modo essa noção funciona na produção de sentidos no contexto do discurso ambiental (ou dos discursos ambientais) como referência para uma direção política por parte do Estado, quer dizer, na direção de uma dada “economia de mercado” globalizada, que se expande junto aos discursos da “cidadania” de modo geral: os discursos da inclusão social pelo acesso à educação, à tecnologia digital, pelo respeito ao meio ambiente, pela responsabilidade social e ambiental (no caso das empresas). Estes são discursos globalizados que criariam ou favoreceriam uma governabilidade transnacional, isto é, trata-se de um “pacote” que se apresenta no sentido da constituição de um *sujeito cidadão* (ou de uma *empresa cidadã*) nesse mundo globalizado...

É daí, desse contexto – são essas as condições de produção desse discurso –, que vem o termo “desenvolvimento sustentável”, pressupondo-se, com esse termo, que o sentido de “desenvolvimento” deve ser mantido, em sua opacidade mesma. Ou seja, sobre o que é o desenvolvimento na sociedade brasileira para os diferentes sujeitos, não se discute. O que significaria que o sentido de tal termo seria transparente, funcionando em um efeito de evidência. O investimento no termo “desenvolvimento sustentável”, antes, silencia a discussão sobre os sentidos de “desenvolvimento”, que se mantém, de fato, nessas condições, como emblema das relações de mercado e do sistema econômico capitalista.

Verifica-se, na sociedade contemporânea, uma forte presença desses discursos globalizados, que devem estar associados hoje aos governos e sociedades ditos democráticos, mas é preciso compreender como isso se dá em cada caso. Compreender como tais discursos vão produzindo sentidos no Brasil: no caso analisado neste trabalho, discute-se o âmbito específico de uma legalidade no terreno do Meio Ambiente e da Educação (divulgação científica) na região amazônica.

Na análise que realizei da legislação ambiental brasileira, algo que se destacou foi o termo “manejo”.⁶ A compreensão de um modo de produção de sentido para determinado termo, como o termo “manejo”, que se dá associado a circunstâncias histórico-discursivas, não quer dizer que outros modos de produção de sentido não estejam presentes na sociedade. Funciona, pois, no conjunto da sociedade, em um jogo de forças.

A enunciação das leis se faz do lugar do Estado-Nação, lugar do qual se situa, por oposição, o lugar do cidadão, na sociedade civil. Na legislação ambiental brasileira, encontramos a produção de uma homogeneidade, uma continuidade, digamos, entre o *sujeito da lei* (sujeito à lei, que é o *cidadão*) e o *sujeito da ciência*, situado na

⁶ No trecho a seguir, retomo a análise da legislação ambiental que se encontra publicada no artigo já citado na nota nº. 3.

universalidade planetária/ biológica, através da designação *Homem/ ser humano*. Daí que podemos mencionar, na perspectiva do funcionamento do discurso, que se produz uma relação parafrástica (de substituição) entre o termo *cidadão* e o termo *Homem*. Por exemplo, nas Disposições Preliminares da Lei n.º. 9.985 (BRASIL, 2000), capítulo 1, “conservação da natureza” é definido como “o manejo do *uso humano da natureza*”, em uma expressão que ficaria no lugar de uma outra referida ao cidadão, como, por exemplo, “o manejo do *uso do cidadão dos recursos naturais*”.

Com o termo “cidadão”, produz-se certa generalização, que determina, porém, um sujeito, a partir da relação com um determinado Estado-Nação. Falar do Homem e de sua relação com a Natureza é situar a questão em um âmbito universalizado que extrapola o escopo do jurídico conforme o conhecemos hoje, isto é, as relações jurídicas remetem ao contexto de uma sociedade de Estado, localizando-se em cada caso, uma dada Nação e sua sociedade civil, seus cidadãos. Então, essa legislação vem se colocar no Brasil a partir do Estado nacional, só que o Estado viria falar de (e viria regular sobre) um estado de coisas que transcenderiam as relações jurídico-políticas características desse Estado-Nação. Portanto, nesse contexto histórico-discursivo, aqui no Brasil, a universalidade da ciência (o homem, a Natureza) vem se aliar ao processo de globalização, no sentido da construção da “cidadania global”, como transcendência do poder do Estado.

Mais do que o termo manejo, essa articulação entre “manejo” e “uso” me chamou a atenção. Como essa articulação pode ser compreendida, em função da própria história de um discurso ecológico na sociedade contemporânea? O discurso ecológico tem início como uma crítica à forma de apropriação da natureza/ recursos naturais que caracterizou a sociedade urbana industrial, em que os recursos naturais são explorados para o “desenvolvimento” nas sociedades. Esses recursos, hoje, para continuar sendo *explorados*, devem ser *preservados* – uma forma de significar essa relação com os recursos nesse contexto é falar de “exploração racional”.

Voltando à definição citada, a sua estruturação sintática situa então “conservação” e “manejo”, que são verbos substantivados, como termos sinônimos, já que o segundo vem reescrever o primeiro, explicitando-o, e distingue “manejo” de “uso” através da articulação entre eles: “manejo *do uso*”. Em uma de suas acepções no dicionário Aurélio, “manejar” significa “dirigir”, “controlar”. É esse sentido de controle que funciona na articulação, em que o termo *manejo* se antepõe ao termo *uso*, mostrando uma não-coincidência de sentido entre estes dois termos.

Essa articulação e essa anteposição de “manejo” em relação a “uso” mostram-se significativas, sintomáticas do modo como o Estado brasileiro se coloca em relação à população. Dada essa diferenciação entre os termos na legislação brasileira, cabe perguntar, de uma posição da AD, quem é o *sujeito do manejo* e quem é o *sujeito do uso*. Segundo a interlocução que caracteriza a enunciação das leis, em que o Estado dirige-se a seus cidadãos, a interpretação que podemos fazer é a de que a política ambiental seria a racionalização sobre o uso do meio ambiente/ dos recursos naturais. Vem se produzir um sentido administrativo e técnico para a política ambiental: um sentido de planejamento/ gestão. E, desse modo, a política ambiental é aquela que constitui uma posição de *sujeito do manejo* (racionalização/ planejamento sobre os recursos) como posição de tutela sobre a posição de *sujeito do uso*, identificado ao cidadão/ homem, gerindo então sobre esses usos, distinguidos em “uso direto”, “uso indireto”, “uso sustentável [...]”.

Mas a duplicação de *posições-sujeito* em relação ao meio ambiente, significadas pela diferenciação entre *manejo* e *uso*, é também sintomática da manutenção de uma dada relação para com o meio ambiente por parte da sociedade civil. É dizer que o “uso”/ exploração se mantém, ou seja, que a relação com o meio ambiente é a mesma, anterior à política ambiental, só que, para além desse “uso”/ exploração dos recursos naturais, hoje, deve-se constituir um modo ou um lugar pelo qual ele possa ser “pensado”, administrado, gerenciado...

Dou seqüência a essa reflexão com uma análise do termo manejo em outro tipo de documento do governo brasileiro: um projeto desenvolvido pelo Ibama na região amazônica, o ProVárzea. Trata-se de um projeto executado pelo Ibama com financiamento internacional do Programa Piloto para a proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, que se iniciou em 2001. O projeto constituiu-se através de três áreas de atuação: *estudos estratégicos* (pesquisas científicas que devem influenciar políticas públicas); *iniciativas promissoras* (sistemas inovadores de manejo dos recursos naturais são desenvolvidos e testados); *monitoramento e controle* (co-gestão: sistema descentralizado e participativo do controle de uso dos recursos naturais é desenvolvido e testado).

O projeto produziu um material de divulgação científica/disseminação de experiências: Revista Jirau; Livros; Cartilhas; CDs; Programa de rádio. Trabalhei em minha análise com as cartilhas, entendendo que estas se voltam para uma formação do cidadão, trazendo informações sobre a legislação e sobre o próprio meio ambiente. Os textos apresentam algumas diferenças no modo de se falar sobre as questões ambientais, mas em seu conjunto produzem sentidos para a política ambiental através da significação do termo “manejo” e de suas paráfrases. As cartilhas analisadas são listadas abaixo, em seus títulos:

- *Acordos de pesca: a comunidade é quem faz;*
- *O desenvolvimento rural em Parintins 2005-2012;*
- *A pesca na Região amazônica* (Coleção “Cartilhas Estudos estratégicos”);
- *A vida da Piramutaba e da Dourada* (Coleção “Cartilhas Estudos estratégicos”);
- *A posse da terra no ambiente de várzea: debates para uma possível solução* (Coleção “Cartilhas Estudos estratégicos”);
- *Projeto pé-de-pincha: parceria de futuro para conservar quelônios na várzea Amazônica* (Coleção “Iniciativas promissoras”, n.º. 1);

- *Criação de abelhas sem ferrão.* Alimento de qualidade e renda extra para as famílias, com benefícios para o ambiente natural da várzea. (Coleção “Iniciativas promissoras”, n.º. 2);
- *Manejo comunitário de camarões.* Animais graúdos, produto valorizado. E a fatura volta à várzea amazônica. (Coleção “Iniciativas promissoras”, n.º. 3);
- *Óleos da Amazônia – a Natureza em vidrinhos – manejo comunitário de produtos florestais não-madeireiros e fortalecimento local no Município de Silves/AM* (Coleção “Iniciativas promissoras”, n.º. 4).

Em uma das atuações desse projeto, mencionadas acima, o projeto propõe-se a fazer o monitoramento e controle, através de um “sistema descentralizado e participativo do controle de uso dos recursos naturais” (trecho extraído do folheto Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – resultados preliminares 2001-2003, grifos meus). Percebe-se a mesma estrutura analisada no texto da lei, ocorrendo o termo “controle” no lugar do termo “manejo”:

- “manejo do uso humano da natureza” (BRASIL, 2000);
- “controle de uso dos recursos naturais” (PROJETO, 2005).

Ao analisar essa estrutura em sua ocorrência no texto da lei, aponte que o verbo “manejar” estaria funcionando em uma de suas acepções, segundo o Aurélio, significando “dirigir”, “controlar”. A equivalência entre *manejo* e *controle* confirma-se, conforme o exemplo acima: estão funcionando como paráfrases. Essa equivalência mostrou-se presente em outros trechos dos textos das cartilhas, apresentando-se como uma marca desse projeto, ou de uma política ambiental no Brasil que se institui hoje através de relações de financiamento de organizações e instituições internacionais.

Várias possibilidades de análise se apresentam nessas cartilhas. Neste artigo, dirigi-me para o termo “manejo”, considerando que a produção de sentidos se dá na relação com outros termos que funcionam em um dado contexto discursivo.

Dizemos, na análise de discurso, que o sentido é “relação a”. No caso, nos sentidos produzidos para o termo “manejo”, destacam-se a sua qualificação como “comunitário” e suas relações com os termos “conhecimento científico” e “conhecimento tradicional”.

As cartilhas propõem-se como instrumentos para que as populações da várzea possam ter direito de exploração do meio ambiente – ou seja, as cartilhas produzem a essas populações uma entrada na sociedade de direito. A várzea é concebida como bem público, pois a água de rios e dos mares é de domínio público e o terreno de várzea é terreno que fica sob a água ou permanentemente ou em alguns períodos do ano. O bem público pode ter um uso privado. Para isso, o morador deve ter um *plano de uso* (descreve a utilização dos recursos naturais, a fim de obter regularização fundiária) e um *plano de manejo* (licença para utilização dos recursos naturais, obtém-se com o Ibama). Note-se que essa distinção, entre dois diferentes documentos, explica-se administrativamente em função de um desdobramento das instâncias de governo que regulamentam a relação do sujeito-cidadão para com a terra e recursos naturais: a regularização fundiária é feita pelo Incra e a licença ambiental é concedida pelo Ibama.

As cartilhas têm, portanto, esse caráter de se constituírem enquanto uma forma de capacitar as populações a se adequarem à legalidade ambiental, de modo que através dessas cartilhas, no contexto desse Projeto, instâncias do governo e financiadores estariam garantindo certo acesso da população a questões legais e técnicas que visariam justamente regulamentar a relação de uma determinada população para com o meio ambiente, dentro de uma política ambiental hoje vigente. Para as comunidades, tratar-se-ia, nesse momento histórico, de ter de regularizar a sua situação como moradora/ habitante desse espaço do qual ela tira o seu sustento: uma legislação específica constitui um novo espaço a ser administrado, que eu chamo aqui de *espaço ambiental*, em contraposição ao *espaço urbano* e ao *espaço rural*. O acesso ao espaço ambiental, no caso, institui-se através do usufruto de um território, que é público.

As cartilhas são diferentes entre si. *Acordos de pesca* e *A posse de terra no ambiente de várzea* falam da lei; na Coleção Estudos Estratégicos, temos cartilhas que falam de técnicas de produção (como a das abelhas e dos camarões) ou de técnicas de conservação (como a dos quelônios).

Primeiramente, nesse contexto, chama a atenção a adjetivação do termo “manejo”, a sua qualificação por “manejo comunitário” (por exemplo no título “Manejo comunitário de camarões” ou no subtítulo “manejo comunitário de produtos florestais não-madeireiros”). Então, a ocorrência de “manejo” nessa circulação de um educação ambiental nas cartilhas do ProVárzea mostra especificidades, nesse investimento mesmo de um sentido comunitário para o manejo. Na legislação, segundo a análise aqui apresentada, produz-se para manejo uma significação político-administrativa, em que se desdobra, como foi dito, a relação com o meio ambiente em duas posições sujeito, o *sujeito do uso* e o *sujeito do manejo*, no seguinte sentido: a população/ o cidadão usa e o governo administra, portanto maneja. Esse desdobramento entre uso e manejo estará presente também nos textos das cartilhas.

A expressão “manejo comunitário” em princípio aponta para a possibilidade do manejo por parte das populações. Vamos ver porém, com os exemplos, que os sentidos de “manejo” de modo geral nas cartilhas se constituem como intervenção sobre os sistemas naturais: o sujeito deixaria de atuar na simples “extração” ou “coleta” (seja de peixes, camarões, produtos vegetais, mel [...]) e passaria a entrar com uma determinada técnica para a reprodução e a valorização dos produtos de interesse comercial. Passa a cultivar. É claro, se existe uma demanda das cidades próximas e distantes sobre esses produtos, vai haver uma grande procura e em conseqüência uma pressão diminuindo as quantidades (e tamanho) desses produtos encontrados na natureza, que é o que acontece com o pescado, com o palmito etc.

Vejam abaixo alguns enunciados extraídos da cartilha *Acordos de pesca* (2003), que apresentam as expressões “manejo” e “comunitário”:

- a) “Manejar a pesca significa *controlar* a captura para que os peixes continuem se reproduzindo e se mantenham estáveis em quantidade e em tamanho” (grifo meu);
- b) “Todos ganham com o manejo”;
- c) “Com manejo – cada hectare de lago produz 41 quilos de peixe. Sem manejo – cada hectare de lago produz 26 quilos de peixe”.

Novamente, o sentido produzido para “manejo” é o de “controle”, mas, na medida em que este é um texto de divulgação, o sentido de controle, abstrato na lei, remete aqui a uma situação concreta e uma finalidade específica: é o controle da pesca para a manutenção e valorização do pescado, para a produtividade da própria pesca em locais usados por diferentes sujeitos. A cartilha *Acordos de pesca* trás uma proposta para o manejo ou o controle da pesca nas várzeas, que seria a de realização de “acordos”, proposta que se coaduna com os objetivos de fomento do monitoramento e controle participativos, como parte da atuação do Projeto ProVárzea.

Vejamos outros trechos:

- d) “Acordos de pesca – a comunidade se organiza”;
- e) “E já que não podem proibir os *barcos comerciais* de entrarem nos rios e lagos, estão descobrindo que o melhor caminho é chamar o *Ibama*, discutir o assunto e chegar a um acordo, criando regras que valem para todo mundo.” (grifos meus);
- f) “Os comunitários que usam os mesmos lagos e trechos de rio se reúnem e *definem as normas* que vão fazer parte do acordo, *regulando a pesca* de acordo com os interesses da comunidade local e com a conservação dos estoques pesqueiros.” (grifos meus);
- g) “*Conflitos* entre pescadores artesanais e comerciais já vem de longa data na Amazônia.” (ACORDOS, 2003, grifo meu).

Então, o sentido de comunitário encontra-se relacionado à produção de um “acordo” os moradores/ pescadores (a comunidade) devem entrar em acordo, definir as normas para regular a pesca. Além disso, em dois dos trechos transcritos (item “e” e item “g”) acima podem ser percebidas as marcas no discurso de uma desigualdade na sociedade. Em um dos trechos, fala-se mais diretamente de

“conflitos” entre pescadores artesanais e pescadores comerciais. E fala-se também, no outro trecho, dos “barcos comerciais”.

Os barcos comerciais são problema para o outro tipo de pescador. Isto é, a expressão “barcos comerciais” aponta para os outros sujeitos, que não estão nomeados nesse trecho (item “e”), mas são a quem se dirige a cartilha. Em sua enunciação, a cartilha volta-se para o morador local, identificado, na sua relação com a pesca, como o “pescador artesanal”.

A desigualdade que aparece marcada em determinados momentos do texto da cartilha faz com que retornemos sobre os enunciados “acordo *comunitário*” “*todos ganham com o manejo*”, “regras que valem para *todo mundo*”. Nesse contexto, o “comunitário” e o “todos” se equivalem, funcionando de modo a silenciar sobre a desigualdade de condições que a comunidade de pescadores ou ribeirinhos enfrenta em relação a uma indústria da pesca, que tem um pescador equipado, com estrutura para comercializar o pescado etc. – muito embora encontremos referências à desigualdade presentes no texto. Assim, pode-se dizer, em termos do funcionamento da linguagem enquanto discurso, que o sentido de “acordo” vem produzir um *silenciamento* (ORLANDI, 1992) sobre a diferença de interesses e sobre os diferentes modos de exploração do meio ambiente.

Pode-se ainda discutir, diante do contexto em que se marcam no discurso essas diferentes *posições-sujeito*, a questão mais ampla da normatização do espaço ambiental: o que significa instituir como *espaço público* os locais em que pescadores artesanais moram e vivem sem apropriação privada, fazendo uso comum dos recursos nos rios e lagos? Essa normatização funciona de forma a produzir uma sobreposição de uma ordem discursiva urbana sobre uma ordem rural. Dado o funcionamento político que regula o confronto dessas duas diferentes ordens, essa sobreposição tem um efeito sobre a sociedade ribeirinha (aquela referida como “comunidade tradicional”), a saber, “desinstala-se” essa outra sociedade, ao fazer intervir a sociedade urbana sobre ela, em sua legalidade, que

se apóia hoje não somente na federação, mas também em uma governabilidade internacional.

Muito embora se tenha criado uma legislação específica, que procura justamente dar conta do fato de que nas áreas de ambiente a ser preservado encontram-se diferentes populações, a legislação vem como uma imposição legal (do Estado) que institui uma nova ordem discursiva. E, nessas condições, afirma-se que aqueles “rios e lagos” são públicos, que não se pode, diante disso, “proibir os *barcos comerciais* de entrarem nos rios e lagos” e convoca-se então o pescador artesanal a funcionar como “aliado pela preservação”, chamando o IBAMA, para o funcionamento da preservação ou de um desenvolvimento sustentável – em uma sociedade que não é mais a dele e da qual ele se encontra excluído.

Ou seja, como será que esse discurso ambiental, essa proposta de acordo e essa educação ambiental, podem ou não “soar” para essa população? Será possível, em tais condições, que os sujeitos possam se reconhecer enquanto parte das populações ditas tradicionais e se sintam participando de um acordo, e que este de fato os possa beneficiar?

Vejamos agora como são as paráfrases que produzem os sentidos para o termo *conhecimento tradicional*, de um lado, e *conhecimento científico*, de outro lado, no conjunto de textos que compõem as cartilhas da coleção Iniciativas Promissoras.

Como já mencionei, no conjunto, o sentido produzido para o manejo é o de uma intervenção nos sistemas naturais, com o fim de se alcançar maior produtividade. As cartilhas têm então a importante função de levar às comunidades técnicas de cultivo/manejo, possibilitando sim outra relação com o ambiente. Mas as cartilhas também estampam a diferença entre uma cultura científica e uma cultura não-científica e, nesse caso, os sentidos de manejo vão se constituir na possibilidade de uma *substituição* de uma relação por outra, de uma relação que não é voltada para a produtividade por outra voltada para a produtividade.

Esses aspectos poderiam a meu ver ser mais assumidos e valorizados na enunciação das cartilhas. Mas observa-se, nessa enunciação, por outro lado, o retorno de aspectos ideológicos constitutivos da nossa sociedade urbana. Veremos como isso se dá com a análise de outros enunciados.

No conhecimento científico, manejo é significado tecnicamente, por exemplo, como uma série de procedimentos:

- h) “Manejar é dar uma mãozinha para a natureza”
- i) “O manejo envolve uma série de *procedimentos* bastante simples destinados a garantir o nascimento do maior número possível de filhotes.” (PROJETO, 2005, grifo meu).

O termo “procedimento” remete a um discurso técnico-científico, e o manejo, nesse caso, é situado nesse âmbito. Em outra cartilha, o (procedimento) científico é confrontado com outro “procedimento”. Trata-se da Cartilha *Criação de abelhas sem ferrão* (CRIAÇÃO, 2005). Vejamos abaixo a reprodução da página 12 dessa cartilha:

i) **Diferentes tipos de manejo**

Esse é o jeito tradicional...



Os índios, cabanos e outros povos que vivem na Amazônia costumam extrair mel dos ocos dos pauis. Às vezes, criam abelhas sem ferrão em cabanas, cortiços ou até mesmo nos locais onde elas fazem seus ninhos. Para retirar o mel, as colméias são praticamente destruídas e as abelhas têm muito trabalho para refazer suas moradias e produzir novamente. Isso prejudica a produção e pode até matar a colônia.

... mas existe a maneira racional



Depois de pesquisar muito, alguns estudiosos das abelhas sem ferrão começaram a estudar formas de criá-las em caixas racionais. Assim, surgiu um sistema simples, barato, que facilita o manejo das colméias. Dessa forma, as abelhas têm condição de produzir mais e em menos tempo: Essa atividade é chamada meliponicultura e permite criações mais produtivas.

Embora o texto acima seja introduzido pelo título “Diferentes tipos de manejo”, na sua continuidade, a forma de apropriação do mel de abelhas por parte dos índios e caboclos será desqualificada. Assim, a “pesquisa” e o “estudo”, de um lado, são confrontados com os “costumes” indígenas, de outro lado, opondo-se “jeito tradicional” a “maneira racional”.

Note-se que essas expressões não são opostas em um paralelo sintático-semântico. Isto é, primeiramente, de um lado, “jeito” pode ser associado a ocorrências discursivas mais “informais” (está relacionado a expressões como “sem jeito” ou “de jeito nenhum”), de outro, “maneira” pode ser associado a ocorrências mais formais (relacionado a expressões como “boas maneiras”, por exemplo): não se trata, portanto, sequer de um mesmo objeto, em função dos substantivos diferentes utilizados. Além disso, os dois adjetivos diversos, situados nessa estrutura opositiva, fazem ecoar, cada qual, seus sentidos opostos: de um lado o adjetivo “tradicional” (cujo oposto é “moderno”, que remete à nossa sociedade, uma sociedade da ciência e da técnica), de outro o adjetivo “racional”, cujo oposto é “irracional”.

Muito embora essas expressões não se constituam em estruturas paralelas, o paralelismo ecoa entre as duas no funcionamento da linguagem enquanto memória discursiva. Primeiramente: dizer “jeito” não é como dizer “procedimento”, portanto, o termo “jeito” aponta justamente a falta de “procedimento”, falta de um domínio técnico-científico, que fica aí marcada. O adjetivo racional vai ser atribuído a outros termos na seqüência do texto: “caixas racionais” (p. 12); “criação racional” (na seqüência, p. 13), e a “atividade” que é aí descrita tem ainda uma nomeação científica, “meliponicultura”.

Há redundância e excesso nas qualificações do científico, que são também significativas da falta no outro lado. E, enfim, com a contraposição de “maneira racional” em relação à “jeito tradicional”, o conhecimento tradicional ficará significado como não-racional, no sentido de um “procedimento” anterior à ciência,

primitivo... Desse modo, aqui se propõe o domínio do técnico-científico (como resultado de pesquisas de estudiosos), como *substituição* ao costume ou à criação primitiva de abelhas (feita por índios, caboclos e outros povos que vivem na Amazônia). A proposta de um domínio técnico para culturas já presentes no ambiente da várzea poderia ser levada às populações da várzea, sem que se produzisse esse sentido de oposição, que distancia os sujeitos em termos da legalidade que está sendo proposta. Percebe-se nesse exemplo como a cartilha pode ficar significada como um instrumento que leva o conhecimento produzido em um contexto da ordem do científico, em substituição ao não-conhecimento, ao desconhecimento.

Vamos ver ainda mais um exemplo, extraído de outra cartilha:

i) “Sexto passo: Manejo é usar sem espatifar

Manejo é o *uso correto* dos recursos da floresta. [...] Algum tempo atrás era comum que os moradores derrubassem as árvores para vender a madeira e só. [...] Isso é o manejo: *usar com sabedoria e respeito*. Também faz parte do manejo os *inventários que identificam quantas e quais plantas existem em nossas áreas* e o *Plano de Bom Uso*, que identifica quais plantas serão utilizadas, de que forma e em que época.” (ÓLEOS, 2006, p. 16, grifos meus)

Além do discurso técnico-administrativo (“inventários”), na Cartilha Óleos da Amazônia (realizada em parceria com a *World Wide Fund for Nature – WWF*) percebe-se também um deslizamento para um discurso moral que não se verifica nas outras cartilhas. Identifica-se o “plano de uso” como “plano do bom uso”; o manejo é definido como o “uso correto” e o uso com “sabedoria e respeito”. Assim, retomando a introdução do trecho acima, no sexto passo que ensina sobre manejo, a formulação “usar sem espatifar” produz um sentido de repreensão, de puxão de orelha. E, desse modo, a substituição que aqui se propõe é a de um “mal uso” para um “bom uso”.

Temos portanto, nessas cartilhas, uma série de enunciados que vão construindo os sentidos de *conhecimento científico* e *conhecimento tradicional* através de uma oposição, e, junto a esta oposição, também os sentidos de oposição entre a sociedade urbana e a sociedade da várzea (como parte das chamadas “populações tradicionais”). Retorna o imaginário urbano sobre as populações não-urbanas, como oposição entre diferentes sujeitos em função de um domínio dos procedimentos técnico-científicos – no científico, ocorre o que a gente chama de um deslizamento do discurso científico para o discurso técnico-administrativo.

Desde a não-equivalência entre termos como “jeito” e “costume”, de um lado, no sentido do não-científico, e “maneira” e “procedimento”, de outro lado, no sentido do científico, até enunciados como “uma série de procedimentos bastante simples” (*Projeto Pé-de-pincha*); “estudiosos das abelhas desenvolveram um modo de [...]” (CRIAÇÃO, 2005, p. 12); “inventários que identificam quantas e quais plantas existem em nossas áreas” (ÓLEOS, 2006, 16), que funcionam como paráfrases do conhecimento científico/domínio técnico-administrativo, e enunciados como “simplesmente a extração [...]” (ÓLEOS, 2006); “moradores derrubassem as árvores para vender a madeira e só” (ÓLEOS, 2006, p. 16), que funcionam como paráfrases do “jeito” tradicional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartilhas aqui analisadas foram produzidas em um contexto específico discursivo e enunciativo, o que constitui uma determinada posição autoral: isto é, não estou considerando aqui a autoria no sentido de uma responsabilização reputada a um indivíduo ou a vários, mas, sim, estou considerando o que dá unidade ao conjunto de textos, que é um projeto amplo do Ibama/MMA, que, entre as suas diversas ações, realiza, através desse material, uma divulgação científica e técnica para as populações da várzea. Assim, trata-se, como descrevi no início, de um contexto de educação

ambiental, em um projeto do governo brasileiro financiado por instituições internacionais.

Não se nega a importância de que conhecimentos científicos e a regulamentação jurídica sejam colocados em circulação para a população ou as populações, e isso é de fato feito através dessas cartilhas. Procurei, porém, apontar para elementos do funcionamento da linguagem que retornam na enunciação, mostrando aspectos ainda a ser enfrentados por esta sociedade, que está diante de tantas conquistas políticas nesse campo.

REFERÊNCIAS

- ACORDOS de pesca: a comunidade é quem faz. Brasília: WWF Brasil e ProVárzea/Ibama, 2003.
- BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dap_cnuc2/_arquivos/snuc.pdf >. Acesso em: 14 abr. 2007.
- CRIAÇÃO de abelhas sem ferrão: alimento de qualidade e renda extra para as famílias, com benefícios para o ambiente natural da várzea. Manaus: ProVárzea/Ibama, 2005. (Coleção Iniciativas promissoras, n.2)
- O DESENVOLVIMENTO rural em Parintins 2005-2012. Parintins AM: ProVárzea/Ibama, 2005.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. 2001.
- _____. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: MMA; São Paulo: USP, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Histórico do IBAMA. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historia/index.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

ÓLEOS da Amazônia: a natureza em vidrinhos – manejo comunitário de produtos florestais não-madeireiros e fortalecimento local no Município de Silves/AM. Manaus: ProVárzea/Ibama, 2006. (Coleção Iniciativas promissoras, n. 4).

ORLANDI, E. *Terra à vista!*: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Ed. Unicamp; São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1997a.

_____. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988b.

A PESCA na Região amazônica. Manaus: ProVárzea/Ibama, 2005. Coleção Cartilhas Estudos estratégicos.

PROJETO pé-de-pincha: parceria de futuro para conservar quelônios na várzea Amazônica, 2005. (Coleção Iniciativas promissoras, n. 1).

SILVA, T. D. A Natureza como patrimônio público: discutindo a instituição das áreas protegidas no Brasil. *Revista Idéias* - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Unicamp, n. 14, 2007.

VIOLA, E.; LEIS, H. *A evolução das políticas ambientais no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

ANEXO:

Cartilhas ProVárzea





A POLÍTICA DA/NA LÍNGUA NO DISCURSO DO PATRIMÔNIO

Larissa Montagner CERVO¹
Amanda Eloina SCHERER
(PPGL – Laboratório Corpus – UFSM/RS)

MOARA

RESUMO: Neste artigo, propomo-nos refletir sobre o modo político como a língua funciona discursivizada enquanto patrimônio. Observaremos esse funcionamento tanto na textualização do patrimônio imaterial quanto na musealização, pensando na língua como um objeto que se presta a problematizar a constituição de vínculos e lugares sociais que jogam com a identidade do sujeito, em termos de história e memória e, em particular, de cidadania. Para tanto, nossas materialidades de análise serão o documento Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) e o Museu da Língua Portuguesa (São Paulo/SP). A perspectiva teórica é a análise de discurso postulada, na França, por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, entre outros pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: Língua; política linguística; patrimônio imaterial; musealização.

ABSTRACT: In this paper we intend to reflect on the political way language discursively works as a patrimony. We observe this functioning both as in textualizations of the immaterial patrimony and as in musealization, thinking of language as an object which serves to problematize the constitution of social bonds and places that play with the identity of the subject in terms of history and memory and, particularly, of citizenship. Therefore, our materialities for analysis are the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (UNESCO, 2003) and

¹ Doutoranda em Letras no Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM, sob orientação da Professora Dr. Amanda Eloina Scherer. Bolsista Capes. Endereço para correspondência: Laboratório Corpus – UFSM. Av. Roraima, n. 1000, Cidade Universitária - Bairro Camobi, Centro de Educação, sala 3302, Santa Maria-RS, CEP 97105-900. Fone: 0xx55-32208956. E-mail: laricervo@yahoo.com.br

the Museum of the Portuguese Language (São Paulo/SP). The theoretical perspective is Discourse Analysis postulated in France by Michel Pêcheux and developed in Brazil by Eni Orlandi, among other researchers.

KEYWORDS: Language; linguistic politics; immaterial patrimony; musealization.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomos uma reflexão que coloca a língua no entremeio de duas faces da mesma moeda: de um lado, a língua como constitutiva da nossa própria significação de sujeitos urbanos, de outro, a mesma língua como instrumento, objeto de qualificação da nossa cidadania. Nosso intuito é pensar no modo político como a língua funciona hoje, discursivizada como patrimônio, tanto pela textualização do patrimônio imaterial quanto pela musealização, ou seja, como um objeto que se presta a problematizar a constituição de vínculos e lugares sociais que jogam com a identidade do sujeito, em termos de história e memória, em termos da língua que se fala propriamente. Para tanto, pensamos em política linguística, conforme Orlandi (2007, p.8), enquanto política de línguas:

uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos.

Esta proposta inscreve-se no estudo que vimos desenvolvendo vinculado ao projeto de tese **Minha língua, patrimônio nosso**, da Linha de pesquisa Língua, Sujeito e História (PPGL/UFMS). Em nossa tese, refletimos sobre a significação da língua como patrimônio, em face do Museu da Língua Portuguesa (São Paulo/SP) e da língua no museu. A perspectiva teórica é a análise de discurso postulada, na França, por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi, entre outros pesquisadores.

2 A LÍNGUA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

A emergência de discursos sobre a língua ou sobre as línguas que, tal como Orlandi (2009) formula, funcionam sob a ideologia do *culturalismo*, associando de modo pleno língua e cultura, denuncia a fragmentação de uma unidade imaginária nacional de língua em detrimento de línguas, que cada vez mais são associadas a grupos e comunidades, tornando-se objetos de busca por identidade sociocultural em discursos de comunitarismo, de minorias e de direito *a*. Essa questão envolve a tríade Língua, Nação e Cultura e toca a relação Língua, Estado e Sociedade, não apenas pela propagação de discursos culturais que são tomados como argumento para a nomeação de comunidades (comunidade indígena, comunidade de imigração italiana, alemã, etc.), mas também, e, sobretudo, pelo estatuto do sujeito, dividido entre a cidadania por meio da qual só é brasileiro se fala a língua portuguesa - pelo caráter oficial conferido e sustentado pelo Estado, e a relação primeira com a comunidade, com o grupo, cuja língua assinala uma identidade clivada, resistente, de história e memória que confronta, por vezes, a história e memória do imaginário da nação soberana. A que comunidade o sujeito pertence?

Os discursos sobre a língua e sobre as línguas expõem a nação como um espaço plural, de falantes e ouvintes, não mais singular. Muito embora o plural seja silenciado em função do aparato do Estado, bandeiras são cada vez mais levantadas em prol da heterogeneidade, em busca da dita prática democrática de reconhecimento, de determinação de direitos, como se isso resolvesse o problema da cidadania (ORLANDI, 2009). Reconhece-se a língua de uma comunidade. Essa comunidade importa porque ela acolhe o sujeito, o legitima, e isso se constrói como uma relação familiar e naturalizada, muitas vezes primeira, mas o sujeito permanece ligado e responsabilizado na/pela língua nacional. Assim sendo, não há perda ou migração de identidade, e sim mostra como afirma Orlandi (2002, p. 42) de que o sujeito é “passageiro de várias ordens do simbólico”.

Uma dessas bandeiras é o discurso do patrimônio cultural imaterial. Em se tratando da discursivização da língua como patrimônio, o que nos interessa, nesse caso, é pensar esse discurso como uma alternativa de registro da língua fazendo-a um objeto, bem cultural, que se presta ao testemunho da existência e da identidade sociocultural de diferentes comunidades linguísticas, ou seja, de como a língua significa como objeto de constituição de um vínculo social, seja ele nacional ou comunitário, e de que política é essa que a faz assim funcionar.

O patrimônio cultural remete ao passado evocado pelas sociedades pelo seu estatuto político-simbólico de herança, constitutiva do presente e do futuro, portanto, um direito de memória e história. Daí os bens culturais como formas de testemunho, objetos de preservação que materializam traços descontínuos da história/memória, institucionalizando-os para que a memória de um coletivo não se perca no espaço-tempo, esvaziando a historicidade dos processos sociais, uma vez que o que se esquece ou não é lembrado fica silenciado, à margem da história.

No caso do discurso do patrimônio cultural imaterial, a primeira questão que nos toca é a própria designação imaterial. Cabe mencionarmos, de antemão, que não há legislações que tratem do patrimônio como *material*. O que há é uma remissão histórica do patrimônio cultural à arte, à natureza, aos monumentos, às construções, às paisagens, às coleções, aos selos postais, etc., bens esses que, pela ação do tombamento, pela determinação do sítio de preservação, ou mesmo pela reunião em museus, bibliotecas ou outras instituições de conservação, filiam-se a uma ideia de um conjunto de elementos que simboliza ou mesmo representa parcelas de história/memória insígnias de poder, daquilo que é digno de ser lembrado, preservado e comemorado. Elementos tais de materialidade física, palpável, portanto.

Assim sendo, em tese, tudo que é imaterial teria relação com aquilo que continua sendo identitário, mas que transborda da rigidez constitutiva da “pedra e cal”, conflituando com a mediação

de uma materialidade palpável. O patrimônio imaterial, enquanto textualidade jurídica é um reconhecimento documentado, que registra a existência, sem, contudo ‘congelá-la’ ou monumentalizá-la, querendo-a inviolável, tal como se propõe aos bens tombados do patrimônio [*material*] cultural artístico, natural, etc. E surge como resultado de movimentos sociais que discutiam a necessidade de preservação da biodiversidade e da diversidade cultural (FUNARI; PELEGRINI, 2006), o que requereria uma abertura da legislação a grupos e/ou comunidades particulares que têm nesses bens os seus símbolos identitários.

No caso de legislações, tomamos por base para tanto o documento de salvaguarda dos bens culturais imateriais, elaborado na/pela Conferência Geral da UNESCO (CONFERÊNCIA, 2003). Em tal documento, intitulado **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, assim define-se o patrimônio imaterial na seguinte sequência discursiva (doravante SD):

SD1: Artigo 2: Definições

Para os fins da presente Convenção,

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as **práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas** - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as **comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos** reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se **transmite de geração em geração, é constantemente recriado** pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um **sentimento de identidade e continuidade** e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana [...] (UNESCO, 2003, grifos nossos).

Observe-se que a questão do patrimônio imaterial se presta ao reconhecimento de elementos identitários, quais sejam, *práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas*, que singularizam *grupos e comunidades* em uma situação, portanto, de pertencimento. A textualização não discrimina o que são esses elementos e não

define o que são essas comunidades, o que abre espaço tanto a um coletivo nacional quanto às “comunidades secundárias”, tal como Orlandi (2006) as refere, pequenos grupos que se formam em busca de singularidade no meio do todo, como que num processo de territorialização de particularidades, um re-localizar-se de história e memória por meio de símbolos identitários. Esses símbolos, por sua vez, são *transmitidos de geração em geração*, gerando *sentimento de identidade e continuidade*, o que os inscreve numa ordem de tradição e de herança cultural. Além disso, são *constantemente recriados*, o que dá ensejo à questão do imaterial como algo não fixo, não estabilizado, mas dinâmico, muito embora sempre ligado ao passado, daí o repetível da tradição.

É verdade que a vaguidão com que [não] se define bens e comunidades amplia a noção histórica de patrimônio cultural. No entanto, o que se vê é que o patrimônio imaterial permanece filiado à questão do pertencimento, pela eleição dos bens culturais de cada grupo ou comunidade e, também, pelo efeito de fixação de sentidos produzido pela prática do registro enquanto documentação escrita, registro esse que testemunha a existência, sem, contudo abarcar a dinamicidade prevista quanto à constituição dos bens imateriais. Rodríguez-Alcalá (2010), em análise da mesma legislação, observa que:

Permanece sempre a questão do jogo de forças para definir o que faz parte do patrimônio cultural de uma determinada sociedade nacional, além do problema da exclusão que significa fixar certos elementos em detrimento de outros, sem contar com a impossibilidade de “atualizá-los”, se pensarmos que a sociedade muda constantemente e que a identidade, é movimento (ORLANDI, 2010 apud RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2010).

No tocante à língua, na mesma **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial** ela é textualizada da seguinte maneira:

SD2: § 2. O “patrimônio cultural imaterial” tal como é definido no parágrafo I supra, manifesta-se nomeadamente nos seguintes domínios:

(a) **tradições e expressões orais**, incluindo a **língua** como **vector do patrimônio cultural imaterial** (UNESCO, 2003, grifos nossos).

Nessa sequência discursiva, observamos uma clara e primeira contradição, que novamente se inscreve na designação imaterial. Na perspectiva discursiva, a língua tem materialidade, o que significa dizer que o material é:

[...] a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é, portanto “lingüístico-histórica” ou, ainda, “a forma material” é vista como um acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2003, p. 19).

Língua, então, é condição *material* para a realização de processos discursivos. Já no recorte supracitado, quando ela é textualizada como vetor do patrimônio cultural imaterial, ela é colocada como condição de realização de outros eixos da mesma ordem do patrimônio, a saber, celebrações, saberes e lugares (UNESCO, 2003), porque se presta a um repetível de práticas culturais comuns, dado que *tradições*, porém de ordem *imaterial*.

A língua, além disso, significa *expressões orais*. Nossa sociedade, entretanto, é uma sociedade da escrita. Grosso modo, isso é um indicativo de que a escrita é mais valorizada do que a fala, na medida em que aquela sistematiza e fixa, apontando para a língua imaginária (ORLANDI, 2002); enquanto esta, a fala, é acontecimento no mundo, diversidade, o que toca a língua fluida. O dito é mais importante que o dizer. Tratar de expressões *orais*, então, representa um modo político de ao dizer língua, (não) dizer línguas. Ora, o discurso do patrimônio imaterial envolve tanto uma comunidade que pode ser a nacional quanto comunidades secundárias, pequenos grupos. E no momento em que se relativiza a homogeneização cultural e linguística de uma nação e de sua língua nacional, abre-se espaço para as línguas comunitárias, de imigração, indígenas, de sinais, enfim, para todas as línguas que de algum modo constituem vínculos sociais. Assim sendo, a marca do oral é um modo político

de, no próprio gesto de reconhecer, apontar a diferença, porque mesmo que todas as línguas tenham oralidade, continua a valer uma hierarquia de poder quando se coloca em jogo as línguas oficiais e nacionais, aparatadas pela escrita. Esse é um modo político de se praticar política de línguas enquanto política linguística.

A língua, então, relaciona-se com o patrimônio imaterial em seu caráter oral. Intangível. Para além da inscrição do imaterial como contrário ao não dito e não nomeado patrimônio material, poderíamos pensar essas línguas tal qual uma análise de Guimarães (2000) em que o autor mostra como o nome da língua transita pelas noções de civilização e cultura. Conforme Guimarães (2000), medidas que textualizam línguas, tal como a própria Constituição de 1988 (BRASIL, 1996) por ele analisada, reconhecem a multiplicidade apenas como um modo de caracterizar antropologicamente diferentes povos. Na Carta, o Estado anuncia a língua portuguesa como língua oficial e, em capítulo à parte, legitima o direito dos índios às línguas indígenas e à cultura indígena, o que, para o autor, redivide o espaço de enunciação² brasileiro sem, contudo, deixar de marcar a diferença, na medida em que mesmo as línguas indígenas, juridicamente reconhecidas, continuam a funcionar sob a égide da unidade nacional. Em outras palavras, para o Estado só se é brasileiro quando se fala a língua portuguesa. A respeito dos indígenas, Guimarães (2000, p.179) assim resume o funcionamento dessa política de reconhecimento: “sua língua, e nela enunciar, é uma predicação do Índio enquanto índio.”

É sob essa política linguística que toca uma questão de cidadania, da relação sujeito e língua predicada por um Estado, que línguas circulam como patrimônio, como elementos de constituição de vínculos sociais, que relacionam cultura com etnicidade, formando

² Entendemos a noção de espaço de enunciação tal como Guimarães a formula: “os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (2002, p. 18).

um consenso, a ilusão do fechamento de um grupo, tal como reflete Rodríguez-Alcalá:

[...] o que faz de um grupo um grupo? O que cria sua *unidade* (coesão) interna e o *diferencia* dos demais, estabelecendo suas *fronteiras*? A resposta etnicista aponta para a cultura, para uma determinada definição de cultura, cuja característica principal é a sua *orientação para o passado*: o que determina o pertencimento a um grupo é o fato de seus membros terem uma *origem comum* e partilharem, assim, uma *herança cultural*, representada por uma série de *símbolos identitários* (personagens lendários, língua, costumes, tradições) que são *transmitidos de geração em geração* ao longo da história. Essa origem comum criaria uma *afinidade natural* entre os membros do grupo sobre a qual repousaria o vínculo entre eles, que definem o que estamos chamando de *consenso etnocultural*. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2010, p. 129, grifos do autor).

O direito à língua ou às línguas como bens culturais é, portanto, um direito de manter uma dada tradição que caracteriza um grupo e que nele se encerra. Daí uma ambivalência, também, com a questão do comunitarismo, das minorias, porque grupos assim discursivizados continuarão na posição de minoritários em se tratando da luta contra a colonização linguística, contra a dissolução do espaço de enunciação ao longo da história em função da falta de falantes e da conseqüente quebra da transmissão, etc., assim como em função da hipotética falta de registro da identidade sociocultural. O patrimônio imaterial não congela, não fixa, apenas testemunha a existência por meio da prática do registro. Para que isso se torne um incentivo à mobilização por parte de políticas públicas a fim de que estas promovam uma dada instrumentalização e/ou novo estatuto de circulação dessas línguas, seriam necessários ainda outros passos, outras metas, talvez, outra política.

O agravante nessa problemática é a reprodução em larga escala de discursos que dão direito à institucionalização de memória e de história de comunidades linguísticas particulares. A partir do reconhecimento da língua como patrimônio nesta Convenção, tal documento tem servido de referência, por exemplo, para legislações

nacionais bem como para projetos e políticas públicas de bens culturais imateriais em diversos países. No Brasil, serviu de base para **Patrimônio Imaterial no Brasil – Legislação e Políticas Estaduais** (CAVALCANTI; FONSECA, 2008)³. Essa e outras políticas públicas se sustentam, também, em textualizações como o **Atlas das Línguas em Perigo no Mundo** (MOSELEY, 2001)⁴, assim como, e principalmente, na **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos** (ESPANHA, 1996)⁵, documento no qual a questão do direito à língua é colocada como na ordem dos direitos humanos fundamentais, aqueles que significam uma situação jurídica de direitos sem a qual o sujeito não se realiza, não convive nem mesmo sobrevive, tal como a vida, a liberdade, a opinião, entre outros (CERVO; LISOWSKI, 2009).

E por que a questão do patrimônio levanta a questão do registro como textualidade de documentação, apenas para encerrar esta parte do artigo é interessante mencionarmos que países como o Brasil têm se mobilizado para o levantamento das línguas faladas no seu território e o posterior registro na forma de inventários que assegurariam a documentalização da língua e, com isso, de certo modo, da comunidade que a fala⁶. Se pensarmos na designação inventário, estamos frente a uma prática de levantamento e, também, na deriva daquilo que se lista a partir do que já está morto. Justamente porque não há mais perpetuação ou porque a língua se desenvolve em um espaço de enunciação restrito, com um inventário o Estado reconhece para si e em seu âmbito apenas a existência presente dessa língua, registra a comunidade que a fala, abre espaço

³ Ver <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001808/180884POR.pdf>

⁴ Ver <http://www.unesco.org/culture/languages-atlas>

⁵ Ver http://penclube.no.sapo.pt/pen_internacional/dudl.htm

⁶ No Brasil, o trabalho vai culminar no Livro de Registros das Línguas que, sob a responsabilidade do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil, de iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto de Investigação de Políticas Linguísticas (IPOL), vai inventariar e registrar todas as demais línguas faladas no Brasil, além do português, e elas então serão consideradas referências culturais brasileiras (GTDL, 2006-7, p.11).

para a reflexão acerca de práticas e ações de preservação, mas isso não significa necessariamente que o Estado esteja postulando a si mesmo como espaço diverso linguisticamente. Mesmo que a língua nacional se some ao inventário enquanto língua falada, ela tem outro estatuto, garantido pelo aparato do Estado, e é por ela/nela que ele se constitui. Há aqui, novamente, o silenciamento das línguas no gesto mesmo de reconhecê-las.

3 O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA E A LÍNGUA NO MUSEU

Já que estamos tratando de língua como patrimônio, entendemos que o Museu da Língua Portuguesa (SÃO PAULO, 2006) entra em cena como um funcionamento outro da mesma política, o que vamos observar por duas vertentes: a musealização da língua, prática que também tem ressonância do sentido de patrimônio cultural; e o slogan do museu: “a língua é o que nos une”, dito uma justificativa para a valorização e o reconhecimento da diversidade linguística do Brasil.

O museu é *da* língua portuguesa. Ao propor a musealização dessa língua especificamente, que é uma língua de caráter oficial no Brasil, e, em conjunto, lançar o slogan “a língua é o que nos une”, o museu afirma reconhecer a diversidade inscrita na forma imaginária da língua, anunciando que, apesar de sermos um território heterogêneo, a língua nacional nos faz um só, o que culmina no ideal da homogeneização linguística e cultural que delimita fronteira e constitui um Estado/nação. Esse seria novamente um modo político de lidar com políticas de língua sobrepondo a elas uma política linguística, em termos de silenciamento, em relação política de força, de potencialidade.

A alternativa do museu como espaço para essa política linguística é, então, um modo de fazer uso da ideia de museu como lugar de conservação, preservação. O objeto de museu se inscreve na premissa da herança, da origem, sendo ele também um símbolo do

passado, ou seja, um patrimônio cultural. Nesse sentido, temos que o Museu da Língua Portuguesa, ao se propor preservar uma língua nacional, propõe-se preservar um Estado/nação, uma comunidade nacional, em que pese sua memória e sua história. Não é a toa que o museu é *nosso*⁷ e que enumera, em seus objetivos, as seguintes formulações⁸:

SD3: Os principais objetivos do Museu da Língua Portuguesa são:

- mostrar a **língua como elemento fundamental e fundador da nossa cultura**;
- **celebrar e valorizar a Língua Portuguesa**, apresentada suas **origens, história e influências** sofridas;
- **aproximar o cidadão usuário de seu idioma**, mostrando que ele é o **verdadeiro "proprietário"** e agente modificador da Língua Portuguesa; [...]

Ao referir a língua como *elemento fundamental e fundador da nossa cultura* e, posteriormente, que é preciso *celebrar e valorizar a Língua Portuguesa*, o museu nos chama a atenção para o fato de que a língua portuguesa está na raiz da *nossa cultura*, uma cultura brasileira. Musealizar a língua portuguesa em sua *história, origens e influências* como fundadora da nossa cultura é, desse modo, negar a memória de um país colonizado, negar a memória e a história do índio, fundando a imagem da origem no colonizador, o português que veio de uma civilização e trouxe uma língua de civilização (GUIMARÃES, 2000), fazendo-nos civilizados, de tal modo que, à diferença do discurso do patrimônio imaterial, somos levados aqui à questão do brasileiro. A 'colocação' da língua no museu toca, assim, a velha problemática da nossa brasilidade em relação à língua portuguesa, por meio de uma inscrição de origem e, com ela, de

⁷ Aqui referimo-nos ao fato de que o museu é uma iniciativa brasileira que mantém apenas algumas parcerias com instituições lusófonas, em termos de colaboração e intercâmbio.

⁸ Fonte: O Museu. Institucional. Disponível em: <<http://www.museudalingua.org.br>>. Acesso em: 02 set. 2010.

um imaginário de homogeneização cultural, cultuando um Estado/nação em um gesto de valorização e celebração.

O museu entra em cena como agente de aproximação do sujeito com *sua* história e memória, contadas pelo viés da língua portuguesa. Ora, se é preciso *aproximar*, é porque estamos distantes, ressonância dos discursos do comunitarismo e do direito a, que fazem eclodir várias línguas; e, ainda, de maneira plausível, da circulação de línguas estrangeiras, como inglês e espanhol, cujo mercado potencializa política e economicamente seus países de referência, assim como da problemática mesma da nossa origem. Além do mais, se somos *os verdadeiros proprietários e agentes modificadores*, é porque essa língua já é *nossa*. Eis porque precisamos entender que somos grandes demais para continuarmos na mera posição de colonizados, de recebedores dessa língua. Formamos uma nação, cuja marca comum é a língua portuguesa.

Um outro ponto interessante a ser observado em SD3 é a textualização de *cidadão* e *usuário* como uma mesma posição. Ora, como afirma Orlandi (2007a), ser cidadão e ser usuário de uma língua são posições totalmente diferentes, não relacionadas a questões de atitude, e sim a Estado/nação e sociedade de mercado. Sendo *da* língua portuguesa, o museu remete à cidadania; mas tratando de *usuário* junto à *propriedade*, passa-se à relação língua e povo via sentidos politicamente significados em torno de dono/objeto, estatuto de propriedade. E, ainda, ao *idioma*, a língua que o povo *x* fala, a língua mercantilizada dentro e fora do contexto nacional, a língua que se aprende na escola, que se decora, se 'treina' e que tanto é objeto de busca por domínio, clareza, precisão por parte do sujeito. Diríamos, com isso, que esse é um modo político de mercantilizar a língua portuguesa aos seus próprios falantes – daí a aproximação - e, com isso, potencializá-la, interna e externamente.

O museu, para nós, representa, então, um trabalho em prol de uma política linguística que se constitui em torno do discurso do brasileiro, do cidadão, não mais do indígena, do imigrante, como era o caso das línguas de cultura (GUIMARÃES, 2000), cujo

funcionamento pode ser observado na textualização do discurso do patrimônio imaterial. E o mais interessante é o modo como o museu produz esse arranjo, o que nos leva a refletir sobre como ele guarda a língua. Afinal, como guardar algo tão dinâmico, tão vivo e que, em termos de patrimônio, é de uma ordem imaterial? Basta acessarmos a página inicial do site do museu para observarmos que ele inscreve-se no discurso do patrimônio imaterial quando textualiza que o seu acervo é um *patrimônio imaterial* e, desse modo, *não pode ser guardado numa redoma de vidro*⁹. O museu resolve esse problema da contradição do guardar o que parece inapreensível fazendo uso da virtualidade como principal componente da museografia. A língua no museu é *materializada* pela mais moderna mídia audiovisual, em se tratando tanto da criação de mostras temporárias quanto da composição de instalações permanentes, as quais são em boa parte 'interativas'. Isso faria desse objeto língua uma exposição, um acervo ou uma prática? É claro que outros recursos materiais são empregados para a composição do cenário, contudo há uma predominância do espetáculo midiático, que oferece ao visitante um jogo de sonoridade, luzes, cores, imagens e movimento.

A grande atração do museu, portanto, é essa mídia high-tech, na medida em que ela opera em um processo constante de atualização do sentido, de instantaneidade no fazer-surgir, permitindo várias leituras do mesmo objeto, em diferentes temporalidades, característica essa própria do virtual como materialidade significativa. Daí a sustentação de uma proposta de modernização museológica e, em contrapartida, um efeito de inapreensão do objeto musealizado, a língua, que funciona para o visitante como algo cuja totalidade, mesmo dentro do museu, é imensurável. No entanto, apesar da saturação do objeto língua e do meio empregado para a museografia, ressaltamos que não é tudo que 'cabe' no museu. Nele, está a etimologia, a história da língua, questões sociolinguísticas como variações regionais, variações culturais, de fala, enfim, uma língua portuguesa que, como tal, tem uma origem reinterpretada

⁹ Ver www.museudalinguaportuguesa.org.br.

e recontada, mas que, principalmente, tem uma representação em destaque, aparatada pela escrita e garantida por cânones da literatura, já que as mostras temporárias, carros-chefe da divulgação do museu, prestam-se ou ao discurso 'das autoridades' na história da língua, ou seja, os personagens, grandes autores e suas obras memoráveis, ou a questões linguísticas, como o erro. Isso sem contar todo o espaço que esses cânones ganham nos demais setores do museu, a partir de leituras de excertos ou de alguma outra forma de exposição. Daí a diferença entre a língua patrimônio comemorada no museu e as línguas significadas no discurso do patrimônio imaterial.

O abandono da representação do livro e do sentido de acúmulo dentro de uma biblioteca é um rearranjo na perspectiva dos lugares de conhecimento sobre a língua e, também, do próprio museu como instituição que guarda, em se tratando do afastamento da ideia de acervo como conjunto de bens que se somam. No entanto, um museu, por si só, já é um lugar de prestígio, um lugar que tradicionalmente todos devem visitar e que hoje se significa junto a políticas públicas de democratização do acesso à cultura. Aliando esse sentido institucional e social do museu ao espetáculo da encenação da língua como um objeto midiático, o Museu da Língua Portuguesa convida à visitação e traz para si a responsabilidade de ser o lugar da língua portuguesa. Para tanto, inscreve-se no discurso, também recorrente, de revitalização urbana. Isso porque, para a criação do museu, foi recuperada toda a 'metroferrovia' Estação da Luz, ponto cultural de São Paulo, local que abriga o museu e que historicamente serviu de ponto de chegada dos imigrantes na cidade, portanto, lugar de contato de línguas com a língua portuguesa; bem como recuperado o bairro Estação da Luz, com a proposta de revitalização urbana¹⁰. A escolha da cidade de São Paulo, por sua vez, foi justificada pelo fato de concentrar o maior número de falantes da língua portuguesa no mundo. Assim é que na metáfora

¹⁰ Para tanto, ver, por exemplo, o projeto Nova Luz da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano.

do vai-e-vem do metrô se divulga que a língua é o que nos une, ou seja, na fluidez da quantidade, na dispersão da metrópole e no território de línguas, todos somos um só, porque somos falantes da língua portuguesa. Politicamente, é um modo de se dizer que a língua portuguesa, aquela que está no museu, é o nosso ponto de partida e, também, o nosso ponto de chegada, o que encobre toda e qualquer fragmentação.

Como a língua diz quem somos e de onde somos, a ida ao museu tem como premissa revisitar a história da nossa língua e a nossa própria história, porque quem vai no museu, o faz para conhecer, reconhecer, saber mais sobre o objeto museal. E nós vamos a museus. A língua portuguesa, musealizada, nada mais é, então, do que parte de uma política de revitalização. Revitalização urbana, social, do Estado, da língua. Um modo outro de a língua servir de objeto para se tratar de vínculo social, agora, em termos nacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão que conjuga língua com a temática do patrimônio é uma alternativa de observarmos e de discutirmos o modo como políticas linguísticas circulam hoje, fazendo funcionar discursos de democratização e revitalização que fazem da língua objeto e que tocam sobremaneira a relação sujeito, língua e Estado, colocando a questão da cidadania sempre em perspectiva. As relações sociais “globalizadas”, comunitárias, a vivência em rede abrem cada vez mais brechas nisso que temos chamado de ‘identidade’ sociocultural, permitindo tanto que posições de resistência quanto que posições de proteção sejam assumidas frente aos discursos de homogeneização cultural e linguística, de tal modo que cada vez mais são produzidos e confrontados discursos de direito com discursos de dever na/pela língua.

O patrimônio cultural é algo caro ao grupo que nele se reconhece, porque significa um elemento estruturante da tríade presente-passado-futuro, ou seja, ele assegura continuidade pela

salvaguarda da memória e da história. No entanto, a questão inscreve-se na diferença, na estereotipia, sendo um gesto de valorização e, ao mesmo tempo, de delimitação de fronteiras. Nesse ponto, reside a importância de refletirmos sobre quem está falando desses lugares que discutem e determinam práticas e ações de salvaguarda de línguas, na medida em que são eles que estão redesenhando territórios linguísticos com o argumento da origem e da cultura. Para quem de fato se voltam essas políticas de preservação, ou seja, para um Estado se fortalecer e se proteger ou para proteger os sujeitos falantes e as línguas por eles praticadas? O que propomos aqui, tanto pela textualização do discurso do patrimônio imaterial quanto pela espetacularização promovida pelo Museu da Língua Portuguesa, é uma mostra de que parecemos sempre falhos em termos de língua, e, sobretudo, como diz Orlandi (2000), de que somos um país sempre no futuro, porque nossa cidadania é um projeto jamais realizado. É o estatuto do sujeito que está sendo debatido por essas políticas linguísticas que tratam de patrimônio e que, como tal, colocam em perspectiva a nossa relação com a língua, particularmente, a nossa condição de sujeitos de algum lugar ou de quem podemos ser pela língua que falamos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1988. 168p. (Legislação brasileira)
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- CERVO, L. M.; LISOWSKI, C. S. O direito à língua: uma análise da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. *Revista do IV Encontro Internacional de Pesquisadores de Políticas Linguísticas*. Santa Maria: Palotti, 2009, p. 109-115.

ESPAÑA. Declaração Universal dos direitos linguísticos. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS LINGUÍSTICOS. Barcelona: UNESCO, 1996. Disponível em: <http://penclub.no.sapo.pt/pen_internacional/dudl.htm>. Acesso em: 23 fev. 2010.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. (Coleção Ciências Sociais Passo-a-Passo).

GUIMARÃES, E. Línguas de civilização de línguas de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, D. L. Pessoa de (Org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: USP, FAPESP, 2000.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

MUSEU da língua portuguesa. *Institucional*. Disponível em: <<http://www.museudalingua.org.br/>>. Acesso em: 02 set. 2010.

MONSELEY, Christopher (Ed.). Atlas das línguas do mundo em perigo. 3. ed. Paris: Unesco, 2010. Disponível: <<http://www.unesco.org/culture/languages-atlas/>>. Acesso em: 23 out. 2010.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. (Org.). *Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas, SP: RG, 2010.

_____. Entrar na sociedade geral dos cidadãos: caminhos da história, trajetões do político. In: BARROS, D. L. Pessoa de (Org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: USP, FAPESP, 2000.

_____. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, B. (Org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____. *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: RG, 2009. p.159-169.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade. In: _____. *Política Lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Políticas públicas de direito à língua e consenso etnocultural: uma reflexão crítica. In: UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 17 out.2003. Tradução portuguesa. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PTPortugal-PDF.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

UM ESTUDO DOS MOVIMENTOS DIALÓGICOS DO GÊNERO DISCURSIVO CRÔNICA

Lilian Cristina Buzato RITTER
(Universidade Estadual de Maringá)
(PG-Universidade Estadual de Londrina)

Alba Maria PERFEITO
(Universidade Estadual de Londrina)

MOARA

RESUMO: Este artigo expõe resultados parciais do projeto de pesquisa “Análise linguística: contextualização às práticas de leitura e de produção textual” (UEL), cujos dados são análises do gênero discursivo crônica, produzidas em contexto de formação continuada com professores do Ensino Médio, especificamente, crônicas de Moacyr Scliar. As bases teóricas estão ancoradas na noção bakhtiniana de dialogismo. Analiticamente, focalizamos a intersecção entre o material verbal e o social, estabelecendo o vínculo indissociável entre essas duas dimensões constitutivas do gênero. Por meio desse estudo, verificamos como as relações dialógicas, com os enunciados já-ditos e os pré-figurados colaboram na construção dos efeitos de sentidos das crônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Crônica; relações dialógicas; leitura/análise linguística.

ABSTRACT: This article aims at exposing partial results of the research project “Linguistic analysis: from contextualization to reading and writing practices” (UEL). The data consist of the analyses, developed with high school teachers in the context of continuous education, of the discursive genre chronicle, specifically the ones written by Moacyr Scliar. Theoretical assumptions are drawn from the bakhtinian notion of dialogism. Analytically, the intersection between the verbal and the social material was focalized, establishing an inseparable link between these two constitutive dimensions of the genre. Results show how the dialogic relations with the already-said and the pre-constructed statements collaborate with the construction of meaning effects in the chronicles.

KEYWORDS: Chronicle; dialogic relationships; reading/linguistic analyses.

1 INTRODUÇÃO

Há mais de duas décadas, pesquisadores da área da Linguística Aplicada dedicam-se para trabalhos voltados ao ensino da leitura, e com isso, já alicerçaram alguns avanços teórico-metodológicos, no que diz respeito à referida prática na concepção interacionista de linguagem.

Atualmente, também ancorados no percurso metodológico de pesquisa em Linguística Aplicada, estamos engajados no desenvolvimento do projeto de pesquisa “Análise linguística: contextualização às práticas de leitura e de produção textual” (UEL), que, de forma bem geral, objetiva atender a demanda por instrumentos de reflexão mais adequados ao estudo de práticas contextualizadas de ensino gramatical, investindo na formação contínua do professor, via diagnóstico e intervenção, por meio de reflexão prática-teoria-prática.

Em encontros realizados com nossos sujeitos de pesquisa, professores de língua portuguesa de ensino médio da rede pública paranaense de ensino, discutimos sobre as implicações teórico-metodológicas de se assumir os gêneros discursivos como eixo de articulação e de progressão curricular, enfatizando-se o ensino gramatical contextualizado às práticas de leitura e de produção textual. Ao corroborarem essa concepção teórico-metodológica, entenderam os gêneros discursivos como “instrumentos que fundam a possibilidade de comunicação” (SCHNEUWLY e DOLZ, 2004, p. 74). E, então, assentiram que, na escola, aos alunos deveria ser propiciado o aprendizado de gêneros discursivos existentes nas diferentes esferas de atividades da sociedade, no emprego da linguagem em diversas situações de uso, como uma forma de exercício de cidadania e, portanto, de ‘autonomização de níveis de operação de linguagem e possibilidades incrementadas de um controle crescente e voluntário.” (SCHNEUWLY, 2004, p. 36)

No transcorrer dessas reuniões, os professores mostraram-se interessados em elaborar um projeto didático de leitura e análise

linguística com o gênero discursivo crônica. Chegamos ao consenso, devido à amplitude do gênero, de delimitar o estudo com crônicas produzidas pelos autores Luís Fernando Verissimo e Moacyr Scliar, por suas produções serem conhecidas pelos alunos, já que muitas de suas crônicas circulam em materiais didáticos. Ademais, optamos por selecionar um *corpus* que circulasse em jornais, já que, na maioria das vezes, essa costuma ser a situação primeira de circulação do gênero dos autores em foco.

Anteriormente à etapa de elaboração desse projeto didático de leitura e análise linguística, em conjunto com os professores, analisamos as crônicas selecionadas. Portanto, nosso objetivo neste artigo limita-se à apresentação de uma dessas análises, especificamente, da crônica “O carro comestível”, de Moacyr Scliar, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 18/05/2009. Faz-se necessário explicarmos que esse momento analítico com os professores transcorreu em encontros de grupo de estudo, os quais foram filmados por uma das autoras.

As bases teóricas para a análise do gênero crônica estão ancoradas nas noções bakhtinianas de gênero discursivo e de dialogismo, discutidas também em Rodrigues (2005). Quanto às estratégias metodológicas utilizadas, a análise baseou-se no método sociológico para o estudo do enunciado (BAKHTIN, 1992), considerando suas dimensões social e verbal. Dessa forma, em um momento inicial, o estudo realizado com os professores orientou-se para o contexto de produção (dimensão social) e posteriormente, focalizou os movimentos dialógicos estabelecidos com os discursos já-ditos (elos anteriores) e os pré-figurados (os elos posteriores) e suas relações com o conteúdo temático, as marcas de construção composicional e linguístico-enunciativas do gênero.

Organizamos o texto da maneira a seguir, com o intuito de apresentarmos a análise empreendida: primeiramente, discutimos sobre o caráter dialógico do enunciado, na visão de Bakhtin (1992); depois, propiciamos o estudo de algumas relações dessa perspectiva teórica com as práticas de leitura e de análise linguística; na sequência,

analisamos a crônica selecionada para o estudo, abordando suas dimensões social e verbal.

2 O CARÁTER DIALÓGICO DO ENUNCIADO

Bakhtin/Volochinov (1992, p. 123) argumenta que a língua é um signo ideológico, afirmando que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Em um contexto específico de interação, a escolha dos recursos expressivos no processo de construção de um enunciado concreto se dá no rol de outros enunciados, determinados por suas esferas de comunicação. Nesse processo, também existe um movimento dialógico entre os interlocutores, porque ambos requerem a recepção/compreensão ativa dos enunciados.

E a alternância dos interlocutores delimita as fronteiras de cada enunciado, e as réplicas dos diálogos, no sentido amplo, são os fins e os inícios absolutos. Se toda enunciação é o produto da situação de interação de dois indivíduos socialmente organizados, esse interlocutor não pode ser entendido como mero ouvinte passivo, mas sim, como participante ativo da interação, uma vez que todo locutor espera dele uma resposta, uma compreensão responsiva. A essa atitude ativa do interlocutor Bakhtin chama de *responsividade*. Para Bakhtin/Volochinov (1992, p. 112), é necessário supor a existência de um “horizonte social definido e estabelecido, que determina a criação ideológica do grupo social a que pertencemos”. É por isso que se defende a ideia de não poder existir um interlocutor abstrato, já que o interlocutor ideal encontra-se inserido em um horizonte social definido.

O acabamento do enunciado concretiza-se no momento em que o locutor/autor disse/escreveu “tudo” o que queria ou podia, em determinadas condições. Por sua vez, o grau de acabamento de um enunciado que possibilita uma resposta, a compreensão responsiva, é determinado por três aspectos interdependentes: o tratamento exaustivo do tema; o querer dizer do locutor; as formas típicas de estruturação do gênero discursivo. Nesse sentido, a apreciação valorativa do locutor a respeito do tema e do(s) interlocutor(es) de seu discurso é que indica as diversas nuances ideológicas refratadas no tratamento dado ao tema, refletidas na escolha das formas e do estilo do enunciado.

A terceira particularidade do enunciado constitui-se no seu estado permanente de diálogo com outros enunciados (o já-dito), pois como elos da cadeia de comunicação, os enunciados refletem-se uns aos outros, reluzem matizes dialógicos, são sempre uma resposta a outros. Segundo Bakhtin/Volochinov (1992, p.98), “Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com ela, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as”.

As postulações bakhtinianas ancoram a definição do enunciado como a unidade real e concreta da língua, o evento discursivo único e dialógico, uma vez que todo enunciado é uma resposta ao que já foi dito e espera uma nova resposta.

Sob tal enfoque, a fim de se evitar o caos comunicativo, a sociedade “elabora tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 2003, p. 262). Os gêneros discursivos funcionam como mediadores entre os interlocutores na situação de interação, e apresentam três dimensões indissolúveis e interdependentes: conteúdo temático, estilo e construção composicional – associadas às suas condições de produção.

Bakhtin (2003, p. 283) nos explica que quanto melhor dominamos os gêneros, melhor os empregamos, por meio de enunciados concretos:

Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (...). Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas). Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo da fala.

Bakhtin vincula estreitamente a infinitude dos gêneros discursivos à infinitude das esferas (campos) de atividade humana, como espaços sociais ideologicamente conformados. O autor assinala ainda a existência de uma união orgânica e indissolúvel entre o estilo e o gênero: “Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos” (BAKHTIN, 2003, p. 66).

Se comparados às formas da língua, os gêneros discursivos são mais flexíveis, plásticos, contudo, para o locutor eles têm um significado normativo, não são criados por ele, mas dados a ele. O locutor amplia, reestrutura, renova os gêneros à luz das suas necessidades sociais, individuais, enfim, às necessidades de adequação. À teoria de Bakhtin, é inerente o fato de que ao produzir um enunciado, o sujeito enunciativo faz uso de um gênero característico de um evento comunicativo.

3 IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS: A TEORIA BAKHTINIANA E O EIXO LEITURA/ ANÁLISE LINGÜÍSTICA

Na perspectiva teórica bakhtiniana, como já foi dito anteriormente, a compreensão não equivale ao reconhecimento da forma linguística, mas sim, à “interação dos significados das palavras

e seu conteúdo ideológico, não só do ponto de vista enunciativo, mas também do ponto de vista das condições de produção e da interação locutor/receptor” (RECHDAN, 2003, p.2).

Os documentos oficiais nacionais - no caso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), doravante PCN - e o regional sobre política educacional - as Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Paraná (DCE) - estabelecem que na prática da leitura “(...)Trata-se de propiciar o desenvolvimento de uma atitude crítica que leva o aluno a perceber o sujeito presente nos textos e, ainda, a uma atitude responsiva diante deles” (PARANÁ, 2008, p. 71). Diante disso, podemos nos questionar sobre o que significa “perceber o sujeito presente no texto”? Para se compreender a implicação pedagógica desse objetivo, faz-se necessária a percepção do destinatário - para quem o texto foi produzido, a que sujeito social a palavra foi dirigida; é pensar sobre a “esfera real” na qual esse enunciado concreto está inserido. É saber que a palavra procede de alguém (locutor/falante/autor), contudo, esse locutor não é um “Adão mítico” (BAKHTIN, 2003, p. 300), que nomeia as coisas pela primeira vez. Somos sujeitos de uma relação sócio-histórica e se podemos pensar em “criação” na linguagem, é só pelo viés da resignificação à luz dos condicionamentos sociais.

Conforme Bakhtin (2003, p. 293), “(...) as palavras podem entrar no nosso discurso a partir de enunciações individuais alheias, mantendo em menor ou maior grau os tons e ecos dessas enunciações individuais”. Em função dessa característica “individual-contextual”, para o falante/locutor, a palavra existe em três aspectos: *como palavra da língua neutra*, a que não pertence a ninguém; *como palavra alheia dos outros*, a cheia de ecos de outros enunciados; *como a minha palavra*, a que está arraigada da minha expressão. Assim, podemos descobrir no enunciado as palavras do outro como palavras explícitas, ocultas ou semiocultas, com graus diferentes de alteridade.

É importante ressaltarmos a ideia de que, neste caso, a palavra atua como expressão de certa apreciação valorativa do locutor/autor. As relações sociais entre os parceiros de uma

interlocução são vistas a partir do foco da apreciação valorativa do locutor/autor, e são essas relações que determinam os aspectos temáticos, composicionais e estilísticos dos gêneros discursivos. Além disso, esses aspectos são determinados, sobretudo, pela especificidade de um determinado campo da comunicação (esferas de atividade humana).

Em contexto de ensino, portanto, as idéias bakhtinianas subsidiam o que está presente nos documentos oficiais sobre ensino de língua materna em relação à diversidade de gêneros. Como leitores /produtores de textos, os alunos estão imersos em práticas sociais e em atividades de linguagem letradas, pertencentes a diferentes situações comunicativas. Para agirem e interagirem nessas situações é necessário que saibam empregar adequadamente os gêneros discursivos. E aí, no eixo leitura/análise linguística, corroboramos Rojo (2005, p. 207):

(...) trata-se mais de despertar a réplica ativa e a flexibilidade dos sentidos na polissemia dos signos, que de ensinar o aluno a reconhecer, localizar e repetir os significados dos textos (...) parece-nos ser mais útil e necessário explorar com eles (alunos) as características das situações de enunciação – relacionadas às marcas linguísticas que deixam.

Contudo, muitas pesquisas em Linguística Aplicada apontam que, no geral, ainda não se consegue estabelecer em sala de aula, durante o processo de recepção de textos, uma atitude responsiva ativa, que culmine com a produção da contrapalavra. Na maioria das vezes, limita-se à reprodução, à extração das idéias dos textos. Para Bakhtin/Volochinov (1992, p. 99), essa é a falsa concepção da compreensão: quando nos posicionamos passivamente diante da palavra, conseqüentemente esse ato passivo é a “compreensão que exclui de antemão e por princípio qualquer réplica ativa”. Esse tipo de compreensão subsidia o estudo da língua “morta”, aquela que é desvinculada da sua esfera real, do “fluxo contínuo da comunicação verbal” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1992, p. 107).

Na perspectiva dialógica bakhtiniana, podemos considerar que a prática da leitura se constitui em possíveis diálogos com o texto e, como tal, exige o reconhecimento do outro: “(...) porque lendo a palavra do outro, posso descobrir nela outras formas de pensar que, contrapostas às minhas, poderão me levar à construção de novas formas, e assim sucessivamente” (GERALDI, 1991, p. 171).

Dessa forma, no processo de recepção de textos, em sala de aula, o trabalho de análise linguística é essencial, visto ser por meio da seleção do gênero discursivo e conseqüentemente, da seleção da estrutura composicional, do léxico, das escolhas morfosintáticas, enfim, dos recursos linguístico-enunciativos veiculados, que se produzem ou co-produzem efeitos de sentido. Pelas escolhas linguísticas do locutor/autor podemos visualizar tanto os aspectos da situação enunciativa quanto, também, aspectos da subjetividade desse locutor/autor, que se revela e se mostra como sujeito. Portanto, consideramos, de acordo com Perfeito (2006), a não dicotomia entre as práticas de leitura e análise linguística, pois, ao se observar em um texto - de determinado gênero - a relação existente entre suas condições de produção, o tema, e a forma do arranjo composicional e das marcas linguístico-enunciativas, promove-se o processo de construção de sentidos.

Tal ótica concebe a leitura como instauradora de diálogos na dimensão espaço-temporal, propiciando diferentes formas de ver, de avaliar o mundo e de (re) conhecer o outro. Considera, ainda, o ato de ler uma transação entre a competência do leitor e a competência que o texto postula (ECO, 1993). Entende, em decorrência, que, embora o autor movimente recursos expressivos, na tentativa de interagir com o leitor, a efetivação da leitura depende de fatores linguísticos e não-linguísticos: o texto é uma potencialidade significativa, mas necessita da mobilização do universo de conhecimento do outro - o leitor - para ser atualizado. Nesse sentido, torna-se relevante atentar, conforme o próprio Geraldi (1991) e Eco (1993), entre outros, que um texto pode ter mais de uma leitura, mas isto não significa admitir todas, visto que, de acordo com Geraldi (1991), a leitura não deve ser

concebida como imanente (com sentidos fixos), mas também não deve ser vista apenas como confirmadora das hipóteses do leitor.

Consequentemente, o trabalho de co-produção de sentidos, por intermédio da recriação do que é omitido e dos implícitos, do preenchimento de incompletudes, é assentado na interação sujeito-leitor e texto, em suas várias possibilidades de interpretação. O leitor, desse modo, segundo Brandão (1997), situa-se entre o movimento de expansão e de filtragem de sentidos.

Nessa relação, consoante a autora, é criado um significado global do texto, que não é aquele intencionado pelo autor nem o do leitor, mas o resultante do *trabalho dialógico de ambos*. O processo de reconstrução textual é realizado porque o leitor mobiliza seus conhecimentos prévios (linguísticos, textuais e de mundo), em determinada situação de produção de leitura, preenchendo as lacunas textuais, via pistas interpretativas, deixadas pelo autor - o qual produziu seu texto também em determinado contexto de produção: com uma finalidade, em certa época, em certo local, em um suporte específico.

4 A DIMENSÃO SOCIAL DAS CRÔNICAS DE MOACYR SCLiar

Rojó (2005, p. 199), ao explicar a ordem metodológica para o estudo da língua na abordagem sociológica bakhtiniana, defende que:

aqueles que adotam a perspectiva dos gêneros discursivos partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sócio-históricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor - isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua apreciação valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e temas discursivos - e, a partir desta análise, buscarão as marcas linguísticas (formas do texto/enunciado e da língua) - composição e estilo que refletem, no enunciado/texto, esses aspectos da situação.

Em vista disso, podemos compreender que qualquer análise envolvendo os gêneros não pode preceder da análise das condições de produção, uma vez que o texto/enunciado concreto, na visão bakhtiniana, é composto de uma dimensão social e uma dimensão verbal, incluindo tempo e espaço históricos, os participantes da interação e a orientação valorativa.

Nesse sentido, destacamos o estudo de Rodrigues (2005). A autora, baseando-se no método sociológico para o estudo do enunciado (Bakhtin/Volochinov, 1992), propõe momentos diferenciados de análise para a interpretação do processo de constituição e de funcionamento do gênero. O primeiro consiste no estudo da sua esfera comunicativa, observando-se o modo de constituição e de funcionamento do gênero em estudo. O segundo momento centra-se no estudo do gênero em si, por meio da análise articulada de suas dimensões social e verbal.

Em função das especificidades de cada gênero discursivo, em nossa análise, adaptamos a metodologia proposta no estudo de Rodrigues (2005). Assim, nesse momento, juntamente com os professores do ensino médio, nos engajamos na análise dos aspectos sócio-históricos (dimensão social ou contexto de produção), em específico, das crônicas do nosso *corpus* de pesquisa.

Para desenvolver a análise da dimensão social da crônica, incluímos os seguintes aspectos: a relação entre a esfera jornalística e a crônica; o locutor, o interlocutor e suas apreciações valorativas (axiológicas) sobre o tema e a sua parceria, seus papéis sociais, suas relações hierárquicas e interpessoais; a vontade enunciativa do locutor.

Há teóricos que consideram a crônica como um gênero jornalístico, outros, um gênero literário. Diante dessa discussão teórica, os professores questionaram sobre a situação de produção de crônicas publicadas em coletâneas literárias. Sobre esse aspecto lembramos que esse espaço de circulação não é mais o jornalístico, e, por isso, nessa situação se aproxima mais da esfera literária. Myszak

e Teixeira (2008) assinalam que a crônica deixa de ser jornalística e se torna literária quando, ao sobreviver ao tempo, se torna atual mesmo anos mais tarde de sua publicação em jornais. Contudo, mesmo entendendo que o texto analisado situa-se na intersecção dos espaços sociais jornalístico-literário - conforme posteriormente explicitado -, ao tratarmos de crônicas de Moacyr Scliar que circularam no jornal *Folha de S.Paulo*, refletimos, prioritariamente, sobre algumas características da esfera comunicativa jornalística.

Bussarello (2004, p. 65) trata disso, ao fazer um panorama do modo de constituição e de funcionamento da comunicação jornalística em meio a nossa sociedade. Após discutir sobre alguns aspectos históricos da evolução desse tipo de prática social, afirma que “o jornalismo passa a ser, na era da globalização, mais um produto de consumo cuja ideologia serve ao capitalismo”. Nessa perspectiva, a função social do jornalismo dilui-se em meio ao caráter comercial assumido. Atualmente, diante do perfil comercial, ideológico e político da grande maioria dos jornais, a formação de leitores críticos não estaria garantida com o fato da leitura assídua de jornal, uma vez que esse leitor pode se tornar alienado por conhecer somente o que a ideologia defendida pelo jornal deseja que ele pense. Muito mais do que informação, a empresa jornal vende interesses ideológicos.

Como um bem de consumo de nossa sociedade capitalista, o jornalismo tem de desenvolver estratégias que garantam sua venda. Entre elas, Bussarello (2004, p. 67) comenta sobre a existência de certos gêneros jornalísticos, assim como na época dos folhetins, que garantem também o entretenimento, a diversão, necessários para a comercialização dos periódicos, e nessa linha de argumentação, conclui:

Essa interação com o leitor (que passa a ser também escritor) como mecanismo de persuasão para a venda do jornal pode representar, na pretensão de divertir, ou na despreensão aparente do discurso, uma abertura antes para a reflexão sobre a ideologia dominante do que para diversão.

Entre esses gêneros, a crônica cumpre com essa função jornalística de entretenimento, e é por isso que também apresenta uma natureza literária, pois o cronista recria o fato cotidiano por meio da leveza, da beleza, da poesia, da crítica, do humor. Como diz Costa (2008, p. 73), “É a literatura do jornal. O jornalismo da literatura. (...) É, pois, a expressão-literária da necessidade de não desistir de ser e sentir”. Assim, consideramos que esse caráter híbrido constitui um dos aspectos da dimensão social da crônica.

Após o levantamento que os professores realizaram sobre o espaço destinado às crônicas dentro dos jornais, observamos que há uma sistematicidade quanto a sua topografia, ou seja, ao seu lugar no interior do jornal. Percebemos que as crônicas de Moacyr Scliar ocupam um espaço do *Caderno Cotidiano*, destinado, pelo jornal, a gêneros de natureza diversa, importantes para o cotidiano do leitor, como por exemplo, dicas sobre o trânsito da cidade, notícias sobre problemas da cidade. Quanto ao espaço de publicação, localizam-se na parte superior da última página desse caderno, lugar de grande importância no jornal, por ser a parte da página que recebe primeiramente a atenção do leitor, de acordo com informações obtidas com profissionais do jornalismo. Tal localização garante às crônicas um *status* relevante quanto a sua capacidade de mobilização do leitor.

No que se refere à forma de apresentação, mantém-se sempre em destaque a identificação da autoria por meio de letras em “caixa-alta”, na parte superior central, acima do título da crônica, acompanhados de um trecho retirado da crônica, funcionando como o olho da crônica. Além disso, antes do início da crônica, sempre é especificado, em negrito e fonte menor, um fragmento de uma notícia, seguida da data e do caderno de onde a notícia foi publicada. Esses elementos configuracionais são constitutivos do gênero, porque indicam o lugar da sua ancoragem ideológica, delimitando a que parte do universo temático do jornalismo ele se refere, qual o seu horizonte temático, sua finalidade de interação.

Nessa seção *Cotidiano*, a crônica de Scliar ocupa o lugar de um gênero que historicamente tem seu horizonte temático e axiológico orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais do cotidiano, que, normalmente, são vistos como cenas corriqueiras. Os participantes da interação assumem e reconhecem esse trabalho criativo, ficcional e sensível do autor/locutor.

A crônica é redigida por um cronista convidado pelo jornal, que representa socialmente a figura de um escritor que fala sério brincando ou que brinca quando fala sério. A autoria não diz respeito à pessoa física, mas sim, a uma posição de autoria inscrita no próprio gênero. Logo, a concepção de autoria do gênero crônica está articulada à posição privilegiada que o autor/locutor ocupa tanto no cenário sociopolítico quanto no artístico-literário. Tratando-se da figura social de Moacyr Scliar, essa imagem é construída no cenário artístico-literário, onde ele é legitimado socialmente como um dos grandes expoentes da literatura nacional. No caso de nosso *corpus*, o lugar social que Scliar representa é a de um cronista que cria fatos ficcionais (crônicas narrativas) baseados em notícias publicadas no próprio jornal *Folha*.

Na crônica, o tom humorístico, irônico e despretensioso do autor/enunciador funciona como o lugar do estabelecimento e da ancoragem da entonação do gênero (um tom autorizado) e da sua atitude valorativa. Como sabemos, atrás da ironia existe um jogo político e ideológico onde se permite que as críticas sociais, as depreciações, as difamações sejam feitas sem causar muita tensão entre os interlocutores. Assim, podemos considerar que a finalidade discursiva se orienta para a reflexão do interlocutor.

O uso de tal estratégia discursiva institui, na situação de interação, um leitor que deve “des-cobrir” as surpresas presentes nos textos. Nessa direção, o interlocutor é o leitor da classe letrada, um público-alvo específico e reduzido, se levarmos em conta as condições financeiras da maioria da classe assalariada que não

apresenta recursos para a compra diária de jornais. Bussarello (2004, p.79), a esse respeito, argumenta que:

escreve-se para uma cultura letrada, por isso, o discurso irônico presente na despretensão pode ser muito mais sarcástico e mordaz que se dito com todas as palavras. Talvez justamente aí esteja a riqueza da crônica, porque trabalha essencialmente com a contrapalavra do interlocutor.

5 A DIMENSÃO VERBAL DAS CRÔNICAS DE MOACYR SCLiar

Ao focalizarmos analiticamente a dimensão verbal da crônica, temos como campo de análise a intersecção entre o material verbal e o social, estabelecendo o vínculo indissociável entre essas duas dimensões constitutivas do gênero. Assim, à luz da análise empreendida a respeito dos aspectos da dimensão social, focalizamos sua dimensão verbal, a fim de verificarmos como as relações dialógicas com os enunciados já-ditos (elos anteriores) e os pré-figurados (elos posteriores – relações dialógicas em razão do interlocutor) colaboram na construção dos efeitos de sentidos das crônicas. Para exemplificarmos o estudo da dimensão verbal, apresentamos a análise da crônica “O carro comestível”, publicada em 18/05/2009.

Muito produtivo para esse estudo, em termos metodológicos, são questões elaboradas por Rodrigues (2005), por nós adaptadas, que orientam a reflexão sobre alguns aspectos referentes a esse momento da análise: o que motiva o acontecimento dessa crônica, ou seja, ela é uma reação-resposta a quê, a quem?; como essa reação se manifesta na crônica?; em que lugar social o autor se posiciona?; o que ele diz?; qual sua orientação valorativa diante do que diz?; como e a partir de quem ele constrói sua orientação axiológica?; como o autor se orienta para e percebe o seu interlocutor e suas possíveis reações-respostas?; como tudo isso se inscreve materialmente na crônica? Foi, a partir dessas questões, que pesquisadora e docentes empreenderam a análise da crônica.

A emergência das crônicas de Scliar publicadas na *Folha* é motivada por notícias da atualidade (momento histórico vivido) que são enunciados discursivizados pela esfera jornalística, especificamente, pelo próprio jornal em questão. As notícias que servem de base para os textos do autor são configuradas em destaque, antes do início da narrativa, em pequenos fragmentos, parecendo recortes do cotidiano. As notícias relatam um fato recente que pode ser considerado inusitado ou até mesmo engraçado, mas, abordado de forma pouco aprofundada pelo jornal. Dessa maneira, a notícia é alçada pelo cronista como uma espécie de mote ou fonte de inspiração para a produção de suas crônicas.

Na crônica-exemplo, o autor/cronista parte da notícia de que britânicos inventaram um carro de corrida com chassi de batata e é movido a chocolate:

Britânicos fazem carro de corrida com chassi de batata e movido a chocolate. O carro, batizado de "WorldFirst" (O mundo em primeiro lugar, em tradução livre), tem parte do chassi feito a partir de amido de batata, usa biocombustível produzido à base de restos de chocolate e um volante feito com cenouras e outros vegetais. O carro é capaz de atingir uma velocidade de 200 km/h. "O WorldFirst descarta o mito de que a performance do carro é comprometida com o desenvolvimento de motores sustentáveis", afirma o coordenador do projeto, James Meredith. *Folha Online*.

De forma geral, a crônica "O carro comestível" é uma reação-resposta do cronista à notícia (um enunciado já-dito), cujo fato pode ser considerado um grande avanço para o mundo, pois alia tecnologia à preservação ambiental.

Após a notícia-base, inicia-se uma narrativa curta, ágil, com predomínio do discurso indireto, apresentando os elementos básicos da narrativa (fatos, personagens, tempo e lugar), organizados na estrutura básica da narrativa, apresentada no quadro abaixo:

Quadro 1. A estrutura composicional da crônica "O carro comestível"

Organização Estrutural	Texto
a) Um momento de harmonia em que as personagens são apresentadas em um tempo e espaço;	<p>Apresentado ao público inglês, o "WorldFirst" fez enorme sucesso. A mídia falava numa vitória da ecologia; e, como disse um líder do movimento ambiental, a partir de agora seria possível esperar uma verdadeira revolução na indústria automobilística, sabidamente uma das mais poluidoras do planeta e das mais resistentes à mudança.</p> <p>Efetuada as primeiras demonstrações em grandes cidades europeias um dos coordenadores do projeto ponderou que agora seria necessário levar o carro para regiões menos desenvolvidas do planeta.</p> <p>Afinal, pobreza e poluição não se excluem, e o "WorldFirst", por seus aspectos originais, poderia representar uma lição acerca de como preservar os recursos naturais sem abrir mão da tecnologia.</p> <p>Foi planejada, portanto, uma viagem pelo continente africano, com demonstrações em vários países. Um programa que duraria cerca de um mês, por causa das longas distâncias, mas que se iniciou muito bem; em todas as capitais em que foi exibido, o "WorldFirst" despertava assombro e admiração.</p>
b) Introdução do conflito e seu desdobramento;	<p>E aí, aconteceu o imprevisto.</p> <p>Em geral, nessas viagens, o carro era transportado por via aérea. Mas no interior da África, em regiões sem aeroporto, era preciso recorrer a um grande caminhão para isso. Uma noite, ao transitar por uma esburacada estrada, o veículo enguiçou. Muito preocupada, a equipe encarregada do "WorldFirst" tratou de procurar socorro.</p> <p>A pouca distância dali havia uma aldeia, um lugar paupérrimo, situado no meio de uma zona desértica, na qual a fome era constante. Aos poucos os aldeões, figuras esqueléticas, foram se aproximando.</p>

	O intérprete explicou-lhes o que tinha acontecido, contou sobre o "WorldFirst", o carro feito de batata e legumes, e movido a chocolate; perguntou por um lugar em que pudessem guardá-lo. Os habitantes da aldeia mostraram uma grande choça, vazia. Para lá foi levado o original veículo. Cansada, a equipe acomodou-se no próprio caminhão e ali dormiu.
c) Um momento máximo de tensão (clímax);	De manhã, quando foram retirar o "WorldFirst" tiveram uma surpresa: o chassi e o volante tinham sumido por completo, o tanque de combustível estava vazio. Perguntaram aos aldeões; ninguém soube ou quis informar.
d) A resolução do conflito;	Quando estavam indo embora, levando o que sobrara do carro, uma mulher contou-lhes: no meio da noite, as crianças da aldeia, esfomeadas, tinham comido todo o chassi e o volante. Como sobremesa, haviam saboreado o chocolate do tanque. Nunca a nossa gente passou tão bem, disse, com um sorriso.
e) Comentário final.	O mundo avança. Mas não em velocidade de carro de corrida.

Pensando sobre as questões-norteadoras: o que motiva o acontecimento dessa crônica, isto é, ela é uma reação-resposta a quê, a quem; como essa reação se manifesta na crônica; em que lugar social o autor se posiciona; o que ele diz; qual sua orientação valorativa diante do que diz, estamos refletindo sobre as relações dialógicas que o cronista mantém com os enunciados já-ditos no processo de construção de sua apreciação valorativa. Em função desse aspecto, consideramos, na crônica em foco, o predomínio do movimento dialógico de distanciamento (RODRIGUES, 2005). O cronista apresenta uma apreciação valorativa negativa em relação a esse enunciado já-dito (a notícia), pois desqualifica a voz capitalista que permeia a notícia. Ele reage ironicamente, ao criar a situação em que o carro "WorldFirst" é comido pelas crianças esfomeadas, do interior da África.

As relações dialógicas manifestam-se não só no conteúdo temático, mas também no plano estilístico-composicional, por isso o uso da ironia, neste caso, como estratégia discursiva, não incide sobre um dito do autor, mas na criação da cena referida, perpassando por toda a crônica. Ainda observamos a ironia como marca da "heterogeneidade discursiva mostrada", que, segundo Maingueneau (1989, p. 98), "subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor". O recurso coloca em cena um discurso outro, uma outra voz que se faz presente no enunciado, expressando um discurso contrário ao do sujeito enunciativo. Esta marca se materializa com o uso das aspas para citar o nome do carro. Muito mais do que uma questão gramatical, as aspas introduzem no enunciado tom irônico do cronista em relação ao significado do nome do carro, "o mundo em primeiro lugar".

Não nos esquecendo de que a orientação para os enunciados já-ditos e sua incorporação na crônica realiza-se também em função do interlocutor, ressaltamos que o cronista constrói seu acento de valor a partir de uma determinada imagem social de leitor/interlocutor. Desse modo, ele estabelece relações dialógicas com os enunciados pré-figurados pelo leitor (elos posteriores). Ao mobilizar o recurso discursivo da ironia, o cronista conta com um leitor capaz de reconstruir na sua reação-resposta os aspectos implícitos que constituem o fundo discursivo dialogador da crônica, considerado de domínio do leitor.

Esse movimento dialógico pode ser denominado de ativação do conhecimento prévio (SILVA, 2008), em virtude de as informações implícitas serem ancoradas na situação social de interação, pois dependem do conhecimento de mundo do interlocutor. No caso da crônica em questão, o leitor precisa conhecer, por exemplo, de que forma os chamados países ricos propõem a discussão sobre a poluição e sua co-responsabilidade nesse processo histórico; como os países emergentes e pobres, como alguns do continente africano, se posicionam e são vistos nessa discussão.

A partir desses implícitos é que o leitor compreende o tom irônico dado à crônica, por exemplo, no momento em que o “WorldFirst” é devorado pelas crianças esfomeadas, do interior da África. A invenção britânica, que representaria um grande avanço tecnológico, deixa de existir por causa da fome que ainda mata pessoas no mundo, em outras palavras, ele foi literalmente devorado pelo terceiro mundo. Esse acento de valor também se matiza pelo uso do discurso indireto e indireto livre para representar socialmente as vozes de líderes ambientalistas e pesquisadores da indústria automobilística britânica. No trecho: “Afinal, pobreza e poluição não se excluem, (...)”, a voz que está imbricada com a do narrador é a de um dos coordenadores do projeto britânico, portanto, a ironia recai nesse enunciado, em virtude de países do primeiro mundo, como a Inglaterra, deverem assumir mais responsabilidades nesse processo de preservação do planeta.

Outro movimento dialógico com elos posteriores é o de engajamento (RODRIGUES, 2005), pois o cronista, em determinados momentos, coloca leitor e autor em uma mesma posição valorativa. Esse movimento manifesta-se em certos traços estilístico-composicionais, como, por exemplo, o verbo e o pronome na 1ª pessoa do plural; o uso do pronome indefinido “todos”; de perguntas retóricas; e de advérbios ou expressões adverbiais, observado em: “(...), *sabidamente* uma das mais poluidoras do planeta (...)”, ou seja, “como todos nós sabemos”.

Além das relações dialógicas de engajamento e de ativação de conhecimento prévio, percebemos, inclusive, o movimento de interpelação do leitor, na medida em que há o desejo de persuadi-lo a aderir a um ponto de vista. Nesta crônica, destacamos como característica estilístico-composicional do referido movimento dialógico a parte final do texto: “O mundo avança. Mas não em velocidade de carro de corrida”. Por meio desta estrutura composicional, o comentário final, o cronista impõe ao leitor a sua avaliação sobre o fato noticiado: a velocidade do avanço do Homem (a sua humanização) é lenta porque enquanto se investe em

pesquisas tecnológicas, há pessoas no mundo que ainda morrem de fome. Neste sentido, o uso do operador argumentativo “mas” e da negação, nesta parte estrutural do texto, arrematam o distanciamento do cronista em relação ao enunciado já-dito de que este tipo de pesquisa representa um grande avanço para o mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo realizado com os professores, conseguimos delimitar e caracterizar aspectos referentes ao funcionamento do gênero discursivo crônica, entre eles: a) o papel social assumido pelo cronista é o de fazer o leitor refletir, via leitura de entretenimento; b) o papel social do leitor, revelado discursivamente, é aquele que, por não se contentar apenas com a informação, quer sobre ela refletir, e, por isso, busca outras opiniões que dialoguem com as suas; c) as crônicas têm um público específico, determinado pelo enunciado, não só relativa a sua maior ou menor complexidade, mas, ainda, pelas temáticas variadas das quais tratam e que demandam tal diversidade de conhecimentos; d) o tom irônico e despretensioso do autor funciona como o lugar do estabelecimento e da ancoragem da entonação do gênero (um tom autorizado) e da sua atitude valorativa. Em consequência, o uso da ironia revela discursivamente uma atitude ousada do autor, uma vez ser símbolo do risco que ele se dispõe a correr na defesa de seus pontos de vista, ou ainda na intenção de despertar criticamente o leitor, prevendo um leitor não apenas desejoso de com ele interagir, mas suficientemente competente para fazê-lo.

O enfoque teórico bakhtiniano leva-nos a experienciar o ato de ler como uma ação de réplica ativa (ROJO, 2005), uma atitude de diálogo e não de subordinação frente ao texto. Assim, pela análise empreendida, verificamos que as relações dialógicas com outros enunciados (os já-ditos e os pré-figurados) colaboram na construção dos efeitos de sentidos das crônicas, compondo estratégias de valorações apreciativas nos textos. Entendemos, por

consequente, que o estudo das dimensões social e verbal do gênero em foco é condição necessária para a produção de sentidos do discurso materializado nos textos.

Dessa maneira, a análise de nível sociológico dos textos parece ser fundamental para um ensino que busca a formação de leitores críticos, porque acreditamos que por meio de atividades de leitura/análise linguística privilegiadoras do estudo das características das situações de enunciação relacionadas às marcas linguístico-enunciativas dos textos, as aulas de língua portuguesa podem vir a superar a “passividade diante da palavra”.

Reiteramos que as discussões presentes neste artigo são resultados parciais de um projeto de pesquisa, visto ser a partir dessa configuração social e verbal do gênero crônica que pretendemos desenvolver conjuntamente com os professores-sujeitos de nossa pesquisa uma proposta pedagógica de leitura/análise linguística para o ensino médio. E, nessa perspectiva, há a necessidade de abertura docente em termos de garantir, no espaço dialógico, como se imagina a sala de aula, que os alunos externem e confrontem suas leituras e de que o professor, como mediador entre sujeito e objeto de ensino-aprendizagem, busque observar suas caminhadas interpretativas. Inclusive, ao professor cabe procurar recompor a caminhada discente, (GERALDI, 1991), sobretudo, quando há insucesso de leitura - sempre levando em conta as condições de produção e de recepção de um texto de determinado gênero, no caso, a crônica.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: M. Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BRANDÃO, H. N. Escrita, leitura e dialogicidade. In: *Bakhtin, dialogismo e construção de sentidos*. Brait B. (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 281-288.

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BUSSARELLO, J.M. *O ensino/aprendizagem da produção textual escrita na perspectiva dos gêneros do discurso: a crônica*. 2004. 195 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Disponível: http://aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1. Acesso em: 25 fev. 2008.
- COSTA, S. R. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 70-73.
- ECO, U. *Interpretação e sobreinterpretação*. Trad. de M. S. Pereira. Lisboa: Presença, 1993.
- GERALDI, J. W. *Portos de Passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa*. Curitiba: SEED, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes e Editora da UNICAMP, 1989.
- MYSZAK, R.; TEIXEIRA, N. R. B. *A crônica de guerra de Rubem Braga*. In: Anais do II Congresso Nacional de Linguagens em Interação, Universidade Estadual de Maringá, 2008, p. 1839-1845.
- PERFEITO, A. M. Análise linguística e construção de sentidos. In: LIMOLI, L.; MENDONÇA, A. P. F. *In: Nas fronteiras da linguagem: leitura e produção de sentidos*. Londrina: Editorial Mídia, 2006, p.7-16.
- RECHDAN, M.L.A. *Dialogismo ou polifonia?* 2003. Disponível em: <http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>. Acesso em: 15 set. 2009.
- RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem do Círculo de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.
- ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D.

(Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos e discurso: considerações psicológicas e ontológicas. In: Rojo, R.; Cordeiro, S. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 21- 39.

_____; DOLZ, J. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: *Gêneros do oral e do escrito na escola*. Rojo, R; Cordeiro, G. L. (orgs.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 71-91.

SCLIAR, M. O carro comestível. *Folha de S. Paulo*. Caderno 2 Cotidiano. São Paulo, 18/maio/ 2009.

SILVA, J. C. da. *As relações dialógicas no gênero notícia*. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, ano 4, n. 9, 18p., 2º semestre de 2008. Disponível em: <<http://www.letramagna.com>>. Acesso em: 20 maio 2009.

“PÉROLAS” DE REDAÇÕES: O EFEITO-CONTRÁRIO DO RIDÍCULO, A DELOCUTIVIDADE DO RISO E A RESSIGNIFICAÇÃO DO VESTIBULAR

Julio Cesar MACHADO
Soeli Schreiber da SILVA
(Universidade Federal de São Carlos)

RESUMO: Por um olhar enunciativo, específico da Semântica do Acontecimento, abordaremos o fenômeno conhecido como “pérolas” de redações: a diferença destoante deste acontecimento no espaço enunciativo da coerência, dado pela discrepância de um modo de dizer não-culto, e as especificidades da temporalidade das cenas das pérolas (memorável, formulação e futuridade) que apontam o efeito instaurado, conclamando a noção de argumentação. A análise argumentativa reclama a análise do riso (orientação da pérola), lido como delocutivo. Levantamos a questão da ineficácia e funcionamento obsoleto do vestibular tradicional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Pérolas; linguagem culta; vestibular; riso.

ABSTRACT: For a enunciative look, specific of the Semântica do Acontecimento, we will discuss the phenomenon known as “pearls” of Brazilian’s SATs (known as vestibular): the jarring difference of this event in space of enunciation of coherence, given by the “invasion” of the non-cult language, the temporality’s specificities of this scene (memorable, formulation and futurity) indicating the effect introduced, calling the notion of argument. The analysis calls for the argumentative analysis of laughter (orientation of pearl), read as delocutive. We raise the issue of inefficiency and obsolete functioning of the traditional vestibular.

KEYWORDS: Pearls; cult language; SAT; laugh.

A gramática, de certa maneira, mascara a verdade e carrega os traços de nossa falta de discernimento, de nossa ‘cegueira’.
(PÊCHEUX, 2009, p. 44).

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho não pretende lançar um olhar corretivo, senão científico, sobre o que se tem chamado “pérolas de vestibular”¹. Longe de tripudiar a performance de candidatos ou dirimir este fenômeno, apreciaremos a voz do “ridículo” no espaço das redações, buscando, no funcionamento dessa voz, descobrir por que o dizer não-culto é o *impossível*, enquanto o dizer culto é o *possível*, como também compreender o que significa o *riso*, nesse domínio. Enfim, queremos entender as enunciações que, ao serem ditas, produzem um “efeito-contrário” (argumentava-se para o efeito X, mas criou-se o efeito de Y), e apontar quais características do espaço enunciativo do vestibular (redação) regulam a escrita, e determinam as pérolas como *nonsense*, absurdo, insólito, insensato etc.

A presente pesquisa é relevante porque o fenômeno enunciativo das pérolas já não se trata de anomalias isoladas ou desvios ocasionais no interior da prática dos vestibulares, mas por constituir uma prática regular. Uma regularidade do absurdo que se forma na atualidade, de forma que as pérolas já são esperadas nos processos seletivos, e, dependendo do tema, já são previsíveis. E, já que observamos uma prática regular – das pérolas – (mesmo que mal quista), não faz sentido ignorá-la, mas, ao atentarmos-nos para essa prática enunciativa das pérolas, esperamos atualizar o modo de raciocinar o funcionamento do processo seletivo brasileiro e com isso ressignificar a sua prática.

2 NOÇÕES TEÓRICAS E METODOLOGIA

Inscrevemos a presente discussão à *Semântica do Acontecimento* (GUIMARÃES, 2002, 2004, 2007), filiada à Semântica Histórica da Enunciação, agenciando nossa análise por questões de ordem histórica, política e social da linguagem. Desta forma, não

¹ Externo gratidão aos amigos linguistas Eduardo Eidi Nagai e Marcelo Geovannetti Ferreira Luz, por me proporcionarem outro olhar para as pérolas de redações.

pautaremos nossa discussão sobre discrepâncias de gêneros ou tipologias, em detrimento de uma preferência sobre os efeitos de sentido produzidos no/pelo acontecimento da redação, decorrente dos modos de dizer que tomam os sujeitos-candidatos, desavisados sobre as consequências de seus enunciados, no espaço enunciativo do vestibular. Para discorrer a análise, precisaremos em seguida as noções necessárias para esta análise.

Como temos dito (MACHADO, 2010), *a língua significa*, e com isso queremos dizer que rejeitamos parcialmente quatro vias que se nos abrem, ao propor estudar o sentido: uma semântica estrutural (enquanto limitada à relação de elementos), uma semântica referencialista (enquanto limitada à relação entre elementos e o mundo, fundamentada no conceito de verdade), uma semântica pragmaticista (enquanto limitada à intenção dos falantes) e uma semântica exclusivamente enunciativa (enquanto limitada a reduzir a significação unicamente à enunciação, de forma que a língua não tem sentido, mas só a enunciação).

Nossa postura é limítrofe, isto é, investigamos a língua nos liames de uma relação entre elementos (estrutural), enunciação (funcionamento), e suas condições de produção (o sócio-histórico).

Nesse viés teórico, as pérolas são entendidas como *acontecimentos* enunciativos que “deveriam” ser uma enunciação dada pelo modo de dizer culto, mas, na falta desse, são enunciações dadas por um modo de dizer não-culto, causando uma diferença na sua própria ordem, um efeito de estranheza no *espaço enunciativo* regulado pela normatividade (gramática). O acontecimento enunciativo é vislumbrado pela noção de *cena enunciativa*, instaurada por esse dizer. Nessa cena, temos a disparidade do *Locutor* (com maiúscula) e *locutor* (com minúscula), apoiados em um *enunciador*, assim: um Locutor-candidato, responsável pelo dizer, que enuncia enquanto locutor-despreparado (e não insuficiente, como o vestibular parece entender), que não é falante da vertente culta da língua, imposição do espaço das redações seletivas. O exercício da língua no espaço dos vestibulares, por sua vez, é regulado por um enunciador universal

da inteligibilidade (Eu – a enunciação deve ser clara e entendível), mas pode funcionar pautado no próprio enunciador-individual alienável do locutor-despreparado (seu modo particular de dizer, não gramatical).

A enunciação nesse viés ganha uma especificidade de *temporalidade* – não cronológica – : um presente, um passado e um futuro linguísticos, em que o dito recorta um *memorável* (recorte de um passado), intrínseco ao presente da formulação. Pelo nosso prisma teórico, esse memorável é responsável pelo efeito de sentido do enunciado. Por sua vez, o presente dessa fórmulação, como se verá, já trás em si um início de futuridade, um enunciado outro, pautado na *interpretação*. Interpretação essa dependente dos processos de *argumentação*. Argumentar para nós é conduzir o texto para seu futuro, distanciando-se de uma argumentação enquanto persuasão. Dessa forma, o Locutor-candidato instaura um argumento, tomado por uma vertente não-culta da língua (da pérola) que, inevitavelmente conduzirá seu dizer para um fim oposto ao previsto pelo espaço do vestibular, instaurando enunciados de riso, veiculação irônica, piadas, etc., no amplo *texto* educacional brasileiro.

Metodologicamente, temos uma unidade de análise que é o enunciado (enquanto acontecimento), que se insere em uma unidade semântica maior, o texto. Expliquemos o texto.

Se a palavra é dependente de um acontecimento para instaurar um efeito de sentido, não prévio, é necessário ampliar as formas de olhar o *corpus*, perspassando o nível-limite da frase, delimitado por Benveniste (2006), e atingindo um texto, tido como uma unidade de significação, sem a qual a palavra não funciona. Assim, esse texto (o vestibular, os falantes, a ilusão de falantes cultos, a erudição como termômetro de qualidade, memoráveis, etc.) faz com que a “voz desafinada” que constitui as pérolas exponha a língua como *política*, e não como ingenuamente comunicativa (político no sentido de que a língua dispõe-se em litígio consigo mesma, isto é, uma disputa em que um simbólico X é defendido por uma parcela como significando Y, e reclamado por outra parcela como

significando Z, conforme Rancière (1996)). As pérolas predispoem-se em um litígio dado pelo movimento do confronto entre modo de dizer culto X modo de dizer não-culto, o que significa que nos afastamos de um olhar comunicativo e veritativo, em detrimento de uma consideração histórica e discursiva da linguagem, de forma que consideramos a *língua* como uma dispersão de regularidades sujeita a modos de dizer (neste trabalho, modo culto e não-culto). Por isso, temos divisões de “línguas”, e não “variações da língua”, pois as regularidades as diferenciam, as distribuem desigualmente e as dividem. E nessa divisão, uma língua pode apresentar diferentes modos de dizer.

Manipularemos nossos dados pelo procedimento da *agitação enunciativa*, proposto por nós (MACHADO, 2010) a partir do pressuposto da *incompletude* do dizer, característica que impede a cristalização semântica de uma palavra porque condiciona os enunciados à suscetibilidade de tornarem-se outro (PÊCHEUX, 1997). A consideração discursiva da incompletude quando vislumbrada pelo plano enunciativo da Semântica Histórica, metodologicamente distinto, faz com que afirmemos que o ato do dizer se pauta em duas regularidades predispostas: a possibilidade de uma enunciação de evidência e a possibilidade de uma enunciação de aparência. O exercício da língua no tocante à semântica nunca é estável porque, ao conceber qualquer real pelo dizer, esse real é constantemente construído por um dizer de evidência (memorável do exato), e simultaneamente pode ser destruído por um dizer de aparência (possibilidade do seu contrário, inexato), de forma que o sentido não só dependa da enunciação e seus atravessamentos, mas se condiciona a uma eterna oscilação semântica, em agitação (uma coisa não é, uma coisa oscila entre é/não-é). Como colocamos anteriormente, ao postular uma agitação na linguística, fazemo-lo lembrando que nossa postura teórica se afasta de uma análise estrutural (enquanto relação palavra-palavra), filosófica (enquanto relação palavra-mundo) e veritativa (enquanto relação palavra-verdade), mas se afirma enunciativa (enquanto relação palavra-

sentido). Estamos afirmando e trazendo para a análise o pressuposto de que nunca se chega ao real porque o real é uma constante agitação enunciativa entre evidência e aparência. O que significa dizer que o sentido jamais é estático.

Pensando desse modo, damos aos estudos enunciativos um primor de constante desestabilização: enunciar é estabilizar desestabilizando, ou desestabilizar estabilizando, não importa, a enunciação é a condição da construção do mundo por meio de duas propriedades rivais mas intrínsecas: evidência (exato) e aparência (inexato). Se o mundo fosse harmonicamente semântico, não haveria necessidade de enunciar.

No tocante à presente pesquisa, essa agitação enunciativa (evidência X aparência) é o ponto nodal da presente análise. Por ela vemos que a vertente não-culta da língua toma o candidato e o constitui Locutor que enuncia uma aparência da proposta de redação, e não a evidência esperada pelas instituições, uma vez que o falante apenas imagina estar locutando uma vertente culta.

3 AS DETERMINAÇÕES DA EXPRESSÃO PÉROLAS

Inicialmente, pensamos ser necessário designar ao menos parcialmente a expressão *pérolas*, segundo seu funcionamento nos espaços que as veiculam. Pelas determinações teóricas de nosso trabalho, referir-nos-emos a ela como vertente não-culta da língua, ou modo de dizer não-culto (o que popularmente é chamado de “língua não-culta” (nome que preferimos não adotar). Vamos agora designar *pérolas* por outra expressão que melhor a especifique.

Destarte, abordando o simbólico *pérolas* num espaço enunciativo de vestibular, explicitamos uma diferença que lhe dá valor, isto é, por uma operação de predicação², trazemos para

² Predicação é a operação pela qual uma palavra reporta-se a outra, não por vias sintáticas, mas por vias de reescrituração, articulação, ou pela metodologia heurística da paráfrase, no formato “X é Y”, conforme Guimarães (2004, 2007, 2009).

a análise o efeito de uma raridade (joia-pérola) possibilitado pelo memorável que a palavra *pérola* recorta. Essa metáfora da joia-raridade traz consigo outros memoráveis, tais como os modos de dizer/escrever da “coerência” ou “conveniência”. Na configuração de um espaço regulado pela propriedade de evidência do esperado da coerência e da conveniência, o acontecimento-pérola instaura um efeito impossível pela sua enunciação de aparência, rebelando-se politicamente contra o trivial da escrita ou subvertendo o espaço da gramática.

Sucintamente, o sentido de uma palavra é nada mais que a relação de uma palavra com outras palavras. Relação essa perscrutada segundo incursões teóricas definidas. Ao apreciar as condições das enunciações de pérolas, devido ao seu funcionamento de excesso (fora do lugar, lugar de não voz, conforme Rancière (1996)), relacionaremos, por articulação³ e por reescrituração⁴, a palavra *pérolas* com as palavras *ridículo*⁵ e *insólito*⁶. Veremos como se dá essa aproximação.

Pérolas se aproxima de *ridículo* por articulação, assim: o efeito de sentido do “ridículo” é amplamente explicitado em inúmeros comentários veiculados sobre as pérolas no espaço da imprensa brasileira, como no caso da adjetivação “pérolas ridículas”⁷. E *ridículo* se aproxima de *insólito* por uma reescritura por definição, com em

³ Articulação é a relação entre palavras que significam por sua disposição em contiguidade, no formato “X Y”; “X e Y”; “X, Y” e “X até/só/mesmo... Y”. Conforme Guimarães (2009).

⁴ Reescrituração (ou rr) é o gesto de redizer algo que já foi dito, no formato básico de X rr Y (além de vários outros formatos, conforme Guimarães (2009)).

⁵ “RIDÍCULO: adj. Digno de riso, merecedor de escárnio ou zombaria, que se presta à exploração do lado cômico, irrisório, risível: *situação insólita e mesmo ridícula*” (HOUAISS, 1997, p. 1388, grifo nosso).

⁶ INSÓLITO: adj. Contrário ao uso, às regras (HOUAISS, 1997, p. 872).

⁷ Por exemplo: “[...] publicar essas *pérolas ridículas* da educação no Brasil, não é o melhor caminho. (A educação brasileira, grifo nosso)”. Disponível em <<http://hdebarbamalfeita.blogspot.com/2008/09/educacao-brasileira.html>>. Acesso em 13 fev. 2010.

“ridículo: situação insólita”⁸). Assim, asseveramos que a expressão pérolas tem um novo funcionamento, ao designar atualmente contrariedade de regras, e contrariedade digna de riso (sentido esse que não se encontra em muitos dicionários ainda). As pérolas argumentam para sentidos pejorativos e de escárnio, antonímicos ao significado de seu léxico primário: jóias, preciosidade (esses sim, constados nos dicionários). Estabelecemos o domínio desse simbólico, conhecido por Domínio Semântico de Determinação (ou DSD):

insólito † ridículo † pérolas⁹

4 ANÁLISE DO RIDÍCULO

4.1 TEMPORALIDADE, ARGUMENTAÇÃO E ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO

A Semântica do Acontecimento assevera que o funcionamento da língua (acontecimento) dá-se enquanto regulado pelas deontologias do dizer, e por um espaço enunciativo, que impõe características específicas ao dizer, ao distribuir as línguas (desigualmente). A língua, por sua vez, ao ser tomada, instaura uma cena onde se visualiza um sujeito (somente sujeito enquanto falante) constitutivamente uno e díspar em si: Locutor (origem do dizer), locutor (lugar social do dizer) e enunciador (perspectiva do dizer), como se viu.

Neste panorama, os recortes das redações escolhidas (pérolas) são acontecimentos, isto é, enunciações enquanto diferenças que significam somente no ato do dizer (aqui, escrever), por mobilizar uma tripla temporalidade simultânea: um memorável responsável pelo sentido do presente do dizer, que, por sua vez, orienta o enunciado para uma perspectiva interpretativa futura. O passado é posto pelo presente, que conduz ao futuro, de forma constitutivamente indissociável.

⁸ Ver nota de rodapé 5.

⁹ O sinal † significa “determina”.

Além disso, as pérolas são enunciações especificamente de aparência, por subverter o esperado da evidência, uma forma atípica e às vezes avessa de se construir um real. Por isso as pérolas oriundam-se do presente do dizer (formulação) que explicita um memorável consonante com o senso comum, orientando para a injunção futura de um efeito-contrário, isto é: o argumento que deveria conduzir a um enunciado acaba por conduzi-lo a outro, contrário. Essa mesma formulação, por dar-se por vias aparentes de um modo de dizer *não-culto* (ridículo), conduz o enunciado a uma orientação futura de “incoerência”, enquanto as formulações evidentes que se dão por um modo de dizer *culto* proporcionam uma interpretação para a “coerência”.

Isso nos permite dizer que o efeito-contrário tem o nascedouro na formulação (da qual depende a interpretação), e que os sentidos “coerente” e “incoerente” dispõem do mesmo passado (memorável). Assim:

L1 “o homem tem dois tipos de intestinos: o intestino grosso e o educado¹⁰”.

Memorável: dois tipos de intestinos

Presente: enunciação de aparência pela vertente não-culta da língua (ridículo)

Futuro: incoerência (efeito-contrário)

E (nossa transposição para o modo de dizer culto)

L1(a) “o homem tem dois tipos de intestinos: o intestino grosso e o delgado”.

Memorável: dois tipos de intestinos

Presente – enunciação de evidência pela vertente culta da língua (esperado)

Futuro: coerência

¹⁰ Jô Soares. Disponível em < <http://mais.uol.com.br/view/e8h4xmy8lnu8/jo-soares-e-as-perolas-dos-estudantes-0402326EE4A93326?types=A&>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

Logo, se o passado (memorável) é o mesmo, o ponto nodal do impossível é o presente, e a futuridade do efeito-contrário é uma questão de língua (e argumentação), pois L1 é um argumento que deveria orientar para “coerência”, mas contrariamente orienta para “incoerência”. Dizemos então que a argumentatividade no acontecimento das pérolas funciona assim:

- a) em L1, o Locutor 1, enquanto locutor-não-culto, argumenta a partir de um enunciador individual não-normativizado. Seu falar orienta para a futuridade contrária do esperado. Ou, se preferirmos, consideramo-la pela seguinte fórmula, proposta por Guimarães (2007), e que se lê da mesma forma citada acima:

L1 – l-língua não-culta (Ei-não-normativizado) → incoerência, riso

Enquanto

- b) em L1(a), o Locutor 1(a), enquanto locutor-culto, argumenta a partir de um enunciador universal normativizado. Seu falar orienta para a futuridade da coerência. Ou, se preferirmos dizer isso pela fórmula supracitada, teremos:

L1(a) – l-língua culta (Eu-normativizado) → coerência, sensatez.

Além da consideração da temporalidade do acontecimento e da argumentação para vislumbrar os sentidos inscritos no uso dos dois modos de dizer (culto e não-culto), são pertinentes e constitutivas do efeito-contrário as condições em que o acontecimento das pérolas se dá: seu espaço enunciativo regulado pela gramática e seu modo de repercussão, além de sua cena instaurada e a composição de seus falantes, bem como suas disparidades.

É notória a percepção de que a pérola só é pérola devido ao acontecimento, isto é, devido à ligação a uma unidade maior de significação, um texto. Este texto dá-se em um espaço enunciativo de redação, regulado pela gramática, ancilar à vertente

culta da língua. O exercício involuntário do modo de dizer não-culto no espaço gramatical configura-se como um excesso de voz (RANCIÈRE, 1996). Uma transgressão que traz o jogo político no funcionamento, e gera um efeito específico: a discrepância. A pérola engendra a disposição da seguinte agitação enunciativa: diante da pluralidade, há um efeito atípico, dissonante, num coral de milhares de enunciações padronizadas. O timbre dessa “voz desafinada” produz um efeito singular ao interferir na harmonia da sinfonia das dissertações, especificando a si mesma, e ressignificando todas as outras. Se todas as outras vozes fossem “desafinadas como ela”, ela não seria pérola. A especificidade da cena depende intrinsecamente da especificidade normativa da língua. O jogo político e desigual entre *vertente culta* X *vertente não-culta* (involuntária) constitui o estranhamento que gera o riso, e explicita a redivisão do real dos padrões de redações no espaço enunciativo do vestibular, por duas espessuras: o aspecto de evidência da razão (regulado pela norma) e o aspecto de aparência do absurdo (regulado pelo insólito), donde o político se manifesta pela reclama de pertença do absurdo à razão, em vão.

4.2 O MODO DE DIZER DO RISO

Se no Brasil há uma carência de estudos linguísticos, pedagógicos, educacionais, etc. sobre as pérolas, vamos partir do único pressuposto existente e inicial de que “falar em pérolas é falar em risos”. Estudar o sentido é colocar-se em uma posição de não considerar o sentido como um “objeto”, mas uma “relação a” (ORLANDI, 1996). Vamos então investigar as relações entre a pérola e o riso, como ponto de partida para entender a prática enunciativa das pérolas. Por que gastar algumas linhas sobre o “riso” em um artigo científico? Sua pertinência provém do postulado de que ele é a orientação futura imediata da pérola. Assim:

pérola → riso

Efeito antonímico do que se pretendia:

redação → aprovação

Não obstante, haveria algum fenômeno linguístico no riso, pertinente e intrínseco ao funcionamento da pérola, que não apenas a futilidade de um acontecimento-entretenimento? Tentaremos responder a essa problemática, a seguir.

Nosso entender do riso está longe de tê-lo como uma reação biológica ou empírica neutra, ou como uma manifestação responsiva “oca”. Se assim o consideramos, temos o riso como uma voz delocutiva. Por delocutividade entendemos o enunciado dissociado de significação cristalizada, que só tem sentido no gesto da enunciação (DUCROT, 1990). Ou seja, o riso, numa enunciação X pode significar ofensa (rio porque eu o tenho por mentiroso), em outra situação Y pode significar elogio (rio porque eu o acho inteligente), em outra Z pode significar concordância (rio porque concordo com você), ou em outra situação W, protesto (rio porque não aceito esta situação absurda), ou ainda pode ter um funcionamento de um ato jurídico¹¹ (DUCROT, 1977), pois, ao rir, o outro também o deve fazer, conforme regem deontologias sociais, etc. Não rir quando alguém ri pode significar má educação, porquanto o riso cria uma obrigação associativa.

No que diz respeito às pérolas, o riso também é um simbólico, que, enunciado nas condições de divulgação das pérolas, tem significado específico de “aversão”. O riso é a voz do Locutor normativizado, a sua maneira de dizer “eu rejeito”. A voz do riso – dada pela veiculação das pérolas na mídia – significa, por paráfrase, “isso é inapropriado, incoerente”. É o movimento preconceituoso de perpetuação circular entre o pertencimento na normatividade evidente versus o pertencimento do real aparente.

¹¹ Ducrot explana o ato jurídico como o enunciado pelo qual se obriga o interlocutor a uma outra ação: “transformação das relações legais como efeito primeiro da atividade e não como a consequência de um efeito logicamente ou cronologicamente anterior” (DUCROT, 1977, p. 87).

5 A CENA ENUNCIATIVA DAS REDAÇÕES: UMA QUESTÃO DE LÍNGUA E NÃO DE INCAPACIDADE

O dizer ridículo (não-culto) desvela um Locutor-candidato, enquanto locutor-insuficientemente-normativizado (ou desescolarizado, se considerarmos a escolarização enquanto normativização), debruçado sobre um enunciador individualmente bizarro, avesso (que observa um real caótico). Ao afirmar que alguém fala de um lugar desescolarizado, não estamos privilegiando a escola, nem estamos afirmando que as escolas não cumprem seu papel educacional, mas estamos designando o sistema de vestibulares às célebres afirmações althusserianas (ALTHUSSER, 1998) em que as escolas têm outro papel, o de inculcar não só o modo culto e os enunciadores eruditos e gramaticais, bem como perpetuar as condições de produção de enunciados homogêneos, alimentando a ilusão de uma língua una utópica na medida em que rejeita a possibilidade de certas transgressões. *Só se tem voz no vestibular se essa voz for erudita.*

O que temos então é um embate no gesto interpretativo, uma vez que os Locutores-eruditizados pautam-se em enunciadores lineares, e os Locutores-não-eruditizados sustentam-se em enunciadores individuais de avessos. O confronto dessas partes gera o riso como repulsa e interpretação involuntária imediata. A produção semântica da vertente não-culta da língua pautada em um enunciador individual atípico é um efeito de sentido contrário à razão: alucinação, alienação, insensatez, absurdo, loucura, etc.

O sujeito despreparado, das pérolas, como dito, embrenha-se na aventura da tentativa de olhar por outro lugar, que não o tradicional. Pode-se definir o acontecimento-pérola então como a diferença significativa decorrente do deslocamento da cena erudita para a cena do ridículo, geralmente despropositadamente. Por este prisma, a involuntariedade determina o ridículo (na mesma medida em que é a enunciação quem instaura o sujeito, e não o contrário). Além disso, para o Locutor da pérola, o acontecimento pérola não é pérola.

5.1 O ARCAICO PROCESSO DO VESTIBULAR E O TRABALHO HERCÚLEO DE IDENTIFICAR MATURIDADE PARA A ACADEMIA: PERSCRUTANDO O CANDIDATO DIFERENTE

Não há como, ao analisar as pérolas, ludibriar um ponto nodal ainda invisível para os Locutores-organizadores de Vestibular, que tanto almejam um candidato visionário: essa falta de acesso à vertente culta pode ser descrita como a condição sobre a qual o candidato “sabe observar”, mas “não sabe descrever”. O ponto de incandescência dos estudos das pérolas quebra o paradigma de que o Locutor-perolês, na maioria dos casos, não é um candidato que não saiba refletir, que não é desprovido de opinião sobre a atualidade, ou que esteja inapto para o grau superior, senão que as universidades acabam por preferir, involuntariamente (e excludentemente), os candidatos linguisticamente eruditos, padronizados, normativizados, escolarizados e inculcados, e por isso candidatos gramaticais circulares e repetitivos; portadores de memoráveis midiáticos populares, perpetuando um sistema clássico e arcaico, incapaz de “selecionar” uma clientela arrojada, mesmo que se pretenda a fazê-lo alternativo.

Na expectativa de alcançar o candidato de autoria, instauram uma jornada ferrenha, onde o que mais encontram são candidatos de repetição normativizada. O sistema que engendra o espaço da redação e sua leitura sobre as pérolas, alimenta a utopia de um “mundo normativizado”, onde se vê apenas repetição, cunhando um espaço universitário de “papagaios” cientistas, (o efeito avesso da proposta dos vestibulares, o de um “mundo mais filosófico”, onde se vê autoria¹²).

Conclui-se que os sujeitos organizadores de vestibular primam pela vertente culta da língua como um enunciador universal

¹² É importante salientar mais uma vez que não é nosso objetivo defender a entrada dos falantes de pérolas nas universidades, mas, por uma reflexão linguística, atentar-nos para o fato de que o fenômeno das pérolas mostra uma prática de vestibular tão irrisória quanto as próprias pérolas, por almejar candidatos padrões.

de termômetro de maturidade. E não raras vezes (ou se preferir, comumente), mesmo que sua visão seja parca, o candidato imaturo é tornado maturo pela enunciação erudita. A enunciação culta é o ingresso de entrada para o sujeito candidato. Como confirma Guimarães: “enquanto discurso normativo, ele é o discurso da classe de poder” (GUIMARÃES, 2004, p. 137).

Logo, filiamos o processo seletivo brasileiro a uma égide logicista: “se enunciação culta, maturidade, se pérola, imaturidade”, e, de tabela, inscrevemos a lógica acadêmica nacional na afirmação: “se enunciação culta, universalidade normativa, se enunciação não-culta, individualidade subversiva”. Logo, a academia, ao pensar estar selecionando preferencialmente candidatos de autoria, opta involuntariamente por candidatos universais (clichês, padrões, repetitivos, previsíveis) e não individuais (diferentes). E tudo ligado à academia terá um funcionamento previsível (universal). Não defendemos a inclusão dos despreparados, mas queremos contribuir linguisticamente para discernir o que seria o despreparo. Em outras palavras, a questão que se põe é: o universal previsível intercepta o individual diferente, prevalecendo sobre ele e nivelando a academia. Deixa-se a ermo todo um campo complexo filiado ao processo de maturidade de sujeito não falante da vertente culta. Privilegiar o modo de dizer culto é dizer que a voz culta sobrepõe o processo reflexivo nos vestibulares (pois dominar solenemente e elegantemente a repetição erudita já por si enobrece o candidato, e pode ensombrear a relevância da reflexão de autoria. Pela língua culta a academia brasileira consolida-se. Não se trata de estimular ou não o uso erudito, mas de vislumbrar que, no espaço enunciativo das redações, levando em conta esses pressupostos linguísticos, a vertente culta não significa necessariamente maturidade.

Uma posição menos ingênua e discursiva dos vestibulares deveria engendrar mecanismos capazes de poder enxergar maturidade em uma pluralidade linguística que não a culta (gírias, games, sinais, grafites, desenhos, as próprias pérolas, símbolos de internet, códigos, estrangeirismos, abreviações, etc.). Concordamos

com Gadet e Pêcheux (2004) quando asseveram que a ciência não pode cair na armadilha lógica de separar possível e impossível (para nós, respectivamente, funcionamento culto e não-culto da língua). Os dois planos indissociáveis compõem as linguagens humanas, bem como a ciência linguística, bimodal, para qual a academia caminha (ou deveria caminhar).

A postura do vestibular reflete diretamente na postura pedagógico-escolar, que não é objeto de nossa atenção nesse trabalho, mas a ele se relaciona transversalmente: “Não seria mais rica uma pedagogia que levasse a sério o fenômeno da consciência contraditória? [...] trata-se de uma pedagogia capaz de criar condições (o que pode ser obra tanto dos alunos, quanto dos professores, quanto de todos) para que a descoberta possa acontecer” (CHAUÍ, 1980, apud ORLANDI, 2006, p. 37).

6 QUATRO MODOS DE ENUNCIAR O ABSURDO: O EMBATE ENTRE EVIDÊNCIA E APARÊNCIA

Para melhor investigar as pérolas de vestibular, escolhemos colocarmo-nos em uma posição de leitura do funcionamento das pérolas, em que podemos perceber que existe uma certa “tipologia” de pérolas, isto é, há várias formas nas quais os acontecimentos-pérolas funcionam. Não podemos reduzir os enunciados das pérolas a um único padrão, homogêneo. Com isso temos uma percepção melhor do objeto construído pelo Locutor-candidato.

Pelo procedimento da teoria da agitação enunciativa (embate entre enunciação de evidência X enunciação de aparência) explanada no início desse trabalho, perscrutaremos os enunciados de pérolas abaixo. Em uma breve busca¹³, percebemos que os Locutores-candidatos apresentam cinco modos de enunciar a aparência dos temas propostos (o absurdo), ou cinco formas de

¹³ Pérolas. Disponível em <<http://www.releituras.com/pvestibular.asp>>. Acesso em 15 jan. 2010.

argumentação que orientam para o efeito-contrário do pretendido, o impossível. São cinco maneiras políticas (em confronto) de tentar transpor a orientação aparente do impossível para dentro dos limites evidentes do possível. Cinco maneiras de reclamar a pertença da loucura à razão. São elas: incompleto, ininteligível, inteligível (mas fora de cena), ambíguo e insustentável. Abordá-las em dois grupos: os casos mais propensos à elucidação e os casos menos propensos à elucidação (respectivamente, os casos passíveis de identificação de memoráveis, e os casos não passíveis de identificação de memoráveis). É notório observar que identificamos mais casos propensos à elucidação do que propriamente casos não propensos à elucidação. Ei-los elencados:

6.1 OS CASOS MAIS PROPENSOS À ELUCIDAÇÃO

A) ACONTECIMENTO INCOMPLETO:

- *Os egípcios antigos desenvolveram a arte funerária para que os mortos pudessem viver melhor.*
- *Antes de ser criada a Justiça, todo mundo era injusto.*

Nos dois recortes acima, há indícios de *evidência* – como em “viver em outra vida” e “antes de X todos eram não-X” –, mas não o suficiente para retirá-los da cena da *aparência*. Nos dois trechos percebe-se que há uma visão do objeto, porém mal escrita, incompleta, com vacilos. É possível detectar uma reflexão nos enunciados, por debaixo de uma enunciação não-culta.

B) ACONTECIMENTO INCOMPATÍVEL:

- *A principal função da raiz é se enterrar*
- *A insônia consiste em dormir ao contrário*

Os recortes supramencionados representam a *evidência* pelo modo de falar enunciativo de *aparência*. Na verdade, pode ser um recurso do modo de dizer erudito para criar efeitos de sentido

interessantes, se usados com aspas. É comum inserir enunciados como esse no discurso normativo, autorizado pelo simples uso das aspas. A pontuação (aspas) é a ponte de acesso do *aparente* para o *evidente*. Por exemplo, poder-se-ia dizer *a principal função da raiz é “se enterrar”*, para torná-lo coerente e aceitável no espaço de erudição, como também *a insônia consiste em “dormir ao contrário”*, para explicitar um argumento para alcançar sentidos metaforizados, considerados criativos e inventivos. O dito aspeado representa pérolas propositais, portanto, “pérolas permitidas” ou, para usar uma expressão mais apropriada e científica, o dito aspeado são *incoerências coerentes* (o que não ocorreu nos casos abaixo). O pecado do candidato seria não saber usar as aspas, responsáveis por autorizar a transposição da aparência para a evidência, e criar outros efeitos de sentido (o que não significa que seja desprovido da faculdade reflexiva, pela inabilidade linguístico-culta).

C) ACONTECIMENTO AMBÍGUO:

– Prova de Vestibular no RJ (Universidade Gama Filho¹⁴) *Questão: Faça uma análise sobre a importância do Vale do Paraíba.*

Resposta do candidato:

“O vale do Paraíba é de suma importância, pois, não podemos discriminar esses importantes cidadãos. Já que existem o vale-transporte e o vale do idoso, por que não existir também o Vale do Paraíba??! Além disso, sabemos que os paraibans, de um modo geral, trabalham em obras ou portarias de edifícios e ganham pouco. Então, o dinheiro que entra no meio do mês – que é o vale – é muito importante para ele equilibrar sua economia familiar”.

Observando o enunciado, asseveramos que, se o acontecimento inteligível é uma enunciação de *aparência* que pode ser lida como uma *evidência* se autorizada pelas aspas, este acontecimento ambíguo faz o caminho inverso, trata-se de uma enunciação interrogativa de *evidência* (questionou-se sobre uma região geográfica) respondida a partir de uma enunciação de *aparência* (interpretou-se como um abono salarial), porque é manifestado

¹⁴ Vejaisso.com. 19 nov. 2006. Disponível em <<http://quaresmavestibulares.blogspot.com/2009/06/perolas-do-vestibular.html>> Acesso em: 15 jan. 2010.

pela falta de acesso ao memorável. Trata-se de um deslocamento do sentido cristalizado (o desconhecimento da região geográfica). E o riso, futuridade desse acontecimento, é enunciação apenas dos falantes que conhecem o memorável geográfico. Fica claro que é o memorável, não explicitado, que é responsável pela ancoragem do sentido. Sua falta possibilita a continuação do texto, mas fora do esperado. É a pérola por carência de memorável.

Por outro lado, ao analisar os efeitos de sentido do excerto, perscrutando os dados pelo prisma semântico aqui adotado, por mais que pareça espantoso, embora o Locutor-candidato desconsiderasse (não há como afirmar que ignorasse) a região geográfica, supondo a existência em trâmite de um vale para o cidadão paraibano, é improcedente levantar juízo semântico de certo ou errado em sua resposta, uma vez que o simbólico “vale” é de fato uma expressão ambígua. A condenação viria apenas por um enunciador universal social de vestibulares, que dita o imperativo: “deve-se ter e seguir certo conhecimento geográfico trivial, e respeitar suas nomeações”. Linguisticamente falando, ressalta-se ainda a possibilidade (não que seja o caso, mas quem o sabe?) da relevância intuitiva do Locutor-candidato para o aspecto outro que o convencional. Ou seja, o efeito de pérola pode esconder um candidato exímio.

6.2 OS CASOS MENOS PROPENSOS À ELUCIDAÇÃO

A) ACONTECIMENTO ININTELIGÍVEL

– *O petróleo apareceu há muitos séculos, numa época em que os peixes se afogavam dentro d’água.*

Amparados na enunciação acima, percebe-se que o Locutor-candidato tentou enunciar um objeto (petróleo) e o tempo cronológico de um objeto (época em que os peixes se afogavam dentro d’água). Embora o objeto esteja evidente, vemos que a época descrita (Proterozóica? Paleozóica?) foi mal elaborada no ato de escrever, e a insuficiência de dados fez o acontecimento se

ressentir de um real, ou o período designado por esta materialidade. A passagem da *aparência* para a *evidência* é insustentável. A predominância de aparência no enunciado abre todo um leque para apreciação linguística (possibilidades de metáfora do peixe, equívoco do candidato, eclipse da era planetária, ironia, alusão, etc), o que limita uma compatibilização semântica mínima entre os dados do enunciado não-culto e o tema proposto na redação. Tal incógnita, embora amplie o leque de apreciações linguísticas, coíbe de prosseguir de forma sólida a uma estabilização temática.

B) ACONTECIMENTO INSUSTENTÁVEL:

- *Os problemas de fertilidade são sempre hereditários*¹⁵
- *Felizmente para os homens, o aborto é obrigatório*¹⁶.
- *Lavoisier foi guilhotinado por ter inventado o oxigênio*¹⁷.

Os três enunciados elencados acima produzem um efeito de um ultraje ao dogma da razão. Embora sintaticamente inteligíveis (opostos ao acontecimento ininteligível), afrontam os memoráveis e a espessura de historicidade dos simbólicos que utilizam (há forte relação antonímica entre infertilidade e hereditário, aborto e obrigatório, invenção e oxigênio). Trata-se de enunciações de *aparência* determinadas pela individualidade do insólito, pela alienação, pela insensatez, ou pela alucinação, que os orientam indubitavelmente para o nível surreal. Poderia ser caracterizado como o caso mais caótico linguisticamente (mas não menos reflexivo), devido ao aspecto de incógnita, à construção vaga, elíptica, alusiva e ao uso vocabular um tanto que opositivo.

¹⁵ Jô Soares e as pérolas dos estudantes. 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/e8h4xmy8lnu8/jo-soares-e-as-perolas-dos-estudantes-0402326EE4A93326?types=A&>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Portal do humor. Disponível em <<http://www.portaldohumor.com.br/cont/piadas/381/Perolas-do-vestibular.html>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

A obscuridade da enunciação do Locutor-candidato encobre a interpretação de seu interlocutor-corretor, pois o vínculo entre a coerência e a incoerência necessita de um mínimo de sintaxe e memorável incipiente. Quanto ao processo seletivo, uma correção exímia é comprometida nesse caso, e a aprovação ficará a cargo da distinta subjetividade do locutor-corretor.

Findando a análise das pérolas acima, concluímos que em ambos os casos (propensos à elucidação e não propensos à elucidação), podemos ainda dizer, para robustecer a análise, que o estranhamento não-culto que trava a coerência costumeira dá-se pela filiação da incompletude dos enunciados de pérolas a três incidências pecheutianas (2009, p. 63 e 64), que melhor delimitam as relações de possibilidade e impossibilidade abordadas:

1. A obscura relação entre *extensão e compreensão*;
2. A parca distinção entre *propriedades essenciais e propriedades contingentes*;
3. A natureza do *vínculo* que une coerência e incoerência.

As três incidências ajudam a visualizar que o espaço de redação nacional (não somente os vestibulares) é ainda lógico. Lê-se a redação logicamente no Brasil, e isto quer dizer que o texto da Redação é determinado pela “[...] pretensão idealista de chegar a um universo de enunciados ‘fixos e unívocos’”(PÊCHEUX, 2009, p. 64). Por outro lado, a diferença do acontecimento-pérola que acentua a agitação entre enunciação de evidência e enunciação de aparência no espaço de enunciação do vestibular, dificultando os processos de compreensão, acentua a tese de Pêcheux (2009, p. 64) de que “estamos ‘infinitamente distanciados’ do ideal de uma *teoria universal das idéias*”. Em outras palavras, vivemos a ilusão utópica de um “mundo normativizado” e padronizado pela gramática. Pelas considerações aqui levantadas, dizemos que a erudição linguística é condição angular para ingresso no ensino superior, e não necessariamente a reflexão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É precário no cenário da Linguística um estudo que foque a língua e seus sentidos na circularidade tão popular do costume das “piadas pérolas”, e esta predisposição agenciou a ousadia de nossa análise, ora dificultando-a, devido ao caráter escasso e insuficiente de trabalhos similares, e ora inibindo-a, pelo inevitável efeito de unicidade (não que seja o único) que uma reflexão sobre a pertinência do que é considerado irrisório pode causar.

Deixamos de lado questões de ordem cognitiva, psicanalítica, patológica, administrativo-escolar e de gêneros, para acentuar os efeitos de sentido causados pela agitação enunciativa entre a evidência normativa e a aparência transgressiva das pérolas. No espaço enunciativo do vestibular, atentamo-nos para o funcionamento do modo de dizer não-culto que é diferença na sua própria ordem, e, diferença que causa estranhamento, e conseqüentemente, um sentido contrário no espaço gramaticizado em que é enunciado. Trouxemos para a análise a possibilidade de detectar reflexão e maturidade em materialidades linguísticas não-cultas, mas que são encobertos, contudo, pelo fascínio do termômetro da vertente culta.

Nosso ponto de vista enunciativo foi pertinente ao tornar plausível que o ponto de incandescência das pérolas é uma questão de língua, mais que de uma sobredeterminação pejorativa do sujeito. A impossibilidade de acesso ao modo de dizer culto da língua agencia um funcionamento não-culto dessa língua, que, antes de outras conseqüências, como não “cabe” ali, causa um efeito-contrário do sentido esperado, uma vez que a voz do ridículo constrói um sentido social e historicamente *aparente* da razão. Pontuamos nesse exercício enunciativo, que, como se viu, tanto a voz culta como a não-culta são passíveis de reflexão, respectivamente nas suas universalidade normativa e individualidade insólita. Assim, a reprovação da redação é determinada pela insuficiência de erudição.

Pela noção de argumentação, observamos que o acontecimento-pérola orienta-se sempre para o *riso*, e que este riso,

longe de ser uma manifestação empírica neutra, é uma enunciação delocutiva (“isto é, incoerente, rejeitável”) determinada por um ato jurídico (ao rir o outro deve rir), que enfatiza a utopia de um “mundo normativizado” pela gramática, e perpetua o sistema arcaico e obsoleto da seleção vestibular por vias de regras didático-escolares. Ao nosso entender, o enunciador-universal-pressuposto sobre o qual se debruça o mecanismo do vestibular não deveria ser a questão *qual candidato é falante fluente da vertente culta*, mas *qual candidato sabe significar o mundo por uma vertente qualquer*.

Há os que politicamente rebateriam as nossas asserções ao dizer que um candidato X, pela sua enunciação de pérola, não está apto para o ensino superior. Responderíamos que talvez, e que, além disso, notoriamente, sem querer forjar uma leitura inclusiva destes Locutores, há os que também não poderiam jamais estar no espaço acadêmico, devido à sua imaturidade reflexiva, mas ali se encontram pelo fato de serem falantes repetitivos e fluentes da vertente culta da língua, avalizados pelo seu vestibular.

Concluimos que, ao abordar a língua no espaço das academias, enquanto não se fala de forma culta, não se existe. E se se fala pelo modo não-culto, existe-se enquanto caricatura. O vestibular acaba por tornar-se a prática de abafar o diferente da aparência, em detrimento do mesmo da evidência. É a língua, portanto, quem instaura o sujeito, e não o contrário.

Definimos o acontecimento-pérola como cinco tentativas políticas de fazer pertencer a *aparência* aos limites da *evidência*. Cinco maneiras de reclamar a pertença da loucura à razão. Fica posto, pela nossa análise, que a loucura é passível de ser determinada pela reflexão, porém por vias não normativas (não gramaticais), e que a razão pode ser passível de ser determinada por uma imaturidade, por vias normativas (gramaticais).

A pérola representa a desestabilização do processo seletivo do vestibular, incapaz de antever um bom candidato sob o véu da opacidade de seu texto. Poderíamos ainda aprofundar a presente

reflexão ao detectar que, no tocante às redações (a talvez até além delas), o brasileiro não sabe ler deslinearmente, desapegado do memorável de coerência e convencionalidade. Salvo poucos grupos, grande parte dos registros de suas leituras apresenta-se de forma linear. E mesmo que raras vezes o faça, retorna incomodado para o aconchego da harmonia normativa, balizado pelas “correções”. O modo de ler do brasileiro, regularmente e de modo geral, é pela linearidade, e não pela discursividade. O atípico o afronta por demais. Assim também, no que tange ao gesto de leitura, os enunciadores gramaticais corretores regulam as correções optando por uma leitura lógica das redações no Brasil. Não abarcam o real de escritas rebeldes quanto ao modelo alfabético, estético, linear, ponderado, mensurável e tradicionalmente autorizado pela razão e pela gramática. Pelo prisma científico-linguístico, concluímos que tal regularidade no espaço enunciativo de correções de redações ancora a linguagem à lógica e restringe seu uso a um agenciamento homoganeamente culto.

Finalmente, salvo exceções, a pérola é um acontecimento-indício: *passado* que recorta um memorável da gramática, *presente* da formulação que significa que a vertente culta já não é suficientemente competente para avaliações, e *futuro* que instiga uma perspectiva em que uma via alternativa não-culta (já aberta por ela) precisa ser ampliada.

REFERÊNCIAS

- A EDUCAÇÃO brasileira. Disponível em <<http://hdebarba.malfeita.blogspot.com/2008/09/educao-brasileira.html>>. Acesso em 13 fev. 2010.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura V. de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo R. J. Guimarães et al. Campinas: Pontes, 2006.

- CHAUÍ, M. de S. *Idiologia e educação: educação e sociedade*. Cadernos Cedes. v. 2, n. 6. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1980.
- DUCROT, O. *Princípio de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. *Polifonia y argumentacion*. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- GADET, F., PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth C. de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do Português*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v.1, n. 51. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009, p. 49-68.
- HOUAISS, KOOGAN. *Enciclopédia e dicionário*. Rio de Janeiro: Delta, 1997.
- JÔ SOARES E AS PÉROLAS DOS ESTUDANTES, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/e8h4xmy8lnu8/jo-soares-e-as-perolas-dos-estudantes-0402326EE4A93326?types=A&>>. Acesso em: 13 fev. 2010.
- MACHADO, J. C. *Uma análise designativa em fronteiras enunciativas: a corrupção pelo prisma da semântica histórica da enunciação*. São Carlos. 2010. 219 f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- ORLANDI, E. *Interpretação*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PÉROLAS. Disponível em <<http://www.releituras.com/pvestibular.asp>>. Acesso em 15 jan. 2010.

PORTAL DO HUMOR. Disponível em <<http://www.portaldohumor.com.br/cont/piadas/381/Perolas-do-vestibular.html>>. Acesso em 16 fev. 2010.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Os nomes da história*. Tradução de Eduardo R. J. Guimarães e Eni P. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 1994.

VEJAISSO.CO. 19 nov. 2006. Disponível em <<http://quaresma-vestibulares.blogspot.com/2009/06/perolas-do-vestibular.html>> Acesso em: 15 jan. 2010.

ESTUDO DA ANÁFORA PRONOMINAL EM TEXTOS PRODUZIDOS POR ALUNOS DE 9º ANO

Cristiane Maria Praxedes de Souza NÓBREGA
(Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)

Maria das Graças Soares RODRIGUES
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

RESUMO: Este artigo se insere no âmbito da Linguística de Texto e tem por objetivo focalizar o funcionamento coesivo da anáfora pronominal na construção da trama textual, em termos de continuidade e de progressão temática. Para tanto, foram utilizados procedimentos etnográficos para a construção do *corpus* investigativo e referencial teórico orientado a partir dos estudos sobre anáfora pronominal, realizados por Milner (2003), Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi (2000; 2005 e 2008), Koch (2002), Antunes (2005) e Adam (2008). Nas análises dos textos, constatou-se que a incidência da anáfora pronominal foi significativa porque foi o recurso mais utilizado pelos alunos para promover a articulação coesiva dos textos. Verificou-se que em textos narrativos ou argumentativos a anáfora pronominal promoveu a manutenção e a progressão temática esperadas. Ainda verificou-se que a recorrência excessiva desse fenômeno no mesmo texto, apesar de promover a articulação coesiva, pode prejudicar o seu grau de informatividade.

PALAVRAS-CHAVE: Anáfora pronominal; continuidade temática; progressão temática.

RÉSUMÉ: Cet article s'inscrit dans le champ d'application du texte linguistique et vise à se concentrer sur le fonctionnement cohérent de l'anaphore pronominale dans la construction textuelle en termes de continuité et de progression thématique. Pour ce faire, ont été utilisées procédure ethnographique pour la construction d'une corpus d'enquête et théorique axée sur des études sur l'anaphore pronominale, interprété par Milner (2003), Koch et Marcuschi (1998), Marcuschi (2000, 2005 et 2008), Koch (2002), Antunes (2005) et Adam (2008). Dans l'analyse des textes, il a été constaté que l'incidence de l'anaphore pronominale a été

importante, car elle a été l'outil le plus utilisé par les étudiants afin de promouvoir l'articulation cohérente des textes. Il a été constaté que dans les textes narratifs ou argumentatifs l'anaphore pronominale promouvoir le maintien et la progression thématique prévu. Même si il a été constaté que la récurrence de ce phénomène sur le même texte, même si elle favorise l'articulation cohérente porte atteinte à leur degré d'informativité.

MOTS-CLÉS: Anaphore pronominaux; continuité thématique, la progression thématique.

1 CONTEXTUALIZADO A PESQUISA

O conteúdo que será abordado neste artigo integra parte da dissertação de mestrado "*Anáfora Pronominal e repetição lexical: estudo no contexto da produção textual de 9º ano do ensino fundamental*", defendida em 2010, no programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem/UFRN.

Nele serão apresentadas algumas análises da ocorrência da anáfora pronominal em 50 textos produzidos por alunos de 9º ano de uma escola pública da rede estadual de ensino, com o objetivo de identificar, descrever, analisar e interpretar a ocorrência desse fenômeno e de seu funcionamento na trama textual, em termos de continuidade e progressão temáticas. Para tanto, utilizou-se à noção de anáfora preceitual nos estudos da Língua de texto (LT), apresentando-se, inicialmente, a noção clássica e a visão mais ampla da anáfora para, em seguida, abordar a manifestação da anáfora em sua forma pronominal.

Em linhas gerais, a metodologia para a realização desse trabalho deu-se a partir do uso de procedimentos etnográficos, tais como: observação, coleta de dados, entrevistas, questionários e análises de textos. Nessa direção, seguindo André (1995), a qual defende que a abordagem etnográfica tem se afirmado como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas em contexto escolar, permaneceu-se durante os meses de abril a agosto de 2007, em processo de observação e coleta de dados.

Durante esse período, pode-se realizar a coleta do *corpus* ora analisado e conhecer o contexto de produção no qual foram construídos os textos. O conhecimento desse contexto norteou os procedimentos de análise e interpretação que seriam aplicados aos textos, bem como respaldou as conclusões a que se chegou a respeito do funcionamento da anáfora pronominal em textos narrativos e argumentativos produzidos por alunos de 9º ano.

Para fins metodológicos, o *corpus* foi organizado em três blocos, observando-se os contextos nos quais os textos foram produzidos. O primeiro bloco corresponde a textos narrativos referentes à primeira solicitação; o segundo reporta-se a textos de base argumentativa, referentes à segunda solicitação; e o terceiro agrupa os textos da última solicitação, também de orientação argumentativa. Feita a separação em blocos, verificou-se como se deu a ocorrência da anáfora pronominal em todo o *corpus* e o percentual em cada bloco. Além disso, foi feita a correlação entre a quantidade de texto de cada bloco e o percentual de ocorrência do fenômeno por bloco; em seguida, compararam-se os resultados entre os blocos e apontou-se a conclusão do estudo sobre o funcionamento das anáforas pronominais em textos produzidos por alunos de 9º ano, observando-se a continuidade e a progressão temática dos textos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabe-se que os autores divergem quanto aos critérios que adotam para caracterizar os tipos de anáfora e, conseqüentemente, também não entram em acordo sobre a questão da nomenclatura. Neste artigo, não será apresentada uma discussão profunda acerca dessa flutuação terminológica, porém, para que se possa discutir a anáfora pronominal como uma das manifestações do processo anafórico, é preciso primeiro compreender o que vem a ser a anáfora para a LT, pois se sabe que em torno das diferentes noções de anáfora muito se tem discutido, assim como muitas transformações conceituais se processaram até o presente momento.

Na retórica clássica, anáfora significava uma expressão utilizada para indicar quando uma palavra ou um sintagma se repetia na superfície de um texto. Essa noção ainda perpassa algumas vertentes da LT, porém nos estudos mais atuais, como se verá a seguir, o critério que define a concepção desse fenômeno não o limita, apenas, a uma noção de retomada de um segmento do texto por outro, mas amplia essa noção ao se discutir que uma expressão anafórica reporta-se a referentes que podem, ou não, estar visivelmente expressos no cotexto.

Partidário da visão clássica do fenômeno anafórico, Milner (2003, p. 94) postula que a relação anafórica se estabelece quando há uma relação de dependência interpretativa entre duas unidades A e B, sendo que B só poderá ser interpretado se retomar inteira ou parcialmente A.

Essa relação de dependência interpretativa entre o termo anaforizado e o termo anaforizante para o estabelecimento de uma relação anafórica, envolve também a noção de que a anáfora pressupõe a continuidade, isto é, a retomada total ou pelo menos parcial do referente.

Este mesmo autor, entretanto, estabelece uma diferença entre correferência e anáfora. Para ele, há correferência entre duas unidades referenciais A e B quando elas designam o mesmo referente no discurso, podendo acontecer sem que a interpretação de uma seja afetada pela interpretação da outra (MILNER, 2003, p. 112-113).

Como se vê, essa definição de correferência destoa da de anáfora, na medida em que não determina a ocorrência de dependência interpretativa entre duas unidades A e B para o estabelecimento da correferência, como é o caso da anáfora. Assim, em sua tese, Milner (2003) sustenta a ideia de que anáfora e correferência são noções distintas.

Em resumo, na visão de Milner (2003), a relação entre uma expressão e um antecedente textual é condição necessária para a manifestação do fenômeno anafórico, sendo que entre dois

termos A e B deve estar pressuposta, nos casos da anáfora nominal, uma dependência semântica previamente estabelecida entre o anaforizante e o anaforizado independente do contexto textual; e nos casos da anáfora pronominal a obrigatoriedade de ocorrência de um antecedente no cotexto, uma vez que o pronome por si só é opaco e vazio de sentido, entretanto não toma a noção de correferência como condição necessária.

Lembrem-se ainda que a correferência é frequentemente tomada como o protótipo da anáfora. Portanto a concepção de anáfora postulada por Milner (2003), no mínimo, apresenta certa confusão de ordem conceitual.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a concepção clássica de anáfora sustenta que um termo é anafórico quando remete para um referente identificado no cotexto. Portanto, faz sempre uma ligação direta entre o elemento anafórico e seu referente. Essa visão defende também que a relação anafórica dá-se por um processo de substituição pronominal ou lexical, desde que o elemento referido esteja presente no cotexto.

Partindo-se de uma compreensão mais ampla do fenômeno anafórico, Koch e Marcuschi (1998), ao tratarem dos processos referenciais na produção do texto oral, afirmam que as “retomadas anafóricas nem sempre designam uma retomada referencial em sentido estrito, mas é apenas uma espécie de remissão que estabelece o contínuo tópico”. Com essa assertiva, percebe-se a importância dada às anáforas no processo de continuidade textual que, mesmo não retomando um referente cotextual, processa a unidade de sentido por meio das relações associativas ou inferenciais que se estabelecem a partir da superfície textual.

Nesse estudo, os autores classificam os seguintes tipos de anáforas:¹

1 Não se pretende, neste artigo, tratar das ocorrências dos tipos anafóricos, mas, para melhor entendimento do assunto, é interessante fazer-se uma breve apresentação classificatória.

a) por correferência: ocorre com a retomada total de um referente por uma expressão nominal ou por pronome. Comprovamos com um exemplo retirado do nosso *corpus*.

Exemplo (1):

Era uma vez um menino chamado Luiz **ele** era um garoto apaixonado por uma amiga minha. (TEXTO 03)

O pronome *ele* refere-se a Luiz. Logo, tem-se um caso de anáfora correferencial, como propõem os autores citados acima. Porém, nem sempre o pronome pessoal é correferencial. Observa-se o exemplo “Pedro e Paulo disseram que eles eram os mais inteligentes da turma”, o pronome *eles* pode não se referir a Pedro e Paulo, mas sim a outros garotos, cujo referente se encontra no contexto e não no cotexto. Esta é uma típica construção anafórica que denuncia o perigo de se associar expressão pronominal à anáfora correferencial, pois é plenamente aceitável que, em uma situação como a descrita acima, o pronome possa não ser anafórico correferencial.

b) por recategorização: quando o anafórico acrescenta informações a um referente já introduzido ou inferível a partir do cotexto, Vejamos o exemplo extraído de Koch e Marcuschi (1998):

Exemplo (2):

Inf: /[...] / quando a gente viaja[...] a gente observa que as **frutas de outros estados são** totalmente diferentes [...] **coisas** até bastante deco/desconhecidas [...] com nomes estranhíssimos. NURC/RJ, DID, Inq.328, linhas 71-73

Vê-se que o termo anafórico “*coisas*” identifica o referente “*frutas de outros estados*”, mas o faz atribuindo uma designação genérica isto é, recategorizando-o.

c) por associação: é quando o anafórico introduz uma entidade nova para o discurso, mas não retoma o referente introduzido previamente, embora remeta a um elemento-fonte no cotexto. Verifica-se tal fenômeno com um exemplo seguinte:

Exemplo (03):

O **casamento** de Juliana foi uma maravilha. O **bolo** estava lindamente decorado.

Pode-se observar que a associação ao termo *casamento* é o que justifica a anáfora associativa, a que os autores se referem, expressa pelo vocábulo *o bolo*.

d) por inferência: quando, dizem eles, não existe a retomada direta de um referente; o antecedente está implícito. Observa-se com exemplo fabricado para ilustrar essa ocorrência anafórica:

Exemplo (04):

Joana pretendia fechar a **porta** quando o ex-marido apareceu. Nervosa, deixou cair **as chaves**.

Verificou-se que as classificações do tipo associativo ou inferencial se imbricam, uma vez que, em ambas, a relação anafórica é desencadeada a partir de informações inferidas no contexto através de um elemento desencadeador do cotexto que ancora tal informação. Verifica-se ainda que a correferência, embora seja considerada a forma prototípica da anáfora, não é um traço característico desse fenômeno, uma vez que existem os casos das anáforas não-correferenciais.

O próprio Marcuschi (2005, p. 55) aponta que se a noção de correferência, em alguns casos, é crucial para o estabelecimento da relação anafórica, como é o caso das anáforas diretas/correferenciais, em outras situações já não é. Porém, ressalta que, mesmo no caso das anáforas diretas/correferenciais, ainda assim nem sempre é fácil associar o termo anafórico ao seu antecedente, visto que nem sempre esse tipo de anáfora requer identidade de significação nem identidade estrita entre anáfora e antecedente.

Outros autores, como Apothelóz (2003), Mondada e Dubois (2003), partilham dessa mesma concepção ampla de anáfora ao postularem que as anáforas atuam não somente

de forma correferencial, mas numa dinâmica textual que, sustentada em alguma âncora do texto, favorece a continuidade referencial, mantém a referencialidade e propicia a construção do sentido no texto.

Diante do exposto, entende-se que a visão ampla da anáfora permitiu pensá-la não só como um simples recurso coesivo de retomada e continuidade referencial, mas também como um processo que envolve, simultaneamente, a retomada e a introdução de novos referentes, os quais serão interpretados a partir da associação da expressão anafórica a algum elemento ancorado no universo textual.

Em se tratando da anáfora pronominal, embora Adam (2008, p. 137) defenda que ela é “fiel, [grifo do autor] pois, geralmente, ela não indica nenhuma nova propriedade do objeto” referenciado, pode, eventualmente, não apresentar congruência sintática com o seu antecedente ou, até mesmo, não remeter a um antecedente explicitado no cotexto,² conforme se verificará mais adiante.

Essas possibilidades de ocorrência fogem à noção de anáfora pronominal defendida por Milner (2003, p. 94-95) quando diz que “[...] Essa relação existe quando B é um pronome cuja referência virtual só se estabelece pela interpretação de um N’ que o pronome repete”. Noutras palavras, Milner (2003) sustenta que a condição para que um pronome seja anafórico é a existência de um antecedente como ponto de ancoragem interpretativa, uma vez que os pronomes não possuem autonomia referencial.

² “Fala-se em anáfora fiel sempre que um referente anteriormente introduzido no texto é retomado por um SN definido ou demonstrativo, cujo nome nuclear é aquele mesmo por meio do qual foi introduzido (uma casa [...] a/esta casa). A anáfora fiel é, assim, uma das possibilidades de correferência.” (APOTHÉLOZ, 2003, p.71) No caso da anáfora pronominal, Adam a considera como fiel, certamente, pelo traço de retomada correferencial que, numa visão restrita, é atribuído ao pronome anafórico.

Milner (2003, p. 121) estabelece o seguinte quadro geral para resumir as diferenças entre anáfora nominal e anáfora pronominal:

Quadro comparativo 01: Anáfora nominal e anáfora pronominal

Anáfora pronominal	Anáfora nominal
O anaforizante não é autônomo e está desprovido de referência virtual própria.	O anaforizante é autônomo e provido duma referência virtual própria.
O efeito é o de fornecer uma referência virtual ao anaforizante; não de identificar o referente atual.	O efeito é de identificar o referente atual do anaforizante e não de fornecer uma referência virtual.
O anaforizante não tem necessariamente uma referência atual.	O anaforizante tem necessariamente uma referência atual.
O anaforizado não tem necessariamente uma referência atual; basta-lhe que tenha uma referência virtual.	O anaforizado tem necessariamente uma referência atual.
A referência atual do anaforizado pode ser identificada ou não, identificável ou não. O anaforizado pode, pois, ser definido ou indefinido, especificado ou genérico.	A referência atual do anaforizado deve ser não identificada; o anaforizado deve ser indefinido. A referência atual do anaforizado deve ser identificável. Ele deve, pois, ser particular e não pode ser genérica nem quantificada.
A relação de anáfora tem como condição necessária e suficiente a correferência virtual.	A correferência – virtual ou atual – não é nem necessária nem suficiente.

Com base nessas especificações, Marcuschi (2000) aponta para o fato de que o processo anafórico – nominal ou pronominal – assim descrito por Milner (2003), impede que se consiga tratar a maioria dos casos de anáforas que não preenchem tais requisitos, como por exemplo, um grande número de anáforas associativas não-correferenciais, as anáforas acionadas por meio de processos cognitivos sem caráter correferencial e as anáforas fundadas em

relações inferenciais baseadas em representações mentais sem retomada nem correferencialidade.

Observem-se os exemplos extraídos de Marcuschi (2008, p. 115) e Adam (2008, p.135), respectivamente:

Exemplo (5):

“O povo descia a ladeira em procissão para a igreja. Eles suavam no calor intenso.”

Exemplo (6):

“Tendo derrubado o CARTAZEIRO ACHILLE, eles O arrastaram ao longo de toda a passarela de Alfortville, depois O jogaram de cima”.

No exemplo (5), o anafórico **eles** não retoma antecedente recobrável, sintaticamente, na estrutura de superfície e, embora não haja congruência sintática com a expressão ‘o povo’, pode-se relacionar a ideia de que a expressão *povo* contém em si um plural, uma vez que recupera a informação de que a expressão *povo* pode perfeitamente indicar que se trata de um aglomerado de pessoas do sexo masculino ou de ambos os sexos, visto que o masculino plural é usado para referir-se aos dois sexos simultaneamente. Está-se diante de um caso de anáfora pronominal não-correferencial.

Já em (6), o pronome **eles** é desprovido de referente textual, porém, cognitivamente, pode-se inferir que se trata de um agente agressor, uma vez que a cena descreve um *script* de agressão. Em situações semelhantes a esta, o conhecimento enciclopédico é fator determinante para a construção do referente porque ele desencadeia o processo inferencial interpretativo.

Como se vê, essas anáforas pronominais não necessitam obrigatoriamente da presença de um antecedente pontualizado na superfície textual, todavia percebe-se que, no segundo exemplo, demanda-se mais esforços para processar o cálculo inferencial, pelo fato de que a atividade inferencial interpretativa funda-se num

conjunto de operações relativamente complexas e apresenta algumas características não abarcadas pela análise gramatical.

Koch (2002, p. 86) afirma que, mesmo não havendo a explicitação dos referentes no cotexto, os interlocutores sabem sobre o que estão falando e a quem estão se referindo porque se opera com processos cognitivos e discursivos, sendo o discurso o espaço de onde extraímos o conteúdo referido, de modo que os referentes são induzidos por um conjunto de informações textualmente construídas.

Desse modo, entende-se que os processos anafóricos realizados por pronomes com antecedente explícito ou não explícito articulam-se coesivamente na estrutura superficial do texto, seja por meio da retomada de um antecedente cotextual, seja por meio de processos associativos ou inferenciais acionados por pistas textuais.

Essa visão ampla do processo anafórico será adotada na análise e interpretação das formas de manifestação da anáfora pronominal no *corpus* investigado, observando quais implicações a anáfora pronominal traz à continuidade e à progressão temática. Nesse sentido, cita-se Antunes (2005, p. 87) quando aponta que a grande função textual dos pronomes é estabelecer nós de ligação entre os diferentes segmentos de um texto, possibilitando a continuidade que o mesmo exige para ser coerente.

3 A ANÁFORA PRONOMINAL E A CONTINUIDADE DE SENTIDO EM TEXTOS NARRATIVOS E ARGUMENTATIVOS

De acordo com Antunes (2005, p. 86), “os pronomes constituem uma classe particular de expressões referenciais, isto é, de expressões pelas quais nós nos referimos às coisas e às pessoas”. Sua função, quando bem utilizados, é assegurar a cadeia referencial do texto, possibilitando a continuidade de sentido.

Constatou-se que o tipo de construção anafórica pronominal com antecedente explícito foi bastante recorrente em nove textos dos dez que constituíam o bloco narrativo – denominado de bloco I. Em apenas 01 texto desse bloco, tivemos a ocorrência da anáfora pronominal sem antecedente explícito no cotexto. Mas, mesmo assim, verificou-se que a função do pronome anafórico se manteve, isto é, foi semelhante aos textos em que havia o antecedente explícito.

Nesse tipo textual, uma das condições para se estabelecer a continuidade de sentido é a retomada de mesmo(s) referente(s), pois uma vez introduzida a entidade a ser referenciada – que, em nossa análise, trata-se de personagens ou pessoas – a sua retomada deverá ser feita por meio de um processo anafórico, de modo que a reapresentação desse(s) referente(s) em outros pontos do enunciado será tida como elemento ‘dado’ e ‘conhecido’, porém a esse elemento dado, acrescentam-se informações novas e, com isso, a continuidade temática e a progressão textual ficam garantidas. Julgou-se que a ocorrência desse fenômeno advém do fato de essa tipologia textual apresentar, como um dos elementos essenciais para a sua constituição, o personagem.

Vejamos a análise de um texto para demonstrar como isso acontece:

Exemplo (7):

TEXTO (04)

01. Era uma vez uma menina chamada Carla **ela** gostava de um garoto **o**
02. garoto não dava a mínima para **ela ela** descobriu que gostava **dele** quando
03. via **ele** com outras garotas **ela** conheceu **ele** na sala de aula nesse tempo
04. **ela** estudava a 7ª série bom o garoto continuava com outras garotas e
05. nada de olhar para Carla e ai passou o ano de **ele** continuaram na mesma

06. escola só que em outra série a 8ª na 8ª vem novos amigos outros garotos
07. outro amor ai **ela** ficou gostando de outro garoto ficou afim **dele** ai
08. eu não posso contar o resto da história as aulas ainda não acabou

São ao todo 11 ocorrências de anáfora pronominal em T(04), formando 04 cadeias referenciais distribuídas da seguinte forma: a primeira traz o pronome *ela* retomando a expressão nominal *a menina* 06 vezes; a segunda, é formada pelo pronome *ele* que aparece 03 vezes – (incluindo dele) – estabelecendo correferência com o termo *o garoto*; a terceira, é constituída apenas pelo pronome *ele* que, mesmo sem a marcação de plural, podemos, pelo próprio contexto linguístico, atribuir a referência a *Carla* e ao *garoto*; a quarta, pelo pronome *dele* que reporta-se ao SN *outro garoto*.

Em todos esses casos, a anáfora pronominal é fiel e explícita no sentido atribuído por Adam (2008). Fiel por não acrescentar propriedades novas aos objetos referenciados e explícita por não apresentar problemas de identificação entre os termos anaforizados e anaforizantes.

Essas anáforas, embora não apresentem informações novas ao segmento referenciado, são elementos que mantêm em foco a continuidade referencial necessária para garantir a coesão textual, pois para se manter a continuidade da narrativa e a identificação das personagens ou pessoas presentes na trama, o mesmo termo deve ser retomado e a cada retomada novas informações são acrescentadas.

Nesse caso ilustrativo, a maior cadeia referencial é a que se reporta ao sintagma *Carla*, isso é um indício de que se trata do elemento principal sobre o qual se desenvolve a narrativa. A segunda cadeia referencial recai sobre o termo *o garoto*, elemento que gera o conflito da narrativa, sendo, pois, tão necessário quanto o primeiro para a construção da trama textual.

No exemplo seguinte, será analisada a única ocorrência da anáfora pronominal sem antecedente explicitado no cotexto no bloco constituído por textos narrativos. Observou-se que a ausência do referente textual não comprometeu a inteligibilidade do texto, provocou, apenas, uma violação no seu nível estrutural que acabou exigindo do leitor mais trabalho mental para inferir o referente.

Exemplo (8):

TEXTO (01)

Tema: Minha História

01. Essa história aconteceu comigo um tempo
02. atrás foi quando eu estava numa festa
03. de aniversário de uma amiga minha que
04. eu ó vi pela 1ª vez logo, fiquei nervosa
05. quando o meu coração desparou e eu percebe
06. que estava apaixonada assim que ele entrou
07. na festa, também vi que ele tinha
08. uma namorada e isso doeu bastante vi que
09. não tinha chance e fiquei quieta sem comentar
10. nada com ninguém, essa é a 1ª vez que eu
11. falo isso para alguém e estou escrevendo
12. isso para você por que acho que você é
13. uma pessoa confiável, então eu estava, naquela
14. situação e quando eu olhei para ele percebe
15. que ela também estava olhando para mim
16. desconfiada abaixei a cabeça rápido e com-
17. segui desfarçar mais não foi por muito tem-
18. pó, ele veio até a minha mesa devagar e
19. percebi que ele também estava com vergonha
20. mais mesmo assim continuou vindo e derre-
21. pente me chamou para dançar eu aceitei,
22. é claro, mais quando estávamos anssando
23. a namorada dele vio e veio correndo cha-
24. mando para ir embora e ele foi, mais
25. eu acho que ele não gostou a reação dela

26. e no dia seguinte ele me ligou e marcamos
27. um encontro ele me disse que tinha
28. terminado com ela, então começamos
29. a namora, ele foi lá na minha casa e meu
30. pai permitio que nós namoracemos.
31. No começo foi as 10 maravilhas mais
32. depois ele me disse que “estava comigo só para
33. curtir” e voutou para os braços dela, eu me
34. sentir como a vida sem o ar que respira-
35. mos, sofri bastante naquele tempo mais
36. hoje posso dizer que eu sou uma pessoa super
37. feliz e agora encontrei outra pessoa que
38. gosto de verdade.

Em T(01), verifica-se a ausência do referente da pró-forma nominal representado pelo pronome oblíquo “o” (linha 04). Em nenhuma parte do cotexto aparece a expressão nominal a que essa pró-forma faz remissão.

Esse tipo de pronome pessoal, geralmente, é utilizado em processos correferenciais em posições mais marcadas, exercendo função objetiva, como é o caso dessa ocorrência, típica de conceitos semi-ativos.³ No entanto, o referente não está explicitado no cotexto, mas isso não impede que se suceda, no desenrolar da narrativa, todo um processo de pronominalização responsável pela constituição de uma cadeia coesiva, uma vez que se atribuem diversos eventos a um mesmo ser, tais como: ele entrou, ele tinha, ele veio, ele estava, ele foi, ele não gostou, ele me ligou, ele me disse.

³ O acesso aos referentes está associado à ativação e à verbalização de uma ideia que estava previamente inativa, ativa ou semi-ativa na consciência dos sujeitos. Uma ideia inativa é aquela que se encontra adormecida ou nunca esteve antes na mente da pessoa. Tal ideia é chamada de informação nova. No outro extremo, uma ideia ativa é aquela que está no foco da consciência da pessoa no momento do processo comunicativo. Essa ideia é denominada de informação dada. Entre a informação dada e a informação nova reside a ideia semi-ativa, que é quando uma informação está na mente periférica da pessoa, isto é, deixou de ser ativa e passou a ser acessível, podendo em algum momento ser acionada. (CHAFE, 1996)

Esse processo é facilmente percebido pelo leitor, que realizará uma série de operações cognitivas que o conduzirá à construção de um referente para essas pró-formas (uma vez que não aparece na superfície textual nenhuma expressão que poderia ser o referente dessas pró-formas), acionado por pistas que lhe serão fornecidas pelo seu conhecimento linguístico e pelo seu conhecimento enciclopédico acerca da cena enunciativa descrita.

Dos dez textos analisados pertencentes ao bloco I, observou-se que a cadeia referencial é basicamente constituída por referenciadores pronominais de 3ª pessoa. Deste bloco, em apenas 01, no texto (07), encontramos problema na identificação do referente pronominal, pois há retomadas anafóricas pronominais em que concorrem, ao mesmo tempo, mais de um sintagma nominal para preencher potencialmente o elemento de referência, como se observar a seguir.

Exemplo (9):

TEXTO (07)

1. Era uma vez um casal muito feliz, que tinha
2. filhos muito inteligente, João e Antônio, esses
3. filhos recebiam muito carinho e bastante amor
4. dos pais que se chamavam Maria e Joaquim.
5. Esse casal não era rico mas os estudos
6. dos filhos nunca faltava nada, ele sempre
7. trabalhava muito mas muito mesmo par os
8. filhos ser algo na vida
9. Eles moravam em uma favela onde
10. so morava pessoas que não era de se
11. confiar. até que um dia eles creceram um
12. deles o Antônio virou um professor e o João,
13. a o João sim que viu trabalho, muito inte-
14. ligente mas não quis saber da vida.
15. Depois arranhou algumas amizades
16. que levou a ser um dos piores bandidos da região,
17. a policia o perseguiu muito por que ele era

18. muito perigoso. Ate que um dia ele ficou presso.
19. O coitado do pai e mãe dele sofreram
20. muito por que sabiam que lutavam muito para
21. criar ele, mas o seu pai tinha tanto amor
22. por ele que trabalhou, trabalhou muito para
23. tira o seu filho da cadeia. Tinha dia que
24. não tinha nem o que comer por que arastou
25. tudo que tinha para tirar o filho dele
26. da prisão.
27. Mas depois de tanto esforço ele pagou
28. a fiança e tirou o seu amado filho
29. da cadeia.
30. Resumindo a história no final de
31. tudo João virou um homem onesto e
32. trabalhador, depois ele se casou e teve
33. 1 filho chamado José e viveu feliz para
34. sempre, não só ele mas também o Antônio
35. que também se casou e viveu muito feliz
36. junto com os pais que ainda hoje são
37. muito orgulhosos pelo seu esforço e
38. amor aos filhos e ele viveu muito feliz.

Verifica-se que em T(07) a concordância do anafórico (ele – linha 06) com o possível antecedente (esse casal – linha 05) não foi suficiente para resolver a anáfora, uma vez que a expressão “esse casal” já retoma os sintagmas “Maria e Joaquim” (linha 04). Assim, é possível interpretar que a expressão referencial tanto pode referir-se ao sintagma “esse casal” (linha 05) quanto pode retomar apenas “Joaquim” (linha 04).

No terceiro parágrafo, a situação é ainda mais complexa. A predicação dada à pró-forma “eles” (linha 09) permite que os seus antecedentes possam ser todos os participantes do evento narrado: os pais (Maria e Joaquim – linha 04) e os filhos (João e Antônio – linha 02) ou apenas faça remissão catafórica ao sintagma “os filhos” (linha 08) que aparece ao final do segundo parágrafo. Essa última

opção parece ser a mais aceita, se levar em consideração que o contexto interpretativo faz inferir que os possíveis referentes sejam os filhos. Ademais, em seguida, aparecerá mais uma vez o pronome “eles” (linha 11), cuja predicação remete a João e Antônio.

Verifica-se, ainda, o uso alternado dos pronomes ‘seu’ e ‘dele’ no quinto parágrafo, sendo que o uso do pronome ‘seu’ provoca dubiedade de sentido, uma vez que a instrução de conexão, contida no anafórico ‘seu’, tanto pode ser aplicada a ‘João’, quanto ao provável leitor do texto.

Mesmo com esses problemas de identificação de referentes, não se deve desconsiderar que a construção de sentido em um texto demanda de outros elementos que dizem respeito ao contexto de interpretação. De modo que, ainda nesses casos, atribuindo ao contexto interpretativo a missão de salvaguardar a função coesiva do pronome, pode-se dizer que a continuidade e a progressão textual foram asseguradas pela anáfora pronominal.

Com relação ao segundo bloco, constituído de vinte textos de base argumentativa, a anáfora pronominal com antecedente explícito no contexto aparece 11 vezes em apenas 05 textos. Diferente dos textos narrativos do primeiro bloco, aqui as cadeias coesivas com anáfora pronominal, com ou sem antecedente explícito, são bastante curtas. Entretanto, averigua-se que a anáfora pronominal com antecedente inferível ocorre 05 vezes mais que nos textos do primeiro bloco. A esse último dado, acredita-se que o fenômeno esteja mais presente nos textos de caráter argumentativo pelo fato de que, se nessas tipologias de base argumentativa a ocorrência de pronominalização em um mesmo texto foi menos frequente, como podemos constatar, a facilidade de construir uma situação ou uma âncora⁴ para uma pró-forma ocorre sem maiores dificuldades, uma

⁴ Em LT chama-se âncora uma expressão nominal que serve de apoio para se ativar uma associação semântica entre um termo anafórico e a dita expressão. Nesses casos, o anafórico não retoma um referente, ao contrário, ele evoca um novo referente a partir do estabelecimento de algum tipo de associação com a dita expressão nominal.

vez que não são muitas as probabilidades de referenciação como acontece nas tipologias narrativas.

Aqui a função dos pronomes também foi a de assegurar a continuidade referencial. Não se encontra problemas para recuperar o referente mesmo quando ele não veio explícito na superfície textual. Neste caso, a identificação por inferência foi ativada por informações retiradas do próprio conteúdo textual ou de palavras que funcionaram como âncoras.

Exemplo (10):

TEXTO (22)

1. Será que ficar é mesmo novidade?
2. Na minha opinião ficar é ir para
3. a casa dos seus pais e
4. ficar conversando e depois sai
5. para tomar um sorvete e depois dar uns beijos
6. se já fizer muito tempo e se *ela*
7. quiser fazer sexo quando seus
8. pais forem dormir mais num lugar
9. especial. e por isso que eu não digo
10. que hoje em dia isso não é novidade.
11. 2º Dialogo
12. O que acontece com as coisas de hoje
13. elas sai de noite no horário de 9:00 horas
14. e vam procurar os vagabundos e vam se pros-
15. tituir nos becos e praças e boates e
16. mantem muitas relações sexuais e fazem
17. sexo de todo jeito e pega uma doen-
18. ça bom é isso que eu tenho para dizer
19. sim mais uma coisa sem falar nas drogas

Os elementos assinalados em T(22) permitem entender que, embora, os pronomes estejam desprovidos de referentes textuais, deve-se reconstruí-los com base nas informações contidas no próprio texto. O *ela* assume a identidade de uma pessoa

(mulher, garota, menina), diferente das outras mulheres, garotas e meninas que se prostituem com qualquer um. Inference-se que *ela* é certamente a namorada, enquanto que *elas* são prostitutas, garotas de programas. Essas duas identidades são baseadas em dois *scripts* de relacionamento: o de namoro e o de prostituição.

Exemplo (11):

TEXTO (29)

1. Será que ficar é mesmo novidade?
2. – O que é ficar, ficar hoje em dia não é novidade porque a
3. maioria das vezes os jovens só querem beijar na boca nas
4. festas, ficar é só uma maneira para curtir uma diversão
5. porque ficar é uma coisa saudável hoje em dia ficar é como
6. se fosse uma droga todos jovens provam gostam e ficam
7. viciados. Hoje em dia não tem como viver sem ficar.
8. – O que *elas* fazem, ficam sem compromisso as vezes
9. esquecem de usar preservativo e acaba na gravidez. O que faz
10. a gravidez acaba com toda a juventude de uma jovem e também
11. quando esquecem o preservativo pode gerar doenças que
- também
12. pode acabar com uma vida
13. Eu não concordo porque o correto são as pessoas
14. se unirem pelos laços do amor Eterno e serem felizes
15. para sempre.

Em T(29), a forma pronominal *elas* está ancorada em várias palavras, por exemplo: jovens, preservativo, gravidez. Facilmente, podemos inferir que esse pronome refere-se às mulheres, em especial, às adolescentes.

Observamos que a partir da introdução dos pronomes *elas* e *elas* em T(22) e em T(29), respectivamente, a continuidade referencial é mantida com a elipse desses pronomes, uma vez que as sequências oracionais que seguem posteriormente com verbos em 3ª pessoa retomam, em ambos os casos, o elemento pronominal facilmente identificado na estrutura de superfície.

Já nos textos do III bloco, também constituído de vinte textos de base argumentativa, todas as 21 anáforas pronominais trazem o referente explícito no cotexto. Dos cinco textos em que aparece a anáfora pronominal, dois deles concentram a maior ocorrência desse fenômeno. São nove retomadas de um mesmo referente em um dos textos, e seis em outro. Neste bloco, assim como nos demais, a função da anáfora pronominal é manter a coesão textual, garantindo a continuidade referencial. Ilustramos esse dado com a análise de T(31):

Exemplo (12):

TEXTO (31)

1. O que você achou de mim como seu professor de português?
2. O que eu achei de ***** foi que *ele* foi um professor muito bom e leal
3. no ano passado e neste ano que nós estamos *ele* e um professor que gosta de brincar
4. com os alunos *ele* não gosta de está chamando a atenção dos alunos mais quando
5. *ele* vem chama a atenção dos alunos e porque *ele* não agüenta mais.
6. É eu fiquei muito triste por que eu venho vendo *ele* falar na sala s
7. de aula que *ele* so vai da aula este ano porque está doente eu espero
8. que *ele* fique bom para dar aula o ano que vem, eu não vou estar aqui
9. mais vem novos alunos para *ele* da aula.
10. Eu desejo um bom, feliz natal para o senhor *****.

Como se observa nesse texto, a cadeia referencial estabelecida pela anáfora pronominal é responsável pela manutenção e progressão temáticas. A anáfora pronominal, fiel e explícita, desdobra-se numa tematização contínua que, mesmo sem alterar o estado do ser referenciado, permite a entrada de novas informações sobre esse ser. De modo que a coesão fica

assegurada pela anáfora pronominal que recobre o elemento referencial, pressupostamente conhecido, formando-se a cadeia referencial a que se reportam os elementos novos introduzidos, cujos elementos se constituem como informações que darão sustentabilidade à base argumentativa do texto.

Dada a impossibilidade de se apresentar em um artigo as análises de todos os textos, realizou-se uma demonstração por amostragem, apresentando os textos mais representativos do *corpus*, nos quais se buscou identificar, descrever e interpretar as ocorrências das anáforas pronominais.⁵

Pode-se constatar que a maior ocorrência de anáforas pronominais se deu nos textos do primeiro bloco (textos narrativos). Das 128 ocorrências de anáforas pronominais em todo o *corpus*, 91 ocorrências se concentraram neste bloco, ou seja, 72% do total de ocorrências. Se levarmos em consideração o fato de que o primeiro bloco é o que apresentou a menor quantidade de textos – apenas 10 – esse índice é bastante significativo.

Assim, os dados revelaram que a opção dos alunos pela anáfora pronominal como recurso coesivo foi mais recorrente nos textos de caráter narrativo do que nos textos em que predominavam sequências argumentativas. Acredita-se que isso esteja relacionado à própria estrutura das tipologias textuais, uma vez que a forma narrativa permite um maior índice de pronominalização, devido a um elemento básico de sua composição: o personagem – como já foi comentado em outro momento da análise – que por ser um elemento de referência, é retomado diversas vezes para a constituição da trama narrativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que, a partir de 1970, passou-se a se discutir, no Brasil, novos conteúdos para o ensino de Língua Portuguesa, buscou-se, neste artigo, focar um dos eixos

⁵ Esse procedimento foi feito nos 50 textos pertencentes ao *corpus*.

trabalhados neste componente curricular: a produção escrita. Nesse redimensionamento, o texto surge como o carro-chefe dos conteúdos de Língua Portuguesa, e mais precisamente por volta de 1980 “ganharam força os estudos acerca da configuração textual, particularmente sobre os mecanismos pelos quais se manifesta a coesão dos textos bem como sobre os elementos que concorrem para a coerência textual” (BRASI, 2006, p. 21).

Motivados por essas questões, estabeleceu-se e priorizou-se um aspecto da produção escrita direcionado a análise e interpretação das formas de ocorrência de anáforas pronominais e sua relação com a continuidade e progressão temáticas, visto ser as anáforas um dos recursos da coesão textual.

Assim, constatou-se que as anáforas pronominais funcionaram como elementos de textualização ao garantirem a formação de cadeias referenciais no processo de reiteração de referentes designados no cotexto ou inferíveis no contexto interpretativo. Essas reiterações promoveram a continuidade exigida para se obter a unidade de sentido tanto nos textos narrativos quanto nos textos argumentativos. Essa retomada referencial também promoveu a progressão do texto, na medida em que novas informações eram acrescentadas ao elemento referencial já conhecido.

Dos 50 textos analisados, em apenas 01, encontraram-se dificuldades para designar quem seria o antecedente do anafórico pronominal, porém, pelo contexto interpretativo, foi possível desfazer a ambiguidade instaurada inicialmente. Portanto, pode-se perceber que os alunos apresentaram um bom nível de competência textual em relação ao uso do pronome de terceira pessoa ele/ela.

Pelo material analisado, concluiu-se que a recorrência da anáfora pronominal foi determinante para estabelecer a unidade de sentido nos textos analisados. Embora os fenômenos tenham funcionado coesivamente, promovendo a articulação entre continuidade e progressão temática, ainda assim é necessário tecer alguns comentários.

Primeiro, destaca-se o fato de que a recorrência e o uso bem sucedido de um ou outro recurso coesivo estão diretamente relacionados às tipologias e aos contextos em que normalmente esses recursos venham a ocorrer. Por exemplo, verificou-se que a anáfora pronominal foi bem mais recorrente em textos narrativos do que nos textos argumentativos.

Segundo, a excessiva recorrência desses fenômenos em um mesmo texto pode, eventualmente, minimizar o conteúdo informacional e engessar a forma pela qual ele se apresenta. Por exemplo, uma extensa cadeia referencial constituída basicamente por pronomes, como aconteceu com a maioria dos textos narrativos, também pode diminuir o grau de informatividade do texto, pois a anáfora pronominal, geralmente, não recategoriza o objeto referenciado.

Como esses dados foram pertinentes no material analisado, foi possível deduzir que os estudantes das séries finais do ensino fundamental ainda desconhecem ou não sabem como utilizar outros recursos coesivos para promover a articulação das ideias em um texto e garantir a sua continuidade e progressão temática. Esse despreparo revela que a escola ainda não está priorizando a escrita como uma atividade significativa, basta lembrar que em diversas pesquisas demonstra-se que o foco de ensino ainda é a gramática, restando às práticas de leitura e escrita ficarem relegadas a um segundo plano.

Sabe-se que inúmeras questões contribuem para que a atividade de produção textual seja uma eventualidade; entre elas, a formação do professor, a desvalorização social e financeira do trabalho docente, as condições de trabalho do professor que muitas vezes não tem tempo para preparar aulas, para acompanhar o desenvolvimento individual do aluno, para ler e analisar com cuidado as produções escritas, pois é bom lembrar que a carga horária de um professor de português é, em média, composta por 25 horas semanais, distribuídas em 06 turmas, com no mínimo 40 alunos em cada turma.

Enfim, é necessário que os professores de Língua Portuguesa repensem a sua prática docente e percebam que os alunos produzem, de algum modo, textos com certo grau de coesão e coerência, o que lhes faltam são orientações específicas sobre como processar com mais eficácia os textos escritos; saber em que medida se deve ou não utilizar determinado(s) tipo(s) de recursos coesivos para se alcançar a pretendida continuidade e progressão temáticas; saber escolher entre tal ou qual recurso é mais adequado a certos tipos de composições; ter o acesso à informação e ter a oportunidade de que seus textos sejam lidos e vistos por outros e não, apenas, pelo professor para a obtenção de uma nota.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise dos discursos*. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto, Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Leurquim. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANDRÉ, M. E. D. A. *Etnografia da prática escolar*. São Paulo: Papyrus, 1995.
- ANTUNES, I. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola, 2005.
- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Orientações Curriculares do ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2006.
- CHAFE, W. L. Inferring identifiability and accessibility. In: FRETHEIM, T., GUNDEL, J. K. (Ed.) *Reference and referent accessibility*. Amsterdam: J. Benjamins, 1996, p. 37-46.
- KOCH, I. V. G. *Desvendando os segredos dos textos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. V. G.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA: Documentos de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 14. São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_abstract&pid=S01024450199800030002&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 10 set. 2009.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual: análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Anáfora direta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

_____. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, D. (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas, FFLCH, 2000.

MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 85-130. (Coleção clássicos da lingüística).

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadeste Biasi; CIULLA, Alena (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

EFEITOS DA MARCAÇÃO NA GRAMATICALIZAÇÃO DO PASSADO IMPERFECTIVO NO PORTUGUÊS: A EXTENSÃO DA SITUAÇÃO

Raquel Meister Ko. FREITAG
(Universidade Federal de Sergipe)

RESUMO: Neste texto, adotando uma perspectiva funcionalista, analisamos a correlação entre as formas de pretérito imperfeito do indicativo IMP e perífrase *estar*IMP + *Vndo* (PPROG) e a codificação lingüística da extensão temporal das situações sob o escopo da função de passado imperfeito, no português. Evidências quantitativas corroboram a atuação do princípio da marcação na especialização das formas: IMP tende a se especializar na expressão de passado imperfeito em situações cuja extensão é muito longa; PPROG tende a se especializar na expressão de passado imperfeito em situações cuja extensão é instantânea/curta. Este resultado indica que, na expressão do passado imperfeito, o princípio da marcação é uma motivação que leva ao equilíbrio cognitivo contextual.

PALAVRAS-CHAVE: Passado imperfeito; princípio da marcação; categorias verbais; variação.

ABSTRACT: In this text, adopting a functionalist point of view, we approach the correlation between the “preterito imperfeito do indicativo” (IMP) and periphrasis *estar*IMP + *Vndo* (PPROG) forms and the linguistic encoding of event’s temporal extension under the scope of imperfective past function in Portuguese. Quantitative evidences corroborates the action of markedness principle in forms specialization: IMP tends to specialize in the expression of imperfective past situations in which extension is too long; PPROG tends to specialize in the expression of imperfective past situations in which extension is instant / short. This result indicates that in past imperfective the markedness principle of marking is a motivation that leads to cognitive contextual balance.

KEYWORDS: Imperfective past; markedness principle; verbal categories; variation.

1 INTRODUÇÃO

Tempo, aspecto e modalidade são valores semântico-discursivos cuja expressão linguística, de maneira geral, está relacionada ao verbo.¹ No português, estes valores costumam ser correlacionados à morfologia verbal (flexões, formas perifrásticas/compostas), embora aspectos lexicais e os modificadores de base adverbial também interfiram na composição do valor. Isto faz com que a expressão destes valores não possa ser simplesmente correlacionada de modo unívoco a uma forma, quebrando a relação

¹ A noção de tempo refere-se à ordenação de eventos (experiências) sob a forma de pontos e intervalos em uma seqüência. É uma noção que se apoia em Reichenbach (1947), para quem os tempos verbais são determinados pela ordenação do momento da situação em relação ao momento de referência e ao momento do ato de fala de um dado enunciado. Enquanto a categoria gramatical tempo é responsável pela constituição temporal externa, a categoria gramatical *aspecto* costuma designar os diferentes modos de perceber a constituição temporal *interna* de uma situação (COMRIE, 1976). A noção de aspecto envolve a idéia de configuração interna do tempo em eventos (estado inicial, medial, final; evento apresentado como perfectivo/fechado ou imperfectivo; aberto, entre outras possibilidades). O aspecto perfectivo é caracterizado pela perspectiva global da situação, que é expressa fechada, formando uma unidade ou conjunto, do qual não interessa referir a sua constituição interna. Já o aspecto imperfectivo expressa diferentes nuances da temporalidade interna: que se desenrola (cursivo), ou selecionando fases do tempo interno (inicial, medial, final), ou expressando estados resultativos, dentre outras possibilidades. O aspecto imperfectivo não identifica os pontos inicial ou final da situação, mas focaliza o seu desenvolvimento, em contraponto ao perfectivo, que enfatiza os pontos inicial ou final. A modalidade costuma ser definida como a gramaticalização das atitudes do falante em relação ao conteúdo proposicional. É possível reconhecer uma categoria gramatical (a modalidade) que é semelhante ao tempo, aspecto, número e gênero. Givón (1995) divide a modalidade em epistêmica, que está relacionada à verdade, crença, probabilidade, certeza, intenção, habilidade, obrigação e manipulação. A noção de realidade/factualidade remete à existência factual em algum tempo real (verdadeiro), ou a não existência em um tempo real (falso) ou, ainda, à existência potencial em um tempo (possível), o que configura as possibilidades: i) a situação é fato; ii) a situação não é fato, mas tem grande probabilidade de sê-lo; e iii) a situação não é fato, e nunca vai sê-lo. (COAN; BACK; REIS; FREITAG, 2006).

icônica de um-para-um esperada numa relação ideal, isomórfica (BOLINGER, 1977).

Se observarmos as descrições do português (e em certa medida, nas gramáticas normativas), veremos que mais de uma forma codifica mais de uma função; é o caso, por exemplo, da forma verbal de futuro do pretérito, que pode codificar valores que vão da condicionalidade à iminencialidade, passando pelo valor temporal de futuro do pretérito propriamente (ver os trabalhos de COSTA, 1997; SILVA, 1998; KARAM, 2000, entre outros). Por outro lado, a forma de pretérito imperfecto do indicativo pode desempenhar, além da sua função de passado em curso, outros valores, como o de anterioridade, condicionalidade e de futuro do pretérito (FREITAG, 2007; COAN, 1997). Se considerarmos apenas a correlação estrita entre forma e função, a expressão linguística de tempo, aspecto e modalidade no português é, aparentemente, caótica, pois diversas formas tiveram deslizamentos semânticos de modo a recobrir diversas funções; é, aparentemente, “um vale tudo”. Entretanto, trata-se apenas de aparência. Estudos que abordam a diversidade de formas e funções das categorias verbais sob o viés da gramaticalização (COAN, 2003; FREITAG, 2007; BARBOSA, 2008) têm apontado para a especialização de formas e funções. A noção de função, porém, deve ser ampliada, para considerar traços que estão no contexto imediato da forma verbal. Vejamos, por exemplo, a variação entre a forma simples e composta de pretérito perfeito, como em (1).

(1) O consumo de linho *tem crescido* no Brasil por causa da abertura do mercado.

O consumo de linho *cresceu* no Brasil por causa da abertura de mercado. (BARBOSA, 2008, p. 100)

Embora aparentemente intercambiáveis, em termos de recorrência de uso e de arranjo de traços, as formas de pretérito perfeito simples e composto se diferenciam: Barbosa (2008) propõe uma caracterização semântica do pretérito perfeito simples e composto, em função do arranjo dos traços de tempo, aspecto e de modalidade. Temporalmente, as formas simples e composta do

pretérito perfeito expressam tempo passado. As diferenças de uso desses dois tempos estão relacionadas ao traço aspectual: a forma de pretérito perfeito composto gramaticaliza tempo pretérito somado ao aspecto quantificacional, sendo utilizado quando se quer exprimir a pluralidade de eventos; por seu caráter quantificacional, genérico e indefinido, é incompatível com períodos delimitados. Essas são as propriedades, segundo Barbosa (2008) que distinguem as duas formas verbais do pretérito perfeito, e não as suas propriedades temporais. O pretérito perfeito composto não pode ser empregado com adjuntos de passado por conta do seu valor indefinido, que é incompatível com intervalos de tempo fechados, e não porque as situações que expressa se prolongam até o momento presente ou mesmo o ultrapassam.

Vejamos agora alternância entre a forma de pretérito imperfecto do indicativo (IMP) e a forma perifrástica, constituída pelo verbo *estar* flexionado no pretérito imperfecto do indicativo mais o verbo principal no gerúndio: *estar*IMP + *Vndo* (PPROG). Estas duas formas, em português, aparentemente funcionam como variantes, como em (2).

(2) Na época que eu mais precisei dele, que eu mais *precisava* de um apoio, foi quando a minha mãe morreu.

Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *estava precisando* economizar pra começar nossa vida. (COAN; FREITAG, 2009, p. 233)

As formas são intercambiáveis quando assumem o valor semântico-discursivo passado imperfectivo. O passado imperfectivo é uma função caracterizada temporalmente pela relação de ordenação e sobreposição, e aspectualmente, pela relação de inclusão. Em relação ao tempo, o passado imperfectivo refere-se a uma situação anterior ao momento de fala e simultânea ao ponto de referência, também anterior, daí a noção de passado. Em relação ao aspecto, o passado imperfectivo refere-se a uma situação cujo intervalo inclui o ponto de referência, o que manifesta o andamento da situação em relação à referência, daí a noção de imperfectividade. As formas

desempenham a mesma função semântico-discursiva, funcionando como variantes de uma mesma variável linguística. Entretanto, cada forma tem contextos de recorrência específicos. Analisando a recorrência das formas em função dos arranjos de traços do contexto, é possível correlacionar as formas de passado imperfectivo ao tipo de ponto de referência que estabelecem (FREITAG, 2009). E também esta correlação não ocorre ao acaso: há motivações de ordem cognitiva atuando, especialmente o princípio da marcação (GIVÓN, 1995).

Neste texto, discutimos a hipótese de que, na expressão do passado imperfectivo, as formas IMP e PPROG também se diferenciem quanto à codificação linguística da extensão temporal dos eventos sob o escopo da função. Nas seções a seguir, i) conceituamos a codificação linguística da extensão da situação, ii) apresentamos os resultados quantitativos mostrando a correlação entre forma e função no que tange à extensão da situação e, por fim, iii) tecemos considerações acerca da correlação entre forma e função na expressão do passado imperfectivo no português e a marcação.

2 CODIFICAÇÃO LINGUÍSTICA DA EXTENSÃO DA SITUAÇÃO

O português não apresenta um sistema gramaticalizado (no sentido de pertencer à gramática da língua) de codificação da extensão/duração de uma situação. Para codificar esse tipo de informação, fazemos uso de recursos lexicais, como advérbios e nomes que denotem extensão ou duração temporal.

A extensão da situação – ou, por quanto tempo dura a situação – foi uma variável controlada por Mendes (2005) para averiguar a variação entre *ter* + *particípio* e *estar* + *gerúndio* na expressão dos aspectos durativo e iterativo no português. A hipótese que norteou a inclusão do fator *extensão da situação* na análise de Mendes (2005) foi a impressão intuitiva dos alunos dos cursos de Sociolinguística da USP de que *ter* + *particípio* e *estar* + *gerúndio*, independentemente do

aspecto que expressam, são diferentes quanto à extensão de tempo ao longo do qual a situação se desenvolve. Em termos empíricos, 'Eu tenho comido muito ultimamente' e 'Eu estou comendo muito ultimamente' são diferentes porque codificam diferentes extensões temporais da situação. Uma situação cuja extensão temporal é mais longa seria composta por *ter* + *particípio*, enquanto uma situação cuja extensão temporal é mais curta seria composta por *estar* + *gerúndio*. A hipótese, entretanto, foi refutada; os resultados obtidos apontam que justamente quando se trata de tempo longo, o uso de *ter* + *particípio* é fortemente restringindo, favorecendo o uso da forma *estar* + *gerúndio*.

A constatação de Mendes (2005) pode ter reflexo na variação entre IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo, uma vez que PPROG é constituído por *estar* + *Vndo*. O autor estabeleceu uma classificação para a extensão do intervalo de tempo circunscrito pelo aspecto: *tempo curto*, *tempo longo* e *tempo muito longo*, a qual é ilustrada no quadro 1.

Quadro 1: Extensão do intervalo de tempo circunscrito pelo aspecto

<i>Tempo curto</i> [em termos de dias, semanas]	– Como nós <i>estamos estudando</i> o desenvolvimento das fases da inteligência, então aí... – Nesses últimos dias <i>tenho ouvido</i> de outras pessoas em outros locais queixas extremamente ácidas sobre o correio
<i>Tempo longo</i> [em termos de meses]	– No país hoje em dia <i>está entrando</i> muitos bens de capital – Não <i>tenho</i> mais <i>ido</i> ao teatro
<i>Tempo muito longo</i> [em termos de anos]	– O aluno <i>está trabalhando</i> mais – Agora ultimamente de uns dois anos [...] eu também <i>tenho andado</i> mais de automóvel

(MENDES, 2005, p. 109)

De acordo com Mendes (2005, p. 109),

a extensão do intervalo de tempo circunscrito pelo aspecto nem sempre vem expressa na sentença. Em muitos casos, tal extensão é inferível no contexto em que a sentença se insere. A ocorrência 'O aluno *está trabalhando* mais', por exemplo, é classificada no modo acima porque o informante está fazendo uma comparação entre 'o aluno de antigamente' com 'o aluno dos últimos anos'.

Para dar conta da expressão do passado imperfectivo, a classificação de Mendes (2005) precisa ser ampliada, pois os valores aspectuais envolvidos são diferentes. Em relação ao aspecto, o passado imperfectivo refere-se a uma situação cujo intervalo inclui o ponto de referência, o que manifesta o andamento da situação em relação à referência, daí a noção de imperfectividade. No domínio da imperfectividade, o passado imperfectivo recobre valores que vão desde o progressivo até o habitual, passando pelo durativo, iterativo e por casos de ambiguidade aspectual (imperfectivo genérico, valor em que a especificidade aspectual não é não relevante nem para o falante nem para o ouvinte).

Assim, no aspecto progressivo, por exemplo, a situação é vista em seu desenvolvimento a partir de um único ponto temporal, que não necessariamente perfaz dias ou semanas; pode-se pensar em tempo quase instantâneo, medido em minutos ou horas. O mesmo vale para o aspecto durativo e iterativo, e também para as situações aspectualmente ambíguas. Assim, a classificação de Mendes (2005), adaptada à expressão do passado imperfectivo, conta com quatro possibilidades para a extensão do intervalo temporal: *instantâneo*, *curto*, *longo* e *muito longo*, como podemos observar no quadro 2.²

² De acordo com a codificação do banco de dados (Variação Linguística Urbana na Região Sul) – de onde foram extraídos os dados – as duas primeiras letras referem-se ao estado (Santa Catarina), as três letras seguintes referem-se à cidade (Florianópolis) e o número é o número do informante. A sigla seguinte informa o sexo do falante (F para feminino e M para masculino), a faixa etária (J para 15 a 21 anos, A para 25 a 49 anos e B para mais de 50 anos) e o tempo de escolarização (P para 2 a 4 anos, G para 5 a 8 anos e C para 9 a 11 anos).

Quadro 2: Extensão do intervalo temporal da situação

<i>Tempo instantâneo</i> [em termos de minutos, horas]	– Daí a moça tinha ido para o hospital e o cara morreu. Daí a gente, a hora que a gente <i>estava olhando</i> , eles <i>tiravam</i> o cara morto ainda. (SC FLP FGJ 07) ²
<i>Tempo curto</i> [em termos de dias, semanas]	– Fui [posto] na rua da aula de história, de química, de ciências, mas também <i>aprontava</i> pra caramba. De ciências eu fui umas três vezes, de história eu cheguei a ser suspenso da aula dele, uma semana, é, eu parei de fazer barulho, fui obrigado, né? Fui suspenso, só <i>estava pegando</i> no meu pé. (SC FLP MCJ 13)
<i>Tempo longo</i> [em termos de meses]	– Agora até que a gente <i>estava lendo</i> , só que no começo do ano a gente <i>estava lendo</i> bastante. (SC FLP FGJ 07) – Eu, não, é que eu tinha, eu <i>estudava</i> no Aplicação e deu um rolo ali com um cara ali, professora me chamou atenção e chamou meus pais, tudo, que eu ia ser expulso do colégio, tal, e não sei mais o que. (SC FLP MJP 09)
<i>Tempo muito longo</i> [em termos de anos]	– Dizem que ela estava bem doente. É, foi o ano passado, o meu irmão esteve aqui, ele entrou de férias e veio passar uns dias aqui em casa, porque ele mora no Rio, né? e ele falou que ela <i>estava morando</i> pra cá. Tinha vendido, parece, uma casa lá no Rio e veio morar pra cá. (SC FLP FAP 03)

Com base nesta proposta de classificação, vejamos, na seção a seguir, a frequência de distribuição das formas em função da extensão da situação.

3 CORRELAÇÃO ENTRE FORMA E FUNÇÃO: ANÁLISE QUANTITATIVA

Para verificar a influência da extensão da situação na escolha entre as formas que expressam passado imperfeito, foram analisadas 882 ocorrências desta função, das quais 546 são realizadas pela forma IMP (valor de aplicação). As ocorrências foram retiradas de trinta e seis entrevistas realizadas em Florianópolis, cada uma com cerca de uma hora de duração, do *corpus* do Projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul). Os dados foram submetidos à análise quantitativa por meio de modelo logístico de análise de dados que possibilita que o fenômeno da variação – correlação usos linguísticos/estrutura social – seja abordado estatisticamente. A análise dos dados segue a linha funcionalista givoniana, para quem “o estudo sistemático e quantificado da sintaxe no discurso serve como uma transição necessária e natural para relacionar a língua e a comunicação com os processos cognitivos” (GIVÓN, 1984, p.11).

Os dados de passado imperfeito foram subcategorizados em três níveis: a *análise geral*, em que todos os dados foram considerados; *aspecto durativo*, em que só foram considerados os dados de passado imperfeito com nuance de aspecto durativo, que é o valor aspectual mais recorrente para a função; e, por fim, um subconjunto mais específico foi formado, o de aspecto durativo em *pares mínimos*, contexto idêntico em que duas ou mais formas podem ocorrer, ou seja, contextos em que as formas têm o mesmo significado referencial.

A tabela 1 apresenta os resultados para a extensão do intervalo temporal da situação, que delinea a polarização entre IMP e PPROG. Pelo que podemos observar, acompanhando a distribuição dos pesos relativos, quanto maior a extensão do intervalo temporal da situação, maior é a tendência pela opção por IMP, e o contrário é válido para PPROG: quanto menor a extensão do intervalo temporal da situação, maior é a tendência de uso de PPROG.

Tabela 1: Distribuição da extensão do intervalo temporal da situação em função de IMP

Extensão da situação	Peso Relativo	%	Aplicação/total
Análise geral			
instantânea	0,38	48,0	167/348
curta	0,44	57,9	81/140
longa	0,57	71,3	207/286
muito longa	0,71	82,4	89/108
Aspecto durativo			
instantânea	0,33	44,1	109/247
curta	0,42	62,2	56/90
longa	0,60	74,0	142/192
muito longa	0,80	88,5	77/87
Aspecto durativo em pares mínimos			
instantânea	0,32	46,3	88/190
curta	0,42	62,9	44/70
longa	0,61	77,5	124/160
muito longa	0,78	88,0	66/75

Na análise geral, o peso relativo de 0,38 restringe o uso de IMP em intervalos classificados como *instantâneos*, enquanto o peso relativo de 0,71 favorece seu uso em intervalos temporais classificados como *muito longos*. A distribuição dos resultados é crescente: intervalos temporais classificados como curtos têm peso relativo de 0,44, enquanto intervalos temporais classificados como longos têm peso relativo de 0,57. A tendência à polarização fica mais acentuada nas análises considerando apenas o aspecto durativo e o aspecto durativo em pares mínimos.

No aspecto *durativo*, a tendência à especialização das formas na expressão de extensão temporal se manifesta. O aspecto durativo

contabiliza a maior parte das ocorrências de passado imperfeito. Os pesos relativos de 0,33 e 0,32, respectivamente, tendem a restringir o uso de IMP em intervalos temporais instantâneos, enquanto pesos de 0,80 e 0,78, respectivamente, tendem a favorecer seu uso em contextos em que o intervalo temporal é muito longo.

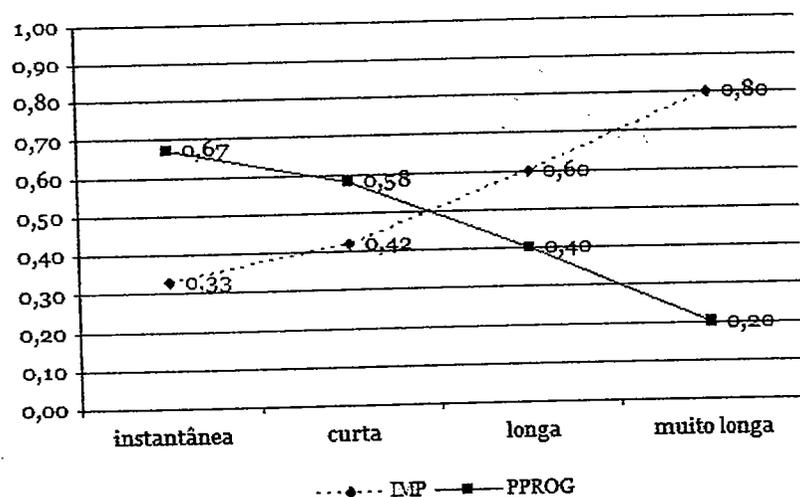
A correlação entre os valores aspectuais e a extensão do intervalo temporal da situação, na tabela 2, reforça a tendência de polarização dos resultados. O aspecto iterativo, que trava forte correlação com a forma IMP, tem distribuição muito equilibrada quanto à extensão do intervalo temporal. Os casos aspectualmente ambíguos também não parecem apresentar regularidade quanto à distribuição em função da extensão do intervalo temporal.

Tabela 2: Correlação entre o tipo de aspecto imperfeito e extensão do intervalo temporal da situação

	<i>Progressivo</i>		<i>Durativo</i>		<i>Iterativo</i>		<i>Ambíguo</i>	
<i>Instantânea</i>	5/30	17%	109/247	44%	17/20	85%	36/51	71%
<i>Curta</i>	4/16	25%	56/90	62%	6/7	86%	15/27	56%
<i>Média</i>	3/11	27%	142/192	74%	29/35	83%	35/48	73%
<i>Longa</i>	0/3	0%	77/87	89%	7/8	88%	5/10	50%

A visualização dos pesos relativos no gráfico 1 evidencia a especialização/polarização dos resultados, especialmente nos intervalos temporais classificados como *muito longos*. PPROG tem forte restrição, com peso relativo de 0,20, e IMP tem alto favorecimento, com peso relativo de 0,80. Nos intervalos temporais intermediários (curto e longo), a polarização do resultado é incipiente. No intervalo temporal classificado como *instantâneo*, a polarização dos resultados também ocorre, mas com menos força do que no intervalo temporal classificado como *muito longo*.

Gráfico 1: Distribuição dos pesos relativos de IMP e PPROG na expressão do passado imperfectivo em função da extensão do intervalo temporal (aspecto durativo)



Em suma, a análise quantitativa mostra que, embora possam ser intercambiadas, a distribuição das frequências aponta para a tendência à especialização das formas de expressão de passado imperfectivo: IMP tende a se especializar na expressão de passado imperfectivo em situações cuja extensão é muito longa; PPROG tende a se especializar na expressão de passado imperfectivo em situações cuja extensão é instantânea/curta. Na seção a seguir, tecemos considerações acerca desta correlação, à luz dos princípios funcionalistas da marcação e da persistência.

4 ESPECIALIZAÇÃO DAS FORMAS: MARCAÇÃO E PERSISTÊNCIA

Para explicar a polarização dos resultados obtidos na correlação entre formas e a codificação linguística da extensão

temporal no passado imperfectivo, o princípio da marcação parece ser produtivo. Na concepção funcionalista de Givón (1995), o princípio da marcação fundamenta a gramática das línguas, por estar associado com a tendência comunicativa à ordem cognitiva do processamento das informações. Givón (1995) propõe que a marcação seja tratada a partir de três critérios, que definem o que é e o que não é marcado:

complexidade estrutural: a forma marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a correspondente não marcada, ou seja, a estrutura não marcada tem menor número de morfemas, ou menos massa fônica, em relação à marcada;

distribuição de frequência: a forma marcada tende a ser menos frequente e, por isso, mais saliente cognitivamente, que a correspondente não marcada;

complexidade cognitiva: a forma marcada tende a ser cognitivamente mais complexa, em termos de esforço mental, demanda de atenção ou tempo de processamento, que a não marcada. (GIVÓN, 1995, p. 28)

Embora os critérios da marcação possam sugerir uma implicação direta (por que é mais complexo cognitivamente é mais complexo estruturalmente e, por isso, menos frequente), eles devem ser considerados independentemente e, a partir da confluência dos critérios, se estabelece, então, um gradiente de marcação. Deve-se observar que a complexidade cognitiva de uma construção é, de fato, verificada virtualmente mediante o princípio metaicônico da marcação, segundo o qual “categorias que são estruturalmente mais marcadas tendem também a ser substantivamente mais marcadas” (GIVÓN, 1995, p. 25).

A atuação do princípio da marcação impõe restrições de uso às formas, o que pode levar aos direcionais de mudança. Formas que coexistem no mesmo domínio funcional são analisadas/implementadas na gramática dos falantes como mais ou menos complexas, resultando em distribuições diferenciadas. Ou seja, o fato de uma forma ser menos ou mais marcada correlaciona-se à probabilidade maior ou menor de sua

ocorrência em certos contextos, em detrimento de outras formas que desempenham a mesma função. Assumindo estas premissas, na variação entre IMP e PPROG para a expressão do passado imperfectivo, o princípio da marcação pode ter influência na escolha entre as formas, dado que a forma IMP, morfema modo-temporal, é menos complexa estrutural/cognitivamente do que PPROG, perífrase *estar*IMP + *Vndo*.

Os resultados polarizados da extensão da situação, como vimos na seção 3, corroboram esta premissa: quanto mais duradoura uma situação, mais complexa estrutural e cognitivamente, pois demanda maior esforço de processamento. A relação entre uma forma menos marcada e situação mais marcada quanto à extensão se manifesta pela associação entre IMP e situações longas e PPROG e situações curtas/instantâneas. Ou seja, na expressão do passado imperfectivo, as formas tendem a se especializar em função da extensão do intervalo temporal da situação.

Na expressão do passado imperfectivo, o princípio da marcação tem se mostrado como uma motivação que leva ao equilíbrio cognitivo contextual. Ou seja, um contexto marcado tende a requisitar uma forma menos marcada, e vice-versa, funcionando como uma espécie de autorregulação do sistema. A menor complexidade estrutural de IMP é equilibrada por sua recorrência em contextos considerados mais complexos; o mesmo pode ser dito de PPROG, forma estruturalmente mais complexa, mas sem a contraparte de complexidade cognitiva, pois a complexidade estrutural é compensada pela recorrência em contextos menos complexos.

Convém salientar que o princípio da marcação não atua sozinho: é uma motivação que pode complementar outras motivações baseadas em princípios, tal como a da persistência (HOPPER, 1991). O arranjo de combinação de traços contextuais que se associa à expressão do passado imperfectivo conta com efeitos da história de gramaticalização individual de cada uma das formas, subsumidos ao princípio da persistência (HOPPER,

1991, p. 22): quando uma forma sofre gramaticalização passando de lexical a gramatical, alguns traços de seu sentido lexical original tendem a continuar, e detalhes da sua história lexical podem refletir no condicionamento da sua distribuição gramatical. Podemos correlacionar a extensão da situação com o tipo de aspecto e origem diacrônica das formas que expressam passado imperfectivo. A forma de PPROG está relacionada com a expressão de aspecto progressivo, que toma a situação em andamento em relação a um ponto temporal (ponto de referência); essa propriedade pode persistir no processo de gramaticalização e generalização semântica da forma, com a associação de PPROG a tempo instantâneo/curto. Já a forma de IMP, relacionada ao deslocamento/distanciamento da realidade, também evocando a persistência, pode ser associado a tempo longo.

Em suma, os princípios da marcação e da persistência mostram-se atuantes na solução do problema da não correlação estrita entre forma e função em categorias verbais. Estes princípios atuam na especialização de formas e funções na expressão do passado imperfectivo. A marcação atua tentando evitar deixar os contextos carregados, distribuindo o peso cognitivo entre os elementos: se o contexto é mais marcado, elege uma forma menos marcada, para compensar. A persistência funciona como uma espécie de trilha virtual que direciona o uso das formas no decorrer das camadas. Os princípios da marcação e da persistência atuam como motivações convergentes na especialização das formas de IMP e PPROG na expressão de passado imperfectivo, correlacionado formas às subfunções específicas, tal como a codificação linguística da extensão da situação.

Esperamos que os resultados aqui descritos para a especialização de formas na expressão do passado imperfectivo possam contribuir para o refinamento de propostas de categorização de traços semântico-pragmáticos, servindo como fator explanatório para fenômenos de gramaticalização, especialmente em categorias verbais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. B. *Tenho feito/fiz a tese uma proposta de caracterização do Pretérito Perfeito no Português*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2008.
- BOLINGER, D. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.
- COAN, M. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- _____. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais que) perfeito*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.
- COAN, M.; BACK, A.; REIS, M. S.; FREITAG, R. As categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva. *Estudos Linguísticos*, v. 35, p. 1463-1472, 2006.
- COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Usos dos pretéritos perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito em contextos de variação: contribuições para o ensino de língua portuguesa. *Diadorim*, v. 6, p. 225-242, 2009.
- COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- COSTA, A. L. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- FREITAG, R. M. K. Atuação da marcação na gramaticalização das formas de passado imperfeito no português: o ponto de referência. *Estudos Linguísticos*, v. 38, n. 1, p. 155-166, 2009.
- _____. *Expressão do passado imperfeito no português: variação/gramaticalização e mudança*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

- _____. *Trajetórias de mudança do passado imperfeito no português: entre o aspecto e a modalidade*. (No prelo).
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Publishing, 1995.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1984.
- HOPPER, P. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: J. Benjamins Company, 1991. v. 1. p. 17-35.
- KARAM, L. *A variação entre o futuro do pretérito, o imperfeito e a perífrase com o verbo ir na fala do RS*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- MENDES, R. B. *Estar + gerúndio e ter + particípio: aspecto verbal e variação no português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em estudos da linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- REICHEMBACH, H. *Elements of symbolic logic*. New York: The MacMillan Company, 1947.
- SILVA, Tereza Santos da. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

**ESTUDO DAS FORMAS VERBAIS
DO MODO INDICATIVO:
UM RECORTE SINCRÔNICO DO PASSADO**

**Gisela Sequini FAVARO¹
Gladis MASSINI-CAGLIARI**
(UNESP/Araraquara)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é o estudo de processos morfofonológicos das formas verbais em Português Arcaico (PA). O corpus é constituído das *Cantigas de Santa Maria* (CSM), que representam o mais elaborado monumento da literatura e ocupam um lugar privilegiado na Literatura Galego-Portuguesa medieval. A partir do mapeamento de todas as formas verbais ocorrentes no corpus, é possível classificar os dados em tipos, considerando a presença de processos específicos, o contexto morfológico da sua aplicação, a fim de identificar os processos fonológicos que são provocados pela flexão verbal no período arcaico da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Verbo; português arcaico; *Cantigas de Santa Maria*.

ABSTRACT: The objective of this work is to study the morphophonological structure of verb forms in Archaic Portuguese (AP). The corpus consists of *Cantigas de Santa Maria* (CSM), which represent a more elaborate monument of literary importance and occupy a privileged place in the medieval Galician-Portuguese literature. From the mapping of all verb forms occurring in the corpus, it is possible to categorize the data into types, considering the presence of specific processes, and setting up the morphological context of its application, in order to identify the phonological processes which are triggered by verbal inflection in the archaic period of the language.

KEYWORDS: Verb; Archaic Portuguese; *Cantigas de Santa Maria*.

¹ Pesquisa financiada pela Fapesp nº 2009/12171-9.

MOARA

1 INTRODUÇÃO

Por que irmãos, mas corações, cães, se no singular temos irmão, coração e cão? Por que *fazer/feito, ver/visto, escrever/escrito*, se o geral é verbo de infinitivo *-er* ter participio em *-ido*?

(SILVA, 2006, p.16)

O objetivo deste artigo é promover uma reflexão sobre o estudo e a análise de processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal no Português Arcaico (PA). O *corpus* de base deste trabalho é constituído por uma seleção de 50 *Cantigas de Santa Maria* (CSM), que correspondem a um monumento literário de mais elaborada importância e ocupam um lugar privilegiado na literatura medieval galego-portuguesa. A partir do mapeamento das formas verbais ocorrentes no *corpus*, os dados são categorizados em tipos, quanto ao processo morfofonológico verificado; em seguida, são descritos os processos fonológicos encontrados, estabelecendo-se o contexto morfológico de sua aplicação, com vistas à identificação dos processos morfofonológicos desencadeados pela flexão verbal ativos na época trovadoresca. O objetivo é contribuir para a descrição de processos fonológicos desencadeados pela flexão verbal no Português Arcaico e, a partir de uma comparação com os processos ativos atualmente no Português Brasileiro, as hipóteses de mudanças linguísticas ocorridas desde as origens do português até os dias de hoje.

2 CORPUS

Para a realização desta pesquisa, o *corpus* de base é constituído por um recorte das 50 *Cantigas de Santa Maria* (CSM), que correspondem a um monumento literário de mais elaborada importância e que ocupam um lugar privilegiado na literatura medieval galego-portuguesa. São uma coleção de 420 cantigas religiosas em louvor da Virgem Maria (das quais 356 são narrativas e relatam milagres marianos, e as demais, exceto a introdução e os prólogos, são de louvor ou se referem às festividades marianas),

com notação musical (salvo o poema introdutório e algumas outras cantigas em que a notação musical não chegou a ser acrescentada, apesar de haver espaço previsto para esta finalidade), mandadas compilar pelo Rei Sábio de Castela (Afonso X) na segunda metade do século XIII.

A escolha das CSM como objeto de estudo se dá devido à grande riqueza lexical que apresentam. No que diz respeito à maior riqueza lexical das CSM, Leão (2007, p. 152-153) afirma que

Do ponto de vista do léxico, as *Cantigas* apresentam uma riqueza imensa (como também, embora em menor grau, as cantigas de escárnio), pois não se limitam à tópica amorosa como as cantigas de amigo e de amor. Ao contrário, elas nos falam não só da vida religiosa, mas da vida em toda a sua complexidade, constituindo talvez o mais rico documento para o conhecimento da mentalidade, dos costumes, das doenças, das profissões, da prostituição, do jogo, dos hábitos monásticos, de todos os aspectos enfim do quotidiano medieval na Ibéria

Como *corpus* de suporte, será considerada a edição de Mettmann (1986, 1988, 1989) das *Cantigas de Santa Maria*. São quatro os códices contendo cantigas da coleção das CSM: dois deles pertencem à Biblioteca del Monasterio de El Escorial, na Espanha; o terceiro está conservado na Biblioteca Nacional de Madrid; e o último pertence à Biblioteca Nazionale Centrale de Florença, Itália. Estão disponíveis ao Grupo de Pesquisa no qual a orientanda se insere os microfilmes desses quatro manuscritos, bem como as edições fac-similadas dos manuscritos de Toledo e do Escorial.

Massini-Cagliari (1998, p. 83) explica por que é tão relevante a consideração da poesia em uma análise linguística de línguas antigas:

A tradição da análise poética tem mostrado que a poesia pode revelar a duração das sílabas, a localização do acento e pausas (cesuras) e um valor melódico/rítmico de natureza acústica. Com base na observação desses fatos, desenvolveram-se, dentro dessa tradição de análise poética, vários métodos de descrição.

Para Silva (2001, p.32), os documentos linguísticos fornecidos pelas líricas medievais galego-portuguesas são muito ricos, pois, através dos dados obtidos e a partir das considerações desses textos, encontramos pontos essenciais para o conhecimento do léxico e de outros aspectos da língua:

O fato de serem poemas de estrutura formal em versos rimados os torna fundamentais, no que concerne a estudos de história da língua, para o conhecimento de fatos fonéticos desse período, como sejam, por exemplo, questões referentes aos encontros entre vogais (hiatos/ditongos), ao timbre vocálico (abertura e fechamento), vogais e ditongos nasais/orais. A morfologia tanto a nominal como a verbal também tem nessa documentação uma fonte fundamental. A questão da sintaxe aí representada deve ser considerada, tendo sempre presente que o caráter excepcional e variável é essencial na construção poética.

Portanto, de acordo com vários estudos e discussões acerca da relação entre os dados contidos nos documentos e a língua indiretamente representada pela língua escrita, é possível chegar ao português falado da época. Silva (2001, p.39) aponta esta possibilidade, pois não havia um controle gramatical normativo naquele período, o que favorecia aos textos daquela época a apresentação de variações constantes, fato que é indicador de usos da fala:

[...] sendo a documentação escrita que permanece, e sendo essa uma representação convencional da fala, desta teremos nos documentos um reflexo que permite tirar conclusões até certo ponto seguras, no nível fônico-mórfico, já que, não havendo então uma normatização ortográfica, a análise da variação da escrita oferece indícios para alguma percepção da voz. Do mesmo modo, se o que está escrito procura espelhar a voz e esta nos falta, pelo escrito se pode depreender, embora não integralmente, a língua no seu uso primeiro, em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático, discursivo. (SILVA, 2001, p.39)

2.2 AS CANTIGAS DE SANTA MARIA

Como já foi exposto anteriormente, as *Cantigas de Santa Maria* foram redigidas em galego-português e atribuídas a Dom Afonso X de Castela, que as teria escrito com a colaboração de trovadores, músicos, desenhistas e miniaturistas que ele acolhia em sua corte. Elas constituem um monumento literário, musical e artístico da mais alta importância. Mettmann (1986, p.8), confirma esta relevância:

Por haberse logrado en ellas un perfecto equilibrio entre texto, melodias y pintura ocupan las Cantigas de Santa Maria un lugar privilegiado en la literatura medieval, y no cabe duda de que para su régio 'autor', El 'fazer sões' y El "pintar" no eran de menor importancia que el "contar", "trobar" y "rimar". Huelga subtrayr el rango que en la historia de la espiritualidad les corresponde a las Cantigas como al monumento literario del culto mariano en la Península Ibérica, su interés para la historia de la métrica y, finalmente, su importancia como una de las fuentes más ricas del galaico-português antiguo.

O autor explica, ainda, que a estrutura dos poemas narrativos é praticamente invariável. Segundo Borges (2008, p.39), há um estribilho inicial, que se repete depois de cada estrofe e apresenta o tema; nas primeiras estrofes se dão normalmente indicações mais ou menos concretas sobre o espaço, a época, às vezes a fonte e nomeiam-se personagens envolvidas nas histórias.

A situação das CSM no tempo pode ser realizada com base nas referências históricas que conseguimos extrair dos próprios textos. Segundo Massini-Cagliari (2005, p.62), a biografia de Afonso X é um fator crucial na datação dos poemas da coleção, sendo importante apontar os fatos mais relevantes de sua vida para poder supor aproximadamente a data de cada um dos manuscritos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por meio de algumas leituras de gramáticas históricas (COUTINHO, 1958; VASCONCELOS, 1946; SAID ALI, 2001;

SILVA NETO, 1952) sobre português arcaico, constatamos que, em geral, estas mostram um panorama das mudanças do latim ao PB, da origem e da formação dos tempos-modos verbais; não apresentando, todavia, estudos aprofundados sobre a estrutura de tempos-modos específicos. Notamos, ainda, que todos os autores são unânimes em apontar que, no português arcaico, havia tal como hoje três conjugações e que este sistema deriva das declinações latinas que foram se estabilizando ao longo da evolução da língua.

Em Coutinho (1958), verificamos que, para as novas criações verbais, se recorria à primeira conjugação, assim como fazemos atualmente no português. Explica-se o fato de a primeira conjugação ser a mais produtiva, pois ela apresentava e apresenta ainda hoje formas verbais decorrentes de substantivo, como por exemplo, no latim *plantare* (*planta*) e em português *plantar* (*planta*); provenientes de adjetivos e participios; originários do grego com a terminação *-an*, *-ein*, *-izein* e formas oriundas do germânico com a terminação *-an*, *-on*. Além de produtiva, a primeira conjugação é a que mais resistência oferece com relação a mudanças linguísticas, uma vez que verbos das demais conjugações têm passado para esta conjugação, como por exemplo, *torrere-torrare* (torrar), mas verbos de 1ª conjugação não costumam passar para a 2ª ou 3ª conjugações.

Já Said Ali (2001) mostra que os verbos nas línguas do grupo indo-europeu possuem sufixos próprios (desinências) com que se distinguem as pessoas do discurso, o número (singular ou plural), o tempo e o modo da ação. Em português, o autor afirma que o uso do pronome pessoal não é obrigatório, a não ser nas 1ª e 3ª pessoas do singular, quando assim exigir a clareza do enunciado. Nos demais casos o pronome serve apenas para reforço enfático. Assim como a gramática de Coutinho (1958), Said Ali (2001) nos traz um panorama histórico das transformações ocorridas na passagem das formas verbais do latim para nossa língua atual.

Na *História da Língua Portuguesa* de Silva Neto (1952), o autor aponta que, no latim, havia quatro conjugações verbais, que depois se reduziram a três, uma vez que os verbos da terceira

incorporaram-se à segunda. A respeito de cada conjugação, afirma que a primeira sempre mostrou maior vitalidade, uma vez que a ela se adaptavam empréstimos e novas formações. Já faziam parte da segunda conjugação os verbos incoativos. Sobre a terceira conjugação, o autor não traz informações relevantes diferentes das já aludidas anteriormente.

Os trabalhos recentes de linguística histórica e filologia (CÂMARA JUNIOR, 1975; MAIA, 1986; SILVA, 1989) contêm mais descrições gerais do sistema verbal arcaico. Câmara Jr (1975) constata que em latim o verbo era um vocábulo flexional e que assim se manteve em português. Sobre as categorias verbais, introduz o conceito de aspecto, ou tempo, como o definem outros autores, subdividido em conclusivo e inconclusivo. São os três tempos verbais que utilizamos atualmente em português: o presente, para o momento concomitante com a comunicação, o pretérito, anterior ao momento da comunicação, e o futuro, quando se cria uma expectativa ao momento da comunicação.

Em Maia (1986), observamos que as quatro conjugações do latim clássico (*-āre*, *-ēre*, *-ĕre* e *-īre*) foram conservadas como tipos flexionais distintos em algumas línguas românicas, entre as quais a autora aponta o catalão, o francês, o italiano e o romeno. Por sua vez, em línguas como o galego-português, o castelhano, o leonês e o macedo-romeno, as conjugações latinas reduziram-se a três, devido à perda da terceira conjugação latina, e a maior parte dos verbos passaram para a segunda conjugação. A fusão da terceira com a segunda conjugação nessas línguas pode ser considerada como resultado de uma tendência que já se manifestava no latim. Os verbos latinos que pertenciam à segunda conjugação aparecem, na maioria das vezes, integrados aos verbos em *-er*, como, por exemplo, os verbos *aver*, *poer*, *teer*, *seer*, *valer*, etc. Esses verbos mantêm o mesmo tipo de conjugação tanto no português quanto no galego atuais. A partir do século XVI, a forma verbal *poer* foi substituída pela forma *por*. Em galego, mantém-se a forma *poñer*, embora haja um infinitivo paralelo: *pór*.

A maior parte das formas de infinitivos pertencentes à terceira conjugação latina está inserida na segunda conjugação galego-portuguesa. Mas, de acordo com Maia (1997), nem sempre a situação desses verbos é coincidente no português e no galego atuais, uma vez que houve deslocamento de alguns verbos ora para a segunda ora para a terceira conjugação. Por exemplo, temos que a forma *caer* mantém-se em galego na segunda conjugação, já em português desde o século XIV a forma *cair*, pertencente à terceira conjugação, começa a surgir nos textos escritos.

A respeito ainda da alternância entre *-er* (2ª conjugação) e *-ir* (3ª conjugação), a autora relata que “essa flutuação entre as formas *-er* e *-ir*, as primeiras de caráter tradicional e as segundas devidas à penetração do castelhano na Galiza, reflecte-se igualmente em textos literários: nas *Cantigas de Santa Maria*” (MAIA, 1997, p.730).

Silva (1989), em *Estruturas Trecentistas*, mostra que o verbo é o núcleo ou base do sintagma verbal e que seu inventário é aberto em qualquer língua. Em sua descrição, parte do princípio de que a estrutura mórfica do verbo é formada basicamente dos seguintes elementos: lexema, vogal temática, morfema modo-temporal e morfema número pessoal. Em relação aos verbos regulares, a autora indica que são aqueles que apresentam radical imutável, classificados em três conjugações: 1ª, 2ª e 3ª. Essa agrupação parte do classificador mórfico, vogal temática (VT). A autora apresenta quadros relativos a todas as formas verbais encontradas no PA que auxiliam e estruturam suas análises em relação aos modos, tempos e aspectos verbais por ela levantados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 METODOLOGIA

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais, a partir de glossários e vocabulários relativos às *Cantigas de Santa Maria*, e na categorização destas formas de acordo com o tipo de processo morfológico verificado.

Abaixo, como ilustração, apresentamos um exemplo dos procedimentos de mapeamento dos dados utilizados nesta pesquisa. Trata-se de um fragmento da cantiga de número sete (CSM7), isto é os versos de 9 a 33, de um total de 91 versos da cantiga. As formas verbais mapeadas neste trecho (marcadas em negrito) são as do presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, imperfeito do indicativo, futuro do presente, infinito impessoal e participípio.

(1) Cantiga 7

ESTA É COMO SANTA MARIA LIVROU A ABADESSA
PRENNE, QUE ADORMECIA ANT' O SEU ALTAR
CHORANDO

[...]

Porende vos **contarey** 9
un miragre que **achei** 10
que por hũa badessa 11
fez a Madre do gran Rei, 12
ca, per com' eu **apres' ei**, 13
era-xe sua essa. 14
Mas o demo **enartar** 15
a **foi**, por que **emprennnar** 16
s' **ouve** dun de Bolonna, 17
ome que de **recadar** 18
avia e de **guardar** 19
seu feit' e sa besonna 20.

Santa Maria amar... 21

As monjas, pois **entender** 22
foron esto e **saber**, 23
ouveron gran lediça;24
ca, porque lles non **sofrer** 25
quería de mal **fazer**, 26
avian-lle mayça. 27
E **fórona** acusar 28
ao Bispo do logar, 29
e el ben de Colonna 30
chegou y; e pois **chamar** 31
a **fez**, **vêo** sen vagar, 32
leda e mui risonna. 33

Santa Maria amar...

[...]

Depois de mapeadas as formas, elaboramos quadros nos quais as formas verbais encontradas são classificadas por conjugação e número-pessoa. Para exemplificar, apresentamos o quadro e a tabela abaixo, relativos ao pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo:

Quadro 1 - Ocorrências das formas verbais do pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo

NP/Conj	1ªConj	2ªConj	3ªConj
3ªps	affogara (11.2) cantara (6.69) chorara (43.77) deitara (4.2) dera (18.3,35.97, 38.3,42.25,42.42) demonstrara (43.75) entrara (38.36) fillara (41.19) leixara (15.164) mandara (16.82) matara (6.2) ressucitara (43.76) soterrara (6.67) tallara (37.2)	sofrera (5.125) detevera (15.163) quisera (5.56,9.155,43.40) fezera (3.2,4.57,4.102,5.57,34.2) fora (16.31,32.11,35.26,35.88, 38.76,39.37) posera (6.74,23.8,25.87) ouvera (6.79,14.4,38.56) perdera (31.22,41.11,44.1,48.41) prendera (9.44) prometera (9.46, 18.3, 42.44, 43.43) metera (15.20) tollera (20.20, 48.42) valvera (30.3, 30.15, 30.24, 30.33, 30.42) vendera (48.43)	caera (33.2) dormira (6.79) ferira (6.78) fora (5.157,16.58, 24.27,24.54, 25.136,26.102, 33.23,33.60) guarira (33.59) recodira (14.34) sentira (6.77) vëera (6.73, 9.156, 23.13,31.71)
3ªpp	leixaran (35.126) rogaran (14.2)	viran (33.53)	foran (31.24, 38.81,42.13)

Tabela 1- Quantificação das formas verbais do pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo

NP/Conj	1ªConj	2ªConj	3ªConj	Total
1ªps	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
2ªps	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
3ªps	18 (22,0%)	40 (48,8%)	18 (22,0%)	76 (92,7%)
1ªpp	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
2ªpp	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
3ªpp	2 (2,4%)	1 (1,2%)	3 (3,7%)	6 (7,3%)
Total	20 (24,4%)	41 (50,0%)	21 (25,6%)	82 (100%)

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como principal resultado de pesquisa desenvolvida, tem-se o levantamento de todas as formas verbais e a análise de algumas alomorfas encontradas nas primeiras cinquenta CSM, além da quantificação dessas formas, em termos de conjugação, tempo-modo-aspecto e número-pessoa.

Para facilitar a apresentação das análises, dividimos os processos de alomorfas de acordo com aqueles que envolvem as vogais temáticas, desinências modo-temporais, desinências verbo-nominais e, por fim, desinências número-pessoais.

1 Vogais Temáticas

1.1 Supressão (queda) da vogal temática na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo.

Dentre os dados coletados, tomamos como exemplo o verbo *rogar*, que está conjugado na primeira pessoa do singular no presente do modo indicativo. Esquemáticamente, separamos os constituintes da forma verbal já conjugada para a visualização do processo morfofonológico em questão, que é a supressão, ou seja, a queda da vogal temática quando conjugamos o verbo na primeira pessoa do singular no presente do indicativo:

(2) Verbo: Rogar---- Eu rogo

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

Rog- -a- ø -o-



Supressão da vogal temática = Eu rogaoo=Eu rogo

A mudança morfofonêmica que encontramos é a supressão da vogal temática, ou seja, há uma queda, como podemos verificar no exemplo acima, e o acréscimo do sufixo número-pessoal, que, no caso da primeira pessoa do singular, é o alomorfe /o/. Seguem este paradigma flexional todos os verbos regulares da primeira, segunda e terceira conjugações que estejam conjugados na primeira pessoa do singular.

A queda da VT é ocasionada pela adjunção do sufixo número-pessoal. Como a desinência de presente do indicativo é ø, ambas as vogais, a VT (vogal temática) e a NP (número-pessoal), acabam ocorrendo em sequência, do ponto de vista fonético (da pronúncia). Por conta do Princípio do Contorno Obrigatório (PCO²), na flexão verbal portuguesa, duas vogais não podem se seguir no mesmo plano (a não ser nos tempos do perfeito, que são exceção a esta regra).

1.2 Neutralização morfofonológica das vogais temáticas nas 2ª e 3ª conjugações no presente do indicativo.

Para compor nosso exemplo escolhemos os verbos *poder* e *vir*, ambos conjugados na segunda pessoa do singular no presente do indicativo. Separamos os constituintes das formas verbais já

² Silva (2007, p.208) mostra que o: “fenômeno autosegmental do Princípio do Contorno Obrigatório (PCO) define que [...] sequências adjacentes de unidades idênticas são proibidas nas representações fonológicas”.

conjugadas para a visualização do processo morfofonológico em questão, que é a neutralização das vogais temáticas nas 2ª e 3ª conjugações no presente do modo indicativo:

(3) Verbo: Poder--- Tu podes Vir---Tu vês

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

Pod- -e- -o- -s-

Vê -e- -o- -s-

Aqui, o processo que identificamos é a neutralização. Tanto *poder* quanto *vir* possuem a mesma vogal temática, quando conjugados no presente do modo indicativo, apesar de pertencerem a conjugações diferentes. Observando o exemplo acima, notamos que a vogal temática de ambos os verbos é -e. No caso da terceira conjugação, a vogal temática de -i passa para -e. Seguem este paradigma flexional todos os verbos regulares da segunda e terceira conjugações que estejam conjugados na segunda pessoa do singular.

1.3 Neutralização morfofonológica e crase da vogal temática nas 2ª e 3ª conjugações na primeira pessoa do singular no pretérito perfeito do indicativo.

Para exemplificar o processo morfofonológico da neutralização seguida de crase da vogal temática nas 2ª e 3ª conjugações na primeira pessoa do singular no pretérito perfeito do modo indicativo, tomamos como base os verbos *aprender* (2ª conjugação) e *cobrir* (3ª conjugação).

O verbo *aprender* sofre uma alternância de sua vogal temática de -e para -i, quando conjugado na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo. Com a ausência da desinência modo-temporal, temos a junção, ou seja, a crase da vogal temática com a desinência número-pessoal.

(4) Verbo: Aprender--- Eu aprendi Cobrir---Eu cobri

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal

Aprend-	(e) -i-	- o-	-i-
Cobr-	-i-	- o-	-i-

Seguem este paradigma flexional todos os verbos regulares da 2ª e 3ª conjugações que estejam conjugados na primeira pessoa do singular. Aqui, encontramos dois processos: o da neutralização da vogal temática e a crase da vogal temática com o sufixo número pessoal.

1.4 Harmonização vocálica da vogal temática da 1ª conjugação na primeira e terceira pessoa do singular, respectivamente.

Para exemplificar o processo de harmonização vocálica da vogal temática da 1ª conjugação na primeira e na terceira pessoas do singular no pretérito perfeito do modo indicativo, escolhemos o verbo *achar*, conjugado na 1ª e na 3ª pessoas do singular. No caso da harmonização vocálica, houve um alteamento da vogal {a} por influência das semivogais {y} e {w}. A vogal temática /a/, baixa, adquire o traço alto, que vem das vogais de número-pessoa /i, u/; desta forma, há uma harmonização do traço baixo da vogal temática, que passa a médio-alta, com o traço alto da vogal de NP. Há, também, harmonização com relação ao ponto de produção da vogal, uma vez que, diante da vogal anterior de NP, a VT se realiza como média-alta anterior [e]; da mesma forma, diante de vogal posterior [u], realiza-se como média-alta posterior [o], conforme o esquema abaixo:

(5) **ach-e-i** : 1ª pessoa do singular

{a}-----{e}/ {y}---cant-e-i

(6) **ach-o-u**: 3ª pessoa do singular

{a}-----{o}/ {w}---cant-o-u

De acordo com os processos analisados, podemos concluir que quase todos se mantiveram no português padrão atual. Apenas aqueles que envolvem a desinência número-pessoal da 2ª pessoa do plural não ocorrem no português arcaico. Isso se dá pelo fato de que nesse período a desinência número-pessoal era *-des* e não *-is*. Podemos, portanto, já dizer que esses dados são relevantes, uma vez que demonstram semelhanças entre o galego-português e o português padrão atual, sobretudo nos aspectos verbais, uma vez que naquela época as três conjugações verbais, originárias do latim, já estavam começando a se definir.

5 CONCLUSÃO

Podemos concluir, após as análises, que quase todos os processos morfofonológicos mapeados e analisados se mantiveram no português padrão atual. Somente aqueles que envolvem a desinência número-pessoal da 2ª pessoa do plural não ocorrem no português arcaico. Isso se dá pelo fato de que nesse período a desinência número-pessoal era *-des* e não *-is*.

Por meio das tabelas analisadas, foi possível verificar uma ocorrência maior do tempo pretérito perfeito do modo indicativo, em comparação a todos os demais tempos/modos verbais. Baseando-nos no estudo de Koch (1989), podemos esboçar uma explicação para este fenômeno, observando que em português temos tempos verbais que pertencem ao mundo narrado, que correspondem aos verbos que veiculam relatos, de origem literária ou não. Por outro lado, temos verbos que pertencem ao mundo comentado, que correspondem aos tipos de situações comunicativas que não consistem apenas em relatos, mas apresentam uma atitude tensa, um comprometimento maior por parte do autor do texto. Os tempos verbais que constituem o mundo comentado são: o presente do indicativo, o pretérito perfeito e o futuro do presente; já entre os tempos de mundo narrado temos o pretérito perfeito simples, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito e o futuro do pretérito do indicativo.

No caso das CSM, encontramos com maior frequência cantigas que narram episódios e milagres marianos, que podem ser consideradas como contendo trechos caracterizados por verbos que dão suporte tanto ao mundo narrado como ao mundo comentado, uma vez que temos situações comunicativas que não constituem apenas relatos, mas lições de moral e louvores.

A maioria das cantigas veicula relatos de milagres ocorridos no passado. O tempo que ocorre mais frequentemente é o pretérito perfeito, já que este é o tempo por excelência para o relato de ações no passado, enquanto o imperfeito se presta à caracterização da contextualização dessas ações (pano de fundo).

Vale ressaltar que as cantigas, na sua grande maioria, são narradas em 3ª pessoa, tendo pouca referência a 1ª pessoa do singular. Os momentos em que esta pessoa aparece referem-se àqueles em que o narrador participou, ou melhor, testemunhou algum tipo de acontecimento.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Poliana Rossi. *Estruturas morfofonológicas das formas futuras nas cantigas de Santa Maria*. 2008, 309 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras- Campus de Araraquara, 2008.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- KOCH, Ingedore G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- LEÃO, A. *Cantigas de Santa Maria, de Afonso X, o Sábio: aspectos culturais e literários*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.
- MAIA, Clarinda. *História do Galego-Português*. 2. ed., reimpr. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. Junta de Investigação Científica e Tecnológica.
- MASSINI-CAGLIARI, G. Escrita do cancionero da Biblioteca Nacional

- de Lisboa: fonética ou ortografia? *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, n.2, 1998, p.159-178.
- METTMANN, W. (Ed.). *Alfonso X, el Sabio: Cantigas de Santa Maria (cantigas 1 a 100)*. Madrid: Castalia, 1986. v.1.
- _____. _____. *Cantigas de Santa Maria (cantigas 101 a 260)*. Madrid: Castalia, 1988. v. 2.
- _____. _____. *Cantigas de Santa Maria (cantigas 261 a 427)*. Madrid: Castalia, 1989. v. 3.
- SAID, M. Ali. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: UNB, 2001.
- SILVA, Rosa Virgínia Matos e. *O Português Arcaico: fonologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. _____. *fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, T. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- VASCONCELOS, C. *Lições de filologia portuguesa*. Revista de Portugal, Lisboa, 1946.

ATIVACÃO DE INFERÊNCIAS NA LEITURA DE PIADAS

Nair Rodrigues RESENDE
Ana Cláudia de SOUZA
(Universidade Federal de Santa Catarina)

MOARA

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar e discutir a ativação de inferências necessárias à compreensão de textos escritos do gênero piada. A investigação se situa, portanto, no âmbito dos estudos em leitura. Foram avaliados 38 exemplares da revista *Seleções* publicados entre janeiro de 1997 e março de 2009. Das 346 piadas publicadas, apenas 31 respondiam aos propósitos da pesquisa, 10 das quais foram aleatoriamente selecionadas para análise. Tentaram-se buscar as expressões ativadoras de inferências descritas por Moura (2000); entretanto, percebeu-se que, embora as expressões ativem certas inferências, não são responsáveis pela compreensão do texto humorístico. O que efetivamente demonstrou estar envolvido nos processos de compreensão em leitura das piadas coincide com a sobreposição de *script*, espaço onde o humor parece se construir.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; compreensão; inferências; humor; piadas.

RESUMEN: El objetivo de esta pesquisa es analizar y discutir la activación de inferencias necesarias a la comprensión de textos escritos del género chiste. La investigación se sitúa, por lo tanto, en el ámbito de los estudios en lectura. Fueron evaluados 38 ejemplares de la revista *Seleções* publicados entre enero de 1997 y marzo de 2009. De los 346 chistes publicados, solamente 31 respondían a los propósitos de la pesquisa, 10 de los cuales fueron aleatoriamente seleccionados para el análisis. Se tentó buscar las expresiones activadoras de inferencias descritas por Moura (2000); mientras tanto, se percibió que, sin embargo las expresiones activen ciertas inferencias, no son responsables por la comprensión del texto humorístico. Lo que efectivamente demostró estar envuelto en los procesos de comprensión en lectura de chistes coincide con la sobreposición de *script*, espacio donde el humor se parece construir.

PALABRAS-CLAVE: Lectura; comprensión, inferencias; humor; chistes.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação faz parte de nossas vidas desde o momento em que nascemos. É por meio dela que entendemos o mundo e nos fazemos entender diante dele e das pessoas que nele vivem. Portanto, comunicar-se bem é imprescindível para um bom desenvolvimento do ser humano, já que vivemos em sociedade. Segundo Back e Souza (2001), é por meio da linguagem que acontece a integração entre os indivíduos que dominam a mesma língua, e uma das formas de comunicação por meio da linguagem é o texto escrito. A escrita se tornou, em nosso meio, um bem social imprescindível para o enfrentamento cotidiano, não por imanência, mas por ter penetrado e impregnado as culturas de modo geral (MARCUSCHI, 2007).

O domínio da escrita e da leitura é um importante meio de circulação e ascensão social, uma vez que fazemos parte de uma sociedade letrada em que o código escrito passou a ocupar um lugar de destaque na comunicação e interação. Segundo Souza (2004, p.17), essa imersão no universo da escrita subentende um grande número de indivíduos letrados; entretanto, o domínio efetivo da leitura continua sendo um propósito ainda não alcançado, uma vez que ler não é simplesmente decifrar o código escrito nem atribuir qualquer significado a ele. A leitura consiste em um:

[...] processo individual de construção de sentido do texto escrito, em que são trazidos à tona o conhecimento linguístico, as habilidades específicas à tarefa, as intenções do leitor, suas capacidades cognitivas e metacognitivas, seu conhecimento prévio acerca do assunto e do gênero discursivo e o próprio texto. (SOUZA, 2004, p 17).

Partindo desse conceito, percebemos que é desnecessário (e impossível até!) que o autor explicita tudo no texto, pois muito pode ser previsto e suposto pelo leitor. Entretanto, essas previsões e suposições não ocorrem sem critério ou em qualquer lugar; elas ocorrem nos espaços onde o leitor precisa preencher uma lacuna com a informação necessária à compreensão, onde há acionamento

de conhecimentos prévios relevantes à construção de sentidos e ao alcance dos objetivos.

Moura (2000) divide a suposição, a qual chama inferência, em pressuposição e acarretamento, definindo o primeiro como a informação que pode ser inferida do conteúdo explicitado no texto (o posto) e o segundo como um tipo de inferência pragmática baseada na intenção do falante. Em alguns gêneros discursivos como, por exemplo, as piadas, a compreensão total do texto se dá por meio de inferências. É preciso que o leitor detecte o que está implícito e complete o significado. Quando a inferenciação não ocorre, a piada se torna sem sentido, e o leitor não a compreende como tal.

Possenti inicia seu livro *Os humores da língua* (1998) dizendo que existem várias razões para o uso de piadas como material de análise. Primeiro, ele elenca três motivos: a) praticamente só existem piadas sobre temas controversos, b) elas produzem estereótipos representativos e c) revelam discursos não explicitados correntemente. Além dessas três razões, o autor afirma que há outra ainda mais forte para que se tomem as piadas como objeto de estudo: o ponto de vista linguístico. As piadas são textos reais que mostram com clareza o funcionamento da língua em uso.

Muitos são os trabalhos existentes que usam textos humorísticos como *corpus* de análise; todavia, a maioria dos pesquisadores os analisa do ponto de vista filosófico, psicológico, sociológico, cultural, entre outros, buscando o significado em campos diferentes do linguístico. Possenti (1998) assevera que o motivo para que isso aconteça é o fato de as questões linguísticas parecerem óbvias, quando na verdade não o são. Freud (2009) (, em *Os chistes e sua relação com o inconsciente* , faz uma análise psicanalítica dos chistes, mas considera a linguagem como um dos principais fatores para que eles ocorram, pois é por meio dela que um simples enunciado adquire o caráter chistoso.

De acordo com Possenti (1998, p.39), “as piadas fornecem excelentes argumentos para distinguir diferentes atividades no

interior da atividade de ler”. Acreditando nisso, esta pesquisa¹ visa analisar os aspectos da leitura na linguagem intencionalmente humorística dos textos selecionados. Especificamente, o propósito desta investigação é examinar e discutir a ativação de inferências nos textos do gênero piada.

2 TRIANGULAÇÃO EM LEITURA

De acordo com Koch e Elias (2006, p.9), as perguntas *O que é ler? Para que ler? Como ler?* podem ter diferentes respostas dependendo da concepção de leitura que se tenha, que é decorrente também da concepção de sujeito, de língua, de texto ou de sentido que se adote. Para as autoras, pode-se conceber a leitura de formas diferentes tendo como foco o autor, o texto ou a interação dos dois com o leitor.

Segundo Leffa (1996, p.9), existem quatro definições de leitura: uma geral, duas específicas e uma conciliatória. A visão geral compreende a leitura como um todo e diz que ler é olhar para uma coisa e ver outra. As visões específicas focalizam uma o texto, outra o leitor como centro do processo. Já a quarta definição diz que o leitor produz o significado junto ao texto, que deve trazer os elementos necessários à compreensão, cabendo ao leitor, de acordo com os seus propósitos, completar as lacunas deixadas pelo autor.

Na visão geral de Leffa (1996), a definição de leitura é genérica e serve de base para qualquer definição específica que se adote. Essa abordagem define leitura como um processo de representação que envolve a visão e se caracteriza por uma triangulação: ler é olhar para uma coisa e ver outra. Essa visão de leitura serve não apenas para a linguagem escrita, mas também para sinais não linguísticos, como o passado de um povo pelas ruínas da cidade, por exemplo.

¹ Pesquisa de pós-graduação, inédita e não publicada, realizada pela primeira autora sob a orientação da segunda, em 2009. O artigo aqui apresentado foi retextualizado para fins desta publicação.

O processo de triangulação é essencial. Segundo Leffa (1996, p.11), sem que ele aconteça, não há leitura; há somente uma tentativa. Esse processo de triangulação pode ser metaforicamente descrito como a visão de um espelho onde o que se vê não é a realidade, mas apenas um reflexo dela, a partir de um enquadramento e de um olhar. Dessa forma, ao se deparar com um texto escrito, o leitor não vê o código, mas (re)constrói o significado representado por ele.

Em uma posição conciliadora, quando se focaliza a interação autor-texto-leitor, em uma dada situação, os sujeitos se constroem e são construídos no texto por meio da interação linguística. O conhecimento sociocognitivo dos participantes da interação é levado em conta na detecção dos implícitos necessários à formação de sentido do texto. O leitor interage com o texto podendo aceitar ou não as ideias do autor.

A concepção de leitura adotada por Koch e Elias (1999) é a de interação entre autor, texto e leitor para construção de sentido. Segundo as autoras, na interação com o texto é necessário que o leitor use estratégias como seleção, antecipação, inferenciação e verificação. Ao ver o texto, o leitor levanta hipóteses sobre o que espera encontrar e vai verificando a confirmação ou não delas ao longo da leitura.

Essas estratégias utilizam vários tipos de conhecimentos armazenados nos sistemas de memória do leitor, de forma eficiente, flexível e extremamente rápida. As autoras dividem esses conhecimentos em três grandes sistemas: linguístico, enciclopédico e interacional. Para compreender o texto, o leitor utiliza estrategicamente esses três grandes sistemas de conhecimento, de forma rápida, automática e simultânea.

Conforme a visão conciliatória, ler não é atribuir significado ou extraí-lo do texto, mas interagir com ele, ainda que o texto seja um produto e, por isso, materialize-se como algo estático e pronto, uma vez publicado. Todavia, à medida que a leitura avança, segundo

as intenções, os objetivos e as condições do leitor, são acionados conhecimentos que dialogam entre si a partir do texto e na direção dele. Por este motivo, não pode haver apenas um pólo da leitura (texto ou leitor), e não basta somar as contribuições de cada um. É preciso também considerar o que acontece quando, onde e como leitor e texto se encontram.

2.1 INFERENCIAÇÃO EM LEITURA

De acordo com Liberato e Fulgêncio (2007), o leitor experiente não se concentra apenas no texto em si, mas faz previsões sobre o que espera encontrar no texto e faz inferências sobre o que foi dito. Para isso, precisa fazer uso da informação não visual e buscar dados no seu conhecimento de mundo para ligar uma sentença à outra, montando, assim, uma sequência textual lógica. De quanto mais informação não visual o leitor dispuser, mais eficiente e rápida será a leitura, pois ele precisará de menos informação visual para completar o sentido do texto. Isso acontece porque as informações não-visuais que possuímos reduzem o número de alternativas para a interpretação da informação trazida pelo texto, em um processo de inibição dos sentidos contextualmente incompatíveis.

Moura (2000) chama de conteúdo posto as informações visuais, aquelas trazidas explicitamente pelo texto. Quanto às informações implícitas, as inferências, o pesquisador as divide em dois tipos: implicatura/acarretamento e pressuposição. Pressuposto é o que pode ser inferido do posto (informação visual) e implicatura (ou acarretamento) é um tipo de inferência pragmática baseada na intenção do autor/locutor.

A diferença entre pressuposição e acarretamento é que este se perde com a negação do posto, ao passo que aquele continua necessariamente existindo. Ex: Pedro parou de fumar. Inferências: (1) Pedro fumava. (2) Pedro está livre do vício. Quando negamos o posto (Pedro não parou de fumar), a inferência de que Pedro fumava é mantida, mas a de que ele agora está livre do vício se perde.

Segundo Moura (2000, p.16), “a pressuposição deve ser parte do conhecimento compartilhado dos interlocutores”. Segundo ele, algumas expressões têm a função de ativar pressupostos, conforme brevemente descrevemos a seguir:

Descrições definidas: são formas de substituir o nome de um ser e lhe conferir existência. (João viu o homem com duas cabeças/ existe um homem com duas cabeças).

Verbos factivos: verbos que introduzem orações subordinadas (João lamentou ter bebido muito/ João bebeu muito). Os verbos factivos se dividem em dois tipos: os epistêmicos (compreender, saber, reconhecer, etc...) e os que indicam sensações ou emoções (lamentar, sentir, alegrar-se). Alguns dos verbos de sensações também atribuem valor ao fato acontecido (João ter bebido muito foi ruim).

Verbos implicativos: implicam algo. Exemplos: conseguir, tentar, esquecer [...]

Verbos de mudança de estado: deixar, começar, parar...

Iterativos: pressupõem acontecimento de algo que já aconteceu antes. Exemplo: O disco voador apareceu *de novo*.

Expressões temporais: Maria desmaiou *depois de* Encontrar João (Maria encontrou João).

Sentença clivada: É apresentada sob a forma: *Não foi X que* [...] Exemplo: *Não foi João que* brigou com Maria (alguém brigou com Maria).

Para que todas essas expressões cumpram sua função, é necessário que primeiramente o leitor aceite como verdadeiras as inferências ativadas. Para mencionar um exemplo, retoma-se a frase já citada: “Pedro parou de fumar”. Se é de conhecimento do interlocutor que Pedro não fumava, a informação de que ele parou de fumar não é aceita como verdadeira. Resumindo, se o pressuposto não for aceito, o posto também não será.

2.2 HUMOR E PIADAS: A NATUREZA DO TEXTO CONSIDERADO PARA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE INFERENCIAÇÃO EM LEITURA

As piadas são textos humorísticos bastante acessíveis ao público geral. Possenti (1998) enfatiza que se trata de excelente material de pesquisa, pois, além de apresentarem a língua no seu uso cotidiano, para entendê-las, os leitores devem fazer a leitura exigida por elas, mesmo que haja possibilidade de mais de uma leitura. Muitos pesquisadores desenvolveram trabalhos usando textos de humor como objeto de estudo, poucos, porém, os usaram para análise linguística.

Freud faz análise dos chistes, tipo de texto humorístico, analisando os aspectos linguísticos relevantes à compreensão do humor. O psicanalista divide os chistes em inocentes e tendenciosos. Esse último grupo veicula discursos não explicitados correntemente, mas que, em forma de chiste, circula sem muitos problemas. Usando humor, pode-se dizer que governantes governam mal, que crianças não são tão inocentes quanto se imagina, que alguns profissionais não são tão dedicados quanto deveriam, entre outros temas considerados tabus pela sociedade. No primeiro grupo (os inocentes), de acordo com o autor, podemos encontrar os chistes que tratam de linguagem.

Para entender melhor, citemos, como exemplo de piada tendenciosa, um chiste apresentado por Freud:

Um Sereníssimo estava dando uma volta por suas províncias e notou na multidão um homem, extraordinariamente semelhante à sua própria nobre pessoa. Acenou, convocando-o, e perguntou-lhe: 'Sua mãe esteve alguma vez a serviço do Palácio?' – 'Não, Alteza', foi a réplica, 'mas meu pai esteve' (FREUD, 2009, p.45).

Um exemplo de piada inocente que trata sobre a língua seria a mencionada por Possenti (1998, p. 31): “– Como se escrevia farmácia antigamente: – Com ph.– E hoje? – Com f. – Não, hoje se escreve com h.”

As técnicas usadas na construção de uma piada variam. Freud (2009) analisa algumas e as divide em três grupos: Condensação, múltiplo uso de material e duplo sentido. Dentro do grupo duplo sentido analisado por Freud (2009), encontramos a subdivisão denominada por ele de duplo sentido com alusão. Esse subgrupo tem como característica a compreensão feita com base em uma inferência, que são fatores importantes dentro da leitura.

Vejam o seguinte exemplo de piada sobre pressuposição:

O rapaz vai passar por uma delicada cirurgia e o médico tenta tranquilizá-lo:

— Não tenha medo, companheiro. Sou muito experiente nessa área. Olhe bem para a minha longa barba e tenha confiança. Quando você voltar da anestesia, conversaremos.

— Após a cirurgia, o rapaz abre os olhos e depara com uma enorme barba. Não se contendo de alegria, ele exclama:

— Obrigado, doutor! Eu sabia que podia confiar no senhor!

— Que doutor que nada, homem! Eu sou São Pedro! (RIR ..., 2000, p. 57).

A inferenciação neste texto é de fundamental importância para a compreensão da piada, já que explicitamente não há nada que caracterize esse texto como humorístico. O texto passa a ser uma piada somente a partir do momento em que o leitor percebe que o médico não conseguiu cumprir o que prometera ao paciente, e que este morreu. Esse entendimento se torna possível somente com a expressão “sou São Pedro”. Caso se substitua “sou São Pedro” por outra expressão que faça parte do contexto de um hospital, como “Que doutor que nada, homem! Eu sou o enfermeiro!”, a piada se perde, pois não há mudança no foco e, a expectativa criada não é quebrada.

Além da inferência, as piadas também trabalham com sobreposição de *scripts*² (RASKIN, 1985 *apud* LINS e GONÇALVES, 2009), que seriam indispensáveis em textos humorísticos, pois é na

² *Script* se refere a esquemas cognitivos acionados pelo leitor durante o processo de leitura. (ROMÃO, 2005).

oposição dos dois *scripts* que o humor se constrói. Na piada citada, em princípio a barba branca pertence ao médico, e a história se passa em um hospital; na oposição dos *scripts*, que será chamada aqui de mudança de foco, a barba passa a pertencer a São Pedro, e o cenário passa instantaneamente a ser o céu.

3 METODOLOGIA

Para proceder à coleta dos dados, foram analisados 38 exemplares da revista *Seleções*³ publicados entre janeiro de 1997 e março de 2009. Das 346 piadas analisadas apenas 31 se encaixavam nos propósitos da pesquisa e, destas, 10 foram selecionadas aleatoriamente para análise. O procedimento de escolha dos dados seguiu o critério da inferenciação.

A revista *Seleções* foi escolhida por causa da grande tiragem e abrangência de circulação e porque, em todas as edições, traz seções com piadas. Os textos publicados são sempre enviados por leitores e divididos em quatro seções diferentes. Três dessas seções trazem histórias que se supõem reais. A seção escolhida para a coleta foi a quarta, que traz piadas fictícias.

Para um melhor entendimento da análise, as piadas são apresentadas e analisadas uma a uma, seguindo a ordem da publicação do periódico. Tenta-se identificar a inferência gerada pela piada, bem como a expressão geradora. Então, são descritos os supostos caminhos percorridos pelo leitor para compreender o texto.

³ Revista é publicada em mais de sessenta países e em dezenove línguas diferentes; cada país é responsável pela sua edição. Pelos sítios de diferentes países pode-se perceber que alguns artigos são publicados em mais de uma língua com atraso de alguns meses, o que é natural, já que se trata de países diferentes. Em contato com a empresa brasileira, soube-se que fica a critério dos editores a escolha dos artigos a serem publicados. Os editores podem decidir publicar um artigo internacional, já publicado em outro país, ou uma matéria local, que poderá mais tarde vir a ser publicada em outro país também. Segundo a editora Liane Mufarrej (2009, mensagem pessoal), o que os editores precisam respeitar é a peculiaridade de cada cultura.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Texto 1:

Carl e Abe, dois velhos torcedores fanáticos de beisebol, combinam que quem morresse primeiro tentaria voltar para contar ao outro se havia beisebol no céu. Uma noite, Abe passou para melhor enquanto dormia. Algum tempo depois, Carl ouviu algo que se parecia com a voz dele.

— É você, Abe? — Perguntou.

— Claro que sou eu!

— Nem posso acreditar — assombrou-se Carl. — E então, tem ou não tem?

— Olhe, há boas e más notícias sobre isso — respondeu Abe. — As boas notícias são que há beisebol no céu, sim. As más são que amanhã à noite o rebatedor vai ser você. (RIR..., jan. 1997, p. 117)

Nesta piada, a compreensão exigida pelo texto é a de que Carl morrerá até a noite do dia seguinte. Explicitamente, isso não é afirmado pelo texto, mas o último período (“As más são que amanhã à noite o rebatedor vai ser você”) ativa a inferência. Para chegar a esse entendimento, é necessário que o leitor mantenha na memória a informação de que Abe morreu e que a partida acontecerá no céu. Retomando essa informação e acrescentando que Carl estará presente no jogo, entende-se que a única forma de isso acontecer é Carl morrer também. Além disso, a partida tem data marcada, portanto a morte precisa ocorrer antes dela.

Texto 2:

Acompanhado de um advogado, o chefe do crime reúne-se com um contador.

— Cadê os três milhões do desfalque que você deu? — pergunta o bandido ao contador. — Onde estão os três milhões?

O contador fica em silêncio e o advogado explica:

— Senhor, o homem é surdo. Permita que eu traduza.

Então, usando a linguagem dos surdos, o advogado pergunta ao contador sobre o dinheiro e transmite a resposta:

— O contador não sabe nada sobre o assunto.

Furioso, o chefe puxa um revólver e põe na cabeça do contador, berrando para o advogado:

- Pergunte de novo onde está o meu dinheiro!
- Está bem, está bem – o contador surdo enfim sinaliza de volta.
- O dinheiro está escondido atrás do quartinho de ferramentas no quintal da minha casa.
- O que ele disse? – pergunta o chefe, enraivecido.
- E o advogado responde:
- Ele disse que o senhor não tem coragem de puxar o gatilho (RIR ..., 2000, p. 58).

Para entender esta piada, a inferência necessária é a de que o advogado ficará com todo o dinheiro do desfalque. A pista textual deixada para que a inferência seja ativada é encontrada na última linha do texto (“Ele disse que o senhor não tem coragem de puxar o gatilho”). É necessário, para chegar a essa compreensão, que o leitor retome a informação de que o contador era surdo-mudo e que o único que o entendia era o advogado. Transmitindo a informação incorreta e fazendo com que o contador morresse, a única pessoa a ter acesso ao dinheiro era o próprio advogado.

Nesta piada, assim como na primeira, o foco precisa ser trocado para que haja compreensão e geração de humor. Na primeira, o foco inicial era o jogo de beisebol, mas a inferência se referia à morte. Nesta, inicialmente, o leitor focaliza o contador como ladrão, mesmo sabendo que o roubo foi cometido pelo chefe, depois o foco muda para o advogado, que é quem, por fim, fica com o dinheiro.

Texto 3:

- Deus cobriu a Terra com vegetais de toda sorte, para que o homem tivesse uma vida longa e saudável.
- Mas o diabo inventou o *cheeseburger* e perguntou ao homem:
- Batatas fritas para acompanhar?
 - E o homem respondeu;
 - Uma porção grande.
 - E o homem engordou.
 - Deus criou o iogurte natural e o diabo congelou o iogurte, adicionando chocolate, nozes e granulados. E o homem engordou mais.

- Aí, Deus inventou o tênis de corrida e o homem decidiu perder os quilos extras. Mas o diabo inventou o controle remoto e os biscoitos. E o homem aceitou o controle remoto e comeu os biscoitos.
- O homem sofreu uma parada cardíaca. Deus suspirou e inventou a cirurgia de ponte de safena. Então o diabo criou o plano de saúde [...] (RIR..., 2004, p. 95a).

Esta piada opera com a dicotomia bem/mal, bom/ruim. Dependendo das crenças religiosas do leitor, a inferência gerada pode ser uma ou outra, quando se olha superficialmente o texto. O discurso mais conhecido e aceito por grande parte da população versa sobre a bondade de Deus e maldade do Diabo; portanto, em uma análise superficial, a primeira inferência ativada é a de que planos de saúde são ruins, já que foram criados pelo Diabo, e que supostamente é a expressão que ativa a inferência. Entretanto, em uma análise mais atenta, percebe-se uma quebra de expectativa que provoca não o riso, mas uma reflexão acerca do que se entende por bom ou ruim.

A mudança de foco nesta piada é maior que nas duas anteriores. O leitor espera que o item criado pelo Diabo seja algo ruim, mas o que acontece é exatamente o contrário, o que o Diabo cria é bom, é atrativo e, conseqüentemente, de uso comum, muito fácil de ser encontrado. Entende-se depois que não só a última frase, que em princípio ativava a inferência, é responsável por ela, mas todo o texto em questão.

Texto 4:

- Três filhos saíram de casa, conseguiram bons empregos e prosperaram. Anos depois, eles se encontraram e estavam discutindo sobre os presentes que haviam comprado para a mãe, já bem idosa.
- O primeiro disse:
 - Comprei uma mansão enorme.
 - O segundo disse:
 - Mande para ela um Mercedes zerinho.
 - O terceiro sorriu e disse:

— Mandei para ela um papagaio marrom raro que consegue recitar a Bíblia do início ao fim. Foram 12 anos de treinamento num mosteiro por 20 monges diferentes. Eu tive de doar 100 milhões de dólares por ano para o mosteiro durante 10 anos, mas valeu a pena. Tempos depois, os filhos receberam da mãe uma carta de agradecimento pelos presentes:

“Antônio, a casa que você comprou é muito grande. Moro apenas num quarto e tenho que limpar a casa toda.”

“Alberto, eu estou muito velha para sair de casa e viajar. Fico em casa o tempo todo e nunca uso o Mercedes que você me deu.”

“Querido André, você é o único filho que teve bom senso para saber do que sua mãe realmente gosta. Aquele franguinho estava delicioso, muito obrigada”(RIR..., 2004, p. 49b)

Nesta, diferentemente das anteriores em que a inferência era ativada por um período inteiro ou por todo o texto, a chave está na palavra “franguinho”. O adjetivo “delicioso” contribui para a compreensão de que a ave foi comida, mas a troca de “papagaio” por “franguinho” é a responsável pela ativação da inferência. O leitor, para entender a piada, precisa usar o conhecimento enciclopédico de que, diferentemente dos papagaios, frangos se comem.

Texto 5:

Depois do trabalho, na noite de sexta-feira, em vez de ir para casa, um homem seguiu para o bar com os amigos e se deixou convencer a passar o fim de semana pescando. Quando voltou afinal na noite de domingo, tendo gastado o dinheiro da semana em isca e cerveja, encontrou a mulher enfurecida.

— Como você se sentiria se passasse dias sem me ver? – gritou ela.

— Nada mal – respondeu ele.

A segunda-feira passou, e ele não a viu. A terça e quarta foi o mesmo, mas na quinta-feira o inchaço já tinha cedido o suficiente para ele avistá-la com o olho esquerdo. (RIR..., 2004, p. 49b).

Aqui, como no texto anterior, uma única palavra basta para a ativação da inferência. Não se nega, evidentemente, a importância de toda a piada; entretanto, quando o leitor lê a palavra “inchaço” já entende a mulher bateu no marido. O conhecimento enciclopédico

do leitor é o responsável pelo entendimento de que o marido recebeu um soco, já que este tem como característica o inchaço nos olhos.

Texto 6:

Ao voltar para casa, a mãe quer saber o que os filhos fizeram durante o dia.

— Eu lavei os pratos – falou Mariazinha.

— Eu enxuguei – disse Lurdinha.

— E eu juntei os cacos – completou Juquinha (RIR..., 2008, p. 133c)

Nesta piada, aparece uma expressão diferente das anteriores. O verbo “juntei”, segundo a definição de Moura (2000), pode ser classificado como verbo implicativo e ativa a inferência de que os cacos estavam espalhados. Não se nega aqui que a inferência realmente ocorra; entretanto, essa não é a inferência necessária à compreensão da piada.

Se o texto parasse no verbo ou se o complemento deste fosse trocado por lixo, por exemplo, a piada não faria sentido, pois a quebra da expectativa não ocorreria. Apenas se constataria que os três estavam ajudando a mãe. É a palavra “cacos” que diz ao leitor que a contribuição das crianças não foi tão grande assim, já que os pratos foram quebrados.

Texto 7:

Um pastor pergunta aos paroquianos:

— O que vocês gostariam que dissessem quando estiverem no caixão?

Um deles responde:

— Gostaria que dissessem que fui um bom pai de família.

O outro diz:

— Gostaria que dissessem que ajudei as pessoas.

E um terceiro diz ainda:

— Pois eu gostaria que dissessem: “Vejam! Ele está se mexendo!” (RIR ..., 2008, p. 104d)

Têm-se, nesta piada, duas inferências. Uma superficial, outra de nível mais profundo, ambas ativadas pela mesma expressão:

“Vejam! Ele está se mexendo!”. Num primeiro momento, o leitor entende que se “ele está se mexendo” é porque ainda está vivo, já que o conhecimento enciclopédico do leitor avisa que mortos não se mexem.

Com essa informação, o leitor retoma a que já possuía, de que essa frase é a que o paroquiano gostaria que dissessem em seu velório, e compreende que ele queria estar vivo. A mudança de foco aqui, como em todas as outras piadas, também é muito significativa, pois o leitor somente é capaz de fazer a inferência se fizer a leitura exigida pela piada. Cria-se a expectativa de que o terceiro homem também falará sobre algo importante que fez quando estava vivo; entretanto, ele deixa entender que gostaria de ainda estar.

Texto 8:

Um ator desempregado entra no zoológico procurando trabalho:
— Uma de nossas atrações principais, o gorila, acabou de morrer – diz o gerente. – Pago para você colocar essa fantasia e fingir que é um macaco.

O ator concorda e vai para a jaula divertir os visitantes, que não desconfiam de nada. Mas eles logo ficam entediados e vão ver o leão, que está ao lado. Com medo de perder o emprego, o ator escala a parede que os separa e começa a se balançar perto do leão. Isso deixa o animal furioso, mas agrada os visitantes. Então, ele faz a brincadeira todos os dias e atrai multidões. Um dia, perde o equilíbrio e cai na jaula do leão. O animal o persegue e ele começa a gritar:

— Socorro! Socorro!

O leão pula em cima dele e fala:

— Cale a boca, idiota! Quer que eles demitam a gente? (RIR ..., 2008, p. 105d)

A fala do leão, na última linha do texto, deixa claro que ele também era um ator, que o zoológico era, na realidade, uma farsa. Para chegar a essa conclusão, o leitor precisa retomar a informação de que o macaco era um ator contratado pelo gerente para substituir o gorila e uni-la ao seu conhecimento enciclopédico de que animais não falam.

Há piadas em que um mundo imaginário onde animais falam é criado. Nesta piada, tal interpretação não é possível, é necessária uma mudança de foco para que se possa fazer a interpretação correta. É preciso deixar a concepção que temos de zoológico e assumir a concepção de representação. Uma representação bastante convincente, que engana até os próprios atores.

Texto 9:

— Como foi o encontro com aquele cara que você conheceu pela internet?

— Foi péssimo. Ele apareceu em um Rolls-Royce de 1932.

— Ué! Que mal há nisso?

— Ele é o comprador original (RIR ..., 2008, p. 125e).

A última frase do texto (“Ele é o comprador original”) aliada ao ano e marca do carro ativa a inferência de que o homem era muito velho. O interessante nesta piada é que, se a data e a marca do carro fossem mudadas ou se a piada tivesse sido contada em meados do século XX, o efeito provocado não seria o mesmo.

Texto 10:

O jornalista ambulante grita:

— Extra! Extra! 50 pessoas enganadas por um vigarista! 50 pessoas enganadas por um vigarista!

Curioso, um homem compra o jornal, mas acaba reclamando:

— Ei, aqui dentro não tem nada sobre as 50 vítimas de um vigarista!

— Extra! Extra! 51 pessoas enganadas por um vigarista! (RIR ..., jan. 2009, p. 112).

A inferência necessária à compreensão desta piada é a de que o próprio jornalista é o vigarista anunciado. Também aqui a mudança de foco e a quebra da expectativa criada são necessárias para que a piada seja compreendida. Se o leitor não aceita, não se dá conta da mudança de foco, a inferência não pode ser ativada, e o efeito de humor não se mantém.

Neste caso, a inferência é ativada pela mudança do número de pessoas enganadas pelo vigarista. Se o número continuasse o mesmo, a expectativa de que há uma matéria no jornal que trata de um golpe não seria quebrada e a piada não faria sentido.

Em todas as piadas, pode-se observar que a mudança de foco coincide com a ativação da inferência, assim como a compreensão dessa inferência, e conseqüentemente da piada, depende do conhecimento enciclopédico, do conhecimento de mundo do leitor. Somente em uma piada, a das crianças ajudando na manutenção da casa, encontrou-se uma expressão descrita por Moura (2000); entretanto, a inferência ativada por ela não era a responsável pela compreensão do texto como texto humorístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Moura (2000), o resultado esperado nas análises das piadas seria a identificação de um grupo de expressões definidas que fossem responsáveis pela ativação de determinadas inferências, sempre que aparecessem em um texto. Entretanto, percebe-se que a mudança de foco, ou sobreposição de *script*, e a quebra da expectativa criada pelo leitor são responsáveis pela transformação do texto em piada. Somente quando o leitor muda o foco da leitura é que ocorre a quebra da expectativa e a ativação da inferência.

Observou-se ainda que todo o texto contribui para a ativação relevante da inferência, confirmando o que afirmam Koch e Leffa, porém, em todas as piadas, a expressão que a ativa é localizada nas últimas linhas do texto. Essa localização é importante, uma vez que, pelo que se pode perceber, é com a ativação da inferência que o possível riso é desencadeado.

REFERÊNCIAS

- BACK, E.; SOUZA, A. C. *Prática de leitura e produção de texto: curso de Língua Portuguesa para universitários*. Criciúma: UNESC, 2001. v.1.
- FREUD, S. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Disponível em: <http://www.cipedia.com/web/FileDetails.aspx?IDFile=101731> Acesso em: 12 jan. 2009.

- HOUAISS, A. (Ed.). *Houaiss*. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/> Acesso em: 10 maio 2009.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LEFFA, V. J. *Aspectos da leitura: uma perspectiva psicolinguística*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1996.
- LEFFA, V. J.; PEREIRA, A. *O ensino da leitura e produção textual: alternativas de renovação*. Pelotas: Educat, 1999.
- LIBERATO, Y.; FULGÊNCIO, L. *É possível facilitar a leitura: um guia para escrever claro*. São Paulo: Contexto, 2007.
- LINS, M. da P. P.; GONÇALVES, L. S. *Estratégias discursivas da construção do humor em cartuns educativos*. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos/Estrat%C3%A9gias%20discursivas%20da%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20humor%20em%20cartuns%20educativos%20-%20MARIA%20DA%20PENHA.pdf. Acesso em: 17 abr. 2009.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARQUES, M. H. D. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MOURA, H. M. de M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2000.
- MUFARREJ, L. *Publicação eletrônica [Mensagem pessoal]*. Mensagem recebida por: nairresende@uol.com.br em: 20 abr. 2009.
- PEREIRA JUNIOR, L. C. O Humor na informação. *Língua Portuguesa*, São Paulo, v.3, n. 40, fev. 2009, p. 18-23.
- POSSENTI, S. *Os humores da língua*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- RIR é o melhor remédio. *Seleções da Reader's Digest*, Rio de Janeiro, p. 117, jan. 1997.
- _____. *Seleções da Reader's Digest*, Rio de Janeiro, p. 58, ago. 2000.

- _____. *Seleções da Reader's Digest*, Rio de Janeiro, p. 95, maio. 2004a.
- _____. *Seleções da Reader's Digest*, Rio de Janeiro, p. 49, jun. 2004b.
- _____. *Seleções da Reader's Digest*, Rio de Janeiro, p. 133, jun. 2008c.
- _____. *Seleções da Reader's Digest*, Rio de Janeiro, p. 104-105, out. 2008d.
- _____. *Seleções da Reader's Digest*, Rio de Janeiro, p. 125, nov. 2008e.
- _____. *Seleções da Reader's Digest*, Rio de Janeiro, p. 112, jan. 2009.

RESENDE, Nair Rodrigues. *Expressões que ativam inferências em textos do gênero piada: uma contribuição aos estudos em leitura*. 2009. Monografia (Especialização Língua e Literatura) - Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2009.

ROMÃO, S. C. G. Onde está a graça: análise do nível (implícito, explícito e metaplcito) em que se processa a bissociação em textos humorísticos. *Letras & Letras*, jan./jun. 2005, p. 287-339 Disponível em: <http://www.letraseletras.ileel.ufu.br/viewissue.php?id=8#Artigos>. Acesso em: 17 abr. 2009.

SOUZA, A. C. *Leitura, metáfora e memória de trabalho: três eixos imbricados*. 2004. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SURDI, M. S. *Barão de Itararé: a linguagem do humor*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

LEXICAL REPRESENTATION AND PROCESSING IN EFL SPEECH PRODUCTION: A LOOK AT PROFICIENCY ISSUES

Gicele Vergine Vieira PREBIANCA
(Faculdade de Tecnologia SENAC Blumenau)

ABSTRACT: The present paper reports on study conducted in order to investigate the influence of proficiency level on lexical representation and processing in the speech production of Brazilian learners of English as a foreign language (EFL/L2¹). One hundred participants performed two proficiency tests – the TOEFL iBT and a Semantic Categorization task, and one lexical access task. Statistical analyses revealed that more proficient L2 learners named pictures faster than less proficient ones. The findings also indicated that greater knowledge of the L2 seems to lead to more automatized retrieval procedures as well as to the development of a more integrated L2 lexicon, with stronger connections at the semantic/conceptual level.

KEYWORDS: Lexical representation; lexical processing; EFL; speech production; proficiency level.

RESUMO: O presente artigo reporta um estudo conduzido a fim de investigar a influência do nível de proficiência no processamento e na representação lexical na produção oral de aprendizes brasileiros de Inglês como língua estrangeira (L2). Cem participantes realizaram dois testes de proficiência – o TOEFL iBT e a categorização semântica, e uma tarefa de acesso lexical. Análises estatísticas revelaram que os aprendizes de L2 mais proficientes nomearam as figuras da tarefa de acesso lexical mais rapidamente do que os aprendizes menos proficientes. Os achados também indicaram que um maior conhecimento da L2 parece conduzir à procedimentos de recuperação lexical mais automatizados assim como ao desenvolvimento de um léxico mais integrado em L2, com conexões mais consistentes a nível semântico/conceitual.

¹ In this article, no distinction is made between foreign and second language thus, the terms EFL, L2 and bilingual are used interchangeably. The same holds for the terms learners, participants and speakers; and L1 and monolingual.

PALAVRAS-CHAVE: Representação lexical; processamento lexical; EFL; produção oral; nível de proficiência.

1 INTRODUCTION

In 1989, Levelt put forward a comprehensive and ambitious model of speech production to explain speaking by monolinguals. The main thesis of the model is that speaking involves the conceptualization of a pre-verbal message which is further converted into external speech through formulation and articulation processes. Formulation processes, as advocated by Levelt, are lexically driven. That is to say that the lexicon mediates between what is conceptualized and what is linguistically formulated for all syntactic building procedures that will determine the construction of a noun- or a verb-phrase, for instance, are activated upon the selection of lexical items that match the conceptual specifications of the pre-verbal message.

Word selection or lexical access² is said to occur under competition. That is, when a concept, specified in the conceptual message, activates a word in the mental lexicon, this activation spreads along the lexico-semantic network, and several related words (words that share meaning or any other related characteristic) also become activated, competing for selection. The extent to which such competition interferes with the selection of the appropriate word is said to be related to how strong the connections between words are (GROOT, 1992). How this competition is solved by the lexical retrieval system is still a matter of contention but, more important is that, because accessing words in L1 is so automatized, few selection errors are made and speech production generally proceeds smoothly to articulation.

² For the purposes of the present study, lexical access is the act of "retrieving a word [...] from the mental lexicon, given a lexical concept to be expressed" (LEVELT et al, 1999, p. 4). Throughout this paper, the term lexical access will be used interchangeably with the terms: word selection, lexical retrieval, and lexical selection.

The panorama seems to be a very different one when speech is produced in L2. It is now widely accepted that L2 speakers hold a great amount of explicit and underdeveloped knowledge of the second language, thus resorting to more controlled processing, especially in initial learning³ phases (KORMOS, 2006). Because the L2 lacks automatization, speech production in the second language runs serially, thus causing L2 speech to be more hesitant, disfluent and open to L1 influence (POULISSE, 1997; FORTKAMP, 2000; KORMOS, 2006). Word retrieval, in this scenario, besides suffering from lack of automaticity, is also affected by lexical representations that lack strong connections with the L2 conceptual system, forming a less integrated lexicon in relation to L1 (KORMOS, 2006; GROT, 1995), and by competition from other L2 and L1 related items.

With that in mind the present study aimed at investigating the effects of L2 proficiency on lexical retrieval in L2 picture-naming, by pursuing the following research question:

– Does proficiency level affect bilingual lexical access in terms of retrieval speed?

2 REVIEW OF LITERATURE

2.1 LEXICAL REPRESENTATION IN BILINGUALS

A model of lexical representation that has received great attention in bilingual lexical access research over the past decades is the mixed model, also called the hierarchical, three-component model. There are four versions of the hierarchical model – (i) the word association model; (ii) the concept mediation model; (iii) the developmental model; and the (iv) the asymmetrical model. As postulated by the word-association model, L2 meaning is accessed via L1 word meaning, which is, in turn, connected to the conceptual store. On the other hand, the concept-mediation model assumes

³ Throughout this paper, the terms acquisition and learning will be taken as synonyms.

that the L2 is indirectly connected to L1. That is, L2 word meaning is accessed directly via the connection between the L2 word representation and the conceptual store. Combining these two models, the developmental model proposed by Potter et al. (1984) assumes that lexical representations in L2 develop as a function of proficiency in the language. Less proficient bilinguals supposedly have had less practice in the language and thus are likely to have more word-association links in memory. On the other hand, more proficient bilinguals are expected to have practiced the language to a greater extent thus developing more concept-mediation links among L2 words and their meanings.

In 1994, Kroll and Stewart proposed the revised hierarchical model (RHM) also known as the asymmetrical model. According to the revised version, with increased L2 proficiency, the connections between words of the two languages, which were initially at the lexical/word level, shift to connections at a conceptual level. The asymmetrical costs predicted in the model when translating from L1 to L2 and vice-versa are explained in terms of the strength of the connections between words in the two languages and the relative dominance of the L1 over the L2 (KROLL; STEWART, 1994, p. 157).

In other words, based on previous models of bilingual lexicon representations, Kroll and Stewart propose that at initial stages of L2 learning, words in the second language are associated with words in the first language and therefore the connections from L2 to L1 words are supposedly stronger than the connections in the opposite direction. The model also predicts that the links from L1 to the conceptual store are stronger than the links from L2 to the conceptual store. This is so because, as proposed by the authors, L2 meaning is not fully developed at initial stages of acquisition. In this sense, the meaning of an L2 word, to put differently, is the meaning of an L1 word. As proficiency in L2 develops, it is assumed that conceptual links for L2 words are also acquired allowing for a direct access to meaning in the second language.

Assumptions of another, not very recent, model of lexical representation, were brought back into consideration by a new framework of bilingual speech production proposed by Kormos (2006) (see section 2.2 for details on the framework) - de Groot's (1992) distributed model. According to de Groot's proposal, the meaning of a word is composed by a set of primitives. Activating a word thus means activating its primitives, which are likely to be shared between L1 and L2. In a translation task from English into Portuguese, for instance, when the word **father** is presented, all the primitives for **pai** receive activation as well. As claimed by de Groot (1992), the more primitives are shared between a word conceptual meaning in L1 and in L2, the more activation is sent along the semantic network and consequently, the faster and more accurate performance will be.

The model also assumes that words in one language share conceptual primitives with semantically related words in the same language and with the translation counterparts of these words. Support for within language activation comes from lexical decision tasks showing faster reaction times for words primed by a semantically related word. For example, priming the word **father** activates the shared representations (primitives) of the word **mother**, thus facilitating performance. Priming effects for semantically related words are larger within a language than between languages. This is so because within a language these words share more conceptual primitives than between languages and therefore the greater the number of elements that overlap, the greater the activation the target word node will receive (de Groot, 1992).

Finally, de Groot (1992) argues that bilingual lexical representations (words in L1 and in L2) may have some of their conceptual representations stored in a language-specific memory and others stored in a language non-specific store. The extent to which words' primitives are shared between and within languages seems to determine the organization of lexical and conceptual representations in a bilingual memory.

2.2 LEXICAL PROCESSING IN L2 SPEECH PRODUCTION

Although L1 speech production models such as Levelt (1989) and Levelt; Roelofs; Meyer (1999) have provided a comprehensive account of the mental/cognitive processes involved in monolingual lexical access, several issues remain unresolved when turning to bilingual speech processing. Adding an L2 component to L1 models is far from being an easy and straightforward solution for it raises a number of questions particularly in relation to message conceptualization, mental lexicon organization and lexical retrieval.

As an attempt to address the issues involved in L2 speech production, Kormos (2006) proposed an L2 speaking model based on Levelt (1999) revised blueprint for the speaker. In this recent model, Kormos (2006) makes important assumptions regarding knowledge automatization in L2 and the way it affects speech production processes. According to her, because several lexical encoding procedures are not fully automatized in L2, it is paramount to propose that bilingual speakers have access to an additional knowledge store – a declarative store for syntactic L2 rules. With increasing proficiency the declarative knowledge of L2 rules may become automatized and then lexical processing may develop on a continuum, from serial to parallel processing, allowing for a more native-like speech production. As long as speakers depend on the use of declarative knowledge, lexical encoding can only be serially carried out, requiring more attentional control to be executed.

In Kormos' (2006) model, language is also selected at the conceptual level and is represented by a language cue which is added to the concepts in the pre-verbal message. The model consists of a long-term memory store which hosts a store for L1 and L2 episodic memory, the mental lexicon and the syllabary (a store for automatized gestural scores). The mental lexicon is assumed to be part of the semantic memory which stores linguistic and non-linguistic concepts and their respective meaning-related

memory traces. These memory traces would correspond to the primitives that make up lexical items.

L2 speech production, as proposed by Kormos (2006), initiates with the activation of the concepts that will convey the intended message. Each concept features its own language cue and is therefore language-specific. Thus, a preverbal message may contain some concepts specified in L1 and others in L2. The concepts are assumed to be shared between L1 and L2, but the extent to which this is true depends on, as proposed by de Groot (1992), whether words are concrete or abstract nouns, the L2 acquisition environment, and the proficiency level of the speaker. Most relevant for the present study is the effect of proficiency on conceptual representations in L2. According to de Groot, in the beginning of the learning process, L2 concepts are not yet fully specified. Access to meaning is then made possible through direct links between L2 and L1 concepts. As proficiency increases the L2 conceptual specifications develop and access to meaning is not mediated by L1 semantics anymore.

In the Formulator component, activated concepts pass activation on to the lemmas that match their specifications both in L1 and in L2. Semantically-related lemmas also receive activation and as a consequence compete for selection. The winning lexical item is the one that matches all the specifications of its corresponding concept plus the language cue.

3 DATA COLLECTION AND ANALYSIS

Data for the present investigation were collected with L1 Brazilian students of English as a foreign language. Participants were 27 males and 73 females, averaging 22,5 years old. The one hundred participants performed two proficiency tests: a sample of the TOEFL iBT Speaking Test and a semantic categorization task in L2; and a picture-naming task designed so as to assess lexical retrieval in L2 speaking.

3.1 TOEFL iBT

One measure of learners' proficiency level in L2 speaking was obtained with a sample task of the TOEFL iBT Speaking Test. The task selected for eliciting participants' speech production was an independent task in which learners were asked to talk about a familiar topic – giving opinion about the best way to get the news – drawing on their own personal experience and knowledge of the world. The task was taken from a CD-Rom containing samples of speaking tasks from Barron's TOEFL iBT Audio Book, by Pamela Sharpe (2006), and, as in the original version, it was divided into two parts – (1) a pre-speaking planning session of 15 seconds and (2) a speaking session of 45 seconds. Participants listened to the question and had their answers recorded for further analysis.

The criteria for scoring and rating participants' speech mirrored the criteria of the original test. According to The Official Guide to the New TOEFL (2006), speech samples are to be rated holistically taking into consideration speech delivery, language use and topic development. Following the original rubrics for the TOEFL iBT Speaking Test then, participants' speech samples were rated from 0 (no attempt from participants to respond to the question) to 4 (maximum score) (see Appendix A for the original test rubrics) by three external raters. A mean rating score was calculated for each participant based on the individual scores of each rater (see Appendix B for rating scores) by using the formula $RATER1+RATER2+RATER3$ divided by 3. The resulting scores were labeled as PROFToe and were further converted into z scores so as to be used in the ANCOVA procedure, yielding a measure herein called zPROFToe.

3.2 THE SEMANTIC CATEGORIZATION TASK

The second proficiency measure was provided by a semantic categorization task devised based on Dufour and Kroll (1995). In this task, participants were presented with names of

L2 superordinate categories followed by L2 subordinate target nouns. Their task was to decide whether the subordinate nouns belonged to the superordinate categories. The stimuli for the task consisted of 50 English concrete nouns divided into 10 categories: clothing, color, occupation, fruit, transportation, drink, body part, vegetable, school object and animal (all nouns used in this task can be seen in Appendix C). There were 6 target categories – animal, body part, fruit, transportation, vegetable and school object – and 4 filler categories – clothing, color, drink and occupation. All categories were randomly chosen and defined as targets or fillers. All superordinate categories and subordinate nouns were extracted from a picture dictionary⁴ used by the researcher in her private classes to teach vocabulary to beginners. In the whole semantic categorization experiment, each category appeared 10 times and all 50 subordinate nouns were displayed twice – once for the same-category condition and once for the different-category condition, summing up a total of 100 responses – 50 affirmative and 50 negative. The 100 trials were displayed in 5 blocks of 20 trials each, 10 trials belonging to the same-category condition (YES response trials) and 10 to the different-category condition (NO response trials).

The proficiency measure resulted from the Semantic Categorization task was called TOTCateg - total number of subordinate nouns correctly categorized for target superordinate categories (see Appendix D for individual scores on this measure). This measure was converted into standardized scores yielding a new index of L2 proficiency herein named zTOTCateg. Finally, a third proficiency index was obtained by calculating the average of z scores for zTOTCateg and zPROFToe (standardized scores for PROFToe), yielding a new variable herein referred to as Meanz. The standardized variables – zTOTCateg, zPROFToe and Meanz yielded, in turn, three other variables, namely PRO1, PRO2 and PRO3. These variables were computed by checking for the upper and lower quartiles of the distributions for zTOTCateg, zPROFToe,

⁴ 1000 plus pictures for teachers to copy by Wright (1994)

and Meanz, respectively, and aimed at sorting out more and less proficient bilinguals. PRO1, PRO2, and PRO3 were included in the ANCOVA procedures conducted so as to answer the research question pursued in this investigation, as between subject factors.

3.3 THE PICTURE-NAMING TASK

The picture-naming task was designed to assess participants' lexical access in L2 in terms of retrieval speed following most studies conducted under the picture-word interference paradigm (ROELOFS, 1993; DAMIAN; MARTIN, 1998; COSTA et al., 1999). In this task, participants were required to name pictures in the presence and absence of word distractors (the experimental and control conditions, respectively). Pictures portrayed concrete objects visually displayed as black line drawings on a white computer screen and were to be named as fast and accurately as possible. Word distractors also referred to concrete objects and were semantically related to the name of the picture. For instance, the picture of a DOG appeared with the word distractors such as cat and horse. Distractors were presented 100 ms before picture onset. Word distractors were presented in capital letters, Arial font, bold, 25 point. To avoid the matching of pictures and letters, all word distractors were displayed in blue font.

The task was divided into two different testing sessions – a control and an experimental session - in order to avoid practicing effect. That is, 50 participants were run in the control session first, followed by the experimental session, and 50 were run in the inverse order. Pictures were divided into 3 sets – a set of 25 target pictures displayed in the experimental and control conditions, a set of 30 filler pictures to complete the experimental condition, and a set of 20 training pictures to be presented in the training session. Fillers and training pictures were paired with unrelated word distractors presented at picture onset. The pictures and word distractors of the training session were not used in the main experiment (see the stimuli used in the whole experiment in Appendix E).

Two lexical access measures were obtained through the picture-naming task: reaction time scores for the control and experimental conditions – RTctr and RTexp, respectively. Only the RT's for pictures correctly named were included in the calculations for the mean, thus pictures named inaccurately or not named at all were excluded from analysis (see the individual scores on these variables in Appendix F). RTctr and RTexp were then considered as within subject factors for the dependent variable herein defined as COND (conditions) in the analyses carried out to answer the research question of this study. Still for the same analyses, a new variable herein defined as TASKOrder was created by assigning participants who performed the control condition first to the group CTRfirst and the ones who performed the experimental condition first to the group EXPfirst.

4 RESULTS

The hypothesis tested in this study was that more proficient bilinguals would outperform the less proficient ones regardless the order in which the control and experimental conditions were performed. To test this hypothesis, 2 x 2 x 1 analyses of covariance (ANCOVA) were run with condition as a within-subjects factor (RTctr and RTexp), proficiency as a between-subjects factor (more and less proficient bilinguals), and task order as a covariate (CTRfirst and EXPfirst). The first ANCOVA was run with the proficiency index based on TOTCateg highest and lowest quartiles – PRO1. The second procedure was computed considering the proficiency index based on PROFToe highest and lowest quartiles - PRO2. Finally, the third ANCOVA analyzed the variable PRO3 – the proficiency index based on Meanz (the mean standardized scores for TOTCateg and PROFToe) highest and lowest quartiles. Table 1 displays the means and standard deviations for the variables included in the analyses of covariance.

Table 1 – Means and standard deviations by Condition and Proficiency

		Condition	
		RTctr	RTexp
PRO1	More proficient		
	<i>M</i>	786.69	775.77
	<i>SD</i>	138.85	102.30
	<i>N</i> =26		
	Less proficient		
	<i>M</i>	962.77	938.23
	<i>SD</i>	151.78	133.81
	<i>N</i> =26		
		RTctr	RTexp
PRO2	More proficient		
	<i>M</i>	779.19	755.24
	<i>SD</i>	146.59	110.59
	<i>N</i> =21		
	Less proficient		
	<i>M</i>	963.82	938.64
	<i>SD</i>	151.18	135.50
	<i>N</i> =22		
		RTctr	RTexp

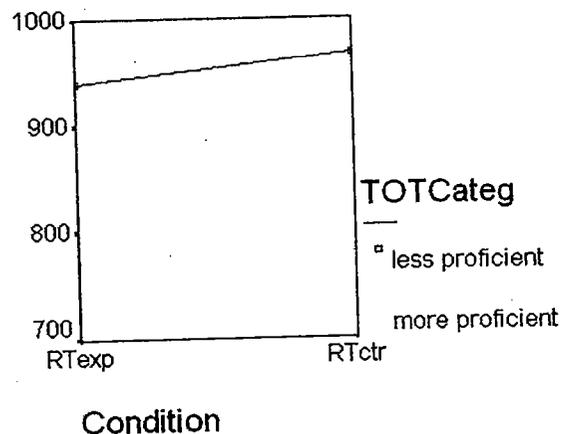
PRO3	More proficient		
	<i>M</i>	812.96	771.29
	<i>SD</i>	153.23	111.18
	<i>N</i> =24		
	Less proficient		
	<i>M</i>	984.42	956.29
	<i>SD</i>	160.60	130.29
	<i>N</i> =24		

Results for the first ANCOVA revealed that the main effect for proficiency based on PRO1 scores was significant: $F(1, 49) = 27.94, p=.000$. Partial η^2 indicated that 36% of the variance in Condition was accounted for by L2 proficiency, after partialling out task order effects. Regarding the results for PRO2, the second ANCOVA revealed a main effect for proficiency: $F(1, 40) = 28.95, p=.000$, after partialling out task order effects. The partial η^2 of .42 also suggests a strong relationship between Condition and Proficiency. A similar pattern was found for PRO3 since the main effect was also statistically significant: $F(1, 45) = 27.75, p=.000$, controlling for task order effects. Partial η^2 indicated that 38% of the variance of the dependent variable (Condition) was accounted for by proficiency, holding constant the covariate (Task order).

In sum, as can be seen in Table 1, the means for the more proficient bilinguals as measured by all three proficiency indexes were higher than the means for the less proficient ones. Mean differences proved to be statistically significant after partialling out the effects of task order, as revealed by the ANCOVA procedures. These results support the main hypothesis, showing that more proficient bilinguals were faster than less proficient ones irrespective of performing the control or the experimental condition first, as can be observed in Figures 1, 2 and 3.

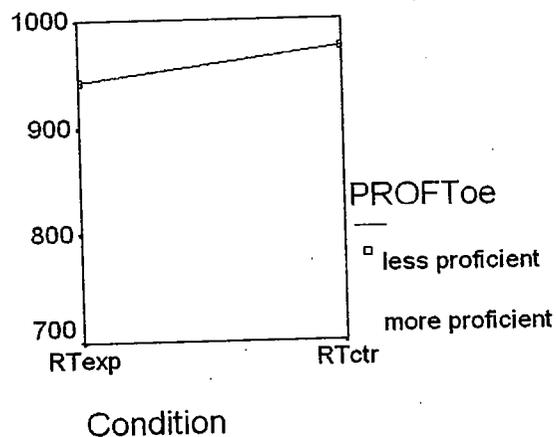
PRO1

Figure 1. Less and more proficient bilinguals' behavior in RTctr and RTexp based on TOTCateg standardized scores



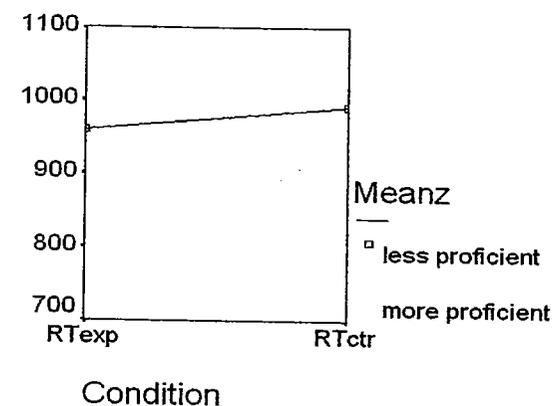
PRO2

Figure 2. Less and more proficient bilinguals' behavior in RTctr and RTexp based on PROFToe standardized scores



PRO3

Figure 3. Less and more proficient bilinguals' behavior in RTctr and RTexp based on the mean standardized scores for TOTCateg and PROFToe



5 DISCUSSION

5.1 BILINGUAL LEXICAL ACCESS AND PROFICIENCY

Research on bilingual word representation has theorized that different types of word-meaning connections co-exist in a bilingual mental lexicon. In a less proficient bilingual memory, L2 words are weakly connected to their meaning representations due to lack of knowledge of the language. As knowledge of the L2 begins to accumulate and proficiency increases, the initially weak connections become stronger allowing for an easier and faster access to L2 meaning (KROLL; STEWART, 1994; GROOT, 1995; GROOT; HOEKS, 1995). Prebianca (2007) already demonstrated that more proficient bilinguals differ from less proficient ones in terms of naming accuracy, and tend to present faster retrieval time. As suggested by the researcher, these findings may be a consequence of language automatization, not only in terms of meaning connections in the lexicon, but also in respect to the

procedures needed to retrieve these meaning representations and their respective words from memory.

Based on these claims, it was expected that more proficient bilinguals would retrieve lexical items faster than less proficient bilinguals irrespective of performing the control or the experimental condition first. The analyses of covariance run in order to partial out the effects of task order, revealed that the mean retrieval speed of lexical access for more and less proficient bilinguals proved to be statistically different for all three measures of proficiency investigated in this study – PROFToe, TotCateg and Meanz. In other words, less proficient bilinguals were slower than more proficient ones regardless of performing the control or the experimental condition first, thus reaffirming the tested hypothesis.

The fact that more proficient bilinguals were faster to retrieve L2 names relative to less proficient bilinguals may be a consequence, as already suggested by Prebianca (2007), of their more automatized L2 retrieval procedures. According to Kormos (2006), in the beginning of the learning process, several L2 lexical encoding procedures are not fully automatized yet and tend to be represented in a declarative, explicit fashion². This reasoning is in line with Kormos' (2006) proposal of a declarative store for L2 rules in her bilingual speech production model. If that is true, it is feasible to suggest that less proficient bilinguals were slower to retrieve L2 names because their procedures to do so were underdeveloped and/or incomplete. In other words, retrieval for them was based on knowledge of the L2 which was explicitly stored and processed serially instead of in parallel. As a consequence, learners took longer to execute the retrieval procedures involving delimiting the search set, sampling the right lexical item and checking for adequate selection. It is also worth mentioning that these lexical retrieval procedures in L1 are supposed to be part of the encoding system and stored implicitly.

Therefore, accessing words in L1 is a highly automatic process which runs in parallel to other sub-processes involved in

the production of speech. As explained by Levelt (1989), the great speed with which speaking is produced in L1 can only be accounted for by what he calls incremental processing. That is, the components responsible for processing speech are made up of sub-components able to work in parallel at different stages from message generation to articulation as long as each component is instantiated with a fragment of its characteristic input.

In L2 speech production, because of the status of the L2 (being the less practiced language), processing is likely to be less incremental, which implies that the processing in one component may only start when the complete output of the previous component is delivered. Once again, the reason for that is the less automatized nature of L2 speech procedures - including lexical access ones -, and underdeveloped L2 knowledge, rendering the speech process a slow, attentional consuming serial task.

Another argument appealing to the idea that level of language automatization may affect lexical retrieval mechanisms is the one proposed by Roelofs (1998). According to him, the retrieval of L2 words is made possible through production rules that specify the concept to be verbalized and the language in which it is to be produced. An example of such rules would be: IF the concept is DOG and the language is Spanish, THEN select "perro". Productions of this kind are similar to the productions proposed by Anderson (1983) in his ACT* model of skill acquisition. Anderson advocates that a skill only becomes automatic when the procedures for its execution are created and retrieved from memory as a whole, without recourse to declarative knowledge. What determines the probability with which these productions will be retrieved over and over again so as to become automatic is a process Anderson (1983) called strengthening, that is, practice. The more practiced a production rule is, the greater the likelihood it will be used again when the context calls for it.

On this view, the production rules proposed by Roelofs for L2 lexical retrieval can evolve from an explicit, declarative stage

of representation to a stage where they are performed effortlessly, leading then to quantitative and qualitative changes in performance. In other words, as knowledge of the L2 develops, it is possible that not only the speed of processing is altered during lexical retrieval but also the way in which the underlying processes are organized and/or carried out by the bilingual speaker. As noted by Segalowitz and Hulstijn (2005), automatic processing should not reflect faster cognitive functioning only, but rather may encompass a set of modifications that can occur beneath the cognitive process surface. It might be, then, that the more proficient bilinguals of the present study retrieved L2 words faster than the less proficient ones because they have been restructuring, reorganizing and re-elaborating the underlying processes involved in retrieval during their longer run in learning the L2 (see CHENG, 1985 for a similar view).

According to Kormos (2006), bilingual lexical access can be considered automatic when the to-be-verbalized concepts strongly activate their corresponding words. Under this reasoning, successful lexical access seems to depend only on the development of well established connections between the conceptual and the lexical store, as suggested by the RHM mentioned previously in this discussion session. Clearly, a well established network of concepts and lexical items seems to be of great help when one needs to select a word to match the conceptual specifications of the pre-verbal message (this point will be discussed in details later). However, there seems to be more than meets the eyes. If we consider that bilingual lexical access entails generating relevant cues for delimiting the search set appropriately, serial search and monitoring, it appears safe to suggest that each one of these underlying processes may be automatized to a different extent depending on the quantity and quality of L2 knowledge one possesses.

Therefore, I suggest that less proficient bilinguals, for instance, due to their poorer experience in using the L2, may face greater difficulties in noticing the contextual cues needed to select the set of words from the most adequate category (semantic field)

in the lexical network to start searching from. Besides, they may also execute the binding by checking process (LEVET, 1999) call the process in charge of checking for the match between concept and the lexical item selected for verbalization), which basically searches for the correct lexical item, in a more serial fashion, by looking for each primitive that makes up any possible lexical candidate and the overlap of these primitives with the primitives of the intended concept.

Monitoring for mismatches, in the case of less proficient bilinguals, also tends to be defective since their reduced L2 knowledge makes it more problematic for them to decide whether the selected item is the correct one. Support in favor of this argument comes from the view that L2 word knowledge evolves as a function of L2 proficiency, as discussed previously (KROLL; STEWART, 1994; GROOT; HOEKS, 1995). To reiterate, I hypothesize that, in the present study, more proficient learners accessed L2 lexical items faster than less proficient ones because they were able to perform the underlying processes involved in retrieval more efficiently, that is, more automatically.

Another interesting way to exemplify the changes that may occur in underlying retrieval processes as L2 proficiency increases is to look at how the connections between words and their meaning representations develop in a bilingual memory. The revised hierarchical model proposed by Kroll and Stewart (1994) postulates that the connections between L2 words and their meanings are established through associative links to L1 words. Access to meaning in initial L2 learning phases is then accomplished only by accessing L1 meaning first. In the same vein, de Groot and Hoeks (1995) claim that different lexical representations co-exist in a bilingual memory: word-association and concept-mediation representations – and develop as proficiency in L2 increases. That is to say, the lexical connections in the bilingual mental lexicon develop in a somewhat continuous fashion, from weak and indirect links to strong and direct links between words and their conceptual

representations (meanings). A less proficient bilingual memory, in this case, would consist of two word stores (L1 and L2 lexicons) and a single common conceptual store with access to meaning occurring via L2/L1 associative links (the word-association hypothesis). Because the conceptual store would be shared between the two languages and because the L1 lexicon is likely to contain stronger, direct and automatic links with the conceptual store (HEREDIA, 1996), it is likely that in order to understand and produce L2 words, a less proficient bilingual needs to access L1 meaning first.

On the other hand, in a highly proficient bilingual memory, although the L1 and L2 mental lexicons also share the same conceptual store, access to meaning is not mediated by L1 lexical representations anymore. Instead, conceptual meaning is accessed via strong and direct connections between words and the conceptual store in each of the languages (the concept-mediation hypothesis). That is to say, comprehending and speaking in L2 for high proficiency bilinguals is likely to occur in a similar fashion as comprehending and producing speech in L1. According to de Groot (1995) and de Groot and Hoeks (1995), bilingual speakers would start accessing L2 meaning via L1 representations at the word level, but with practice they would develop stronger and direct connections between the L2 lexical and conceptual stores.

Because more proficient bilinguals have a greater amount of L2 practice than less proficient ones, it is likely that they have more L2 words represented, and consequently, processed in a concept-mediation mode. For less proficient bilinguals, who presumably have practiced the L2 for a lesser extent, L2 representation and processing probably relies more on a word-association mode, since the connections between words and their conceptual representations will still be weaker in relation to the same connections in a more proficient L2 memory. Consequently, it seems reasonable to argue that for word processing (accessing and retrieving) through a word-association mode, more controlled attention is necessary. Because the connections are weaker, a more serial search is required, and

consequently bidding by checking and monitoring processes will take longer to be performed. Together, these factors might have contributed to the inferior performance of less proficient bilinguals in L2 picture naming in this study.

6 FINAL REMARKS: LIMITATIONS OF THE STUDY AND SUGGESTIONS FOR FURTHER RESEARCH

The aim of the present study was to investigate whether lexical retrieval speed was affected by L2 proficiency level. Results showed that more proficient bilinguals retrieved lexical items faster than less proficient bilinguals, regardless of task order. That is, partialling out the effects of task order, the mean retrieval speed of lexical access for more and less proficient bilinguals proved to be statistically different for all 3 measures of proficiency investigated, which means that less proficient bilinguals were slower than more proficient ones regardless of performing the control or the experimental condition first. In order to explain these results, it was suggested that more proficient bilinguals performed the underlying processes involved in L2 retrieval more automatically than less proficient bilinguals. In addition, less proficient bilinguals may have accessed and retrieved L2 words by associating them to their L1 lexical and conceptual representations – a process which is likely to be more attentional demanding and slower compared to the concept-mediation processes carried out by more proficient bilinguals.

The most important conclusion one can draw from the present research is that learning a second language after some critical period (especially in adulthood) is quite a challenge. The literature on SLA and applied linguistics has consistently raised the point that L2 knowledge is usually less automatized than L1 knowledge with procedures operating under attentional control (MCLAUGHLIN, 1987; POULISSE, 1997; FORTKAMP, 2000; KORMOS, 2006). Likewise, L2 lexical items are in a smaller number and weakly established in the mental lexicon as compared

to their L1 counterparts (KROLL; STEWART, 1994; POULISSE, 1997). Following from that is the fact that the development of automatization as well as strong lexical representations is intimately related to practice.

As regards to the limitations of the present study, it is necessary to take the following issues into consideration:

- *The nature of the population investigated*: participants of this study were all native speakers of Brazilian Portuguese learning English as a foreign language. Further studies might investigate native speakers of other languages and also speakers of a different L2.
- *The language of the picture-naming task*: the lexical retrieval task used in this study was conducted only in participants' L2. In order to have a deeper understanding of lexical access processes, future studies should include a picture-naming task in L1, so as to allow for across language comparisons.
- *Kinds of word distractors*: the word distractors of the present investigation were all semantically related to the name of the picture. However, other types of connections may also play a role in L2 lexical access such as phonological ones.
- *Time of presentation of word distractors*: the word distractors were all displayed before picture onset in the L2 picture-naming task. Future studies should consider implementing a different time interval between the presentation of the picture and the distractor.

REFERENCES

- ANDERSON, J.R. *The architecture of cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983.
- BIALYSTOK, E. *Communication strategies: a psychological analysis of second-language use*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

- CHENG, P. W. Restructuring versus automaticity: alternative accounts of skill acquisition. *Psychological Review*, v.92, p.414-423, 1985.
- COSTA, A.; MIOZZO, M.; CARAMAZZA, A. Lexical selection in: do words in bilingual's two lexicons compete for selection? *Journal of Memory and Language*, v.41, p.365-397, 1999.
- DAMIAN, M. F.; MARTIN, R. C. Is visual lexical access based on phonological codes? Evidence from a picture-word interference task. *Psychonomic Bulletin and Review*, v. 5, n.1, p.91-96, 1998.
- GROOT, A. M. B. de; HOEKS, J. C. J. The development of bilingual memory: evidence for word translation by trilinguals. *Language Learning*, v. 45, n.4, p.683-724, 1995.
- GROOT, A. M. B. de. *Determinants of bilingual lexicosemantic organization*. *Computer Assisted Language Learning*, v.8, n. 2-3, p.151-180, 1995.
- _____. Determinants of word translation. *Journal of Experimental Psychology: learning, memory, and cognition*, v. 18, p.1001-1018, 1992.
- DUFOUR, R.; KROLL, J. F. *Matching words to concepts in two languages: a test of the concept mediation model of bilingual representation*. *Memory & Cognition*, v.23, p.166-180, 1995.
- FORTKAMP, M. B. M. Working memory capacity and L2 speech production: an exploratory study. 2000. Unpublished. Doctoral (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- HEREDIA, R. R. Bilingual memory: a re-revised version of the hierarchical model of bilingual memory. *The Newsletter of the Center for Research in Language*, v.10, p.3-6, 1996.
- KORMOS, J. *Speech production and second language acquisition*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 2006.
- KROLL, J. F.; STEWART, E. Category interference in translation and picture naming: evidence for asymmetric connections between bilingual memory representations. *Journal of Memory and Language*, v.33, p.149-174, 1994.

LEVELT, W. J. M. *Speaking: from intention to articulation. The Speaker as information processor*. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

LEVELT, W. J. M.; ROELOFS, A.; MEYER, A. A theory of lexical access in speech production. *Behavioral and Brain Sciences*, v.22, p.1-75, 1999.

McLAUGHLIN, B. *Theories of second-language learning*. London, England: Edward Arnold Publishers Ltd., 1987.

POTTER, M. C., et al. Lexical and conceptual representation in beginning and more proficient bilinguals. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, v. 23, p.23-38, 1984.

POULISSE, N. Language production in Bilinguals. In: GROOT, A. M. B. de; KROLL, J. F. (Ed.). *Tutorials in bilingualism: psycholinguistic perspectives*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1997. p. 201-224.

PREBIANCA, G. V. V. Working memory capacity, lexical access and proficiency level in L2 speech production: an exploratory study. Unpublished research paper. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Inglês, Florianópolis, 2007.

ROELOFS, A. Testing a non-decompositional theory of lemma retrieval in speaking: retrieval of verbs. *Cognition*, v.47, p.59-87, 1993.

_____. Lemma selection without inhibition of languages in bilingual speakers. *Bilingualism: language and cognition*, v.1, p.94-95, 1998.

SEGALOWITZ, N.; HULSTIJN, J. Automaticity in bilingualism and second language learning. In: KROLL, J. F.; GROOT, A. M. B. de (Ed.). *Handbook of bilingualism: psycholinguistic approaches*. New York: Oxford University Press, 2005.

SHARPE, P. *The Official Guide to the New TOEFL iBT*. McGraw-Hill, 2006.

WRIGHT, A. *1000 + Pictures for teachers to Copy*. London: Nelson, 1994.

APPENDIX A – TOEFL iBT test rubrics

TOEFL iBT Speaking Scoring Rubric				
Independent Tasks (Questions 1 & 2)				
Score	General Description	Delivery	Language Use	Topic Development
4	The response fulfills the demands of the task, with at most minor lapses in completeness. It is highly intelligible and exhibits sustained, coherent discourse. A response at this level is characterized by all of the following:	Generally well-paced flow (fluid expression). Speech is clear. It may include minor lapses, or minor difficulties with pronunciation or intonation patterns, which do not affect overall intelligibility.	The response demonstrates effective use of grammar and vocabulary. It exhibits a fairly high degree of automaticity with good control of basic and complex structures (as appropriate). Some minor (or systematic) errors are noticeable but do not obscure meaning.	Response is sustained and sufficient to the task. It is generally well developed and coherent; relationships between ideas are clear (or clear progression of ideas).
3	The response addresses the task appropriately, but may fall short of being fully developed. It is generally intelligible and coherent, with some fluidity of expression though it exhibits some noticeable lapses in the expression of ideas. A response at this level is characterized by at least two of the following:	Speech is generally clear, with some fluidity of expression, though minor difficulties with pronunciation, intonation, or pacing are noticeable and may require listener effort at times (though overall intelligibility is not significantly affected).	The response demonstrates fairly automatic and effective use of grammar and vocabulary, and fairly coherent expression of relevant ideas. Response may exhibit some imprecise or inaccurate use of vocabulary or grammatical structures used. This may affect overall fluency, but it does not seriously interfere with the communication of the message.	Response is mostly coherent and sustained and conveys relevant ideas/information. Overall development is somewhat limited, usually lacks elaboration or specificity. Relationships between ideas may at times not be immediately clear.

TOEFL iBT Speaking Scoring Rubric
Independent Tasks (Questions 1 & 2)

Score	General Description	Delivery	Language Use	Topic Development
2	The response addresses the task, but development of the topic is limited. It contains intelligible speech, although problems with delivery and/or overall coherence occur; meaning may be obscured in places. A response at this level is characterized by at least two of the following:	Speech is basically intelligible, though listener effort is needed because of unclear articulation, awkward intonation, or choppy rhythm/pace; meaning may be obscured in places.	The response demonstrates limited range and control of grammar and vocabulary. These limitations often prevent full expression of ideas. For the most part, only basic sentence structures are used successfully and spoken with fluidity. Structures and vocabulary may express mainly simple (short) and/or general propositions, with simple or unclear connections made among them (serial listing, conjunction, juxtaposition).	The response is connected to the task, though the number of ideas presented or the development of ideas is limited. Mostly basic ideas are expressed with limited elaboration (details and support). At times relevant substance may be vaguely expressed or repetitious. Connections of ideas may be unclear.
1	The response is very limited in content and/or coherence or is only minimally connected to the task, or speech is largely unintelligible. A response at this level is characterized by at least two of the following:	Consistent pronunciation, stress, and intonation difficulties cause considerable listener effort; delivery is choppy, fragmented, or telegraphic; frequent pauses and hesitations.	Range and control of grammar and vocabulary severely limit (or prevent expression of) ideas and connections among ideas. Some low-level responses may rely heavily on practiced or formulaic expressions.	Limited relevant content expressed. The response generally lacks substance beyond expression of very basic ideas. Speaker may be unable to sustain speech to complete task and may rely heavily on repetition of the prompt.
0	Speaker makes no attempt to respond OR response is unrelated to the topic.			

TOEFL iBT SPEAKING

243

APPENDIX B – TOEFL iBT – Rating scores

Participant	RATER 1	RATER 2	RATER 3	Média
01	1	1	2	1,33
02	1	1	1	1,00
03	1	1	2	1,33
04	1	1	1	1,00
05	2	2	2	2,00
07	1	2	2	1,67
08	1	2	2	1,67
09	3	4	3	3,33
10	4	4	4	4,00
11	4	4	4	4,00
12	3	4	3	3,33
13	4	4	4	4,00
14	2	2	3	2,33
15	2	3	3	2,67
16	4	3	4	3,67
17	4	4	4	4,00
18	3	2	3	2,67
19	3	3	4	3,33
20	2	3	2	2,33
21	2	3	2	2,33
22	1	2	3	2,00
23	1	2	2	1,67
24	3	3	2	2,67
25	3	4	3	3,33
26	2	2	3	2,33
27	4	4	4	4,00
28	3	3	4	3,33
29	1	2	3	2,00
30	2	3	3	2,67
31	1	1	2	1,33

32	2	3	3	2,67
33	3	3	3	3,00
34	3	3	3	3,00
35	2	2	3	2,33
36	3	1	2	2,00
37	4	4	4	4,00
38	3	3	3	3,00
39	4	4	4	4,00
40	2	2	3	2,33
41	3	3	4	3,33
42	4	4	4	4,00
43	4	4	4	4,00
44	4	3	4	3,67
45	2	2	2	2,00
46	3	3	3	3,00
47	3	3	2	2,67
48	3	4	4	3,67
49	2	3	3	2,67
50	4	4	4	4,00
51	3	3	3	3,00
52	3	3	4	3,33
53	3	3	3	3,00
54	1	2	2	1,67
55	1	1	1	1,00
56	3	3	4	3,33
57	3	4	3	3,33
58	1	1	2	1,33
59	1	1	1	1,00
60	4	3	4	3,67
61	2	3	2	2,33
62	3	3	4	3,33
63	1	3	1	1,67
64	2	2	3	2,33

65	3	3	4	3,33
66	2	1	3	2,00
67	1	1	2	1,33
68	1	1	2	1,33
69	1	1	1	1,00
70	1	1	2	1,33
71	2	2	2	2,00
72	2	2	2	2,00
73	1	2	2	1,67
74	1	2	2	1,67
75	2	2	2	2,00
76	1	1	2	1,33
77	2	2	3	2,33
78	2	2	3	2,33
79	2	2	3	2,33
80	1	1	2	1,33
81	2	2	2	2,00
82	3	3	4	3,33
83	3	3	4	3,33
84	3	4	4	3,67
85	3	3	3	3,00
86	3	3	4	3,33
87	2	3	3	2,67
88	3	3	3	3,00
89	3	4	4	3,67
90	4	4	4	4,00
91	2	3	2	2,33
92	2	3	3	2,67
93	1	1	2	1,33
94	3	3	3	3,00
95	3	3	3	3,00
96	2	2	3	2,33
97	4	3	4	3,67

98	3	3	2	2,67
99	4	4	4	4,00
100	3	4	4	3,67
101	4	4	4	4,00

APPENDIX C – Semantic Categorization Task – list of words

Superordinate Nouns	Subordinate Nouns
TRANSPORTATION	Ferry
	Taxi
	Motorcycle
	Ship
	Subway
FRUIT	Lemon
	Orange
	Pineapple
	Strawberry
	Watermelon
ANIMAL	Sheep
	Whale
	Camel
	Rabbit
	Snake
SCHOOL OBJECT	Ruler
	Pencil
	Eraser

	Notebook
	Map
BODY PART	Leg
	Arm
	Head
	Knee
	Back
VEGETABLE	Lettuce
	Carrot
	Eggplant
	Pea
	Onion

Filler nouns
Ladder
Comb
Guitar
Kite
Pie
Jar
Button
Vase
Stove
Sofa
Cup
Blender
Gate

Feather
Rope
Riffle
Vest
Lipstick
Shirt
Skirt
Plate
Rocket
Iron
Hammer
Sword
Flag
Towel
Rug
Blanket
Lock

APPENDIX D – Semantic Categorization Task – Individual scores on TOTCateg

Participant	TOTCATEG
1	35
2	42
3	46
4	45
5	55
7	50
8	44
9	50
10	56

11	53
12	51
13	59
14	58
15	45
16	52
17	51
18	54
19	49
20	42
21	51
22	44
23	51
24	60
25	56
26	53
27	56
28	56
29	47
30	47
31	44
32	54
33	55
34	55
35	47
36	46
37	55
38	37
39	49
40	54
41	52
42	55
43	60

44	45
45	44
46	54
47	52
48	53
49	52
50	60
51	56
52	55
53	58
54	54
55	46
56	52
57	52
58	53
59	37
60	53
61	40
62	38
63	49
64	55
65	40
66	36
67	52
68	32
69	32
70	30
71	45
72	46
73	42
74	47
75	51
76	30

77	43
78	50
79	52
80	52
81	43
82	45
83	55
84	56
85	50
86	60
87	43
88	50
89	56
90	46
91	52
92	57
93	49
94	49
95	55
96	46
97	54
98	51
99	58
100	51
101	59

APPENDIX E – Stimuli for the picture-naming task

TARGET PICTURES	SEMANTICALLY RELATED WORD DISTRACTORS	PHONOLOGICALLY RELATED WORD DISTRACTORS
1. Ball	Soccer	Tall
2. Bee	Honey	Fee

3. Bell	Church	Well
4. Cake	Chocolate	Take
5. Car	Bus	Far
6. Cat	Dog	Fat
7. Chair	Table	Fair
8. Clock	Time	Block
9. Cow	Milk	Now
10. Dog	Cat	Fog
11. Door	Window	Floor
12. Egg	Chicken	Beg
13. Eye	Mouth	Tie
14. Fish	Ocean	Niche
15. Glass	Water	Mass
16. Hand	Foot	Band
17. Heart	Love	Art
18. House	Apartment	Mouse
19. Key	Door	Tea
20. Knife	Fork	Wife
21. Leaf	Tree	Brief
22. Moon	Sky	Soon
23. Pen	Pencil	Ten
24. Nurse	Doctor	Purse
25. Sun	Rain	Fun

FILLERS	UNRELATED WORD DISTRACTORS
Bag	Vase
Bear	Hotel
Bed	Ice
Belt	Mop
Bird	Leg
Book	Tie

Box	Tail
Boy	Wind
Bread	Shirt
Chess	Rope
Plant	Vest
Cup	Neck
Finger	Rat
Flower	Beer
Fork	Doll
Frog	Knee
Ghost	Sofa
Grape	Night
Hat	Rose
Horse	Coin
Lamp	Brush
Monkey	Wine
Ring	Bike
Pear	Castle
Pig	Bank
Plane	Hair
King	Road
Sock	Kite
Table	Lake
Train	Lip

TRAINING PICTURES	UNRELATED DISTRACTORS
Bat	Towel
Boat	Fox
Bomb	Rice
Boot	Meat
Bus	Mask

Bull	Gas
Fire	Bean
Foot	Bill
Hook	Rug
Rat	Oil
Kiss	Ant
Mug	Grass
Pan	Clown
Chicken	Ash
Rain	Lunch
Roof	Film
Shark	Mind
Tree	Pilot
Tent	Art
Wall	Flea

APPENDIX F – Individual scores on the picture-naming task

Participant	Rtexp	Rctr
01	1147	1150
02	1096	1037
03	1080	1082
04	1021	1134
05	783	885
07	877	863
08	806	1134
09	713	728
10	720	686
11	750	988
12	659	799
13	689	781
14	726	887

15	958	901
16	835	1106
17	676	717
18	813	946
19	674	1043
20	758	1034
21	1006	1108
22	1147	1138
23	1022	842
24	691	680
25	1019	999
26	828	950
27	824	907
28	853	729
29	862	955
30	870	917
31	970	905
32	871	918
33	741	766
34	748	684
35	892	872
36	767	991
37	744	836
38	858	1108
39	562	579
40	516	591
41	727	890
42	748	669
43	824	762
44	820	831
45	951	931
46	862	966
47	882	964

48	739	910
49	618	503
50	709	824
51	706	813
52	770	725
53	846	1040
54	792	1002
55	892	941
56	880	949
57	812	688
58	835	1016
59	778	929
60	844	879
61	853	809
62	700	760
63	738	818
64	857	932
65	944	808
66	955	915
67	961	993
68	972	990
69	994	1041
70	1300	1216
71	900	732
72	1032	1028
73	884	954
74	889	1021
75	908	1147
76	826	613
77	918	1014
78	991	1138
79	1118	936
80	856	890

81	1042	1165
82	908	922
83	687	796
84	755	820
85	938	1014
86	890	1031
87	888	861
88	860	1068
89	906	668
90	909	785
91	877	592
92	764	585
93	914	633
94	922	664
95	811	598
96	1090	783
97	633	607
98	935	747
99	890	879
100	814	657
101	469	472

WAIMIRI ATROARI VERBAL MORPHOLOGY

Ana Carla BRUNO

(Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)

ABSTRACT: This article discloses a descriptive analysis of the Waimiri Atroari verbal morphology. Of all lexical classes, the verb is the richest in morphological possibilities. It can take a large set of different grammatical markers indicating person, tense-aspect-mood, negation, causativization, and clitics, as for example, the interrogative clitic. The present work is organized as follows, the first section provides a description of verbal morphology and the second section analyzes the behavior of the interrogative clitic that is attached to the tense/aspect suffix slot. In addition, this paper provides two texts to demonstrate more examples of the verbal morphology of this language.

KEYWORDS: Waimiri Atroari Language, Verbal Morphology, Interrogative Clitic.

RESUMO: Este artigo constitui-se numa análise descritiva da morfologia verbal da língua Waimiri Atroari. De todas as classes lexicais, é o verbo que recebe diferentes afixos que indicam pessoa, tempo/aspecto/modo, negação, causativização e clíticos como por exemplo, o clítico interrogativo. O presente artigo está organizado da seguinte forma, a primeira seção fornece uma descrição da morfologia verbal e a segunda apresenta e analisa o clítico interrogativo que ocorre no espaço dos afixos de tempo/aspecto. Ao final do artigo são anexados dois textos para fornecer mais exemplos da morfologia verbal desta língua.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Waimiri Atroari; Morfologia Verbal; Clítico Interrogativo.

1 INTRODUCTION

Verbs are words which signify actions, events, or temporary states in relation to beings and things in the world. They are the core,

MOARA

the binding element in most sentences in any language. Verbs can serve as head of verb phrase, predicates of clauses, and they code events in text. In this article, I discuss primarily the word-structure (morphology) of verbs. I show the various grammatical affixes (prefixes and suffixes) that can be attached to the verbal word. The inflectional morphology of Waimiri Atroari verbs is typical of the Cariban family (GILDEA 1998; MEIRA 1999).

The structure of the verb in Waimiri Atroari is basically prefix-stem-suffix. Of all lexical classes, the verb is the richest in morphological possibilities. It can take a large set of different grammatical markers indicating person, tense-aspect-mood, negation, causativization, clitics, as for example, the interrogative clitic. The prefixes usually mark person and the suffixes mark tense/aspect/mood, and valence change (causativization). Verb stems in this language can have different shapes, including V, VV, VC, VCV, CV, CVV, CVC, and CVCVCCV. In the examples below, you can verify some of the grammatical affixes that the verbs can take.¹

- a) woky i-eky kra h-ee-ia
 banana REL-juice 1PRO 1A-drink-T/A
 'I drink the banana juice.'

- b) amyra ram aa=inaka xiba m-ryr-pia
 2PRO 2PART 1-DAT fish 2A-give-IM.P
 'You gave fish to me.'
- c) impa ianana ny-bia-pa ty-mydy taka
 then Ianana 3S-come-REM.P 3REFLX-house AL
 'Then Ianana came to his own house.'
- d) wykyr-eme ny-damem-pa.
 man-DEV 3S-die-REM.P
 'The man died.'
- e) amyra mykyka m-ary-py-pia mykyka ini-se.
 2PRO 3PRO 2A-order-CAUS-IM.P 3PRO see-in order to
 'You ordered him to see him.'
- f) amyra ka aa=k-ini-pia.
 2PRO EVID 10=2A-sec-IM.P
 'You saw me.'
- g) M-yty-pi=e'
 2S-understand-IM.P-INT
 'Did you understand?'

The structure of Waimiri Atroari verbs is summarized in table 01 below:

Table 01 — Structure of Waimiri Atroari verbs

Case marking		ROOT	Verbalizer Nominalizer	Causative Negation Imperative Desiderative tense aspect-mood suffixes	TAM	
Clitic	Prefix				Interrogative clitic	
shout	aa= 1O	-kytah- shout		-PY -CAU	-pia IM.P	
		hy- 1A	-kytah- shout	-PY -CAUS	-pia IM.P	

¹ **Abbreviations:** A – 'subject of transitive verb'; ABL – 'ablative'; AGT.PART – 'agentivity particle'; ADJ – 'adjective'; ADV – 'adverb'; AL – 'allative'; CAUS – 'causative'; COP – 'copula'; DAT – 'dative'; DES – 'desiderative'; DEV – 'devaluative'; DISJ – 'disjunctive particle'; EMPH – 'emphatic'; EVID – 'evidential'; IMM.F – 'imminent future'; IM.P – 'immediate past'; IMP – 'imperative'; INT – 'interrogative'; INSTR – 'instrumental'; INSTR.N – 'instrumental nominalizer'; LOC – 'locative'; NEG – 'negation'; NOMLZ – 'nominalizer'; 2PART – 'second-position particle'; O – 'object'; POS – 'possession'; PRO – 'pronoun'; REC.P – 'recent past'; REM.P – 'remote past'; REDUP – 'reduplication'; REFLX – 'reflexive'; REL – 'relational prefix'; REM.F – 'future remote'; REM.P – 'remote past'; S – 'subject of intransitive verb'; T/A – 'tense/aspect'; VAL – 'valuative'; VERBL – 'verbalizer'; 1 – 'first person singular'; 2 – 'second person sing. or pl.'; 3 – 'third person sing. or pl.'; 1+2 – 'first person plural inclusive'; 1+3 – 'first person plural exclusive'.

		my- 2A	-kyta- see			-pi IM.P	-e' INT
vomit	aa= 1O		-wen- vomit	-ta VERBL		-py CAUS	-pia IM.P
		hu- 1A	-wen- vomit	-ta VERBL		-py CAUS	-pia IM.P

2 WAIMIRI ATROARI VERBAL MORPHOLOGY

There are three subclasses of verbs in Waimiri Atroari: transitive, intransitive, and copular. Based on morphosyntactic properties, it is observed a division between transitive and intransitive verbs. The transitive verbs are traditionally defined as the group of verbs which subcategorize for a direct object. Transitive verb stems can take both A and O prefixes. The intransitive verbs are often referred to as the group of verbs which do not subcategorize for a direct object. Here, I use the term more narrowly, to mean verbs that have only a subject, not an object. Intransitive verbs can only take one set of person markers. Intransitive verbs change valence when taking causative suffixes; as a result, they become transitive verbs taking direct objects. Transitive verb stems make implicit reference to two participants, A and O, while intransitive verbs denote only one participant, S.

A, O and S refer to the various participants of the event described by the verb on which they occur (COMRIE, 1981). In the present work, roles and grammatical relations are used as descriptive tools.

a) aa ram wy-synehka-tape
1PRO 2PART 1S-disappear-REM.F
'I will disappear.'

b) iry ka aa=kaka-ky
3PRO EVID 1O-scratch-PAST
'He scratched me.'

c) Aa ram ka h-ini-pia.
1PRO 2PART 3PRO 1A-see-IM.P
'I saw him.'

d) Amyra ram ka mu-wen-tah-py-piya
2PRO 2PART 3PRO 2A-threw up-VERBL-CAUS-IM.P
'You made him throw up.'

Semantically, five different person marking prefixes can be distinguished – a first person, a second person, a third person, a first person dual inclusive, and a first person exclusive. The person markers have different allomorphs, depending on the form of the stem to which they attach². Table 02 below summarizes its distribution:

Table 02—Person-marking clitics and prefixes

	Subjects		Objects	Possessives
	Intransitive	Transitive		
1 st sing.	w-/wy-/wu-	h-/hy-/hu-	aa=	aa=
2 nd	m-/my-/mu-	m-/my-/mu-	a=,k-/ky-/ku-	a=
3 rd	n-/ny-/nu-	n-/ny-/nu-		kyy=/ty=(reflex)
1+2 (incl.)	h-/hy-/hu-	h-/hy-/hu-	k-/ky-/ku	k-/ky-
1+3 (excl.)	n-/ny-/nu-	n-/ny-/nu-	a'=	a'=

Paradigms of transitive and intransitive verb forms with the prefixes marking person follow (more paradigms are provided in the appendix).

² wy-, my-, ny-, and hy-__C initial stem
w-, m-, n-, and h-__V initial stem
wu-, mu-, nu-, hu-__bilabials

Transitive

hy-myryky-piany	'I fished'
my-myryky-piany	'you fished'
ny-myryky-piany	'she/he fished'
hy-myryky-piany	'we fished'
ny-myryky-piany	'we fished'

h-ee-ia	'I drink'
m-ee-ia	'you drink'
n-ee-ia	'she/he drinks'
h-ee-ia	'we drink'
n-ee-a	'we drink'

h-ape'-pia	'I embraced'	w-ineh-tape	'I will dream'
m-ape'-pia	'you embraced'	m-ineh-tape	'you will dream'
n-ape'-pia	'she/he embraced'	n-ineh-tape	'she/he will dream'
h-ape'-pia	'we embraced'	h-ineh-tape	'we will dream'
n-ape'-pia	'we embraced'	n-ineh-tape	'we will die'

Intransitive

wy-rymy-tape	'I will die'
my-rymy-tape	'you will die'
ny-rymy-tape	'she/he will die'
hy-rymy-tape	'we will die'
ny-rymy-tape	'we will die'

w-yma-pa	'I fell'
m-yma-pa	'you fell'
n-yma-pa	'she/he fell'
h-yma-pa	'we fell'
n-yma-pa	'we fell'

There are two sets of first person singular subject prefixes: *w-/wy-/wu-* and *h-/hy-/hu-* (Observe the examples above and below). The first set is used with strictly intransitive verbs such as *rymy* 'die', *y* 'go', *tahkwa* 'jump', and *mynta* 'bleed'. The second set is used with transitive verbs with personal objects such as *ini* 'see' and *aape* 'push' (see the appendix section), and transitive verbs with impersonal objects such as *py* 'know', *ee* 'drink', and *wenta* 'vomit'. (The classification of certain verbs such as *mynta* 'bleed' (intransitive) and *wenta* 'vomit' (transitive) is not explained.) This distinction is not made for any other person and number combination.

Go '-y'	Bleed ³ '-myn-ta'
w-y-sa 'I go'	wu-myn-ta-pa 'I bled'
m-y-sa 'you go'	mu-myn-ta-pa 'you bled'
n-y-sa 'she/he goes'	nu-myn-ta-pa 'she/he bled'

³ The word for blood is *mymy*; in order to get the verb 'bleed,' we add the verbalizer *-ta*.

h-y-sa	'we go (1+2)'
n-y-sa	'we go (1+3)'

Shout '-kyta-'
aa=kyta-ky 'I shouted'
my-kyta-ky 'you shouted'
ny-kyta-ky 'she/he shouted'
hy-kyta-ky 'we shouted' (1+2)
ny-kyta-ky 'we shouted' (1+3)

Jump '-tahkwa-'
wy-tahkwa-ky 'I jumped'
my-thakwa-ky 'you jumped.'
ny-tahkwa-ky 'she/he jumped'
hy-tahkwa-ky 'we jumped (1+2)'
ny-tahkwa-ky 'we jumped (1+3)'

hu-myn-ta-pa	'we bled (1+2)'
nu-myn-ta-pa	'we bled (1+3)'

Know '-py-'
hy-py-sa 'I know'
my-py-sa 'you know'
ny-py-sa 'she/he knows'
hy-py-sa 'we know' (1+2)
ny-py-sa 'we know (1+3)'

Dream '-inin-'
w-ininy-pa 'I dreamed'
m-ininy-pa 'you dreamed'
n-ininy-pa 'she/he dreamed'
h-ininy-pa 'we dreamed' (1+2)
n-ininy-pa 'we dreamed' (1+3)

2.1 TENSE/ASPECT SUFFIXES

The most important and indispensable elements attached to the verbal stem are the tense-aspect suffixes. They always appear finally in the verb construction. They serve to indicate a wide range of functions and meanings around the time value of the action/event/state described by the sentence. Table 3 below offers an overview of the distribution of the tense/aspect suffixes.

Table 03 - Illustration of Tense-Aspect Suffixes

Past	Non-Past	Future
REM.P -pa	-i -e, -sa	IMM.F -te ~ -txe
REC.P -piany	-pysa 'interative'	REM.F -tape ~ -txape
IM.P -pia	-sapa	
Non-specified -ky		

In general, 'present time' is considered immediate, while an event long ago is considered remote. However, in Waimiri Atroari, it is possible to make events in the past seem more immediate or recent; therefore, in this language there are suffixes that indicate remote past *-pa*, recent past *-piany* (events that could be occurred in the same day, but also in the day before), immediate past *-pia* (an event that just happened), and a non-specified past *-ky*. The suffix *-pa* is most commonly used in narratives and in stories about remote events in the past, things that are finished and done with.

Formally, the future means talking about an event/action/state that has not yet begun, but is said to begin sometime in the future. The Waimiri Atroari language divides the future into imminent *-te/-txe* and remote *-tape/-txape*. In this grammatical sketch, the suffixes *-e*, *-ia*, *-sa*, *-sapa*, *-pysa* (this last suffix indicates iterative) are classified as tense/aspect markers that denote a non-past notion. The difference among them is not clear. It requires further research. Waimiri Atroari has other suffixes that denote aspects, but they will be not discussed in this grammatical sketch. Paradigms of intransitive and transitive verb forms with the tense/aspect markers follow:

(1) remote past *-pa*

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| a) wy-synehka- pa | b) m- ini-pa |
| 1S-disappear-REM.P | 2A-see-REM.P |
| 'I disappeared.' | 'You saw it.' |
- c) *impa tahkome ianana myryky maryba kapry i-te-pa*
 then elder ianana son song sing REL-hear-REM.P
 'Then the elders heard Ianana's son sing.'

(2) recent past *-piany*

- | | |
|-----------------------------|------------------------|
| a) wy-synehky- piany | b) m- ini-piany |
| 1S-disappear-REC.P | 2A-see-REC.P |
| 'I disappeared.' | 'You saw it.' |

(3) immediate past *-pia*

- | | |
|---------------------------|----------------------|
| a) wy-synehky- pia | b) m- ini-pia |
| 1S-disappear-IM.P | 2A-see-IM.P |
| 'I disappeared.' | 'You saw it.' |

(4) non-past (*-e*, *-ia*, *-sa*)

- (a) aa ram wy-mynt-**e** apieme iaky aa=**wokyty-pia**
 1PRO 2PART 1s-bleed-T/A because 1O-cut-IM.P
 'I am bleeding because I cut myself.'
- (b) aa w-**y-sa** kaapa taka awaxi kyty-se
 1PRO 1S-go-T/A garden AL sugar cane cut-in order to
 'I am going to the garden plantation to cut sugar cane.'
- (c) arawata ram ie'ry i-**ee-ia**
 Sp. of monkey 2PART fruit REL-drink-T/A
 'The guariba monkey is drinking the fruit.'

Apparently, there are no distinction among them, examples (a), (b), and (c) above shows that an action is happening.

(5) future (*-te~-txe/-tape~-txape*)

- (a) aa ram wy-synehka-**tape**
 1PRO 2PART 1S-disappear-REM.F
 'I will disappear.'
- (b) k-eme ram ny-ryma-**tape** txamyry-pesa
 3PRO-DEV 2PART 3s-die-REM.F elder-in time
 'He will die in old age.'
- (c) aa h-**eni-te**
 1PRO 1A-see-IMM.F
 'I will see it.'

2.2 MOOD

Speech aspects in human languages may be used for many purposes, but the three main ones seem to be: to give information (declarative sentences), to ask for information (interrogative sentences), and to command action (imperative sentences). In this section, I discuss the imperative suffix and the negative suffix.

2.2.1 Imperatives

The purpose of the imperative sentence/clause form is for the speaker to get the hearer to act. This can be done in several ways, such as subtle and indirect, and direct. Here, I discuss just the direct form. There are three types of imperative suffixes in Waimiri Atroari: *-ky*, *-hne*, *-kwapy*. The suffixes *-hne* and *-kwapy* have a more restricted distribution; they occur principally with the verbs speak, hear, and look. However, they are found with other verbs, as in (7) below.

- (6) ni-ky ni-kwapy
See-IMP see-IMP
'Look!' 'Look!'
- (7) wen-ta-hne
Vomit-VERBL-IMP
'vomit!'
- (8) ka-ky ka-kwapy ka-hne
speak-IMP speak-IMP speak-IMP
'Speak!' 'speak!' 'Speak!'
- (9) kyta-ky
yell-IMP
'Yell!'
- (10) ee-ky
drink-IMP
'Drink!'

- (11) kyrywy ni-ky
snake see-IMP
'Look at the snake!'
- (12) Suwa ram ky-pia matuwe ia ana kar-eme ika-ky
Suwa 2PART talk-IM.P Matuwe AGT.P Ana kar-DEV bite-IMP
'Suwa ordered Matuwe to bite Ana Kare'me.'
- (13) taha iakaha ehry-ky
big drawing paint-IMP
'Paint the big drawing!'

In the negative imperative form, the form used to command people not to do something, which involves the negative suffix, the verb remains in its bare form, but now the imperative is marked by the particle *kwe'ky*.

- (14) ni-huwa kwe'ky
see-NEG IMP
'Do not look!'
- (15) wen-ta-ha kwe'ky
vomit-VERBL-NEG IMP
'Do not vomit!'
- (16) kyta-ha kwe'ky
yell-NEG IMP
'Do not yell!'

2.2.2 The Negation Suffix

In Waimiri Atroari, two negation suffixes occur with the verb form: *-huwa*, and *-ha* (V-stem/__). They are always positioned after the verb root.

- (17) awy we-piany dauna se kaka-ha
1PRO 1COP-REC.P Dauna leg scratch-NEG
'I did not scratch Dauna's leg.'

- (18) warypa kynka-**ha** kwe'ky
 bow break-NEG IMP
 'Don't break the bowl'
- (19) aa ram karyka iny-**huwa** we'xi w-ia
 1PRO 2PART chicken eat-NEG DESID 1-COP
 'I do not want to eat chicken.'
- (20) aa ram wy-tyrym-piany tumeri aa-iape-**huwa**
 1PRO 2PART 1S-scape-REC.P jaguar 1O-take-NEG
 'I escaped so the jaguar wouldn't get me.'

3 THE INTERROGATIVE CLITIC

As shown in table 01 in the template for verbs, the interrogative clitic is attached to the tense/aspect suffix slot. Therefore, I decided to discuss it in this article.

Questions are a request for information, when the speaker misses some information, and thinks that the hearer knows it. There are two general types of information questions: (a) yes/no questions in which the speaker wants the hearer to say whether it is true (yes) or false (no); and (b) Wh- questions in which the speaker knows most of the information, but is missing one element—as a result, the speaker asks the hearer to identify that missing element, for example the subject, direct or indirect object, time, place, or reason.

3.1 INTERROGATIVE FORMS

Interrogative forms are used when asking questions regarding who, what, whose, how, where. In Waimiri Atroari these are two forms:

- (1) **bypa ha** b=e' Dauna=e'
 who this-INT Dauna-INT
 'Who is Dauna?'

- (2) **bypa** ieka by naminj=e'
 whose pet this dog-INT
 'Whose is this dog?'
- (3) **apia ha** iria ka typohinj=e'
 what make 3PRO like/delicious-INT
 'What does she like to make?'
- (4) **apia ha** m-ipipix=e'
 what 2A-look for-INT
 'What are you looking for?'
- (5) **Ira'** a=iakyna n=e'
 how 2POS-brother COP-INT
 'How is your brother?'
- (6) **epe** ky marym-eme my-myryky-pia=e'
 Where this piranha-DEV 2A-fish-IM.P-INT
 'Where did you fish piranha?'
- (7) **apie'me iake** saken-pa m-i=e'
 why angry-EMPH 2-COP-INT
 'Why are you angry?'

In Waimiri Atroari, even with a Wh- word occurring in the first position, we have the interrogative clitic =e' in the last word of the sentence. However, sometimes the interrogative clitic does not appear. In the examples below, I illustrate where the interrogative clitic occurs and what it attaches to.

a) Cases Where the Interrogative Clitic Does Not Appear

- (8) m-ii-pia' kyry-heme
 2A-kill-IMP cobra-DEV
 'Did you kill the snake?'

- (9) kyrywy tahsa iry
cobra big 3PRO
'Was the snake big?'
- (10) wahpa a-iwapo-txany
much 2S-dance-T/A
'Did you dance a lot?'
- (11) waha ka ipy marymah na
many ? there piranha COP
'Are there many piranha?'

The cases where the interrogative clitic sometimes does not appear seem to be related to questions of the Yes/No type. However, that optionality does not occur with Wh- questions.

b) Interrogative clitics attach to verbs

- (12) Temeh-eme m-itxiiky-pian=e'
Jaguar-DEV 2A-shoot-REC.P-INT
'Did you shoot the jaguar with an arrow?'
- (13) Epe ka my-pyny-p=e'
where 3PRO 2A-take-REM.P-INT
'Where did you take it?'
- (14) Epe ky marym-eme my-myryky-pian=e'
where ? pirana-DEV 2A-fish-REC.P-INT
'Where did you fish pirana?'
- (15) Apie'me iake' ipyna xiba myryka m-y-sa-p=e'
why there fish fish 2A-go-REM.P-INT
'Why did you go there to fish?'
- (16) Ira kak=e'
what talk-INT
'What is he saying?'

- (17) Apia iakypa myda taka m-aryma-tap=e'
when house AL 2s-come back-REM.F-INT
'When will you come back home?'
- (18) Apiapy ka kwat-eme wu-pian=e'
where 3PRO monkey-DEV kill-REC.P-INT
'Where did he kill the black spider monkey?'
- (19) Ira iake kyry-heme my-ry-pi=e'
what snake-DEV 2A-do-IM.P-INT
'What did you do with the snake?'
- (20) Apia ha m-ipipix=e'
what 2A-look for-INT
'What are you looking for?'
- (21) Epe iake my-taky-pi=e'
where 2A-lose-IM.P-INT
'Where did you lose it?'
- (22) Apie'me iake k-eme i-myy-py ny-mynyt=e'
why 3PRO-DEV REL-hand-? 3s-bleed-INT
'Why is his hand bleeding?'

To assure that this is a clitic, not just a verb suffix, I demonstrate that it can occur with all the word classes in this language. In verbs, the last vowel of the suffix that marks tense/aspect is replaced by the interrogative clitic: for example, *-piany* (recent past) becomes *-pian=e'*, *-pa* (remote past) becomes *-p=e'*, *-pia* (immediate past) becomes *-pi=e'*, and *-e* (t/a) becomes *=e'* (glottalized).

c) Interrogative clitic with nouns and pronouns

- (23) Bypa ieka by karyka=e'
whose pet this chicken-INT
'Whose is this chicken?'

In the example (23) above, you can note that when the interrogative suffix is added to the word *karyka* 'chicken,' the last vowel of the word is not deleted.

(24) Bypa ieka by naminj=e'
whose pet this dog-INT
'Whose is this dog?'

(25) Apia iaky iake katy iky-piany naminja=e'
when pet? bite-REC.P dog-INT
'When did the dog bite the child?'

On the other hand, examples (24) and (25) show the two possibilities. In (24), the last vowel of the word *naminja* 'dog' is deleted, but in (25), the interrogative suffix is attached to the word.

(26) Bypa ieka by waiama=e'
whose pet this tortoise-INT
'Whose is this tortoise?'

(27) Bypa ha b=e'
who this-INT
'Who is this?'

(28) Bypa ha k=e'
who 3PRO-INT
'Who is he?'

d) Interrogative clitic with adverbs

(29) Bypa ha itxa ta m-inipe-txane pana=e'
what jungle LOC 2A-ver-T/A yesterday-INT
'What did you see in the jungle yesterday?'

e) Interrogative clitic with adjectives

(30) Bypa mydy-hy tahs=e'
whose house-? big-INT
'Whose big house is this?'

(31) Apia wiwe bahinj=e'
what wood stick small-INT
'What is the small wood stick?'

d) Interrogative clitic with locatives

(32) Bypa ha mymo'o tahsa samka tyhn=e'
who that big hammock LOC-INT
'Who is in that big hammock?'

e) Interrogative clitic with the copula

(33) Epe ky wer-e'me n=e'
where ? woman-VAL cop-INT
'Where are the women?'

(34) Epe ky wykure-he'me n=e'
where ? man-VAL COP-INT
'Where are the men?'

(35) Sakenpa m-ia
Angry 2-COP
'Are you angry?'

(36) Sakenpa m-i=e'
angry 2-COP-INT
'Are you angry?'

(37) Wasypa m-i=e'
hungry 2-COP-INT
'Are you hungry?'

(38) Wasypa m-ia
Hungry 2-COP
'Are you hungry?'

Examples (35) to (38) show the flexibility of the interrogative suffix with Yes/No questions. As you can see above in examples (12) to (22), the clitic occurs in the verb. However, it can occur in the last word of the sentence, such as nouns and pronouns (examples 23-28), adverbs (example 29), adjectives (30 and 31), locatives (example 32), and copulas (examples 33-37). Phonologically, sometimes the last vowel of the verb or noun is replaced by the clitic =e' (examples 12-22); on the other hand, note that sometimes there is no replacement of the last vowel. In that case, the clitic =e' is added at the end of word (examples 25-26) and 29. The second case does not occur with verbs.

Previously, I had considered the interrogative clitic to be a suffix. However, two factors, distribution (it can occur in different parts of speech) and location (specific place/rightmost word in the sentence) made me change the classification. Utilizing Anderson's view (1992), the interrogative clitic in Waimiri Atroari seems to behave as a 'special clitic', which is located with a phrase that constitutes its scope, and it may appear at least initially, finally, or post-finally. In the case of the Waimiri Atroari language, the interrogative clitic occurs in the final position. Anderson says that clitics appear to be somewhat freer than affixes. They are much less sensitive to the properties of words (Anderson 1992).

4 FINAL REMARKS

There are few linguistic studies of the Waimiri Atroari language and all are relatively recent: Hill and Hill (1985), Lacerda (1991), Bruno (2003, 2004, 2005, 2006, 2008, and 2009). In this descriptive paper, I presented some of different grammatical markers that occur in Waimiri Atroari verbal morphology. Although the interrogative clitic appears in many of the lexical classes, it occurs in the verb morphology as well. Therefore, I chose to describe it in this paper.

REFERENCES

- ANDERSON, Stephen R. *A-morphous-morphology*. Cambridge: Cambridge Press, 1992.
- BRUNO, Ana Carla. Waimiri atroari grammar: some phonological, morphological, and syntactic aspects. PhD Dissertation. Tucson: University of Arizona. 2003
- _____. Reduplicação em Waimiri Atroari. In: AMERINDIE: IRD. Vol. especial sobre línguas Carib. 2004
- _____. Waimiri atroari pronominal system. In: TELLES, Stella (Org.). *Coletânea Axéwyrú*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005
- _____. The causative construction in Waimiri Atroari. *LLAMES*, v. 6, p.101-108. 2006.
- _____. Case marking in Waimiri Atroari: typical nominative/accusative or nominative with some inverse /split-S Features (Cariban Language). *Linguística*, v.4., n.2. p.167-191. 2008
- _____. Phrase structure, clauses, and word order in Waimiri Atroari (Carib Family). *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v.7, 2009. Edição especial.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Chicago: University of Chicago Press. 1981
- GILDEA, S. *On reconstructing grammar: comparative Cariban morphosyntax*. Oxford: Oxford Press, 1998. (Oxford Studies in Anthropological Linguistics, n. 18).
- HILL, Joseph; HILL, Tamara. Phonological sketch of Waimiri Atroari. Cariban: Unpublished manuscript. Missão Evangélica da Amazônia. 1985
- LACERDA, Edith Maria Neves. Waimiri Atroari: observações linguísticas. Unpublished manuscript. Manaus: Programa Waimiri Atroari. 1991.
- MEIRA, Sérgio. A Grammar of Tiriyo. Tese (Doutorado) – Rice University, Texas, EUA. 1999.

APPENDIX

Verb 'to push'

1A3O	Aa ram k-eme h-aape'-pia 1PRO 2PART 3PRO-DEV 1A-push-IM.P 'I pushed him'
2A3O	Amyra ram k-eme m-aape'-pia 2PRO 2PART 3PRO-DEV 2A-push-IM.P 'You pushed him'
3A3O	Ka ram k-eme i-aape'-pia 3PRO 2PART 3PRO-DEV REL-push-IM.P 'She/he pushed him'
1+2A3O	Kyka ram k-eme h-aape'-pia 1+2PRO 2PART 3PRO-DEV 1+2A-push-IM.P 'We pushed him'
1+3A3O	A'a ram k-eme a'=i-aape'-pia 1+3PRO 2PART 3PRO-DEV 1+3A-push-IM.P 'We pushed him'
3A1+2O	Ka ram k-aape'-pia 3PRO 2PART 2O-push-IM.P 'He pushed you'
1+3A2O	A'a ram a=i-aape'-pia 1+3PRO 2PART 2O-push-IM.P 'We pushed you.'

Verb 'to rest'

1A3O	Aa ram ka h-irima-py-piany. 1PRO 2PART 3PRO 1A-rest-CAUS-REC.P 'I made him/her rest.'
2A3O	Amyra ram ka m-irima-py-piany. 2PRO 2PART 3PRO 2A-rest-CAUS-REC.P 'You made him/her rest.'

3A3O	Ka ram ka Ø-irima-py-piany. 3PRO 2PART 3PRO Ø-rest-caus-REC.P 'She/he made him rest.'
3A2O	Ka ram a-irima-py-piany. 3PRO 2PART 2O-rest-CAUS-REC.P 'She/he made you rest.'
1A2O	Aa ram k-irima-py-piany.' 1PRO 2PART 2O-rest-CAUS-REC.P 'I made you rest.'

Verb to vomit/ threw up

1sg	Aa hu-wen-ta-pa 1PRO 1S-vomit-VERBL-REM.P 'I threw up.'
2sg	amyty mu-wen-ta-pa 2PRO 2S-vomit-VERBL-REM.P 'You threw up.'
3sg/pl	mykyky nu-wen-ta-pa 3PRO 3S-vomit-VERBL-REM.P 'He/she/they threw up.'
1+2 incl	kyky hu-wen-ta 1+2PRO 1+2S-vomit-VERBL-REM.P 'We threw up.'

Illustration of verbal morphology

Vomit	See
1. -wen-ta vomit-VERBL	1. -ini- see
2. hu-wen-ta-pa 1S-vomit-VERBL-REM.P 'I vomited'	2. h-ini-pia 1A-see-IM.P 'I saw'

3. wen-ta-ha vomit-VERBL-NEG 'not vomit'	3. ni-huwa see-NEG 'not see'
4. wen-ta-ky vomit-VERBL-IMP 'Vomit!'	4. ni-ky see-IMP 'Look!'
5. hu-wen-tah-py-pia 1A-vomit-VERBL-CAUS- IM.P 'I made him vomit.'	5. h-ini-py-pia 1A-see-CAUS-IM.P 'I made him see.'
6. aa=wen-tah-py-pia 1O-vomit-VERBL-CAUS- IM.P 'He made me vomit.'	6. aa=ini-py-pia 1O-see-CAUS-IM.P 'He made me see.'

Kaapy tahkome karykapa

'The sky fell over the elders'

1. **Pinapa tete tahkome pyna mepri n-ytyta-pa**
close ? elders place tapir 3S-come-REM.P

pakia many
pig and/with
'The tapirs and wild pig came close to the place (village) of the elders.'
2. **wahpaky tete tahkome pyna nykwa n-yhtxa-pa**
many ? elders place animals 3S-come-REM.P

kaapy ia tybekia-paiky.
heaven to tell-after
'Many animals came close to the elder's place, (somebody telling to other that this happened before).'
3. **Impa tahkome kabaha iee ini-apa pakia iee**
Then elders armadillo tooth see-T/A pig tooth

waryparyky

as

'Then the elders saw the armadillo's teeth as the wild pig's teeth.'

Note: The elders perceived it because the armadillo's teeth are small, and they were big as the wild pig's teeth.

4. **impa ty-perimipy mydy ini-pysapa**
Then 3REFL-brother-in-law house see-T/A
'Then He saw the house of his own brother-in-law.'
5. **impa tahkome ke-pa**
then elder say-REM.P
'Then the elders say.'
6. **-moo kytapy mykyme mydypy ka-pysapa tahkome**
-there ? that house say-T/A elder

ty-perimipy mydy pia.
REFL-brother-in-law house ?
'-There, is the house of that people' said the elders to his brother-in-law.'
- Note: The villages were very distant from each other, but a big fire had made a big clearing in the jungle that made it possible to see from a village to another.'
7. **ipaikypa kate' tahkome bekie-pa kaapy**
after that ? elders fall-REM.P heaven
'After that, the sky fell on the elders.'
8. **he'pia! he'pia! ka-pysapa tahkome irany xia**
poor us poor us say-T/A elder what ?

ka-pysapa tahkome kaapy ia tywu-paiky.
say-T/A elder heaven to kill-after that

‘Poor us, poor us’ said the elders. ‘What is happening!’ said the elders. After that the sky fell on the village and killed them.’

9. **piria wukapry tete n-opyna-pa.**
 type of wood support ? 3S-save-REM.P
 ‘Only a man and a woman (siblings) that protected themselves in the central pool of the house were saved.’

10. **ie’ximpa ampa mydy tanypy wu-iapa**
 all other house ABL die-T/A
 ‘All the other people from the other houses died.’

11. **impa yry itxiri tyhnaka n-apyke-pa tykaty**
 then this land above 3S-pass-REM.P say

aa-pap-eme

1POS-father-DEV

‘Then (those people that were saved) passed by the house’s support to the new land said my father.’

Note: The house’s central pole made a hole in the sky. Through this hole the people who were saved exited, went above the old sky and built a new land. Today the Waimiri Atratoari people live on the top of sky.

12. **takrehen myky kaapy n-ybixkwa-pa n-esa-pa**
 take time 3PRO heaven 3S-hurt-REM.P 3S-recovery-REM.P

tykaty tete tahkome etypa myry kaapy tykaty
 say ? elder hot this heaven say

tahkome
 elder

‘They took time to recover from all the injuries caused by the sky’s falling said the elders...the elders said that the sky was very hot.’

13. **piria wukrapy tete n-iemkwa-pa araky kwetyypyme**
 type of wood support ? 3S-reproduce-REM.P today ?
 ‘That brother and sister who survived, they reproduced. It is because of their children that we are here today.’

14. **impa takrehen myry ty-samka i-pyia-pa.**
 then take time this 3REFLX-hammock REL-find-REM.P
 ‘Then they took time to find their own hammock.’

15. **impa takrehen ny-patyme-pa ty-kaapa i-akytzia-pa**
 then take time 1+3S-find-REM.P 3REFLX-garden REL-make/cut-REM.P
 ‘Then they took time to find a place to make their own garden plantation.’

16. **impa ty-mydy i-amyia-pa tahkome takrehen**
 then 3REFLX-house REL-build-REM.P elder take time

ty-pyty-pe’me many pahky ty-kaapa i-akytzia-pa
 3REFLX-wife-DEV and/with ? 3REFLX-garden REL-make/cut-REM.P

‘Then the elders (the brother and sister that survived) took a long time to build their own house and make their garden plantation too, his wife also helped him to make the garden plantation.’

17. **wury kapy kypahky ty-kaapa i-akytzia-pa**
 axe NEG made of 3REFLX-garden REL-make-REM.P

topy kypahkyn pakia iee kypahkyn waryna
 stone made of wild pig tooth made of Sp.of rodent

iee kypahky ty-kaapa i-akytzia-pa
 tooth made of 3REFLX-garden REL-make/cut-REM.P

tahkome piemekyry-pahky
 elder slowly-?

'The elders cut the garden plantation with the axe that was not made of steel, but made of stone, wild pig teeth, and paca teeth... they cut the garden very slowly.'

18. **impa iry iapykahp-e'me ny-kwahsa-pa**
then 3PRO survivor-VAL 3S-have sex-REM.P

ny-kwahsa-pa ny-kwahsa-pa iry iapykahp-e'me
3S-have sex-REM.P 3S-HAVE SEX-REM.P 3PRO SURVIVOR-VAL

n-iemkwa-pa

3S-reproduce-REM.P

'Then they, the survivors, had sex, had sex, had sex and produced many children'

19. **impa niriky n-y-me-pa e'nypeme ampa n-y-me-pa**
then son 3s-born-REM.P help other 3s-born-REM.P

ampa n-y-me-pa.

other 3s-born-REM.P

'Then many sons were born to help them.'

20. **impa tahkome n-iemkwe-pa piemkyry-pahky kaapy**
then elder 3S-reproduce-rem.p slowly-? Heaven

wumaha ikaa pykyry many
falling story tell and/with/too

'Then the elders reproduced very slowly, and for each child who was born, they told the story of the sky's falling.

21. **ipaikypa iry i-aaia-pa Mawa tykatyka**
After that 3PRO 3REL-take-REM.P Mawa say

aa-pap-eme myry pykyry-maty
1POS-father-DEV 3PRO TELL-?

'After that Mawa took that couple who survived said my father.'

22. **tykaty aa-pap-eme a'a i-nepiaka-ty tymatry-ky**
say 1POS-father-DEV 1+3PRO REL-? fall-T/A

tete wapy kaapy tymatry-ky tete wapy typohinji
? many heaven fall-T/A ? many like

'The sky fell a lot, it liked to fall...said my father to make us afraid.'

23. **iawura iawura iawura ky tete tahkome baka-ty wapy**
always always always ? ? elder kill-? many

kaapy

heaven

'The sky always, always, always falls...killing many elders.'

Note: The elders said that the sky had fallen three times already. The last time was when this pair of siblings survived.

24. **iry patahkan-pa kanji wumaha n-oky-sa tykaty**
3PRO substitute-REM.P this falling 3S-stay-T/A say

kara aa-pap-eme

? 1POS-father-DEV

'That fallen sky was substituted by this sky that we have today... said my father.'

Note: This heaven that we have today will fall as well said the kinja

Meie Ikaa

'The story of manioc bread'

1. **kokyne a'a n-itxi-pia minja i-kwa-se**
early 1+3PRO 1+3S-go-IM.P manioc REL-take-in order to

kaapa taka

garden AL

'Early in the morning, we went to the garden to collect manioc tubers'

2. **impa** **n-arem-pia** **mydy** **taka** **minja**
 then1+3S-come back-IM.P house AL manioc
- i-ne-pia** **wyiepe** **ta**
 REL-?-IM.P jamaxi(kind of basketery) LOC
 'Then we came back to the house with the jamaxi full of manioc.'
3. **iakypa** **a'a** **minja** **pitxi-pia** **maia** **ke**
 after 1+3PRO manioc peel-IM.P knife INSTR
 'After that we peeled the manioc with a knife.'
4. **iakypa** **a'a** **n-ikin-pia** **syna ke** **paxa taka**
 after 1+3PRO 1+3-wash-IM.P water INSTR bowl AL
 'After that we washed the manioc with water in the bowl.'
5. **iakypa** **a'a** **ny-dexkie-piany** **tapinja** **ta**
 after 1+3PRO 1+3S-squeez-REC.P sieve LOC
 'After that we squeezed the manioc in the sieve.'
6. **iakypa** **a'a** **ny-ria-pia** **wiwi** **taka**
 after 1+3PRO 1+3S-put-REM.P wood AL
 'After that we put the manioc in the press.'
7. **impa** **wiwi** **tapary** **n-emine-pa** **minja** **behe**
 then wood LOC 3S-dry-REM.P manioc dough
 'Then we dried the dough.'
8. **impa** **a'a** **n-ike'ia-pa** **meie** **impa-ry**
 then 1+3PRO 1+3S-toast-rem.p bread then
- axinjaty** **tyhnaka**
 stone griddle on
 'Then we toasted it into flat bread on the griddle.'
9. **impa** **ny-tyky-pia**
 then 1+3S-finish-IM.P
 'Then we finished.'

VARIAÇÃO GEO-SOCIOLINGUISTICA DA NASAL PALATAL NO FALAR PARAENSE

Eliane Pereira Machado SOARES
 (Universidade Federal do Pará)

RESUMO: Neste trabalho, realizamos uma pesquisa sobre as variantes das consoantes palatais lateral e nasal, em seis cidades do Estado do Pará, a saber, Altamira, Belém, Bragança, Marabá, Soure, Santarém, cada uma delas localizada em uma mesorregião do estado. O corpus é constituído de fala espontânea, obtida em forma de narrativa de experiência pessoal junto a 24 informantes nascidos nessas cidades, totalizando 144 informantes, selecionados de acordo com os pressupostos teóricos da Sociolinguística Quantitativa. O tratamento dos dados leva em conta, além das variáveis sociais, variáveis lingüísticas consideradas condicionantes do fenômeno de variação em estudo, cuja análise estatística é feita pelo uso do pacote de programas VARBRUL (98), em rodadas ternárias, conforme a quantidade de variantes identificadas para cada variável lingüística.

PALAVRAS-CHAVE: Nasal palatal; Sociolinguística; Variação lingüística.

ABSTRACT: In this work, we examine the variations of the lateral and nasal palatal consonants in Portuguese spoken in six cities of Pará, as follows: Altamira, Belém, Bragança, Marabá, Soure, and Santarém, all of which located in a mesoregion of the state. The corpus of the research is constituted of spontaneous speech, obtained from narratives of personal experiences, recorded by 24 informants born in each of these cities. Overall, data from 144 informants were collected, following the theoretical framework of Quantitative Sociolinguistic. The analysis takes into account, besides the social variables, linguistic variables considered as conditioning of the variation phenomenon under consideration; a statistic analysis is done using the package program VARBRUL (98) in ternary rounds, according to the amount of identified variants for each linguistic variation.

KEYWORDS: Nasal palatal; sociolinguistics; linguistic variations.

1 AS CONSOANTES PALATAIS NO ÂMBITO DOS ESTUDOS VARIACIONISTAS

A emergência de atlas lingüísticos nas diversas regiões do país, seja como projetos coletivos ou individuais, tem-se dado mais sistematicamente nos últimos anos. Isto corresponde ao desejo de se cobrirem os mais diferentes fenômenos de variação a que está sujeita a língua portuguesa, que, sabe-se, são condicionados tanto por fatores de ordem lingüística quanto por fatores de ordem social e geográfica, o que é bastante justificável dada a imensidão territorial de nosso país e as diferenças sociais resultantes de aspectos políticos e econômicos.

Diante disto, os estudos sobre os aspectos lingüísticos dos falares regionais, como o que estamos propondo, poderão dar uma contribuição relevante para o avanço da pesquisa lingüística no Brasil ao se somarem a outros já feitos, e em andamento, sobre a ampla gama de variação fonética, morfossintática e semântico-lexical presente no português brasileiro.

De modo particular, nosso trabalho insere-se na proposta de pesquisa do Atlas Geo-Sociolinguístico do Estado do Pará e, enquanto tal, pretende ser mais uma contribuição aos estudos sobre variação e mudança lingüísticas, consoante esforços semelhantes empreendidos por diversos pesquisadores dos aspectos sóciodialetais de nossa língua por todo o território nacional.

Em nossa pesquisa, temos como objeto de estudo o comportamento da nasal palatal. As realizações dessa mesma consoante foi anteriormente estudadas na dissertação de mestrado *Variações dos fonemas palatais lateral e nasal no falar de Marabá-PA*, por Soares (2002). A partir de um corpus coletado de 42 informantes da zona urbana daquela cidade, este estudo confirmou aquilo que a história desses fonemas no português brasileiro revela: a instabilidade a que estão sujeitos nos mais diversos falares, como se pode constatar em diferentes estudos já realizados em nosso território, como os de Aragão (1997) no falar paraibano, dentre outros.

Nesses outros estudos, em sua maior parte sobre a nasal palatal, verifica-se que essas consoantes além de manterem o traço fonético da palatalização também sofrem despalatalização, de forma que boa parte desses estudos demonstra que as variantes palatais como [ɲ] polarizam com a variante totalmente despalatalizada [j], sendo essas variações atribuídas tanto a diferenças diatráticas quanto diatópicas. Entretanto, ainda que sejam contribuições importantes, inclusive quanto à orientação que dão ao nosso trabalho, esses estudos restringem-se ao falar de uma mesma localidade e limitam-se a descrever e analisar a alternância entre a forma palatal [ɲ] e a forma semivocalizada [j], nasalizada ou não.

Partindo da hipótese de que as formas variantes se comportam de modo diferenciado de cidade para cidade, no âmbito do falar paraense, devido a condicionamentos lingüísticos e extralingüísticos e que a variação vai além da oposição palatal x semivocalizada, nossa pesquisa utiliza o *corpus* constituído da fala urbana registrada pela equipe do Atlas Geo-Sociolinguístico do Estado do Pará. As amostras foram obtidas por meio de narrativas de experiência pessoal, em nosso trabalho, restritas a 06 cidades, consideradas importantes centros políticos e econômicos da mesorregião na qual se localizam.

Com nosso estudo, pretendemos contribuir para uma visão mais ampla da descrição das formas variantes, principalmente, se pudermos constatar que, na fala paraense, tendo em vista fatores sociais e regionais, há a tendência maior à manutenção das variantes palatais em todos os estratos sociais em algumas cidades enquanto em outras há a tendência às formas alternantes despalatalizadas suscetíveis à influência de fatores sociais. Mais ainda, poderemos verificar se, apesar de essas consoantes partilharem semelhanças no sistema fonológico da língua portuguesa, em termos de produtividade, combinação e distribuição, os fatores sociais desempenham maior influência para a realização de variantes fonéticas da lateral palatal do que para as da nasal palatal na fala de cada cidade.

Neste artigo em particular apresentamos resultados e a análise sobre a variação da nasal palatal. Estudos sobre a nasal palatal ainda são poucos e a os já realizados apontam para a predominância de forma semivocalizada [j], sendo essa considerada por alguns autores como norma em todo Brasil.

A nossa amostra em particular se compõe da fala urbana coletada por meio de narrativas de experiência pessoal em 6 cidades de cada uma das mesorregiões do Estado do Pará, obedecendo aos critérios de estratificação social de sexo, escolaridade, renda e faixa etária¹, com gravação com duração entre 40 e 60 minutos.

Para nossa análise, foram mantidas as variáveis sociais sexo, faixa etária, entretanto, para facilitar o trabalho com a composição de nossa amostra, retiramos da análise o fator renda², e foi feito ajustamento na variável escolaridade, sendo considerada apenas em dois níveis: um que inclui informantes sem escolaridade e informantes com até o equivalente à antiga 8ª série do nível fundamental e outro que inclui informantes com nível médio completo e terceiro grau completo ou incompleto. Foram analisados dados de fala coletada na área urbana de seis localidades, uma de cada uma das seis mesorregiões identificadas no *Atlas Lingüístico do Pará* da seguinte forma:

- a) Região do Baixo Amazonas: Santarém;
- b) Região do Marajó: Soure;
- c) Região Metropolitana de Belém: Belém;
- d) Região Nordeste Paraense: Bragança;
- e) Região Sudoeste Paraense: Altamira;
- f) Região Sudeste Paraense: Marabá.

¹ Ver quadros 12 e 13, que dão o demonstrativo da distribuição dos informantes (seção 2.5).

² A maior parte dos trabalhos revisados não estabelece esse parâmetro; por outro lado, não havia esse controle para todos os informantes.

2 A VARIAÇÃO DA NASAL PALATAL NO FALAR PARAENSE³

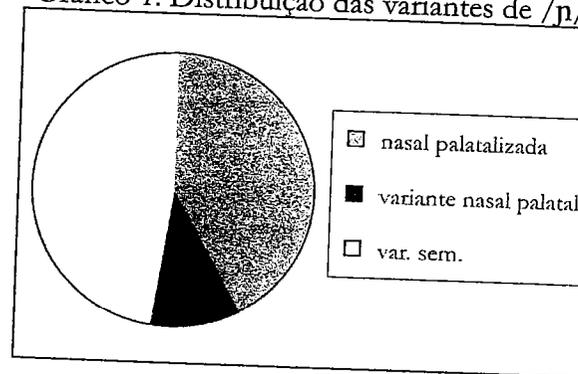
Em nosso trabalho, em particular, identificamos 05 variantes para a variável nasal palatal: **nasal palatal** [ɲ] [ka'ɾiɲus] 'carinhos'; **nasal palatalizada** [ɲ̃] ['vĩɲa] 'vinha'; **nasal alveolar/dental seguida de semivogal** [ɲj] [kõ'ɲjEsi] 'conheci'; **semivogal** [j] [mã'jã] 'manhã'; **zero fonético** [∅] [te]w 'tenho'; Por razões estatísticas, só foram analisadas **nasal palatalizada** [ɲ̃]; **nasal palatal** [ɲ]; **semivogal (nasalizada)** [j], totalizando 4.958 ocorrências, como descrito no quadro abaixo:

Quadro 01: Total de variantes de /ɲ/

Variante	[ɲ̃]	[ɲ]	[j]	Total
Total	2.100	472	2.836	4.958
Frequência	42/%	10/%	48/%	100
input	.399	.108	.493	-

O gráfico 1 mostra a variante semivocalizada em competição com a variante nasal palatalizada.

Gráfico 1: Distribuição das variantes de /ɲ/



³ Nesta análise faremos a discussão a partir do traço palatal, tendo em vista que nesse falar registramos variantes que apresentam a manutenção total (formas palatais) e manutenção parcial (formas palatalizadas); perda total do traço palatal (formas despalatalizadas). Assim tem-se: no primeiro caso [ɲ]; no segundo caso, [ɲ̃], no terceiro caso, [j], aqui indicada sem nasalização.

Nas páginas seguintes relacionamos as ocorrências lingüísticas aos parâmetros lingüísticos e sociais.

2.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS SOCIAIS

2.1.1 Sexo

A tabela 1 apresenta muito claramente a polarização na fala de mulheres e homens quanto ao uso das variantes: elas preferem a variante [ɲ], com pesos (.362), e eles, a variante [j], com pesos idênticos. Já a variante [n] tem pesos neutros tanto para homens quanto mulheres.

Essa forte polarização chama a atenção, especialmente pela inibição da variante semivocalizada na fala da mulher, como se constata a seguir.

Tabela 1: Sexo

	[n]		[ɲ]		[j]	
	N/%	p.r.	N/%	p.r.	N/%	p.r.
Fem.	1124/42	.333	273/10	.362	1262/47	.305
Masc.	976/42	.332	199/9	.306	1124/49	.362
Total	2100/42	-	472/10	-	2836/48	-

A inibição de certos usos na fala feminina, e, contrariamente, a preferência desses mesmos usos entre homens têm demonstrado a suscetibilidade feminina às chamadas formas padrão da língua.

Tem-se atribuído a preferência das mulheres à pressão exercida pela sociedade que diferencia papéis masculino e feminino e impõe às mulheres um comportamento mais polido, mais educado incluindo-se nisto a linguagem. Isso pode ser observado de modo mais amplo na Análise da Conversação, pois, segundo Tannen⁴ (1990) e Coulthard (1991 apud PAIVA, 2004, p. 35) “Enquanto os homens

⁴ TANNEN, D. *You Just don't understand: women and men in conversation*. New York: W. Morrow, 1990.

tendem a manifestar um estilo mais independente e uma postura que garanta seu prestígio, as mulheres orientam sua conversação de forma mais solidária, que busca o envolvimento do interlocutor”.

Isso explicaria, por exemplo, por que as mulheres tendem a evitar palavras de baixo calão ou gírias, o que significa “uma maior consciência feminina do status social das formas lingüísticas” (PAIVA, 2004, p. 35).

Também por isso, a mulher se mostra mais receptiva, mais sensível à normatização lingüística promovida pela escola, sendo mais dependente neste aspecto. O conservadorismo feminino quanto aos usos da língua está diretamente relacionado com o prestígio a eles associado, de maneira que uma forma inovadora aparece implementada na fala feminina conforme o valor social que lhe é atribuído.

Por outro lado, os estudos de Milroy e Trudgill (1991), também mencionados pela mesma autora, vieram a demonstrar que a fala feminina se relaciona com os tipos de contatos mantidos no grupo social, de forma que quanto maior sua inserção na comunidade mais sua fala se identificará com a masculina, uma vez que essa compartilha semelhanças com a fala da comunidade local, é o que se chama de *prestígio encoberto*, típica da fala masculina, podendo ser esta bem afastada da fala padrão.

Trudgill (1991, p. 78), comentando resultados de diversos estudos variacionistas, faz a seguinte afirmação:

“Todos os pesquisadores chegaram à conclusão de que, mesmo levando em conta outras variáveis [...] as mulheres produzem de modo consistente formas lingüísticas mais próximas da linguagem padrão (norma padrão) ou mais prestigiosa que as dos homens, ou então que elas produzem com mais frequência formas desse tipo.

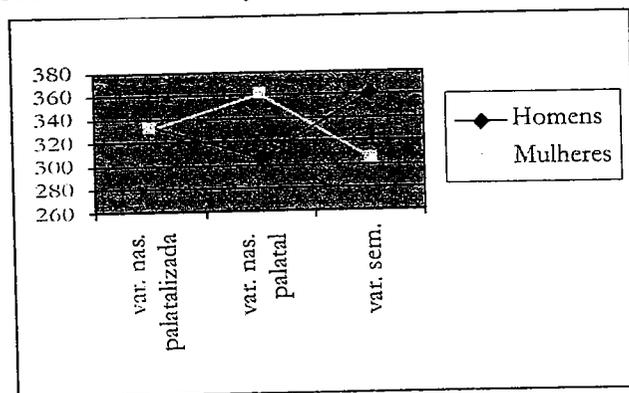
O que se observa é que a fala feminina poderá ser marcada ora pelo maior conservadorismo ora pela inovação, dependendo de suas relações sociais e das formas consideradas mais prestigiadas pelo grupo com o qual a mulher sente maior identificação.

Sobre o comportamento lingüístico cuidadoso da mulher, o próprio Labov (2001, p.266) faz a seguinte afirmação “Quanto às variantes lingüísticas estáveis, as mulheres apresentam uma taxa mais baixa de variantes estigmatizadas e uma taxa mais elevada de variantes de prestígio do que os homens.”⁵ Levando em conta todas essas considerações, podemos atribuir à variante [ɲ] um maior prestígio, por estar relacionado ao uso considerado padrão, em oposição a [j].

Dentre os trabalhos analisados, o de Soares (2002), para Marabá (PA), fornece dados quanto aos usos da nasal palatal relacionando a preferência de variantes com traço palatal à fala feminina e a sua ausência à fala masculina.

Vejamos no gráfico seguinte como a variação se distribui entre homens e mulheres na amostra aqui enfocada:

Gráfico 2: Distribuição das variantes de // por sexo



A representação gráfica mostra que homens e mulheres se assemelham quanto ao uso de [nʲ], em seguida se afastam de modo considerável quanto à preferência de [ɲ], em escala crescente para mulheres e decrescente para homens, e, inversamente, para [j]

⁵ “For stable sociolinguistic variables, women show a lower rate of stigmatized variants and a higher rate of prestige variants than men.”

crescente para homens e decrescente para mulheres. Em resumo: a semivocalização é inibida na fala feminina e implementada na fala masculina. Noutras palavras, as mulheres atuam para a conservação do traço palatal, e os homens não, o que parece algo relevante para a análise em questão.

Realmente, a relevância desse grupo foi atestada em duas rodadas binárias, mas não dentre os primeiros mais significativos à variação.

2.1.2 Faixa Etária

Como dissemos anteriormente para este mesmo grupo de fatores, em sociolingüística se aceita como fato que os falantes de uma língua adquirem a língua na primeira fase de suas vidas, sofrendo poucas modificações depois disto. Conseqüentemente, um estudo que queira identificar formas em variação ou em mudança poderá fazê-lo a partir da comparação entre a fala de indivíduos de gerações diferentes.

A partir dessa comparação diz-se que a variação é estável – se as variantes identificadas com as formas conservadoras ocorrem com freqüência na fala dos mais jovens – ou, ao contrário, levanta-se a hipótese de mudança em progresso – se a maior ocorrência de uma dada variante conservadora se mantém na fala dos mais velhos. Tais aspectos então podem ser observados a partir dos dados da tabela 2.

Tabela 2: Faixa etária

	[nʲ]		[ɲ]		[j]	
	N/%	p.r.	N/%	p.r.	N/%	p.r.
15-25	579/39	.295	161/11	.356	852/49	.348
26-25	776/45	.358	154/9	.308	798/46	.334
+46	745/42	.349	157/9	.336	736/50	.316
Total	2100/42	-	472/10		2836/48	-

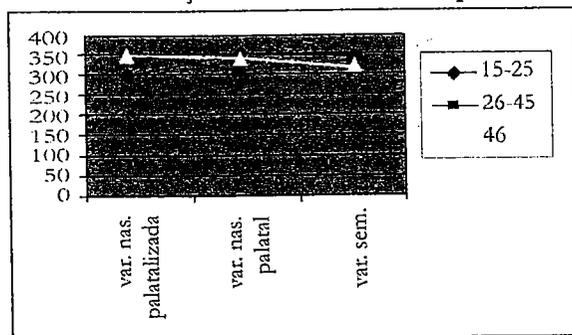
Vemos que a faixa etária dos mais jovens implementa o uso tanto da variante palatal [ɲ] (.356) quanto da semivocalizada [j] (.348). Isto indica que as duas tendências rivalizam-se, podendo gozar do mesmo prestígio no falar em estudo. Tais resultados contrariam aqueles obtidos em outros estudos.

A pesquisa de Aragão (1997) no ALPB registra a tendência para a semivocalização entre os falantes à medida que aumenta a faixa etária, portanto quanto mais alta, maior os percentuais de uso, que atinge o seu máximo a partir dos 70 anos.

Silva e Moreira (1997) também apontam índices com as mesmas características para o APERJ, a tendência a [j] é predominante entre os mais velhos tanto da região litorânea quanto interiorana. Soares (2002) também identifica tal tendência entre falantes mais velhos no falar de Marabá (Pa).

Os resultados obtidos em nossa amostra e registrados na tabela 2 nos surpreendem num aspecto: atribuíamos à variante [j] a preferência entre os jovens, dada sua alta frequência na amostra e, empiricamente, observarmos a sua distribuição regular em todos os falantes, pelo menos na região sudeste do Pará. Isso de fato se confirma, porém, constata-se aqui também esta surpreendente preferência por [ɲ], o que demonstra a vitalidade da variante palatal, bem como a estabilidade da variação, também conservada na fala da faixa etária mais alta. Notemos como isso se acha representado abaixo:

Gráfico 3: Distribuição das variantes de // por faixa etária



Vemos que, na amostra aqui estudada, as faixas etárias apresentam um comportamento muito próximo, do seguinte modo: a faixa etária mais alta demonstra o conservadorismo ao preferir o uso de [ɲ] a [j], mas admitindo a inovação em favor de [ɲ] (.349). Por sua vez, a segunda faixa etária se comporta de modo intermediário: de um lado, tende ao maior uso de [ɲ] (.358) e, de outro, atua de forma levemente favorável em relação a [j] (.334), assim se aproximando tanto da fala dos mais jovens quanto dos mais velhos. Os mais jovens se distanciam das demais faixas em relação ao uso de [ɲ]. Com isso, podemos concluir pela estabilidade da variação.

Em termos de significância, este grupo foi selecionado por duas vezes em três rodadas binárias.

2.1.3 Anos de escolaridade

O peso da escolarização se faz sentir na proporção em que maior escolarização significa maior rejeição às formas não-padrão e, inversamente, menos escolarização maior aceitação dessas formas⁶: “nos fenômenos de mudanças constata-se que os falantes de maior escolarização tendem a privilegiar mudanças que implementam uma forma socialmente aceita e desfavorecem mudanças que se opõem ao padrão.” (SILVA; SCHERRE, 1996, p. 343).

Ao que se constata, a escola atua como reguladora de usos, tanto no sentido da implementação quanto no da conservação das formas linguísticas, tanto é assim que para Votre (2003) não há mudança linguística se para isto não houver a atuação favorável e definitiva da escola.

Podemos então dizer que, de um modo geral, a escola favorece o uso das formas prestigiadas socialmente, consagradas pelo uso de certo grupo social e/ou de uma região, incluindo aqueles usos codificados pela gramática.

⁶ Isso pode ser constatado tanto nos casos de variação estável quanto de mudança linguística.

A tabela 3 registra resultados que apontam para a importância dessa variável social para o condicionamento da variação aqui enfocada:

Tabela 3: Anos de escolaridade

	[nʲ]		[ɲ]		[j]	
	N/%	p.r.	N/%	p.r.	N/%	p.r.
0-8 anos	1119/47	.294	238/10	.319	1038/43	.387
+8 anos	981/38	.373	234/9	.344	1348/53	.283
Total	2100/42	-	472/10	-	2836/48	-

Vemos que a maior escolaridade dos falantes leva-os a preferirem as variantes com o traço palatal, isto é, [nʲ], com pesos (.373), e [ɲ], com (.344), ao passo que a menor escolaridade os faz tenderem ao maior uso de [j] (.387).

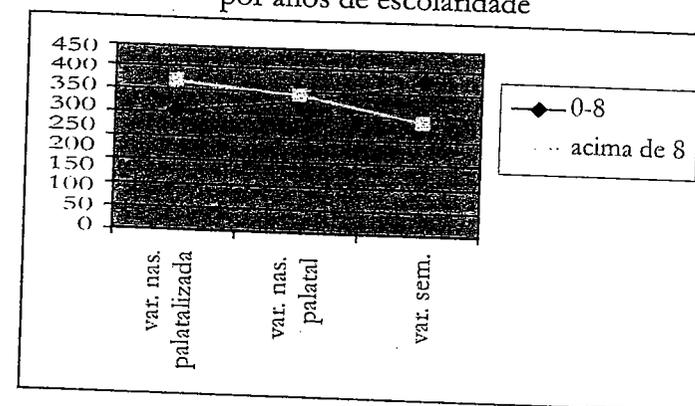
Tendo em conta o papel regulador da escola quanto aos usos lingüísticos, podemos associar as variantes com o traço palatal às formas prestigiadas pela escola, ao contrário da variante semivocalizada.

É o que também podemos concluir a partir de alguns trabalhos sobre nasal palatal: a semivocalização associada à baixa escolaridade foi constatada por Aragão (1997) no ALPB, no qual é mais frequente entre indivíduos analfabetos e falantes com primário incompleto e completo, nessa gradação.

De igual modo, Silva e Moreira (1997), a partir de dados do APERJ, atestaram a semivocalização na fala de informantes masculinos semi-alfabetizados e analfabetos; assim como Soares (2002) que registra a preferência por essa variante na fala de indivíduos não escolarizados e com pouca escolaridade de Marabá (Pa).

Vemos no gráfico abaixo a representação das tendências em nossa amostra.

Gráfico 4: Distribuição das variantes de // por anos de escolaridade



A configuração gráfica da variação mostra que as preferências de usos se distanciam inicialmente para [nʲ], há leve sobreposição de maior escolaridade em relação a [ɲ] e novamente se distanciam quanto a [j]. O que se conclui pela escala dada é que o traço palatal se garante pela maior escolaridade dos falantes, porém os de menor escolaridade são sensíveis a sua manutenção, o que é demonstrado pela variante palatalizada.

A importância deste fator foi confirmada pela realização de duas rodadas binárias, pelas quais este grupo foi selecionado.

2.1.4 Origem geográfica

Como os resultados da tabela 4 nos mostram, o traço palatal se mantém preferencialmente na fala da capital, mas, também, na fala das cidades com histórico semelhante. Por outro lado não é uso preferencial nas regiões com histórico de colonização e migração diferente dessas cidades.

Tabela 4: Origem geográfica

	[nʲ]		[ɲ]		[j]	
	N/%	p.r.	N/%	p.r.	N/%	p.r.
Belém	529/64	.559	77/9	.287	222/27	.154
Bragança	368/46	.382	84/11	.342	341/43	.276
Soure	680/54	.453	121/10	.306	462/37	.241
Santarém	284/57	.337	118/24	.575	94/19	.087
Marabá	149/16	.129	26/3	.102	785/82	.769
Altamira	90/15	.105	46/7	.252	482/78	.643
Total	2100/42	-	472/10	-	2836/48	

Os pesos registrados na tabela 24 indicam que, na fala de Belém, a variante preferida é [nʲ] (.559), e, embora sem resultados favoráveis, a variante [ɲ] tem índices acima de [j], indicando, comparativamente, sua maior tendência de uso.

A cidade de Soure tem comportamento semelhante a Belém, com pesos (.453) para [nʲ]. Já Bragança e Santarém assemelham-se a essas duas cidades e entre si, até certo ponto: ambas dão preferência às duas variantes com traço palatal, porém, na primeira, a variante [nʲ] tem pesos mais altos (.382) do que [ɲ] (.342), enquanto a segunda tem pesos mais altos para [ɲ] (.575) e para [nʲ] (.337). Em todas essas cidades não há tendência favorável à semivocalização, ao contrário de Marabá e Altamira, respectivamente com pesos (.769) e (.643) favoráveis à variante [j].

Os estudos de Brandão para os usos de /ɲ/ nos Atlas lingüísticos ALPB, AFPB, ALSE, EALMG atestam a semivocalização da nasal palatal nos falares baianos e nordestinos, de modo predominante.

Como já comentado na reflexão sobre a outra variável fonológica, a origem dos informantes é de grande importância para entendermos as tendências de uso encontradas em nossa amostra. Para isso, vamos reconsiderar aqui, um pouco mais,

aspectos históricos e socioeconômicos relacionados ao sul e sudeste Paraense, considerados *regiões de fronteira* no estado do Pará, devido ao processo de colonização e desenvolvimento que se caracterizam por grande movimento migratório, a partir da última década do século XIX e intensificado durante o século XX.

As diversas atividades econômicas⁷ favoreceram as migrações, movimentando indivíduos oriundos de diversas regiões, tanto ricas como pobres, especialmente nordestinos, que “lá ocupariam, geralmente, as funções de menos valor e prestígio social.” (PENALVA, 2002, p. 51), em busca de melhores condições de sobrevivência. Isso faz com que o sudeste do Pará, especialmente Marabá, tenha características peculiares, devido ser a região com histórico de maior fluxo migratório do estado. Como diz Penalva (2002, p.51):

O sudeste do Pará é considerado uma região pré-amazônica, porta ou entrada para a Amazônia brasileira. Um espaço que não faz parte do Nordeste brasileiro, nem da Amazônia propriamente dita, mas algo de intermediário, uma espécie de intersecção entre as duas coisas. As características dessas duas regiões convivem ali com outras resultantes dos cruzamentos e mesclagens culturais, configurando o conjunto cultural ocupante desse espaço intermediário.

De fato, as diferenças lingüísticas e culturais dessas regiões face às demais são bastante perceptíveis em diversos aspectos: socioeconômicos, culturais e lingüísticos. Algumas dessas características compartilhadas pela cidade de Altamira.

Em que pese essas similaridades, é interessante observar que Marabá avança mais fortemente em direção à semivocalização da nasal palatal, como indicam os pesos (.769), por comparação com Altamira (.643), que, por sua vez, apresenta tendência (ainda que não alcance índices de favorecimento) para a preservação da palatal (.252) mais alta do que Marabá (.102). Assim, podemos dizer

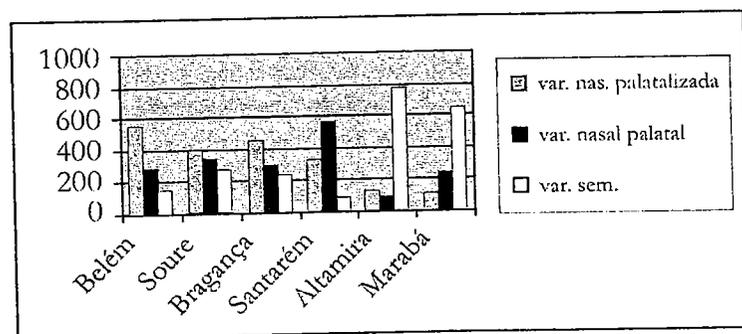
⁷ Como extração do caucho, coleta de castanha-do-pará, garimpagem, pecuária, extração de madeira.

que, em Marabá, a oposição se dá entre [j]- [n^h] e Altamira entre [j]- [ɲ]. Noutras palavras, essa última cidade demonstra maior tendência à preservação do traço palatal.

Em relação ao uso específico dessas variáveis fonológicas, a manutenção do traço palatal⁸ é comumente associada à “fala dos paraenses”, identificada no senso comum com a fala de Belém, o que está de acordo com a seguinte afirmação de Lyons (1987, p. 249): “os membros de uma comunidade linguística reagem frequentemente a diferenças de pronúncias subfonêmicas e fonêmicas da mesma maneira, como indicadores da proveniência regional ou social do falante”. O que é amplamente confirmado na convivência entre falantes paraenses no que tange ao reconhecimento desse traço em particular, por exemplo, ao atribuir ao falante de Belém o “falar chiando” e pronúncias do tipo ‘galhinha’ por ‘galinha’.

De fato, em relação à variação da nasal palatal vemos constatada essa diferenciação de pronúncia, conforme os resultados registrados para as tendências de usos de cada cidade, como se observa no Gráfico 05:

Gráfico 5: Distribuição das variantes de /ɲ/ por cidade



⁸ Inclusive a palatalização de [j] diante de [i] é uma dessas características, como se pode constatar no estudo de Oliveira (2006), bem como o uso de [j] e [ʒ] como variante de /s/ em final de sílaba, como também constatado por Vieira (1983).

Vê-se claramente demonstrado que a semivocalização é altamente produtiva em Marabá e Altamira, mais nessa última, enquanto, nas demais cidades, prevalece a manutenção do traço palatal, mas, como se pode comparar, em escala mais baixa do que para aquela realização. Assim, em síntese, temos no falar do estado duas tendências concorrentes: uma de conservação das formas palatais e outra de implementação da forma não palatal, com certa vantagem para as palatais e palatalizadas por conta de serem de maior tendência em 3 cidades.

A importância do grupo foi atestada em rodadas binárias, pelas quais foi selecionado dentre os grupos mais significativos à variação.

COMENTÁRIOS FINAIS

A análise sociolinguística revela que a variação linguística resulta de fatores tanto de ordem linguística quanto social. Consideremos os fatores sociais. Os pesos relacionados ao fator sexo indicaram que falantes de sexo feminino dão preferência às realizações [ɲ], enquanto falantes do sexo masculino têm preferência pela variante [j].

Esses resultados apontam para o fato de que as formas palatal e palatalizada são as formas de maior prestígio entre as mulheres, sendo a variante [j] a realização de menor prestígio, como o comprova sua maior probabilidade de ocorrência entre os homens. A faixa etária apresentou os seguintes resultados: indivíduos entre 15-25 anos tendem ao uso de [j]; falantes da faixa de 26 a 45 anos dão preferência ao uso de [n^h]; falantes com idade de 46 acima preferem as variantes [n^h], [ɲ], isso aponta para a vitalidade de [j] em face das demais variantes. Os resultados para anos de escolaridade mostram que indivíduos com menor escolaridade (0-8), de fato, apontam para o maior uso de [j]. Enquanto aqueles com maior escolaridade (acima de 8 anos) tendem ao uso de [n^h], [ɲ]. Com isso, constatamos que há significativa influência do tempo de exposição à escola sobre as preferências de variantes, demonstrando particularmente

que a escolarização atua no sentido da manutenção das formas palatal e palatalizada, enquanto que a variante [j] é a variante que sofre estigmatização. Por fim, tem-se, como último fator social considerado, a origem geográfica, que demarca bem os usos das variantes, em síntese temos as seguintes tendências de usos: Belém [nʲ]; Bragança [nʲ]-[ɲ]; Soure [nʲ]; Santarém [ɲ]-[nʲ]; Altamira [j]; Marabá [j]. Vemos aqui duas tendências que devem ser ponderadas a partir dos seguintes aspectos: em relação à nasal palatal (1) as cidades de Belém, Bragança, Soure e Santarém atuam em favor da manutenção das formas palatal e palatalizada e, inversamente, na inibição da forma semivocalizada; (2) As cidades de Marabá e Altamira atuam para a implementação de [j].

Esses resultados quanto à *origem*, colocados de modo amplo, permitem-nos dizer que (1) temos duas formas de realização das variantes: de um lado, formas palatal/palatalizada, representadas na fala de Belém, Bragança, Soure e Santarém, e, de outro, formas despalatalizadas, representadas na fala de Altamira e Marabá; (2) a aproximação geográfica entre as regiões onde se situam essas últimas e a história comum de dinâmica migratória podem explicar a preferência pela semivocalização. A partir dessas observações, é possível aventar também a hipótese de uma possível influência da colonização portuguesa em Belém, Bragança, Soure e Santarém, que se revelaria pela preferência pelas formas palatal/palatalizada. É algo a se pesquisar.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A Despalatalização e iotização no atlas lingüístico da Paraíba. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 1., *Atas ... Dialetologia e Sociolingüística*. Salvador: UFBA, 1997. (Dialetologia e Sociolingüística; v.2).
- COULTHARD, Malcom. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Ática, 1991.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

- OLIVEIRA, Marilúcia Barros de. *A palatalização da lateral alveolar /l/ em posição prevocalica no falar de Itaituba-Pa*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.
- PENALVA, Gilson. *Literatura oral do sudeste paraense: memória de velhos camponeses*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- SILVA, Flávia R. Santoro.; MOREIRA, Valéria Regina de O. O comportamento das palatais lateral e nasal na fala de comunidades pesqueiras fluminenses. *Jornada de Iniciação Científica da UFRJ*, 19., Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 1997.
- SILVA, Giselle Machline de O., SCHERRE, Maria Marta P. (Org.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos varáveis na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SOARES, Eliane Pereira Machado. *Variações dos fonemas palatais lateral e nasal no falar de Marabá-PA*. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará. Belém, 2002.
- TANNEN, D. *You Just don't understand: women and men in conversation*. New York: W. Morrow, 1990.
- TRUDGILL, Peter. Sexo e prestígio lingüístico. In: AEBISCHER, V.; FOREL, C. (Org.). *Falas masculinas, falas femininas? sexo e linguagem*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- VOTRE, Sebastião J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

MOARA

**“NUNCA VI NINGUÉM MORRER DE ESTUDAR”¹
UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES SEMÂNTICA E
DE USO DA CONSTRUÇÃO X MORRER DE Y**

**Thais Fernandes SAMPAIO
Neusa Salim MIRANDA**
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa acerca do uso metafórico do léxico da MORTE no Português do Brasil. Analisamos aqui a construção mais frequente nos dados analisados, cuja estrutura pode ser representada pelo esquema X MORRER DE Y. Segundo nossa hipótese analítica, tais construções definem um domínio semântico de gradação de intensidade na extremidade da escala e estão relacionadas a uma ampla rede de conceptualização das emoções.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico da morte; Construção; Metáfora.

ABSTRACT: This paper presents partial results of a study about the metaphorical use of the lexicon of MORTE/DEATH in Brazilian Portuguese. Here we analyzed the construction more frequent in the data gathered through research on the Internet (Editora Abril's website), which structure can be represented by the scheme X DIE OF Y. According to our analytical hypothesis, such constructions are part of a semantic domain that expresses INTENSITY at the highest end of the scale and are related to a wide network of conceptualization of emotions.

KEYWORDS: Lexicon of Morte/Death; construction; metaphor.

1 INTRODUÇÃO

Dizem que não é bom falar de Morte e, de modo geral, evitamos o tema. Contudo, voltando um olhar mais atento para

¹ A frase que compõem o título deste artigo é um dado real de uso, encontrado, através do *Google*, no seguinte endereço: <http://barrosdelimaster.wordpress.com/2010/04/30/educacao-2>.

nossa linguagem cotidiana, percebemos que o léxico da morte é sistematicamente recrutado nos mais diversos contextos de uso linguístico. É comum ouvirmos expressões do tipo *meu carro morreu*, *nosso amor morreu* ou *este assunto está morto e enterrado*. Também fazem parte de nossas conversas expressões como *cemitério de carros*, *cidade morta*, *enterrar a carreira*, *silêncio fúnebre*, *cara de enterro*, *morrer na praia* ou *morrer pela boca*, entre outras.

De fato, tais exemplos sugerem que, no Português do Brasil (PB), é bastante comum o uso do léxico da Morte como manifestação de projeções metafóricas que envolvem a Morte como domínio-fonte na expansão conceptual de outros domínios-alvo. Em pesquisa realizada (SAMPAIO, 2007) constatamos que, nesse uso metafórico do léxico da morte, uma construção que se destaca por sua frequência e produtividade é aquela em que o verbo **morrer** aparece seguido da preposição **de** e de um sintagma nominal (SN) ou de um sintagma verbal (SV), como nas expressões destacadas abaixo:

- (1) **Morro de vontade de ir**, mas sozinha não tenho coragem. (SEXO..., 2007)
- (2) *Quem deve fazer: iniciantes que querem entrar para o maravilhoso mundo da malhação e sedentárias que **morrem de preguiça de levantar do sofá***. (Revista Boa Forma citado, mas não referenciado)
- (3) *ai a professora perguntou pq eu estava chorando ai eu falei q eu tava **morrendo de cólica** [...] kkkk [...] era pura mentira* (Revista Capricho)
- (4) *Tenho um marido maravilhoso, raro. Ele **morre de rir** com minhas cenas e passa o texto comigo*. (Revista Contigo)

Essa construção do Português, cuja estrutura pode ser descrita por “X MORRER de Y”, é o objeto do estudo aqui apresentado. Segundo nossa hipótese analítica, tais *Construções*

Superlativas com o verbo *morrer* definem um domínio semântico de gradação de INTENSIDADE na extremidade da escala.

Nosso estudo assume a perspectiva da Linguística Cognitiva (LAKOFF, 1987; FAUCONNIER, TURNER, 2002; SILVA, 1997; SALOMÃO, 1999; MIRANDA, 2001; CROFT, CRUSE, 2004), dada a riqueza de seus constructos no trato da significação e, mais especificamente, dos processos sociocognitivos de integração conceptual. Além disso, acompanhando uma forte tendência contemporânea nos estudos da linguagem, principalmente no âmbito do paradigma cognitivista, nossa proposta é descrever e analisar essa construção do Português, a partir do **uso efetivo** da língua, ou seja, a partir de manifestações linguísticas reais. Nesse sentido, constituímos um banco de dados com, aproximadamente, 650 ocorrências de uso metafórico do léxico da Morte, identificadas em treze revistas de circulação nacional, da Editora Abril.

Na próxima seção, explicitamos brevemente o caminho metodológico de constituição desse banco de dados e apresentamos sua configuração básica. Em seguida, caracterizamos os dois subtipos (com SN e com SV) da construção, definindo suas características gerais. Mais adiante, abordamos a dimensão semântica das Construções Superlativas e a dimensão de uso dessas construções. Finalmente, na última parte do artigo, reunimos as conclusões da pesquisa e tecemos algumas considerações finais sobre a origem metafórica dessa construção tão frequente e produtiva do Português do Brasil.

2 OS DADOS

A internet é, indubitavelmente, um recurso que diminui a distância entre o linguista e o dado linguístico. Além de disponibilizar conjuntos de *corpus* – de língua escrita e falada – organizados por sérios grupos de pesquisa do país inteiro, ela nos põe diante de outras ricas fontes de dados como *blogs*, versões *on-line* de jornais e revistas, documentos oficiais, salas de bate-papo, etc. Diante dessa profusão

de possibilidades de pesquisa, a rigorosa delimitação dessas fontes é fator imprescindível para o sucesso e, até mesmo, para a viabilidade de um estudo com caráter científico.

Conscientes dessa necessidade, a busca de dados foi limitada a revistas de circulação nacional e, para garantir a possibilidade de usar os instrumentos automáticos de busca existentes, optamos por revistas que apresentavam uma versão eletrônica. Esse recorte inicial levou-nos ao *site* da Editora Abril, que publica várias revistas de circulação nacional, todas com uma página disponível na internet. O próximo recorte foi feito com base no tipo de mecanismo de busca disponibilizado por cada revista. Consideramos adequados à nossa pesquisa os instrumentos de busca que apresentavam um resultado no qual o termo da busca aparecia em negrito dentro de um contexto lingüístico satisfatório, que nos permitisse verificar de imediato se a palavra havia sido usada no seu sentido básico ou se era um caso de projeção figurativa; os casos duvidosos foram desconsiderados.

Assim, concentramos nossas buscas nas páginas da internet das seguintes revistas da Editora Abril: Boa Forma, Bons Fluidos, *Capricho*, *Claudia*, *Contigo!*, *Elle*, *Exame*, Info, *Nova Escola*, *Nova*, *Quatro Rodas*, Vida Simples, Viva Mais!. Nessas treze revistas, encontramos 426 ocorrências de uso figurativo do verbo morrer, sendo 277 ocorrências da construção X MORRER de Y, assim distribuídas:

Quadro 1: Distribuição das ocorrências da construção X MORRER DE Y

Construção X MORRER DE Y	Nº de ocorrências (%)
MORRER DE + SN Morrer de fome/de raiva/de medo	254 (92%)
MORRER DE + SV Morrer de rir/de trabalhar	23 (8%)
TOTAL	277

Fonte: Pesquisa 2010

Por essa distribuição de dados, vemos que 65% das ocorrências de uso figurativo do verbo morrer são instanciações da construção X MORRER DE Y, e que Y é um SN em 92% delas e um SV em 8% das ocorrências. A seguir, apresentamos mais alguns exemplos das ocorrências encontradas.

(5) *Acho o cúmulo da folga e morro de raiva. Será que sou ruim demais ou o meu namorado é que é muito bonzinho? Já falei muitas outras vezes* (Revista Nova)

(6) *Eu entrei, me puseram uma modelinho na garupa, que morreu de medo. Dei algumas voltas e fiz as piruetas mais simples* (Revista Quatro Rodas)

(7) *vai dizer que nunca se lembrou do famoso saco vazio não pára em pé depois de morrer de dor de estômago por ter ficado horas sem comer?* (PETTA, 2011)

(8) *Giuliana permaneceu todo o tempo solícita e, embora muito provavelmente estivesse morrendo de ódio, não deixou transparecer o menor sinal de mau humor.* (Revista Você S/A)

(9) *Uma mentalidade mais tacanha teria me reprimido. Suzana, não. Morreu de rir. Melhor: ainda disse que eu tinha talento.* (Revista Nova Escola)

(10) *Morri de rir com o escritor e suas fantásticas hipóteses, mas preciso admitir: faço a mesma coisa que o rapaz da crônica nem sei quantas vezes.* (Revista Vida Simples)

3 A CONSTRUÇÃO X MORRER de Y

Qualquer proposta de análise da construção X MORRER de Y deve partir do reconhecimento de que essa é uma construção típica para expressão da causa da morte no PB, como ilustrado nos exemplos² abaixo:

² Nesse caso, utilizamos exemplos encontrados através do Google, já que nosso conjunto de dados não inclui instanciações que remetem ao *frame* básico de MORTE.

(11) O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco identificou há pouco o eleitor que **morreu de parada cardíaca** no início da manhã, após digitar os votos [...] (WONGHON, 2006).

(12) *Modelo morre de anorexia aos 21 anos e com 40 kg*
(MODELO..., 2006)

(13) *Meu cachorro morreu de cinomose, eu posso ter outro cachorro no mesmo local????*
(DR. My PET http://mypet.terra.com.br/DrMyPet_Especie1.asp?IdAssunto=68)

Nesse tipo de construção, tanto o X – protagonista da morte – quanto o Y – causa da morte – são sintagmas nominais. O primeiro é um ser vivo e o segundo é uma condição (normalmente uma doença) ou evento capaz de provocar a morte de Y. Uma outra possibilidade da construção é ser o segundo SN uma sensação provocada por algumas condições específicas, como em (14) e (15).

(14) *Centenas de pessoas morrem de frio em Moscou. Mais de 250 moradores de rua já morreram em consequência de baixas temperaturas.*
(www.msf.org.br/noticia/msfNoticiasMostrar.asp?id=80)

(15) *Cerca de 60 milhões de pessoas morrem de fome por ano. Todas essas vidas poderiam ser salvas, porque estas pessoas poderiam estar comendo os grãos usados*
(MOTIVOS...)

Nesses casos, temos na expressão da causa da morte uma metonímia EFEITO PELA CAUSA, pois em (15), por exemplo, a sensação de fome provocada pela privação de nutrientes pode ser entendida como a metonímia FOME PELA FALTA DE NUTRIENTES, ou seja, EFEITO PELA CAUSA. Isso é também o que acontece em relação ao frio (FRIO PELA BAIXA TEMPERATURA), ao calor (CALOR PELA ALTA TEMPERATURA), à sede (SEDE PELA PRIVAÇÃO DE LÍQUIDOS) e à dor (DOR PELA EXCITAÇÃO DE TERMINAÇÕES NERVOSAS).

Entretanto, essas mesmas construções específicas em que o SN é uma sensação – que, nesse tipo de uso, remetem ao *frame*³ básico de Morte, já que o sentido que emerge é “*fim da vida*” – podem ser usadas metaforicamente, no sentido de que a morte pode ser figurativa, como nos enunciados abaixo:

(16) *Ainda no período crítico, o soro se soltou da minha veia e passei a madrugada inteira sem receber medicação, tremendo, morrendo de frio. Só foram se dar conta pela manhã, quando notaram a cama ensopada. Minha família e os poucos amigos que restaram ajudaram* (Revista Nova)

(17) *Sem um bom café da manhã, a criança se empanturra na hora do recreio, porque está morrendo de fome, e no almoço está de estômago cheio e não quer comer. Ai se cria uma bola de neve: ela almoça mal, à tarde fica com* (Revista Vida Simples)

As ocorrências (16) e (17) constituem, pois, instanciações da construção metafórica mais frequente do conjunto de dados analisados: a construção X MORRER de Y, sendo Y um sintagma nominal. Abaixo, outros exemplos dessa construção.

(18) *Graças a Deus não vai ter mais que aturar as amigas falando de casamento o tempo todo. As garotas devem morrer de pena de você e do seu dedinho nu* (Revista Nova)

(19) *“Morro de saudade dos meus alunos, mas fico tranqüila porque sei que meu trabalho está sendo levado adiante”, revela Roberta* (Revista Nova Escola)

(20) *roupa de banho, sandália de borracha e toalha, não se esqueça de levar uma máquina fotográfica aquática, para não morrer de arrependimento quando vir aqueles peixes todos.* (Revista Elle)

³ O conceito de *frame* que utilizamos remete, principalmente, ao trabalho de Fillmore (1968; 1982).

Como afirmamos anteriormente, o segundo elemento da construção também pode ser um verbo, como nas seguintes ocorrências:

(21) *E outros, como o Alexandre Borges e o Paulo Gorgulho, já me pararam e disseram que **morrem de rir** com as cenas do Cabeção e do MauMau. Pô, eles são dois atores de respeito! Mas eu entendo a resistência* (Revista Capricho)

(22) *Com certeza, se os Três Mosqueteiros e d'Artagnan fossem reais e estivessem vivos, estariam **morrendo de ganhar dinheiro** com palestras.* (Revista Você S/A)

Diante dos dados analisados, nossa hipótese analítica é de que essas duas construções – X morrer de Y, sendo Y um Nome e X morrer de Y, sendo Y um Verbo – integram uma rede de construções que estamos nomeando como **Construções Superlativas Causais**. Tais construções definem um domínio semântico de gradação de INTENSIDADE na extremidade da escala. Uma formalização básica dos dois submodelos dessa rede construcional, enfeixando os aspectos analíticos levantados por meio dessa pesquisa, pode ser proposta nos seguintes termos:

Quadro 2: Construção Superlativa Nominal

Construção Superlativa Nominal – CSN X MORRER DE Y			
Sem.	EF[protagonista] humano	efeito máximo	EF[causa]
Sint.	SN	V	SPrep [de SN]
Léx.	João	morrer	de medo

Quadro 3: Construção Superlativa Verbal

Construção Superlativa Verbal – CSV X MORRER DE Y			
Sem.	EF [protagonista] humano	efeito máximo	EF [causa]
Sint.	SN	AUX.	de SV
Léx.	João	morrer	de estudar

Fonte: Pesquisa 2010

Uma das ocorrências encontradas nas revistas pesquisadas nos chamou atenção pelo fato de apresentar três ocorrências da rede em um mesmo enunciado:

(23) *Passsei 70% da minha vida na Globo. Nos anos 70, havia uma brincadeira: “Você **morre de tédio** na TV Educativa, **morre de enfarte** na TV Tupi e **morre de trabalhar** na TV Globo”. Sou meio workaholic. Meio não, bastante* (Revista Contigo).

A brincadeira do falante em (23) sugere que, de fato, essas Construções fazem parte da mesma rede e estão relacionadas, por meio de um *link* metafórico (GOLDBERG, 1995), à Construção Causal prototípica não-metafórica para expressão da causa da morte no PB. Assim, entendemos que, nas duas construções (com nome ou com verbo), o domínio sobre o qual o intensificador opera é sempre a causa da morte figurativa – que pode ser uma causa física, emocional ou uma ação. De todo modo, a grande questão da construção é que o elemento [causa] do frame de morte é *intenso* a ponto de “levar à morte”. Nos dois usos metafóricos em (23), as construções utilizadas expressam uma gradação de intensidade

daquele domínio conceptual suscitado pela expressão nominal (*de tédio*) ou pela predicação verbal (*de trabalhar*).

Para procedermos adequadamente à análise dessas construções, consideraremos, na próxima subseção, a dimensão semântica das Construções Superlativas Causais.

3.1 A DIMENSÃO SEMÂNTICA DAS CONSTRUÇÕES SUPERLATIVAS CAUSAIS

Nesta seção, passamos a uma análise mais detalhada da dimensão semântica dessas construções metafóricas, tomando, primeiramente, a **Construção Superlativa Causal Nominal**, exemplificada nos enunciados abaixo.

- (24) *Muitas mulheres morrem de medo de arriscar essa cor na boca. Isso acontece por causa das imagens que temos em nossa memória dos tons ultramarcados* (Revista Elle)
- (25) *O nome da menina era Bárbara, e ela tinha a mesma idade que eu. O engraçado é que, depois do beijo, fiquei morrendo de vergonha de encontrá-la de novo.* (Revista Contigo)
- (26) *Mesmo que não consiga tirar o olho da aliança das suas amigas, já tenha visto o filme O Pai da Noiva uma centena de vezes e morra de inveja de quem dá chá de panela, talvez não tenha parado para pensar no real significado de casar.* (Revista Nova)
- (27) *A agitação em torno do Linux deixa muita gente morrendo de vontade de experimentar o sistema. Mas um frio percorre a espinha só de pensar em bagunçar o PC* (Revista Info)

Logo de início, a análise dessa Construção nos obriga a fazer referência à discussão sobre as bases metonímicas das metáforas (BARCELONA, 2003; RADDEN, 2003; KÖVECSES, 2002). Isso porque entendemos que, nessas construções, a metáfora nasce da generalização de uma metonímia EFEITO PELA CAUSA.

Assim, acreditamos ser esse um caso em que a metáfora conceptual tem uma base metonímica EFEITO PELA CAUSA, do tipo em que o domínio-alvo resulta no domínio-fonte (em seu estudo sobre metáforas, Kövecses apresenta ainda dois outros tipos de metáforas com essa base metonímica). Segundo Kövecses (2002), nesse tipo de metáforas, o domínio-fonte pode ser visto como um **resultado** do domínio-alvo; e o exemplo que ele discute nessa ocasião é exatamente o de uma metáfora da emoção: RAIVA É CALOR.

Acreditamos, portanto, que a Construção Superlativa Nominal se relaciona com uma ampla rede de conceptualização das emoções. Tal rede nasceria da junção da metonímia EFEITO PELA CAUSA, com a teoria popular sobre emoções e com a metáfora conceptual CAUSALIDADE É EMERGÊNCIA. Essa metáfora conceptual é analisada por Lakoff e Johnson (1980 [2002]), em um capítulo dedicado especificamente à causalidade. Segundo esses autores, o conceito de causalidade está fundamentado no protótipo da manipulação direta, que emerge diretamente da nossa experiência (por exemplo, acionar um interruptor e ver que a luz se acende). Lakoff e Johnson argumentam, então, que essa essência prototípica é desenvolvida por meio de metáforas, produzindo um conceito amplo de causalidade, com muitos casos especiais, dentre os quais os autores destacam CRIAÇÃO É NASCIMENTO e CAUSALIDADE É EMERGÊNCIA. Esta última adquire um papel especial em nossa análise, pois é definida pelos autores como o caso em que um estado mental ou emocional é visto como causador de um ato ou evento: "nesses casos, ESTADO (desespero, solidão, etc.) é visto como RECIPIENTE e o ato, ou evento, é visto como um objeto que emerge do RECIPIENTE. CAUSALIDADE é vista como EMERGÊNCIA desse EVENTO a partir de um ESTADO" (LAKOFF; JOHNSON, 1980 [2002], p. 151).

Entre os exemplos apresentados por Lakoff e Johnson como instanciações da metáfora CAUSALIDADE É EMERGÊNCIA, estão:

(28) *His mother nearly went crazy from loneliness.*

(Sua mãe quase ficou louca de solidão.)

(29) *He dropped from exhaustion.*

(Ele caiu de exaustão.)

Esses exemplos do Inglês são equivalentes às seguintes instâncias do Português:

(30) *que minha tia me agrediu sem motivo e tive vontade de matá-la, fiquei cega de raiva, ainda bem que, o tempo mudou meu gênio, o tempo e a yoga [...] bjus!*
(VOCÊ ..., 2010)

(31) *Eu que sai de um Palio e peguei um GLS 2000 nem reparei no retrovisor...quando eu vi que o carro tinha retrovisor elétrico eu pirei de alegria! [...]*
(VOCÊS, 2010)

(32) *Foi um estímulo importante, mas que acabou por afectar o seu futuro: inchou de orgulho. Não suportava as críticas desfavoráveis, vivia num sobressalto*
(<http://virtual.inesc.pt/~jaj/crestomatia/27.html>)

(33) *Aquela banda ou música que, se te pegarem cantarolando, te faz disfarçar dizendo que é uma versão punk nova ou simplesmente faz ficar vermelho de vergonha.*
(<http://leandro.tipos.com.br/arquivo/2003/10/03/mural-da-vergonha>)

(34) *garanto pra você que quando receber uma intimação ou ver a polícia na porta dêle vai se mijar de medo e não vai ter coragem de molestar ninguém [...]*
(<http://es.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070311194232AALxQ1c>)

De fato, acreditamos que a Construção Superlativa aqui analisada se relaciona a uma grande rede de metáforas da emoção. Nossa idéia geral é a de que o domínio-fonte MORTE surge exatamente da metáfora conceptual CAUSALIDADE É EMERGÊNCIA. Essa metáfora conceptual, com base metonímica EFEITO PELA CAUSA, é associada à teoria popular sobre emoção, segundo a qual as emoções resultam em certos efeitos físicos. Nessa mesma teoria temos que quanto mais intensa a emoção, mais evidente – ou mais extremo – será o efeito por ela provocado. Assim, os possíveis efeitos físicos de uma emoção (alteração da cor, elevação da temperatura, alteração do ritmo dos batimentos cardíacos, mudança na postura corporal, descontrole dos esfíncteres, etc.) podem ser conceptualmente colocados em uma escala. A ativação deste domínio de alterações fisiológicas permite que o topo da escala seja ocupado pela MORTE, já que ela seria o efeito máximo que uma emoção – ou qualquer desencadeador de alterações fisiológicas – pode ter sobre o corpo humano.

Assim, o que nossa análise permite acrescentar às considerações de Lakoff e Johnson (1980 [2002]) é a possibilidade de termos uma construção específica de expressão da causalidade (como instância da metáfora conceptual CAUSALIDADE É EMERGÊNCIA), na qual a intensidade de um estado mental ou emocional é medida em termos da gravidade do evento causado. Nesse sentido, **quanto mais intenso o estado mais extremo será o evento**. Essa relação metafórica geraria, então, toda uma rede de construções linguísticas em que um resultado aparente de uma alteração fisiológica provocada por um fenômeno psicológico serve como uma espécie de medida para a intensidade daquele determinado fenômeno. Com isso, é possível estabelecer a mesma origem para inúmeras metáforas da emoção, como as relacionadas na *Master Metaphor List* (<http://cogsci.berkeley.edu/lakoff/>): RAIVA É CALOR; RAIVA É CEGUEIRA; TRISTEZA É PARA BAIXO; AMOR É LOUCURA; DESEJO É CALOR, etc.

De todo modo, convém observar que, em geral, para cada emoção específica há um pequeno grupo de possíveis efeitos associados. Isso explica o fato de, numa busca simples no *google*, encontrarmos manifestações linguísticas do tipo "*ficar vermelho de raiva*", "*ficar vermelho de vergonha*" ou até mesmo "*ficar vermelho de alegria*"; mas não encontrarmos exemplos dessa expressão ("*ficar vermelho*") com outras emoções como tristeza, orgulho, pena ou saudade.

Entretanto, no caso das construções aqui analisadas, essa restrição parece não se aplicar tão fortemente, tendo em vista que o MORRER, na verdade, aparece como a representação de um resultado extremo de um fenômeno físico, que pode ser, pelo menos a princípio, metaforicamente associado a qualquer fenômeno psicológico. Especificamente no grupo de dados analisados ao longo da pesquisa, a lista dos fenômenos psicológicos assim graduados é relativamente abrangente e inclui: *amor, ansiedade, arrependimento, ciúmes, culpa, curiosidade, dó, dor, fome, frio, frustração, humilhação, inveja, medo, nojo, ódio, orgulho, paixão, pavor, pena, preguiça, pressa, raiva, remorso, saudade, sede, sono, susto, tédio, vergonha e vontade*; ou seja, encontramos 31 SNs diferentes nas instanciações dessa construção.

É interessante observar que a grande maioria dos fenômenos psicológicos que compõe essa lista é um exemplo daquelas que normalmente são consideradas emoções negativas. Nesse sentido, vale recordar que na manifestação não metafórica daquela construção que expressa a real causa de uma morte (*morrer de câncer, morrer de dengue*) o SN é geralmente uma doença ou uma circunstância marcadamente negativa (*morrer de bala perdida*), já que ocasiona a morte de um ser vivo. Assim, é possível afirmar que, de modo geral, o elemento [causa] do *frame* (metafórico ou não) de MORTE tem, normalmente, um valor diferencial. O projeto do FrameNet, inclusive, usa o conceito de **tipo semântico** (FILLMORE; JOHNSON; PETRUCK, 2003, p. 245) para capturar essa espécie de traço semântico dos *frames*, dos elementos de *frame* (EF) ou das unidades lexicais (UL). Nesse caso, podemos atribuir ao EF [causa] do *frame* de MORTE um valor negativo.

Vale considerar ainda um aspecto dessa Construção Nominal em relação ao traço semântico do Protagonista. Conforme já observamos, a Construção Superlativa Causal Nominal tem como Protagonista, via de regra, um **ser humano**. Entretanto, encontramos em nosso banco de dados alguns pouquíssimos casos em que essa posição é ocupada por um Protagonista Entidade:

(35) *Inocente ou culpado, o banco já sente as reações do mercado, impiedoso num momento como este. Afinal, o capital morre de medo de escândalos.* (Revista Exame)

(36) *chantagistas verdes", como foram batizados por seus críticos), muitas multinacionais acabam cedendo a seus apelos. "As empresas morrem de medo de sofrer boicotes", diz Edouard Bustin, professor de ciência política da Universidade [...]* (Revista Exame)

(37) *No começo de 1994, revela o autor, a Microsoft morria de medo de que uma conexão com a rede comprometesse a segurança dos computadores localizados* (Revista Info).

(38) *E tapam os ouvidos quando alguém ousa bater na porta com mais força. "As empresas morrem de vergonha quando fica claro que elas negligenciam e até desmotivam os seus talentos", diz Alexandre Basile.* (Revista Você S/A)

Esses quatro exemplos são os únicos dos dados analisados em que o Protagonista dessa construção é uma Entidade e não um Ser. O que percebemos, nesses casos, é que isso ocorre por conta de uma metonímia que, nos exemplos encontrados, são do tipo COISA POSSUÍDA PELO POSSUÍDOR (50) ou do tipo INSTITUIÇÃO PELOS SEUS RESPONSÁVEIS (51), (52) e (53). Essas quatro ocorrências não impedem, contudo, que a Construção Superlativa Nominal, seja caracterizada como uma construção predominantemente de Protagonista SER. Até porque é possível identificar em cada uma delas uma metonímia que, genericamente, podemos chamar de ENTIDADE PELO SER QUE A POSSUI OU CONTROLA.

Em relação à **Construção Superlativa Verbal**, entendemos que essa construção, integrando uma rede de Construções Superlativas no PB, também é manifestação de uma metáfora com base metonímica. A diferença desta em relação à Construção Nominal, que vimos analisando nesta seção reside no fato de que, neste caso, o EF [causa] da morte figurativa é uma ação.

Assim, o que é *medido* através de uma rede metafórica escalar é a **intensidade da ação**, e não mais a intensidade de um estado mental ou emocional. Também nesse caso, a metáfora se originaria de uma generalização da metonímia EFEITO PELA CAUSA, em que o domínio-fonte pode ser visto como um resultado do domínio-alvo.

(39) “O cara não entendeu nada e me olhou como se eu fosse uma feiticeira”, disse ela, **morrendo de rir**. Tive uma experiência parecida; pelo menos, o sujeito ficou tão surpreso quanto. (Revista Nova)

(40) Com certeza, se os Três Mosqueteiros e d’Artagnan fossem reais e estivessem vivos, estariam **morrendo de ganhar dinheiro** com palestras. E a razão é simples. Falta às empresas a principal competência dos quatro: (Revista Você S/A)

(41) Mas está ficando para trás o tempo em que os homens literalmente **morriam de trabalhar**, sem dar atenção a outras formas de se realizar. A emancipação financeira da mulher aliviou a pressão sobre ele, antes (Revista Vida Simples)

Do total de ocorrências dessa construção, foram duas ocorrências com **morrer de trabalhar**, uma com **morrer de ganhar dinheiro**, e vinte com **morrer de rir**. Assim, ao contrário do que acontece nas construções nominais – em que pudemos identificar em nossos dados uma grande variedade de tipos de EFs [causa] –, nas construções verbais encontramos apenas três tipos de EFs [causa]: *rir*, *trabalhar*, e *ganhar dinheiro*.

A pequena quantidade de ocorrências que analisamos desse tipo de instanciação da construção nos impede de oferecer, neste momento, uma proposta de análise mais precisa da mesma. Entretanto, podemos afirmar que, se no primeiro caso a MORTE é a representação de um resultado extremo de alterações fisiológicas provocadas por um estado psicológico, nessas construções a causa dessas alterações não é mais um estado mental ou emocional, mas a intensidade de uma ação. Um indicativo disso é o fato de que a paráfrase natural para *morri de trabalhar* ou *morri de estudar* faz uso de um advérbio de intensidade – *trabalhei muito* ou *estudei muito*, respectivamente.

Com isso queremos dizer que, assim como outros efeitos físicos aparentes (como alteração da cor, da temperatura ou da postura corporal) podem servir como medida para a intensidade de um fenômeno psicológico, a medida da intensidade de uma ação também pode ser dada por efeitos físicos diversos.

Na próxima seção, apresentamos algumas considerações a respeito da dimensão do uso das Construções Superlativas Nominais e Verbais, em termos de padrões de convencionalização e produtividade propostos pelo Modelo de Uso (BYBEE, 1985, 1995 apud CROFT; CRUSE, 2004).

3.2 A DIMENSÃO DO USO DAS CONSTRUÇÕES SUPERLATIVAS

A análise desenvolvida no presente artigo vem buscando se alinhar à – e contribuir com – uma tendência contemporânea da Linguística Cognitiva, qual seja a de adoção de uma Metodologia de Linguística de *Corpus*. Nesse enquadre metodológico, o Modelo Baseado no Uso (BYBEE, 1985, 1995 apud CROFT; CRUSE, 2004) significa uma contribuição altamente relevante à interpretação analítica, uma vez que tem a virtude de equacionar propriedades de uso efetivo com a constituição e armazenamento de construções linguísticas na mente do falante. Nesse sentido, tal modelo se

distancia radicalmente da tradição gerativista e impõe um avanço substancial ao paradigma cognitivista, em termos do papel do uso na constituição do léxico e da gramática.

Nesses termos, o modelo propõe duas propriedades fundamentadas do uso: **frequência de ocorrência** e **frequência de tipo**. Em relação à frequência de ocorrência, a hipótese é que, cada vez que uma construção é usada, ela ativa um vínculo ou padrões de vínculos na mente. Tal frequência de ativação afeta o armazenamento daquela informação, fazendo com que esta seja armazenada como uma unidade gramatical convencionalizada. Nesse modelo, portanto, a frequência de ocorrência é correlacionada à convencionalização da Construção. Assim, quanto maior o número de ocorrências, maior o grau de convencionalização.

Já a **frequência de tipo** diz respeito ao número de diferentes formas linguísticas que são consideradas instanciações de uma Construção particular. Nesse sentido, a frequência de tipo está correlacionada, nesse modelo, à **produtividade** da Construção. Isso equivale a dizer que quanto maior for o número de tipos (formas linguísticas), maior a produtividade da Construção.

Em relação às Construções Superlativas, retomemos alguns números relacionados à ocorrência dessas construções em nosso banco de dados:

Quadro 2: Frequência de Ocorrência e de Tipo das Construções Superlativas

CONSTRUÇÃO	FREQUÊNCIA DE OCORRÊNCIA	FREQUÊNCIA DE TIPO
Construção Superlativa Nominal (CSN)	254 ocorrências (82%)	31 ocorrências
Construção Superlativa Verbal (CSV)	23 ocorrências (8%)	3 ocorrências

Fonte: Pesquisa, 2010

Interpretando os números do quadro (2), à luz das hipóteses do Modelo Baseado no Uso, podemos concluir que, em relação à Construção Superlativa Verbal, a Construção Superlativa Nominal é a mais convencionalizada e a mais produtiva, considerados os limites do conjunto de dados que analisamos.

De fato, em comparação com a construção nominal, a Construção Superlativa Verbal é pouco frequente em nossos dados (ver Quadro 1). Em princípio, creditamos essa baixa frequência ao fato de que os temas principais das revistas em que essa construção foi mais frequente são muito mais relacionados à emoção do que à ação. De modo geral, nos textos dessas revistas aparece uma grande quantidade de depoimentos (território ideal para o uso dessa construção, já que ela tem um caráter informal e, de modo geral, parece ser bem mais recorrente na fala do que na escrita), mas esses depoimentos, na sua maioria, tratam de questões emocionais e, em muitos casos, envolvem diretamente a descrição de um estado psicológico. Por isso, teríamos a predominância da construção com a expressão nominal.

Contudo, esse aspecto justificaria apenas a baixa frequência de ocorrência, mas não necessariamente a baixa frequência de tipo. Diante desse quadro, resolvemos realizar uma rápida testagem no *Google*. Essa pequena pesquisa confirmou a baixa frequência de tipo da Construção Superlativa Verbal, já que, além dos verbos que apareceram nos nossos dados, encontramos apenas outros cinco verbos como EF [causa] do *frame* de MORTE: *morrer de chorar*, *morrer de estudar*, *morrer de procurar*, *morrer de dançar*, *morrer de tentar*.

Essa baixa frequência de tipo da construção verbal ficou ainda mais consolidada, quando, novamente através de uma rápida testagem no *Google*, encontramos para a construção nominal mais vinte e quatro EFs [causa] – como, admiração, emoção, aflição, decepção, desespero, desgosto, humilhação, nervoso, preocupação, solidão, etc. –, além dos trinta e um tipos já identificados em nossos dados. Isso confirma que a Construção Superlativa Verbal é bem menos produtiva que a Nominal.

Porém, dentre as Construções Superlativas Verbais, a frequência de uma instanciação específica – *morrer de rir* – nos chamou a atenção. Essa instanciação correspondeu a mais de 90% das ocorrências de construção verbal em nossos dados e, na pesquisa no *Google* em busca de outras possibilidades da construção, notamos que, de fato, essa instanciação é muito frequente. Na verdade, esta é uma construção cristalizada, que, inclusive, é registrada pelo dicionário como uma locução, significando “rir sem parar, rir muito e continuamente” (HOUAISS, 2002). Assim, apesar de a Construção Superlativa Verbal ter se revelado, no âmbito dessa pesquisa, pouco produtiva e pouco convencionalizada, encontramos, entre as suas instanciações, uma construção específica que nos pareceu convencionalizada e produtiva. De fato, uma nova busca no *google* com a expressão “*de rir*” retornou um enorme número de ocorrências e, até onde registramos, mais de vinte e cinco tipos de verbos, além de *morrer*.

(42) *As situações estapafúrdias que Deus e o Diabo vivem no decorrer das cenas são de chorar de rir. O dilema entre o Bem e o Mal passa ao largo do texto* (www.rabisco.com.br/80/vixe.htm)

(43) *Assunto: AHAHAHA VEJAM ISSO!!! ME ESCANGALHEI DE RIR!* (DISIL, 2003)

(44) *comédia que faz rolar de rir, mas não é mais do que um programa de duas horas. Foi uma tremenda satisfação chegar ao cinema para uma sessão às dez da [...]* (CUNHA, 2003)

(45) *A ‘terça parte’ dos anjos que observava tudo de um local privilegiado, caiu de rir. O homem, que após seu ato de desobediência estava sujeito à morte,* (http://ladraodeminutos.zip.net/)

(46) *vez que passa a propaganda de um remédio é a senha preu me acabar de rir. O nome é... algo parecido com Superist, ou Super-Hist, um remédio pra gripe.* [...] (www.hikawa.com.br/2004/06/rir)

(47) *Quando ouvi vocês gravando já estava morrendo de rir com as histórias do Sr.K. ... Cara, esse foi de esborrachar de rir!* (http://jovemnerd.ig.com.br/wordpress/wp-commentsrss2.php?p=616)

Verificamos, portanto, que nessa construção temos outras matrizes conceptuais na escala de intensidade, uma vez que *morrer de rir* continua sendo o topo da escala, mas é possível identificar uma rede de tipos de verbos que vão construindo a escala de efeitos do rir.

De fato, entendemos que nossa pesquisa nos colocou diante de uma complexa rede de Construções e que os dados que analisamos não nos permitem – e, de fato, em nenhum momento foi nossa pretensão – fazer generalizações, acerca da dimensão do uso das Construções Superlativas, que ultrapassem os limites do conjunto de dados analisados. Entretanto, acreditamos que a aplicação do instrumental teórico do Modelo Baseado no Uso a dados linguísticos reais mostra como é importante que os estudos cognitivistas invistam nessa direção. Afinal, nos parece razoável supor que a incorporação da dimensão do uso permitirá atingir um nível de interpretação analítica imprescindível para uma abordagem de linguagem que, em seu arcabouço teórico, tanto valoriza a questão do uso efetivo da língua, como a Linguística Cognitiva.

4 CONCLUSÃO

Dentre os principais ganhos analíticos deste estudo devemos destacar, inicialmente, a verificação de que, apesar de ser um tema que sofre certo veto cultural, nosso domínio de conhecimento sobre a Morte atua como domínio-fonte de muitas metáforas conceptuais, que, por sua vez, se manifestam no uso cotidiano do Português do Brasil. Além disso, o trabalho desenvolvido permitiu o estabelecimento de uma tipologia para um conjunto de construções muito frequentes no PB, com estrutura X MORRER DE Y. Nossa análise concluiu que essa construção, a que rotulamos

Construção Superlativa Causal, define um domínio semântico de gradação de intensidade na extremidade da escala, apresentando dois submodelos: a Construção Superlativa Causal Nominal e a Construção Superlativa Causal Verbal.

Um outro ganho analítico desse estudo foi a constatação de que as Construções Superlativas Causais estão inseridas em uma ampla rede de conceptualização das emoções, que tem como uma de suas instanciações uma construção específica (*ficar cego de ódio, tremer de medo, ficar azul de fome*, etc.), em que a medida de intensidade de uma emoção é dada pelo efeito que ela provoca no organismo humano, sendo as Construções aqui analisadas o ponto máximo dessa gradação escalar (*morrer de ódio, morrer de medo, morrer de fome*).

Em relação aos ganhos teórico-metodológicos de nossa pesquisa, convém ressaltar a reafirmação da riqueza e da adequação dos constructos teóricos da Linguística Cognitiva no tratamento da significação e, mais especificamente, dos processos de integração conceptual. Outro ponto relevante diz respeito à afirmação da Linguística de *Corpus* como uma metodologia fundamental ao avanço dos estudos na linha cognitivista, dado que um dos pressupostos teóricos básicos dessa abordagem é o de que o conhecimento sobre a linguagem deve emergir do uso linguístico.

Além disso, pudemos constatar que, no estudo da Metáfora, principalmente na realização de trabalhos que envolvem a Linguística de *Corpus*, o trabalho com domínios-fonte de metáforas apresenta-se como uma rica opção de análise dos processos de integração conceptual, capaz de colocar-nos diante de grandes desafios analíticos e instigantes trilhas de investigação de fenômenos linguísticos.

REFERÊNCIAS

BARCELONA, A. On the plausibility of claiming a metonymic motivation for conceptual metaphor. In: _____. *Metaphor and Metonymy at the Crossroad*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2003, p.31-58.

SAMPAIO, T. F.; MIRANDA, N. S.

CONCEPTUAL Metaphor Home Page. by George, University of California, Berkeley. copyright (c) 1994. Disponível em: <<http://cogsci.berkeley.edu/lakoff/>>. Acesso em: 21 maio 2009.

CROFT, W.; CRUSE, D.A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CUNHA, Rodrigo. Os normais: uma comédia que faz rolar de rir ... crítica. Disponível em: <www.cineplayers.com/critica.php?id=284>. Acesso em: 13 de jun. 2011.

DIESEL, Vin. AhLista de discurso. Disponível em: <<http://www.fisculturismo.com.br/forum2/viewtopic.php?f=6&t=26408&start=0#p154158>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

DR MY PET. Disponível em: http://mypet.terra.com.br/DrMyPet_Especie1.asp?IdAssunto=68> Acesso em: 30 maio de 2010.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FILLMORE C.; JOHNSON C.; PETRUCK M. Background to Framenet. *International Journal of Lexicography*, v. 16, n. 3. Oxford University Press, 2003.

FILLMORE, C. J. Frame semantics: In: The Linguistic society of Korea (Org.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982.

FILLMORE, C. J. The case for case. In *Universals in linguistic theory*, ed. by Emmon Bach & Robert T. Harms. New York: Holt, Rinehart & Winston. 1-88, 1968.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HOUAISS, A. (Ed.). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KÖVECSSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press. 1987.

- LAKOFF, G.; JOHNSON M. *Metaphors we live by*. Coordenação da tradução: Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras, 1980 [2002].
- MIRANDA, N. S. O caráter partilhado da construção da significação. *Revista Veredas*. EDUFJF. Juiz de Fora, v.5, n.1, 2001. 57-81.
- MODELO morre de anorexia aos 21 anos. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1248775-EI306,00.html>. Acesso em: 29 de abr. 2010.
- MOTIVOS para ser vegetariano. Disponível em: www.vegetarianismo.com.br/artigos/21motivos.html. Acesso em: 21 abr. 2010.
- PETTA, Eduardo. Eu sou você amanhã. *Revista vida simples*, v. 0109, set. 2011. Seção Filosofia.
- RADDEN, G. How metonymic are metaphors?. In: BARCELONA, A. (Ed.) *Metaphor and metonymy at the Crossroads*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2003. p. 93-108.
- SALOMÃO, M. M. M. *O processo cognitivo da mesclagem na análise lingüística do discurso*: projeto integrado de pesquisa. [S.l.]: FJF/UERJ/UFRJ, 1999.
- SAMPAIO, T. F. *O uso metafórico do léxico da morte*. Juiz de Fora, 2007. Xx f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.
- SEXO com pimenta no casamento. *Revista Cláudia*, Amor e sexo, 19 nov. 2007. Disponível em: <http://claudia.abril.com.br/materia/sexo-com-pimenta-no-casamento-2007/?p=/amor-e-sexo/relacionamentos>. Acesso em: 24 de jun. 2010.
- SILVA, A. S. da. A Lingüística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística. *Revista Portuguesa de Humanidades I*, Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P., 1997, p. 59-101.
- VOCÊ já se imaginou matando alguém. Disponível em: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20070520103458AAtOUYd>. Acesso em: 05 de jan. 2010.
- VOCÊS sabiam sobre o retrovisor do Vectra B [on line]. Disponível em: <http://www.vectraclub.com.br/forum/viewtopic.php?t=11587&view=next&sid=dc1a9cc21239633c65eea1>. Acesso em: 19 abr. 2010.

- WONGHON, Marcia. Identificado o eleitor que morreu de parada cardíaca em Recife. *Agência Brasil- Empresa Brasil de Comunicação*, 29 out. 2006. Disponível em: www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/10/29/materia.2006-10-29.0579328085/view. Acesso em: 15 jan. 2010.

CONSTRUÇÕES NOMINAIS CLASSIFICATÓRIAS EM PARKATÊJÊ?

Marília de Nazaré FERREIRA-SILVA
Universidade Federal do Pará

RESUMO: A partir de uma abordagem funcional, este trabalho apresenta as características da formação de alguns nomes em Parkatêjê, descrevendo um conjunto de nomes da língua, que ocorrem em compostos. Tais nomes imprimem nos compostos dos quais passam a fazer parte um significado específico relacionado a aspectos como forma, tamanho e espessura. São nomes tomados como referência na língua. Alguns desses são inalienáveis, referentes a partes do corpo, utilizados em sentido metafórico. Outros não; como é o caso do nome farinha. Esse conjunto de nomes, embora funcione à maneira de classificadores, não apresenta a mesma extensão que tais formas.

PALAVRAS-CHAVE: Parkatêjê; nomes compostos; termos de classe; classificadores.

ABSTRACT: Based in a functional approach, this paper presents characteristics of some noun formation in Parkatêjê and describes a set of nouns from Parkatêjê language which occurs in compounds. Those nouns give an specific meaning to those compounds related to aspects like shape, size and thickness. They are reference nouns in the language. Some of them are inalienable, related to human body parts, used in a metaphoric sense. Others not; like the noun related to flour. That set of nouns, although occurs like classifiers, do not presents the same extension than it.

KEYWORDS: Parkatêjê; compound noun; class terms; classifiers.

1 INTRODUÇÃO

Que as línguas humanas estejam estreitamente associadas às distintas culturas em que operam não é decerto nenhuma novidade.

MOARA

Lyons (1977, p. 203) afirma que “cada língua é integrada na cultura em que opera e sua estrutura lexical (bem como pelo menos parte da sua estrutura gramatical) reflete as distinções que são (ou foram) importantes na cultura”.

Deste modo a relação entre língua e cultura codifica inúmeros conceitos concebidos como reflexo do pensamento de um povo, espelhados na cultura e expressos por meio de sua língua. A descrição que um povo faz de um mundo resulta de sua visão acerca desse mundo, de sua construção e identidade cultural. Nesse contexto, os nomes são formas utilizadas para representar coisas que existem ou que ocorrem/acontecem em um mundo. Ao se associar uma coisa a um nome, um povo faz representações, registrando propriedades atribuídas a essas coisas. Por esta razão, os nomes contêm informações culturais importantes, que auxiliam a compreensão do mundo por meio da língua.

A utilização de noções corporais como forma de orientação locativa-espacial e de extensão em línguas humanas é um desses aspectos das representações que fazemos. A esse respeito, Langacker (2002) diz que certos povos tomam partes do corpo como referência à forma ou à função de objetos, utilizando essas noções a partir de usos metafóricos.

Este trabalho pretende, por meio de uma abordagem de orientação funcionalista, descrever nomes compostos da língua Parkatêjê que incluem nomes que ocorrem à maneira de um classificador nominal. A pesquisa bibliográfica que embasou a investigação também é parcialmente apresentada bem como a formação de alguns nomes por acréscimo de sufixos derivacionais. Além disso, apresenta-se uma lista de nomes do que parece constituir um sistema de classificação do reino animal, em que filhotes de determinados animais partilham a mesma denominação específica para o que parece ser uma sub-classe. As questões abordadas são ilustradas com base nos dados coletados por Ferreira ao longo de uma década de estudo da língua em questão. A análise aqui apresentada fundamenta-se em Ferreira (2003), com pontos em

comum com a análise de Araújo (1989), muito embora o tratamento dos dados tenha sido distinto daquela abordagem, no sentido de ser uma ampliação daquele trabalho.

2 CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS E DESCRIÇÃO DA FORMAÇÃO DE NOMES NA LÍNGUA PARKATÊJÊ

A língua Parkatêjê é falada por uma comunidade indígena que se autodenomina do mesmo modo e que está localizada no sudeste do estado do Pará, no município de Bom Jesus do Tocantins. Trata-se de uma língua considerada parte do Complexo Dialetal Timbira, conforme Rodrigues (1999), da família Jê, agrupamento Macro-Jê, que partilha características tipológicas semelhantes às de outras línguas de mesma afiliação genética, tais como aquelas de cunho (i) fonético-fonológico – sistemas de sons vocálicos e consonantais; (ii) morfológico – a flexão que indica contiguidade ou não de um determinante a um determinado; (iii) sintático – a ordem constituinte em orações declarativas e entre outras. O Parkatêjê é uma língua SOV, com marcação no núcleo. A morfologia verbal foi descrita por Ferreira (2003) tendo alguns aspectos como

- (a) Os nomes ocorrem com os sufixos derivacionais **-re** e **-ti**, de diminutivo e de aumentativo, respectivamente. Esses sufixos ocorrem também com os verbos, porém, nesse caso, não fazem referência a tamanho, mas indicam ênfase sobre a ação, apontando para a sua intensidade ou para características do sujeito ou do objeto.
- (b) Os nomes não são flexionados para gênero. O gênero de alguns nomes, porém, pode ser indicado lexicalmente por termos genéricos para homem/macho ou mulher/fêmea, dependendo das circunstâncias.
- (c) Os nomes são marcados pela categoria de caso.
- (d) Raízes nominais podem ser derivadas a partir de itens de outras classes de palavras, como, por exemplo, verbo e

pronome reflexivo, bem como pelo acréscimo do sufixo nominalizador *-xá*.

- (e) Da mesma forma, raízes verbais podem ser nominalizadas através do acréscimo do formativo *kate*.

Os nomes, de uma maneira geral, podem ocorrer com os sufixos derivacionais *-re* e *-ti*, os quais indicam tamanho, pequeno (diminutivo) e grande (aumentativo), respectivamente, podendo codificar outras noções relacionadas à tempo. Em alguns casos, o sufixo *-re* pode indicar 'magro; fino' e *-ti* pode indicar 'gordo; grosso'. Nos termos de parentesco, esses mesmos sufixos assumem uma dimensão cronológica, fazendo contraste entre a indicação de parentes mais velhos e mais novos. Entretanto, a dimensão física prepondera sobre a cronológica, de acordo com as observações de Araújo (em comunicação pessoal).

Araújo, em comunicação pessoal, relatou-me que o Sr. Jack Popjes refere-se à língua Parkatêjê como "o dialeto *-re/-ti*" (do Canela), devido ao uso de tais sufixos na língua. Verifica-se também a ocorrência desses sufixos em Kayapó (Mêbêngokre) (anotações pessoais de Borges), em Canela-Krahô (Popjes e Popjes, 1986) e em Suyá (SANTOS, 1997).

A marcação de número em Parkatêjê é feita pelo acréscimo do formativo *mê* antes dos nomes cujos referentes são [+humano], enquanto o singular é não-marcado. O formativo *mê* também ocorre com certas formas pronominais, indicando suas formas plurais. Em certos contextos, *mê* é plural e em outros marca o traço [+humano] de determinados nomes.

Inúmeros compostos em Parkatêjê são formados a partir de raízes simples e, de acordo com o que foi observado por Araújo (1977), tais nomes podem constituir-se de itens lexicais pertencentes à mesma ou a diferentes classes de palavras. A análise de Araújo, embora cuidadosa, difere da presente análise, no que respeita à consideração de aspectos distribucionais e estruturais de outras classes de palavras da língua que se combinam para a derivação

de nomes por meio de composição e de outros critérios a seguir explicitados, especificamente, nesse caso, a nomes compostos em que um deles parece funcionar como um classificador.

Observa-se que, do ponto de vista semântico, o significado do nome composto não se reduz à simples soma dos itens lexicais que o constituem. Em geral, os compostos apresentam um significado distinto daquele de seus itens constituintes. Um outro critério está relacionado ao padrão acentual. Em geral, nomes compostos apresentam um padrão acentual típico de raízes simples.

A estrutura interna de nomes compostos segue os esquemas que os explicitam abaixo:

- (1) **nome + nome = que ocorre como uma construção genitiva**
 parkre 'canoa' *lit.* 'pau com buraco'
 par 'pau' + kre 'buraco'
- (2) **nome + descritivo = que ocorre à semelhança de um sintagma nominal**
 kônkrire 'lagoa' *lit.* 'água pequena' água-pequena
 kô 'água'+ nkrire 'pequena' 'lagoa'

Araújo (1989) cita os nomes formados por composição de elementos de mesma ou de diferentes categorias gramaticais por meio do acréscimo dos sufixos derivacionais *-xà* e *-katê*. A partir do acréscimo desses sufixos nomes são formados. O primeiro elemento, *-xà*, combina-se com raízes verbais para designar o objeto com o qual se pratica a noção expressa pelo verbo, como nos exemplos abaixo:

- (3) **(nome) + verbo + -xà**
 pâr-kupu-xà 'sapato'
 Pé-enrolar-Nom
- (4) amjipupun-xà 'espelho'
 REFL-ver-Nom

- (5) kapõn-xà 'vassoura'
Varrer-Nom

Já o sufixo derivacional **-katê** combina-se com nomes indica o agente da noção que o verbo expressa, ou que se pode deduzir do nome ao qual se agrega, conforme os exemplos abaixo:

- (6) **nome + sufixo agentivo**
ropkatê 'caçador de onça'
- (7) kôtajkatê 'colhedor de cupuaçu' lit. 'colhedor de cupuaçu'

Os nomes próprios em Parkatêjê são compostos e seguem os padrões acima detalhados, tendo como característica particular o fato de serem nomes não-possuíveis. Tradicionalmente o nomeador escolhe uma característica de seu próprio caráter ou comportamento com a qual chamará seu nomeado. Alguns exemplos são apresentados a seguir:

- (8) Amrikupati 'aquele que é corajoso' lit. 'não há medo'
NEG.EX-ter.medo
- (9) Kupëjipokre 'aquele que gosta de estar no meio dos *kupë*
não-índio-estar.no.meio-Dim'

Até 2000, partilhavam a mesma aldeia dois grupos de remanescentes de povos timbira que viveram na região do sudeste do estado do Pará. Atualmente o povo que habitava a Terra Indígena Mãe Maria se dividiu, lá permanecendo aqueles que se denominam Parkatêjê. Na aldeia do km 25 – como eles próprios costumam falar – estão aqueles que se auto-denominam Kyjkatêjê. Embora esses povos façam questão de apresentar-se inclusive e principalmente da perspectiva linguística como distintos, pode-se afirmar que as línguas apresentam muita semelhança estrutural, podendo ser consideradas dialetos de uma mesma língua.

A língua Parkatêjê atualmente é falada apenas pelos mais velhos, não sendo mais aprendida pelas crianças como língua

materna, o que, entre outros fatores sócio-políticos também relevantes, faz dela uma língua em perigo de desaparecimento.

3 DESCRIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES NOMINAIS EM PARKATÊJÊ

Em Parkatêjê, há um conjunto de nomes inalienáveis, referentes a partes de um corpo, que ocorrem como parte de compostos para indicar características relacionadas à forma, textura, espessura, entre outros aspectos. Alguns nomes não relacionados a partes corporais também são observados nas mesmas situações – por exemplo, farinha, *xôm*, em Parkatêjê, é um deles.

Considerando-se o que a literatura especializada tem assumido acerca dos tipos de sistemas de classificadores – Allan (1977), Craig (1986), Mithun (1986) e Aikhenvald (2000), entre outros – verifica-se que o Parkatêjê, diferentemente do Panará (DOURADO, 2001) e do Karirí (RODRIGUES, 1999), não apresenta um sistema de classificadores nos termos daquelas línguas.

Para Ribeiro (2000), o Karajá apresenta um tipo de incorporação nominal classificatória, isto é, termos de partes do corpo funcionam ordinariamente como termos de medida, do tipo “cabeça”; “olho”; “barriga”, entre outros. Para Amado e Silva (2008), o Pykobiê é uma língua em que existem incorporações por meio de termos de classe. Em Panará, há classificadores, todavia Dourado (2001, p.206), separa classificadores propriamente ditos dos chamados termos de classe, os quais correspondem ao nível básico de categorização, tendo uma função semelhante à dos classificadores, porém em nível lexical. Já Siqueira (2009, p.66) descreve em Akwe-Xerente nomes inalienáveis (referentes a partes de um corpo) em função classificadora. Siqueira questiona se tais nomes estão se lexicalizando, uma vez que ao constituírem os compostos, esses nomes “perdem seu sentido primitivo” relacionado a partes do corpo.

De acordo com Aikhenvald (2000, p. 86-7), é geralmente uma tarefa árdua decidir se uma língua estabeleceu um sistema nominal de classificadores ou se ela somente apresenta um mecanismo que consiste em emparelhar nomes genéricos e nomes específicos. Esse último parece ser o mecanismo da língua Parkatêjê, a qual apresenta um conjunto de termos, que funcionam como formativos classificatórios, constituídos de basicamente uma sílaba, que se combinam com outras raízes nominais formando compostos do tipo nome específico mais nome genérico na língua, que resulta em um nome mais específico que o primeiro. São compostos lexicais.

Os nomes que funcionam como referência de características do tipo tamanho, forma e espessura fazem parte de um grupo semântico, cujos traços comuns podem ser definidos pelas propriedades físicas a eles atribuídas. Nesse caso, o povo tomou como referência nomes de partes de um corpo, sendo, portanto, usados como metáforas, de acordo com a argumentação apresentada na introdução do presente trabalho. Esses nomes são restritos a poucos campos lexicais, o que os diferencia de classificadores nominais que cobrem mais extensivamente o léxico. Tais nomes poderiam recair na classificação de termos de classe, os quais não constituem uma construção sintática do mesmo modo que construções com classificadores nominais, já que os primeiros são basicamente exemplos de um tipo de composição lexical. Morfossintaticamente, dentre outras características, ocorrem como núcleos de predicados verbais e alguns deles podem ser incorporados em uma raiz verbal. Ao ocorrerem em combinação com outros nomes fornecem a estes traços semânticos ligados ou definidos pelas características físicas presentes em seu conteúdo nocional, perdendo seu significado primeiro.

Os termos de classe constituem uma categoria que ocorre como núcleo de nomes compostos com função classificatória em nível lexical, já que estes não apresentam a mesma extensão de uso do que se denominam classificadores propriamente ditos.

Alguns exemplos dos termos de classe em Parkatêjê são:

Quadro 1- Termos Parkatêjê

Termos de classe	Composto	Glossa	Tradução
kà 'invólucro'	parkà	pau-invólucro	casca de árvore
	pàrkà	pé-invólucro	sapato
	i-kà	1s-invólucro	minha pele
hó 'folha'	parhó	pau-folha	folha (genérico)
	rõtíhó	babaçu-folha	folha de babaçu
	pyhó	urucum-folha	folha de urucum
hy 'semente'	pàrxóhy	castanha-semente	castanha-do-Pará
	katókhy	espingarda-semente	bala
	póhy	milho-semente	milho
krã 'cabeça'	aprykrã	-cabeça	peteca
	kaxàtkrã	algodão-cabeça	novelo de linha
xôm 'farinha'	kwýrxôm	mandioca-pó	farinha
	kapamxôm	areia-pó	areia
hi 'osso'	i-krathi	1s-tronco-osso	minha bacia
	i-katuthi	1s-costas-osso	minha coluna vertebral
hĩ 'carne'	wajĩ	dente-carne	gengiva
kô 'líquido'	jarkô	boca-água	saliva

Para Aikhenvald (2000, p. 86-7), a composição de nomes envolvendo nomes genéricos-específicos pode ser comparada a componentes derivacionais em classes nominais tais como *berry* em inglês – *strawberry*, *blackberry*, tendo em vista sua produtividade limitada, seu alto grau de lexicalização e o fato de eles serem restritos a uma classe fechada de raízes nominais. Por tais razões, tais termos não devem ser considerados como parte de um sistema de classificação.

Além disso, Aikhenvald (2000) afirma que o critério decisivo para decidir se determinado sistema é de classificadores ou de termos de classe é verificar o quão obrigatório são os nomes genéricos (ou termos de classe, de acordo com a terminologia usada por DOURADO 2001) e se é possível formular regras explícitas para a sua omissão. Com base em Aikhenvald (2000), pode-se afirmar que em Parkatêjê esses termos são obrigatórios, não sendo possível omiti-los sem prejuízo para o significado dos compostos em que eles tomam parte.

Termos referentes a nomes de filhotes de animais apresentam diferenças que podem ser interpretadas como uma classificação particular da cultura a que pertence a língua Parkatêjê. Tais conjuntos diferem-se da visão ocidental, em que se verificam divisões como mamíferos, anfíbios, aves e etc. Esses termos parecem fazer parte de um inventário de nomes de um sistema de classificação do reino animal.

Nesse conjunto há sub-conjuntos em se agrupam nomes de animais muito diferentes a partir da denominação atribuída aos seus filhotes. Deste modo, **kra** pode referir-se a filho (pequeno) de seres humanos, mas também a filhotes de cachorro, jacaré e cobra, entre outros.

Alguns desses termos são os que seguem abaixo:

- a) **Pāimre** – kra (paca), kukinêre (cotia), tôn (tatu), rop (onça);
- b) **Kra** – rop (cachorro), mire (jacaré), kahã (cobra); rôti (cobra d'água); tyryhókuti (cobra-papagaio); kahã teteti (cobra verde); pàtare (preguiça); pàtare kruture (tamanduá-bandeira); pàtare katut xêtere (preguiça bentinho); kukryt (anta); jaxy (veado); karâyre (veado-branco); jaxy kâhâkre (bode); wakõ (quati); mpokôti (boi); mpokôti kâhâkre (jumento); kroti (mucura); pyp (poraquê);
- c) **Krâjakôtôre** – krô (porco); krôre (caititu); krôjapure (porco-de-casa);

- d) **Rôre** – kupyrt (guariba); kukoj (macaco); pythâk (macaco-cuxiu); kukojmpej (macaco quinze quilos); xânre (macaco mão-de-ouro); xêpre (morcego);
- e) **Ntôre** – pytêkti (mutum); pan (arara); âhâre (galinha); mpo-pârpoti (pato); pânâkti (arara azul); pânare (ararinha); kryiti (papagaio); kryirepakre (papagaio preto); kêkêtere (periquito); kahejti (curica);
- f) **Titôre** – hâk (gavião)
- g) **Raimre** – krytyti (traíra); tepkratikymântoti (tucunaré); hire (mandi pequeno); hiti (mandi maior); krâti (peixe-sabão); tepepeiti (peixe-pedra); tepxwajapieti (peixe-cachorro); pârkâti (acari).

4 CONCLUSÕES

A língua Parkatêjê conta com nomes formados pelos processos de derivação e de composição. Nessa língua nomes podem ser derivados pelo acréscimo de sufixos como **-re**, **-ti**, **-katê**, **-xâ**, entre outros. Nomes compostos são formados pela combinação de nomes com nomes e de nomes com descritivos.

Um tipo de combinação de nomes com nomes, envolve a junção de nomes em que o modificador, semanticamente, pertence a classe de partes do corpo ou a classe de noções culturais como farinha, por exemplo. Nessa situação, esses compostos ocorrem como combinações de nomes genérico-específicas, indicando características dos objetos nomeados. Por exemplo: **kaxàtkrâ** é formado a partir de **kaxàt** 'linha de algodão' e **krâ** 'cabeça', logo a palavra composta é novelo de linha de algodão, o qual é arredondado como uma cabeça. Observa-se que, ao integrar o composto, o nome entra com a menção à forma do significado primitivo, perdendo-o, todavia, esse significado primeiro de 'cabeça'. O que permanece é a referência à forma arredondada.

Em outras construções verifica-se que nomes inalienáveis não figuram sem seu possuidor expresso, mas no caso dos compostos nominais, esses inalienáveis não necessitam da posse. Tais compostos podem ocorrer como núcleos de sintagmas nominais. Trata-se, pois, de uma forma de composição de nomes em que aqueles nomes, relacionados a partes do corpo, servem como referência para indicar medidas e formas a outros nomes. O resultado são nomes mais específicos após a combinação.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. *Classifiers: a typology of noun categorization devices*. Oxford: OUP - Oxford Studies in Typology and Linguistic Theory, 2000.
- ALLAN, Keith. Classifiers. *Language*, n. 53, p. 285-311, 1977.
- AMADO, Rosane de Sá; SILVA, RODRIGUES, Talita. Estudando em termos a língua indígena Pykobiê Gavião. *Revista Guavira-Letras*, v. 1, n. 8, mar./jun. 2009. Disponível em: <http://rogerio-vicente.sites.uol.com.br/Revista-uavira/downloads/revguavira008.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2010.
- ARAÚJO, Leopoldina M.S. *Semântica gerativa da língua gavião-jê*. 1977. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1977.
- _____. *Aspectos da língua gavião-jê*. 1989. 183 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.
- CRAIG, Colette (Ed.). Noun classes and categorization. *Typological Studies in Language*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1986. v. 7.
- DOURADO, Luciana. *Aspectos Morfossintáticos da Língua Panará (Jê)*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.
- FERREIRA, Marília de N. de O. *Morfossintaxe da Língua Parkatêjê*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.
- LANGACKER, E.W. A study in unified diversity: English and Mixtec locatives. In: ENFIELD, N. J. (Ed.) *Ethnosyntax: explorations in grammar and culture*. New York: Oxford University Press, 2002.

- LYONS, J. *Semântica*. Lisboa: Presença; São Paulo: M. Fontes, 1977. V.1.
- MITHUN, M. The convergence of noun classification system. In: CRAIG Colette (Ed.) *Noun classes and categorization*. Amsterdam, Philadelphia: J. Benjamins, 1986.
- POPJES, J.; POPJES, J. Canela-Krahô. In: DERBYSHIRE, D.; PULLUM, G. (Ed.) *Handbook of Amazonian Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. v.1.
- RIBEIRO, E. R. *Valence, voice and noun incorporation in Karajá*. Manuscrito, 2000.
- RODRIGUES, A. D. Macro-Jê. In: DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Ed.) *Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SANTOS, Ludoviko C. *Descrição de aspectos morfossintáticos da Língua Suyá (Kisêdjê) Família Jê*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- SIQUEIRA, K. M. F. Nomes de partes em função classificadora: âmbito de análise do sistemas de classificação nominal Akwe-Xerente. *Revista Via Litterae*, v. 1, n. 1, ago./dez. 2009. (versão eletrônica)

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA MOARA

A **Revista MOARA** aceita artigos originais para publicação que devem ser encaminhados ao editor responsável pelo número a ser organizado. Os textos serão submetidos ao Conselho Editorial da revista, que se reserva o direito de sugerir ao autor modificações de forma e/ou de conteúdo. Seguem abaixo as normas para publicação.



MOARA
MOARA

1. Redigir o texto em português, inglês, francês ou espanhol.
2. Utilizar margens de 3 cm à esquerda, 2 cm à direita, 3 cm na margem superior e 2 cm na margem inferior em formato de papel A4.
3. O texto digitado deve ter entre 4 mil e 8 mil palavras, incluindo os anexos.
4. Digitar o texto em Word for Windows (edição 6.0 ou superior), fonte Garamond, corpo 12, espaçamento simples entre linhas e parágrafos, em modo justificado.
5. Entre partes do texto e entre texto e exemplos, citações, tabelas, ilustrações etc., utilizar espaço duplo. Para fazer isso, basta redigi-los na segunda linha após o parágrafo anterior.
6. Para citações com mais de três linhas, adentrar o texto em 2 cm. e utilizar fonte Garamond, corpo 10.
7. Para citações com menos de três linhas, usar aspas no próprio corpo do texto.
8. Para notas de rodapé, usar fonte Garamond, corpo 10.

9. Utilizar paragrafação automática.

10. Apresentar o texto na seguinte seqüência: título do artigo, nome(s) do(s) autor(es), resumo na língua do artigo e em alemão, francês, espanhol ou inglês, palavras-chave em português e na outra língua do resumo apresentado, texto, referências e anexos.

11. Digitar o título do artigo centralizado na primeira linha da primeira página com fonte Garamond, tamanho 12, em formato negrito, todas as letras maiúsculas.

12. Digitar o(s) nome(s) do(s) autor(es) de forma completa na ordem direta, na segunda linha abaixo do título, com alinhamento à direita, seguido do nome completo da Instituição de filiação, entre parênteses. Letras maiúsculas devem ser utilizadas apenas para as iniciais e para o sobrenome principal.

13. Os resumos devem ser antecidos pela expressão RESUMO em maiúsculas, seguida de dois pontos, na terceira linha abaixo do nome do autor e sem adentramento. O texto dos resumos segue na mesma linha e deve ficar entre 100 e 150 palavras. Digitá-lo em fonte Garamond, corpo 11.

14. As palavras-chave devem ser antecidas pela expressão PALAVRAS-CHAVE em maiúsculas, seguida de dois pontos, na segunda linha abaixo do resumo e duas linhas acima do início do texto. Utilizar entre três e cinco palavras-chave com fonte Garamond, tamanho 11, separadas por ponto e vírgula.

15. Digitar os títulos de seções com fonte Garamond, tamanho 12, em negrito. O título da introdução deve ser redigido na terceira linha após as palavras-chave. Os demais títulos, duas linhas após o último parágrafo da seção anterior (pular linha). Os títulos de seções são numerados com algarismos arábicos sem pontos (por exemplo, 1. Introdução, 2. Fundamentação teórica).

Apenas a primeira letra de cada subtítulo deve ser grafada com caracteres maiúsculos, exceto nomes próprios.

16. Digitar a primeira linha de cada parágrafo de texto com adentramento.

17. As citações no texto devem ser indicadas pelo sistema autor data. Ex.: Para citar, resumir ou parafrasear um trecho da página 36 de um texto de 2005 de Pedro da Silva, a citação completa deve ser (SILVA, 2005, p. 36). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.

18. Citações no meio do texto sempre devem vir entre aspas e nunca em itálico. *Use itálico para indicar ênfase ou grafar termos estrangeiros.*

19. Exemplos de corpora analisados devem vir no padrão de citação.

20. Caso seja necessária transcrição fonética, o autor deve enviar a fonte utilizada juntamente com seu artigo, a fim de que a mesma possa ser instalada para editoração do artigo.

21. Notas devem ser digitadas em rodapé em seqüência numérica. Se houver nota no título, marcar com asterisco (*). Não se deve usar nota para citar referência 22. Tabelas, quadros, gráficos, fotografias, ilustrações, desenhos etc. devem ser entregues prontos para a editoração eletrônica.

As tabelas devem seguir os padrões estabelecidos pelo IBGE (1993). Não se admitem ilustrações xerocopiadas. Elas deverão ser devidamente escaneadas e inseridas no texto. Os títulos devem ser digitados com fonte Garamond, tamanho 12, em formato normal, centralizado. Tabelas, quadros, gráficos, fotografias, ilustrações, desenhos etc. devem ser identificados por legendas.

23. Os anexos devem ser entregues prontos para a editoração eletrônica. Para anexos que se constituem de textos já publicados, o autor deve incluir referência bibliográfica completa.

24. As referências devem ser antecedidas da expressão Referências, em negrito. A primeira referência deve ser redigida na segunda linha abaixo dessa expressão. As referências devem seguir a NBR 6023 da ABNT: os autores devem ser citados em ordem alfabética, sem numeração, sem espaço entre as referências e sem adentramento; o principal sobrenome do autor em maiúsculas, seguido de vírgula e iniciais dos demais nomes do autor. Se houver outros autores devem ser separados uns dos outros por ponto e vírgula; título de livro, de revista e de anais, em itálico; título de artigo: letra normal, como o do texto; se houver mais de uma obra do mesmo autor, seu nome deve ser substituído por um traço de cinco toques; mais de uma obra do mesmo autor no mesmo ano, use uma letra (a, b, ...) após a data. Ordene referências de mesmo autor em ordem decrescente.

Exemplos:

FERREIRA, M. *Morfossintaxe da Língua Parkatêjê*. Munique: Lincom-Europa, 2005.

FURTADO, M. T. A visão da Amazônia em Euclides da Cunha, Ferreira de Castro e Dalcídio Jurandir. In: JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS – GELNE, 20., 2004, João Pessoa, Paraíba. *Anais...* João Pessoa, 2004. p.1869-1874.

MAGNO E SILVA, W. Estratégias de Aprendizagem de Línguas Estrangeiras – Um Caminho em Direção à Autonomia. *Intercâmbio*, v. XV. São Paulo: LAEL/PUC –SP, 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/silva_w.pdf>. Acesso em: 5 set. 2007.

PESSOA, F. C. As relações interpessoais nos domínios do contar e fazer contar as narrativas populares da Amazônia paraense. In: MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (orgs.). *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p. 139-157.

SALES, G. M. A. Um público leitor em formação. *Moara*, Belém, v. 23, p. 23-42, jan-jun. 2006.

A desconsideração das normas especificadas acima resultará na não aceitação do artigo submetido.

Última atualização em 17/09/2009.